

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**Centro de Filosofia e Ciências Humanas**  
**Escola de Serviço Social**

**“Novo desenvolvimentismo” brasileiro e democratização da cultura: o caso  
do Programa Cultura Viva**

Victor Neves de Souza

Rio de Janeiro  
Outubro de 2010

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**Centro de Filosofia e Ciências Humanas**  
**Escola de Serviço Social**

**“Novo desenvolvimentismo” brasileiro e democratização da cultura: o caso  
do Programa Cultura Viva**

Victor Neves de Souza

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. José Paulo Netto.

Rio de Janeiro  
Outubro de 2010

Victor Neves de Souza

**“Novo desenvolvimentismo” brasileiro e democratização da cultura: o caso do Programa Cultura Viva**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Banca Examinadora:

\_\_\_\_\_  
Professor Doutor José Paulo Netto (Orientador – ESS/UFRJ)

\_\_\_\_\_  
Professor Doutor Carlos Nelson Coutinho (ESS/UFRJ)

\_\_\_\_\_  
Professor Doutor Samuel Araújo Júnior (EM/UFRJ)

*à d. Beth, a quem não sei como  
agradecer*

## Agradecimentos

A meu orientador, que plantou e alimentou muitas dúvidas por aqui. Talvez isto seja o que de melhor, em certa situação, um homem possa fazer por outro.

Aos membros da banca, que solícitamente aceitaram meu convite para mergulhar nos delírios transcritos nas próximas páginas, gastando seu tempo lendo este texto.

Aos parentes, representados aqui por dois autênticos e um emprestado. Começando pelo convidado: ao “tio” Haroldo, que não era bem um parente, mas que, mesmo assim, me apresentou as *primeiras e vagas* noções – que eu me lembre – do que significava ser um homem de esquerda. Uma pena não ter dado tempo de contar isso a ele, que faleceu na semana em que a dissertação ficou pronta e em que tínhamos um encontro. Ao também falecido vô Custódio, que me mostrou como era interessante conhecer. E ao meu pai, que me inoculou certa necessidade irrefreável de estudar sempre e mais.

Aos amigos, sem os quais a gente não consegue. À Juliana Fiúza e ao João Domingues, que me emprestaram a caravela; ao Guilherme Vargues, que explicou que eu havia chegado; ao Rodrigo Castelo, que compartilhou comigo sua bússola; ao Strazzeri, Diogo “Presidente” e Dieguito, que me ajudaram a singrar através da tormenta do primeiro capítulo; à Aninha, por acreditar que esta viagem levava a algum lugar. E ainda ao pessoal do Havana Futebol e Cana, que um dia será campeão do mundo, e ao “Hulk”, que de vez em quando comparece aos treinos e ajuda a seu modo – quando não atrapalha.

Quanto a Sandro e Márcio nem falo – seria supérfluo.

Aos meus irmãos e à minha irmã, são parentes e amigos.

Aos professores, funcionários e discentes da Escola de Serviço Social, que calorosamente me acolheram durante estes anos, principalmente a: Marildo Menegat, que sempre busca nos sacudir a todos, às vezes com água bem gelada, do sono das certezas; Sarah Granemann, com quem ali não estudei, mas que já me havia transmitido umas boas lições no terreno da luta política – que é mesmo o mais importante. Além destes, aos docentes com quem estudei, pelas portas que me abriram para a reflexão e pela generosidade com que avaliaram meus trabalhos de conclusão de disciplina.

Aos militantes que conheci ao longo dos últimos 10 anos, e que deram sentido a tudo isto. São muitos, mas não posso deixar de agradecer a: Daniel, Elídio e Liliana, que me puseram pra ler *A ideologia alemã*, acreditando que eu entenderia – o primeiro Marx-Engels a gente nunca esquece; Rogério e Veraci, verdadeiro exemplo de generosidade comunista.

À Joana Contino, pela companhia, o carinho e a compreensão.

*Nunca devemos nos esquecer de que o futuro não é totalmente nosso, nem totalmente não-nosso, para não sermos obrigados a esperá-lo como se estivesse por vir com toda a certeza, nem nos desesperarmos como se não estivesse por vir jamais.*

Epicuro [Carta sobre a Felicidade (a Meneceu)]

## Resumo

A presente dissertação procurou extrair do materialismo histórico um conjunto de categorias capazes de dar conta do enquadramento adequado da política cultural como política de Estado. Para isso foi necessário buscar apreender, de uma parte, as especificidades da cultura pensada como conhecimento, em geral, e criação estética, em particular, e, de outra, da inserção da cultura no quadro das relações Estado/sociedade, de forma a poder pensar o complexo de problemas relacionados às políticas culturais no marco de políticas públicas. Enfocamos alguns dos desdobramentos, no Brasil, da crescente visibilidade da bandeira da democratização da cultura como meio para a “inclusão social”. Prospectamos o impacto desta tendência no financiamento às políticas culturais nos dois mandatos do atual governo, e estabelecemos sua relação com o modelo *liberal periférico* ou “novo desenvolvimentista” em implementação no país, indicando mudanças e persistências em relação ao padrão anteriormente adotado na área.



## **Abstract**

This dissertation sought to draw from the historical materialism a set of categories able to establish the appropriate framework of cultural policy as state policy. To attain this primary objective we tried to understand, on one side, the specificities of culture thought of as knowledge in general, and aesthetic creation, in particular, and on another, the insertion of culture in relations state / society, so as to thinking about complex issues related to cultural policies in the mentioned framework of public policies. We highlight some of the developments, in Brazil, of the growing visibility of the watchword of the democratization of culture as a means of "social inclusion". We prospect, as well, the impact of this trend in funding to cultural policies during the two mandates of the current government, and establish its relationship with the liberal model as it is specifically implemented in peripheral countries such as Brazil, indicating changes and persistence in relation to the pattern previously adopted in the area.

## Nótula preliminar

Constitutivas do que David Harvey chamou de “a condição pós-moderna”, a falta de memória, falta de profundidade e perda da historicidade assinaladas por Fredric Jameson (seguindo trilha aberta por Marcuse) refratam em diversas dimensões da vida contemporânea, determinando também o conjunto de procedimentos atinentes ao trabalho intelectual. Na avaliação do autor desta dissertação, estes são *problemas* contemporâneos que devem ser *enfrentados* pelo pensamento crítico.

Tendo em mente esta preocupação, decidimos adotar, no que tange às remissões à bibliografia lida e consultada na elaboração do presente trabalho e listada ao final, o seguinte procedimento: as citações de livros, estudos etc. que fizermos virão com o ano da edição que utilizamos (como consagrado pelo padrão atualmente em uso na Academia) *precedido pelo ano da primeira edição do texto em questão entre colchetes* [], sempre que não coincidirem, que nos for possível localizar este último e que considerarmos significativa a diferença entre as datas.

Esperamos que isto abra a possibilidade, mesmo a um eventual leitor menos familiarizado com os autores citados e com a referida lista, do estabelecimento de uma compreensão (minimamente) localizada do ponto de vista de sua situação histórica e de sua possível relação com outras obras.

# Sumário

<b>Introdução.....</b>	<b>10</b>
<b>1 Todos os caminhos levam à democracia... Aonde?!.....</b>	<b>31</b>
1.1 O rio se converte em areal: liberalismo é democracia, ou o ponto de chegada liberal-democrático.....	33
1.2 Esquadrinhando as margens, reconstituindo o percurso: trabalho livre e democracia na Grécia – o ponto de partida democrático .....	36
1.3 Seca e assoreamento: o esvaziamento do programa democrático.....	41
1.4 Rio sem água é e não é rio: do plano sincrônico à reta diacrônica, ou a liberdade unidimensional vista de um lado .....	50
1.5 Rio sem água não é e é rio: do plano diacrônico à reta sincrônica, ou a liberdade unidimensional vista de outro lado .....	58
1.6 O rio sem água ou a estase dual: de todos os lados só se vê é a mesma areia.....	69
1.7 Mergulhando na areia em busca do poço: a terceira margem da democracia e a emancipação humana ....	85
<b>2 Os “novos” irmãos neo-siameses: neoliberalismo, “novo desenvolvimentismo” e contrarreforma do estado .....</b>	<b>104</b>
2.0 Conceituação preliminar: classes trabalhadora e capitalista ou classes A-E?.....	105
2.1 Um museu de grandes novidades: “nunca antes na história deste país”... ..	110
2.2 Através do espelho nada mais é como antes: a crise e a saída capitalista para a crise.....	113
2.2.1 <i>Financeirização e planetarização do capital</i> .....	119
2.2.2 <i>Reestruturação produtiva e transformações no mundo do trabalho</i> .....	127
2.2.3 <i>Ajuste estrutural</i> .....	130
2.3 “Era Vargas um neoliberal”? O “novo desenvolvimentismo” brasileiro .....	138
2.3.1 <i>No meio do caminho tinha uma pedra</i> .....	139
2.3.2 <i>Em busca do tempo perdido</i> .....	141
2.3.3 <i>A estrada do sol</i> .....	144
2.4 Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal.....	148
2.5 Meu pirão primeiro: a economia política do “novo desenvolvimentismo” brasileiro.....	159
<b>3 Políticas públicas e democratização da cultura no governo lula .....</b>	<b>173</b>
3.1 O programa Cultura Viva e a política cultural brasileira .....	175
3.1.1 <i>Apontamentos iniciais sobre a seletividade do programa</i> .....	180
3.1.2 <i>Fontes de custeio da produção cultural</i> .....	182
3.1.3 <i>A Lei Sarney e o “modelo dos compadres”</i> .....	184
3.1.4 <i>Em busca de (algum) controle público sobre os incentivos fiscais: a Lei Rouanet</i> .....	184
3.1.5 <i>Acesso aos “bens culturais” no Brasil contemporâneo</i> .....	186
3.2 Enfrentando a “questão social” pela via da cultura: a política cultural como política social focalizada... ..	203
3.2.1 <i>Arranjo espacial dos pontos de cultura: nova política cultural e velhas desigualdades regionais</i> ..	205
3.2.2 <i>Construindo um mercado cultural solidário ou gerando empregos precários? Relações de trabalho e apontamentos sobre a economia dos pontos de cultura</i> .....	208
3.2.3 <i>Uma nova política cultural para um novo Estado: o cultura viva e a relação entre Estado e “terceiro setor” no “novo desenvolvimentismo” brasileiro</i> .....	213
3.3 Mudando para não mudar: nova política cultural e velhos problemas da cultura .....	221
<b>Considerações finais: a democratização da cultura em questão .....</b>	<b>234</b>
<b>Referências.....</b>	<b>242</b>

## Introdução

Se podemos, alegoricamente, falar sobre a “memória de um país”, o Brasil parece tê-la ao contrário: ele só se lembra do futuro, esquecendo com facilidade surpreendente o seu passado e só reconhecendo no presente as potencialidades de cuja forma desenvolvida se “recorda” sua inspiração. Este fenômeno, que está longe de ser novidade, é intuitivamente constatável por todo aquele que leia jornais diariamente durante uns poucos meses – notando a repetição desinformada de “novidades” requentadas ou a contradição displicente entre o que se diz e o que se dissera na imprensa –, ou que se interesse por nossa literatura – percebendo a descontinuidade entre nossos grandes escritores realistas, por exemplo. Mais uma vez, o “país do futuro” é pioneiro: à falta de profundidade e ao enfraquecimento da historicidade pós-modernas, o intelectual brasileiro antepõe sua secular falta de memória, seu esquecimento indolente – por vezes interessado –, uma amnésia pachorrenta que combina mal – e, ao mesmo tempo, que combina muito bem – com certo “projeto grandioso” de país que está sempre à espreita no discurso oficial. Projeto que, de 2003 para cá, está de volta com força renovada.

Desde então está em curso no país mais uma manifestação generalizada desta “memória à brasileira” (ou seria mais adequado falarmos em “amnésia à brasileira?”), verdadeira “epidemia intelectual” em que, a partir ou da ignorância de nosso passado, ou da deliberada mistificação da realidade, ou mesmo do desconhecimento das tendências profundas que operam em nível sub e supranacional no presente – ou, como ocorre no mais das vezes, da mescla sincrética destas três variantes –, apresenta-se mais uma vez a *velha novidade* do “Brasil, país do futuro”. A nação estaria marchando – agora sim! – de braços dados com a fortuna, conduzida por um homem (mais que por um partido) capaz de retirá-la de séculos de *atraso* e inseri-la no ciclo virtuoso do *progresso*, do *desenvolvimento*, realocalizando-a soberanamente no quadro das relações internacionais, tornando-a, finalmente, a grande potência que ela está *destinada* a ser, um grande “país para 190 milhões de brasileiros”.

Refiro-me ao fenômeno como expressão daquele recorrente apagão da memória – intencional ou não, sendo isto na verdade o que menos importa – porque os membros deste governo e os intelectuais vinculados de uma forma ou de outra a ele têm sistematicamente ignorado ou “esquecido”: seus próprios compromissos historicamente assumidos com o combate ou ao *desastre neoliberal* ou à *modernização conservadora* brasileira; tudo o que

existe de continuidade entre aquela(s) programática(s), outrora arduamente combatida(s), e o *projeto de país* em cuja construção está empenhado o atual governo, que defendem; a perspectiva, outrora compartilhada por parte deles, de que só é possível enfrentar de forma consequente as expressões deletérias do atual ordenamento societário (no sentido amplo da palavra, abrangendo o conjunto da vida social, ou seja, *humana*) a partir da perspectiva de superação desta mesma ordem em seu conjunto, a admitindo como *historicamente constituída* e, portanto, historicamente superável.

Este fenômeno, em que se combinam memória para frente, esquecimento para trás e cegueira para tudo o mais, também vem rebatendo com força no campo das políticas culturais. De 2004 em diante, com a elaboração por parte do governo do Programa Cultura Viva, ganhou impulso a ideia de que “nunca antes na história deste país a cultura foi tratada como política de Estado” (como se no Brasil não tivesse havido política cultural no período colonial, no período joanino, no Império, na República Velha, nos governos Vargas, na autocracia civil-militar inaugurada em 64 – da qual, aliás, como em todo o processo de modernização conservadora brasileira, a política cultural constituiu-se numa componente fundamental –, etc.). A esta ideia está associada a outra de que de 2003 para cá está em curso no país um processo de “democratização”, expresso na propalada afluência de amplos segmentos populacionais à “classe média”, na ampliação do acesso ao mercado e aos bens culturais considerados indispensáveis. Neste sentido, como veremos, alardeia-se também a promoção da *democratização da cultura* por parte do atual governo.

O objetivo desta dissertação pode ser considerado, assim, lançar uma despreziosa, ainda que bastante larga, mirada *para trás e para os lados*. Se, neste país, os antolhos passaram a constituir adereço quase indispensável para a capacidade de influência na política (como “nunca antes em sua história”? Certamente não...), na gestão pública, e mesmo na interlocução com os demais pares acadêmicos, consideramos indispensável – neste caso através do debate em primeiro lugar da política, em segundo das políticas públicas, e, finalmente, das políticas públicas para a cultura – ao menos virar a cabeça em todas as direções, sabendo que talvez por isso deixemos à caixa certo tributo devido por todo aquele que se dispõe a, a partir do estudo e da reflexão, desafinar o coro dos contentes.

O capítulo 1 parte de indagações relacionadas ao estatuto que se confere correntemente, hoje em dia, à democracia, e a um suposto “processo de democratização” que o atual governo considera estar em curso na sociedade brasileira e que rebate diretamente

sobre o conjunto de sua formulação para a intervenção sobre a cultura, para a confecção e a avaliação de políticas culturais – no sentido da pavimentação de um pretenso caminho rumo à “democratização da cultura”. Poderíamos resumi-las como a seguir: a orientação do Estado para o desenvolvimento de um forte mercado de bens culturais é compatível com a efetiva socialização da política como meio para a plena realização dos direitos culturais, ligada ao desenvolvimento das potencialidades humanas para a plena *liberdade*, inclusive – e talvez sobretudo – no campo cultural? O *mercado capitalista* pode contribuir para a realização da *democratização da cultura* e de uma efetiva *democracia cultural*, ou eles são mutuamente exclusivos? A via do fortalecimento de um mercado de bens culturais é a melhor para uma democratização efetiva da cultura? Que democracia é a mais adequada ao florescimento de uma diversificada “flora cultural”, a *democracia liberal* ou a *democracia substantiva*? Qual delas pode ser a mais adequada à consecução dos pressupostos constitucionais, retomados pela política cultural do governo Lula em geral e pelo Programa Cultura Viva em particular, de “garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional”, “incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais”, “proteger as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”? Do que se está falando, *hoje*, ao se referir à *democracia em seu sentido forte* ou à *democracia substantiva*?

Partindo deste conjunto de questões, a ideia central neste capítulo é mostrar que um aprofundamento da *democracia em seu sentido forte* não é compatível com o capitalismo, só sendo possível, a partir de certo estágio do desenvolvimento capitalista, através da superação deste sistema. Dadas as condições a que se chegou de socialização da produção (e do processo de trabalho) em nível planetário contraposta à apropriação privada – e cada vez mais concentrada – da riqueza socialmente produzida, o atual estágio de desenvolvimento exponenciado das forças produtivas não mais apenas possibilita a supressão da propriedade privada e o advento do comunismo, garantindo a todos abundância material e pleno desenvolvimento espiritual: ele, a partir da planetarização do capital, *exige* esta supressão se se quer tornar viável qualquer tipo de *democracia substantiva*. Se a atividade social consciente deve, como é o caso numa *democracia em seu sentido forte*, poder dispor sobre questões de distribuição de riqueza, alocação de recursos naturais, de valor, de bens socialmente produzidos etc., *isto se choca necessariamente com a propriedade privada e hiper concentrada* que não quer, sobre si, *nenhum tipo de controle político*.

Para demonstrar as assertivas acima foi necessário localizar algumas determinações históricas e sócio-econômicas decisivas na conformação das duas principais matrizes teórico-políticas hoje em debate: a liberal e a democrática<sup>1</sup>. A partir daí, nos foi possível relacionar as duas, encontrando seus pontos de convergência e divergência, e reconstituir, em linhas gerais, o tortuoso caminho através do qual estes grupos de ideias, inicialmente adversos, fundiram-se para formar o atual senso comum sobre o que seja democracia, *que ou a identifica ao liberalismo, ou no mínimo considera este último como condição para a plena vigência daquela*<sup>2</sup>.

Buscamos explicar como o liberalismo (que deita suas raízes mais profundas em princípios que historicamente surgiram ligados à manutenção de privilégios aristocráticos da antiga nobreza contra o avanço das monarquias centralizadas, de um lado, e qualquer tipo de aspiração democratizante dos servos, de outro), que de início se apresentou despudoradamente como *alternativa* à democracia, se transformou em seu contrário assimilando-a a ele próprio, e como as elites proprietárias foram obrigadas a transformar o sentido deste conceito, *reduzindo a democracia ao liberalismo ao qual ela era inicialmente antagônica, refuncionalizando – e não suprimindo – o traço original que garantiu unidade e coerência ao conjunto de idéias liberal no presente ordenamento societário, sendo que ele hoje prolonga, de certo modo historicamente determinado, a encenação da mesma peça em que elites proprietárias se digladiam com a massa dos produtores diretos (e, até certo ponto, também entre si) em nome da manutenção de seus privilégios sociais através da interdição ao controle social sobre sua propriedade.*

Descrevemos neste capítulo, então, um duplo processo histórico em que a democracia tendeu ao liberalismo e o liberalismo tendeu à democracia. O resultado deste processo, como veremos, é que a democracia passou a ter sua efetividade *restrita* apenas *a uma esfera política* claramente delimitada, enquanto que o liberalismo passou a se referir principalmente a um conjunto de ideias econômicas. A parceria entre democracia e liberalismo pressupõe a *vitória* deste último e a *absorção* daquela por este.

Depois de posto o problema no início do capítulo, examinamos, em primeiro lugar (seção 1.2) – amparados na pesquisa histórica de Ellen Wood sobre as transformações no conceito de democracia –, o surgimento do conceito na *polis* grega, tendo como

---

<sup>1</sup> Ou melhor, das dimensões teórico-políticas das referidas matrizes de pensamento sobre a organização do conjunto da vida social, pois é *disso* que se trata ao examinarmos os principais pensadores vinculados a cada uma destas tradições.

<sup>2</sup> É evidente que estamos tratando aqui de um senso comum. No debate intelectual, diferenciam-se melhor os dois conjuntos de ideias. Apesar disso, mesmo aí o liberalismo é por vezes posto como sinônimo ou condição para certa modalidade de democracia, como veremos.

paradigmático o caso ateniense, e a que pressupostos sociais e econômicos estava relacionado este conceito em sua apresentação *substantiva*, em seu *sentido forte*, tal como se apresentou nesta experiência.

A autora sobre cujo estudo baseamos a seção em questão nos mostra que este regime floresceu relacionado às condições do trabalho na Grécia Clássica, sustentando que o *traço distintivo* da civilização grega (notadamente de Atenas) no mundo antigo foi a importância que o *trabalho livre* ali assumiu – inédita em qualquer civilização anterior conhecida (e em certos aspectos inigualada até hoje). Retomando o clássico debate sobre a relação entre democracia e escravidão na Antiguidade, encontra para ele soluções diferentes da habitual, já que demonstra que a base sócio-econômica mais diretamente relacionada à democracia ateniense é justamente o *trabalho livre*, e não a escravidão. Em Atenas, a capacidade que o *cidadão-camponês* tinha de restringir os modos de apropriação do excedente econômico *através* do regime democrático marcaram de forma decisiva o conjunto da vida cultural, política e econômica da *polis*, tendo rompido com um padrão típico na Antiguidade de divisão entre governantes e produtores.

A seguir (seção 1.3), buscamos traçar um esboço do processo através do qual se deu o *esvaziamento* do programa democrático, pré-condição insuprimível de sua absorção pelo corpo teórico liberal. Procedemos, para isso, ao estudo da Revolução Francesa, cujo processo e cujos rumos determinaram grandemente a mudança de interpretação que amalgamou *democracia* e *liberalismo*. O deslocamento para a esquerda do núcleo do governo revolucionário francês, realizado através da crescente influência dos jacobinos apoiados pelo movimento de massa, deixou claro, para intelectuais ligados das mais diversas maneiras ao ponto de vista da emergente grande burguesia europeia, que o problema da democracia era um problema ídeo-teórico de monta a ser enfrentado e vencido. Estes pensadores perceberam que a possibilidade de participação *efetiva* das massas na política tornara-se uma grave ameaça ao programa liberal de 1789-91, com sua aspiração à estabilidade política (à “solidez das novas instituições”) e ao avanço das relações sociais capitalistas respeitando a desigualdade “natural” de propriedade – criticada de forma duríssima pelo pensamento democrático na figura de Jean-Jacques Rousseau e seus discípulos. Sendo assim, a grande burguesia francesa – e não só – tinha a partir daí de realizar um *duplo enfrentamento*: por um lado, o adversário era o Antigo Regime e o conjunto de instituições que teimava em opor entraves ao livre desenvolvimento do capitalismo e à universalização das relações mercantis; por outro lado,



eram as massas empobrecidas que afluíam às cidades e que viriam a constituir o proletariado, cheias de aspirações democráticas inspiradas pela libertação da modalidade propriamente feudal de organização social e exploração, e que tiveram importante participação nos acontecimentos revolucionários. A partir de então a batalha das ideias carrega o selo de uma burguesia amedrontada com os avanços das forças democráticas que ela mesma ajudou a liberar quando se insurgiu contra o regime feudal. Ela usa as massas populares para afirmar-se contra aquele regime, inicialmente, apresentando seus interesses particulares como interesses universais. Isso, entretanto, a força a desenvolver uma ideologia capaz de garantir o apoio das massas *ao mesmo tempo em que justifica que estas não tenham espaço efetivo para decidir*, para participar ativamente da política – o que ameaçaria seu próprio recém-adquirido *status* como classe dominante e poria em xeque seu “direito sagrado” à propriedade.

Examinamos então, nas seções 1.4, 1.5, 1.6 e 1.7, o surgimento e a consolidação do liberalismo enquanto teoria historicamente específica a um longo processo de *transição*, de *profundas transformações nas relações sociais de produção* em nível primeiramente inglês, depois europeu, e, finalmente, a partir da experiência norte-americana, mundial. Localizado sempre entre dois extremos, os primeiros germes que frutificarão neste corpo teórico constituem-se inicialmente (um marco inicial podendo ser considerado a Magna Carta) como conjunto de idéias baseado na contraposição das elites proprietárias feudais inglesas à centralização de poderes nas mãos do monarca absoluto, de um lado, e às aspirações do conjunto dos produtores diretos – os servos –, de outro. Num segundo momento, entretanto, *a vertente teórica liberal só desenvolveu-se plenamente ligada à burguesia europeia ascendente*, contra os privilégios da nobreza fundiária em seu conjunto, por um lado, e as aspirações democratizantes que passaram a estar ligadas ao proletariado, de outro. Este segundo momento tem como marco o processo de revoluções burguesas nos séculos XVIII-XIX, e como ponto de inflexão decisivo, a partir do qual a contradição entre burguesia e proletariado se manifesta explícita e irreversivelmente como o motor da história contemporânea (até hoje, e enquanto houver capitalismo), o processo revolucionário derrotado de 1848. A partir de então, a luta pela *democracia efetiva* confunde-se com a luta pelo *comunismo*.

Nas seções 1.4 e 1.5 procuramos esboçar um mapa geral da argumentação liberal relativamente à democracia, a partir de “fotografias” desta vertente de pensamento em dois momentos e pensadores distintos – porém cujas ideias estão claramente articuladas. Na seção

1.4, buscamos localizar a diferença estabelecida por Benjamin Constant entre a “liberdade dos antigos” e a “dos modernos” como um deslocamento do debate teórico-político do plano da política para a alçada de uma história enxergada em linha reta, fora de perspectiva, em que, a partir da completa *naturalização* do direito de propriedade, se descreve o desenrolar histórico como uma sucessão linear de eventos determinados por causas demográficas ou culturais não muito bem conectadas e a partir das quais se fazem inferências de monta para o raciocínio político do autor sem a devida fundamentação – que o permitem sustentar a posição de que a “liberdade dos modernos”, a mais adequada à “modernidade” (isto pode ser verdade, mas apenas em se tratando das sociedades *capitalistas*), baseia-se na ausência de interferência do público sobre o privado, na liberdade *de propriedade*, e não no pleno e efetivo exercício da soberania e do governo pelo conjunto dos cidadãos.

Na seção 1.5, procuramos demonstrar como estas ideias encontram prosseguimento e aprofundamento em Isaiah Berlin. Este autor, vinculado à corrente de pensamento liberal e enfrentando o problema do respeito às liberdades individuais após a catástrofe da II Guerra Mundial, por um lado, e o debate liberdade x igualdade (marcante na Guerra Fria e vinculado à discussão sobre a superioridade capitalista ou socialista em termos de organização da vida social), por outro, encontra dois sentidos polarmente opostos de interpretação da liberdade, nomeando-a a partir deles “liberdade positiva” (liberdade *para interferir*) e “liberdade negativa” (liberdade *para evitar interferência*). O autor parte do pressuposto de que ambas são inicialmente legítimas, e vai avaliá-las a partir das consequências sociais a que se chega em nome de cada uma destas interpretações – apontando, ainda que não de maneira conclusiva e nem atrelado a nenhum tipo de condicionalismo automático aparente, que a “liberdade positiva” vinha levando ao sistemático desrespeito às liberdades individuais em nome da possibilidade de interferência (referindo-se, obviamente, ao regime socialista então vigente em grande parte do planeta). O problema central nesta argumentação é justamente que o pensamento liberal, o pensamento da liberdade enquanto negatividade, enxerga o *mercado* como *o espaço por excelência da liberdade*, e não como a mais característica forma de *coerção* da modernidade, a partir da separação completa dos produtores diretos dos meios de produção e do correlato impulso irrefreável em direção à generalização e à *obrigatoriedade* das relações mercantis. O *apagamento* desta diferença entre *liberdade de mercado* (que implica na *coerção* do homem) e *liberdade humana* será fundamental para o deslocamento em estudo, para a absorção da democracia pelo ideário liberal através do esvaziamento de seu

conteúdo social.

Na seção 1.6 avaliamos o papel que desempenhou a experiência norte-americana na consolidação do referido deslocamento, antes ainda da fratura de 1848 – e apontando na direção de uma solução para o *problema democrático* que seria plenamente desenvolvida apenas a partir desta ruptura. Como resultado da articulação entre estes dois momentos, a democracia, assimilada *através do filtro liberal*, passa a ser cada vez mais o cumprimento de meros procedimentos formais, e torna-se clara a contraposição entre uma modalidade meramente *formal* de democracia e uma *substantiva*, democracia *em sentido forte* ou *efetiva*. A experiência norte-americana põe claramente, pela primeira vez, a possibilidade de se construir um regime que se arroga democrático – estendendo os direitos políticos progressivamente ao conjunto da população – ao mesmo tempo em que se *modifica o conteúdo* do que seria este regime – através do *esvaziamento* destes direitos políticos baseado na *separação* entre as esferas política e econômica, na *concentração* dos meios de coação nas mãos do Estado e na *anulação* das possibilidades de interferência política sobre a economia, considerada pelo pensamento liberal parte da esfera privada inviolável. A partir da experiência norte-americana, o *sistema representativo*, que surge aliás como *alternativa* à democracia, passa a ser entendido como *a mais perfeita materialização do regime democrático*.

Na seção 1.7, finalmente, buscamos, partindo da historicização do conceito de *democracia* cujos traços mais gerais foram riscados nas seções anteriores, apreender diacronicamente as determinações sociais, políticas e econômicas às quais quer responder e sobre as quais se assenta no mundo moderno o conceito de *democratização*, entendido enquanto processo de *construção de* ou *luta por* uma democracia. Se há basicamente duas interpretações do conceito de democracia, a *democratização* deve ser necessariamente encarada como duas possibilidades *diferentes*. O processo de democratização pode estar comprometido com a construção de um **ou** do outro modelo democrático, da democracia formal **ou** da democracia substantiva, e este compromisso, este *objetivo*, determina *como* se entenderá a própria democratização. Trabalhamos, a partir daí, com as seguintes hipóteses: em primeiro lugar, o projeto de democratização *só encontra sua plena expressão*, ou sua expressão mais consequente *quando incorpora a crítica marxiana aos limites da democracia formal relacionada à emancipação meramente política e assume o compromisso com uma democracia substantiva, que possibilite o advento da emancipação humana*; em segundo

lugar, esta democracia substantiva só é possível, dadas as condições materiais sobre as quais se assentam as sociedades modernas, *com a supressão da propriedade privada dos meios de produção fundamentais, com o comunismo.*

Esquemáticamente, poderíamos ordenar o encadeamento das transformações nos sentidos atribuídos ao conceito de *democracia* e a suas relações com o *liberalismo*, conteúdo que norteará a composição da própria forma da exposição no primeiro capítulo, do seguinte modo: surgimento do regime democrático e do conceito de democracia na antiga Atenas; incubação do conceito a partir da submissão grega aos macedônios e da consequente perda de autonomia das cidades-Estado; início da privatização da soberania no Império Romano do Ocidente; queda do Império; soberania privatizada no feudalismo; início da desagregação deste sistema; ascensão dos Estados centralizados/absolutismo na transição da Idade Média para a Idade Moderna; transferência da soberania ao Estado centralizado; estabelecimento de certos princípios do liberalismo, como a defesa de liberdades individuais, a partir da resistência do senhorio à perda de privilégios feudais para o Estado na figura do monarca; sistema representativo na Inglaterra e, posteriormente, nos Estados Unidos e na Europa; alargamento do alcance do sistema representativo, mantendo intocada a estrutura social, pela Revolução Americana; Revolução Francesa e radicalização jacobina; combate aberto à democracia como possibilidade posta para as sociedades modernas, no qual se engajaram as classes dominantes europeias e a americana; fratura do Terceiro Estado a partir de 1848; luta pela democracia se cinde em luta por garantias formais, de um lado, e pelo socialismo, de outro; luta pela democracia substantiva é a luta pelo comunismo, ainda que incorporando a luta pelas outras garantias advindas do liberalismo.

No capítulo 2, apontamos algumas das transformações pelas quais passaram Estado, relações sociais e economia nas sociedades capitalistas contemporâneas, mudanças estas que têm enorme incidência no próprio campo cultural. Discutimos os rebatimentos de tais modificações no Brasil ao longo das últimas décadas, a partir daí procedendo a um esboço de avaliação geral do governo Lula, identificando ainda algumas características do Estado brasileiro peculiares ao modelo *liberal periférico* em implantação no país desde pelo menos a década de 90, de modo a matizar o cenário em que se formulam e implementam, no Brasil de 2003 para cá, políticas culturais. Estes apontamentos e discussões foram necessários para que pudessemos situar o complexo de problemas relacionados às políticas culturais no marco de políticas públicas – mais exatamente, proceder ao enquadramento adequado da política

cultural como política de Estado. Isto porque ficou claro, ao longo de nossa pesquisa – realizada em meio a constante interlocução com ativistas e intelectuais vinculados à área da cultura ou das políticas culturais –, que para que se avalie adequadamente qualquer política pública, incluídas aí, é claro, as políticas culturais, é necessário que se tenham ao menos esboçadas as linhas gerais que conformam o Estado e o governo através e a partir dos quais se implementam as referidas políticas.

Assim, após breve exposição preliminar do tratamento que dispensaríamos a seguir ao conceito de *classes sociais* (na seção 2.0), central para se pensar a economia política do Estado no capitalismo (neste caso, no *capitalismo tardio*) e o “novo desenvolvimentismo” brasileiro, e situados os marcos gerais do debate e da análise a que procederíamos no segundo capítulo – localização realizada na seção 2.1 –, nos lançamos, na seção 2.2, a esquadrihar as transformações nos campos das relações sociais e de trabalho, da acumulação de capital e do Estado pelas quais passou o mundo capitalista nas últimas três décadas, a partir de revisão bibliográfica de obras selecionadas dentre a vastíssima literatura sobre os temas em questão.

Partimos da matriz explicativa que afirma que as pressões em direção à refuncionalização neoliberal do Estado capitalista estão articuladas a uma *reação burguesa à crise do capital que se inicia nos anos 1970*. Assim, o pensamento neoliberal ganhou força *quando se tornou necessário* – em vista da referida crise e da consequente queda das taxas de lucro do capital tomado globalmente –, não para *explicá-la* ou fornecer elementos para sua superação no interesse de todos, mas para fornecer à *saída capitalista para a crise* uma base programática sólida. Sabe-se, ademais, que este conjunto de ideias está inextricavelmente relacionado ao processo de *ajuste estrutural* que vigorou, especialmente nos anos 80 e 90, em grande parte do mundo, desbordando fronteiras entre países centrais e periféricos e tendo sido aplicado em muitos dos enquadrados nas duas categorias – processo este que se expressa na *contrarreforma* neoliberal do Estado.

A *saída capitalista para a crise* consistiu na busca pela recuperação das taxas de lucro anteriores à crise através da disputa do direcionamento e da distribuição do fundo público, financiado pela dívida interna e pelo uso dos instrumentos mais poderosos da centralização de capitais (como por exemplo, no caso brasileiro, o BNDES). Esta reorientação do fundo público em direção ao favorecimento da classe capitalista se desdobra em um desmonte das experiências de *Welfare* e de quaisquer políticas sociais a elas relacionadas, nos marcos mais gerais de uma verdadeira pilhagem de dinheiro público e transferência de renda dos estratos

que compõem a classe trabalhadora aos grandes capitalistas através do Estado.

Para compreendermos adequadamente este processo é necessário lembrar que o *Welfare State* não expressa um *desenvolvimento* “normal” ou necessário do capitalismo – como tanto se quis apregoar quando ele servia de legitimação do projeto capitalista contra o socialismo vigente no Leste (burocraticamente deformado ou o que seja, mas que *exigia* este tipo de resposta por parte da burguesia ocidental). As experiências de Bem-Estar, ao contrário, *constituíram uma excepcionalidade na processualidade capitalista*, não tendo sido mais que episódios, apontados como inviáveis assim que isso se tornou possível, e, ainda assim, restrita a espaços bem delimitados do globo.

Durante o que se convencionou chamar de *três décadas de ouro* do capitalismo (período que se estende de meados da década de 40 à primeira metade dos anos 70), ao crescimento econômico *nos países centrais* esteve ligada a diminuição da pobreza absoluta e das desigualdades. Isto aconteceu a partir de condições muito precisas, tendo constituído uma excepcionalidade. Encontramos, amparados na bibliografia sobre o tema, três causas principais para tal desvio: altas taxas de crescimento econômico associadas a altas taxas de lucro, garantidas pela *onda longa expansiva* na economia, ocorrida neste lapso temporal; alto nível de organização da classe trabalhadora (com destaque para o operariado *strictu senso*) através do movimento sindical e de seus partidos políticos (comunistas, socialistas, social-democratas), e sua mobilização pela ampliação de direitos sociais ou “direitos de terceira geração”; o “perigo vermelho” (o perigo representado pelo comunismo), que fez com que as burguesias se dispusessem a admitir a legitimidade de certas demandas dos proletariados em seus respectivos países. Este processo gerou certa euforia e a retomada de confiança nas possibilidades progressistas do capitalismo, após o massacre ocorrido na II Grande Guerra.

Nos anos 1974/1975, entretanto, o castelo de cartas sobre o qual se apoiava a euforia e o “bem-estar” começou a desabar. As recessões generalizadas de 1974/75 e de 1980/82 marcam o fim da referida “onda longa expansiva” e o início de uma “onda longa de estagnação”. Ela é resultado, até certo ponto, da combinação dos próprios elementos que haviam levado àquele “ciclo virtuoso” – e excepcional – de crescimento econômico combinado a diminuição da pobreza absoluta e das desigualdades.

Com a recessão de 74/75 caíram o ritmo do crescimento econômico e as *taxas de lucro*. O problema é que ao capitalista interessa apenas o lucro – ele não se importa com o crescimento econômico e nem mesmo com a produção em si, *desde que suas taxas de lucro*

*sejam preservadas* –, e este é determinado, em última instância, pelo quanto de mais-valia se consegue extrair do trabalhador no processo de produção.

A partir da recessão de 74/75, a *saída capitalista para a crise* consistiu em, de diversas maneiras, deslocar para a classe capitalista o fiel da balança em cujos pratos se pesam de um lado a remuneração do capital e, de outro, a do trabalho. Vale lembrar que o *máximo* de lucro corresponde ao *mínimo físico dos salários*, e uma das partes aumentará sempre na mesma proporção em que a outra diminuir – o resultado desta equação sendo determinado pela correlação de forças na luta entre as classes em presença. Para fazer o fiel desta balança pender para seu lado, a classe capitalista teve que expropriar da classe trabalhadora as conquistas que esta havia obtido nos “trinta anos dourados”, o que foi feito através de processos simultâneos e imbricados que resultaram na mudança radical, a partir principalmente dos anos 80, das condições de vida e das relações sociais em todo o mundo.

Estes processos foram o *ajuste estrutural*, ou seja, o desmonte do Estado de Bem-Estar e das políticas sociais, acompanhado por uma reorientação das políticas econômicas e industriais no âmbito dos Estados nacionais; a *reestruturação produtiva*, que consistiu na mudança radical de aspectos do processo de produção; a reformulação das estratégias das empresas e dos países no âmbito do mercado mundial, implicando num aprofundamento da divisão internacional do trabalho e numa relação centro/periferia diferenciada do período anterior, ligadas ao processo de *financeirização do capital*.

A dimensão da *reestruturação produtiva* foi abordada com foco na reconfiguração do mercado de trabalho (ou em certas “transformações no mundo do trabalho”). A discussão sobre o *ajuste neoliberal* se desenvolveu mais voltada para a retirada de direitos e desresponsabilização do Estado por certas áreas do tratamento das refrações da “questão social” – e na consequente transferência da responsabilidade por estas áreas para organizações da “sociedade civil”. A *financeirização* do capital foi discutida com o foco apontado para a alteração das relações centro-periferia.

A seção 2.2, então, foi dividida em três subseções, cada uma das quais abordando um dos aspectos mencionados – na seção 2.2.1 discutimos a financeirização e a planetarização do capital, na seção 2.2.2 as transformações nas relações e no mercado de trabalho e na seção 2.2.3 o desmonte neoliberal do Estado através do ajuste estrutural. Para isso, nos apoiamos principalmente sobre as reflexões de Ernest Mandel e François Chesnais (com a indispensável contribuição de David Harvey) no que tange às mudanças no campo da acumulação

capitalista; Laura Tavares Soares e José Paulo Netto, no tocante ao Estado e às políticas sociais nos marcos da ofensiva neoliberal e do ajuste estrutural; Ricardo Antunes, David Harvey e Elaine Behring no que diz respeito às transformações no “mundo do trabalho”. Recorremos, ainda, a bibliografia complementar de apoio, tanto a outros comentadores dos assuntos em questão quanto a formuladores do conjunto de políticas que corresponde, no campo da ação consciente de Estados nacionais, governos e “instituições multilaterais”, ao processo ainda em curso de saída capitalista para a crise.

Na seção 2.3 tratamos de situar o que tem sido chamado por alguns de o “novo desenvolvimentismo” brasileiro – nossa “nova” versão, recuperando a importância que o pensamento sobre o desenvolvimento teve para a história do Brasil, do velho projeto *liberal periférico*, ao qual já nos referimos. Prosseguimos, nesta seção, em direção à caracterização mais precisa do governo Lula e de nosso modelo liberal periférico, remetendo-nos à herança com a qual este governo se deparou de início – o desastre neoliberal – e discutindo o projeto de país que, desde então, vem edificando.

Iniciamos a seção com o exame daquilo em que os próprios membros do governo, bem como os intelectuais a ele vinculados, consideram consistir este projeto. Tratar-se-ia, segundo estes, do erguimento de “um Brasil para todos”, de “um país para 190 milhões de brasileiros” ou de uma “sociedade justa, solidária, soberana e humanista”, cuja construção teria sido *retomada* nos dois mandatos do presidente Lula. Em relação à política econômica, o eixo seria a relativização da importância do capital financeiro, com o deslocamento, estimulado por investimentos do Estado, do centro dinâmico da economia para o setor produtivo, levando à consecução de dois objetivos: primeiro, “o desenvolvimento com distribuição de renda, tanto da renda das famílias como da renda regional”; segundo, “a universalização dos serviços públicos”, com destaque para a energia elétrica, o saneamento e a habitação, conduzindo a “inclusão social e distribuição de renda com mobilidade social ascendente”. Neste sentido, o atual governo teria relançado as bases para a construção de um Brasil inclusivo, tendo invertido o tradicional jogo brasileiro em que os pobres ou a classe trabalhadora, como se queira, sempre saem perdendo, enquanto as elites, a classe dominante ou a burguesia brasileira estão muito bem, obrigado.

Estudamos assim, na seção 2.3.1, a argumentação, baseada principalmente na reflexão de Emir Sader, que vincula o governo Lula a um projeto popular de país, que teria sido iniciado por Vargas em 1930 e interrompido pela ditadura militar e o neoliberalismo



subsequente, e retomado pela chegada das “forças populares” ao poder com a eleição do atual mandatário.

Na seção 2.3.2, procedemos à apresentação, por dois intelectuais mui bem situados no governo, Nelson Barbosa e José Antonio Pereira de Souza, do caminho que estaria sendo percorrido pelo governo em direção ao referido “projeto popular”. Estes intelectuais afirmam que o governo Lula teria iniciado uma nova fase de *desenvolvimento*, combinando *crescimento econômico e redução das desigualdades sociais*. O governo teria *retomado* o papel do Estado no estímulo ao desenvolvimento e no planejamento de longo prazo, acelerando o crescimento do PIB ao mesmo tempo em que haveria tirado milhões de pessoas da pobreza, tendo-as alçado à classe média e as colocado na “economia formal” e no “mercado de consumo de massa” – isso tudo com manutenção da estabilidade macroeconômica, controle da inflação, redução do endividamento do setor público e diminuição da vulnerabilidade externa do país. Os autores não afirmam, mas podemos inferir: trata-se de um novo “milagre brasileiro”, e o incrível é que nenhum governo anterior tenha sido capaz de realizar tal proeza – certamente por estarem comprometidos com as limitadoras e equivocadas ideias neoliberais...

Na seção 2.3.3 apresentamos, na visão de Marcio Pochmann e Guilherme Dias, “a sociedade pela qual se luta” no governo do presidente Lula, seguida pela proposta de *democratização* do atual governo e do conjunto do PT, apresentada por eles e por Luís Dulci. O primeiro par de autores parte das afirmações e da vinculação estabelecida por Emir Sader, ou seja: na passagem para o século XXI, o projeto de desenvolvimento brasileiro teria sido novamente interrompido, tendo o país, por meio de políticas neoliberais, enveredado “para a construção de uma nação para poucos”. Eles afirmam que mais recentemente, durante os mandatos do presidente Lula, se tem construído aqui um novo projeto de “sociedade para todos” através da superação da sociedade industrial rumo a uma *sociedade pós-industrial*, um estágio civilizatório superior que permitiria a reconstrução da sociabilidade perdida e a liberação do homem do trabalho heterônomo. Para se chegar aí seria necessária a formação de uma nova maioria política, capaz de integrar um espectro amplo de interesses sociais vinculados de algum modo aos estratos sociais de baixa renda e de nível médio, que seriam em geral resistentes ao projeto neoliberal “dos ricos e poderosos”. Precisaria, ainda, ser inovada a *saída participativa*. Nesta linha de ampliação da participação escreve Luiz Soares Dulci, que explica que desde 2003 a democracia participativa passou a ser adotada em âmbito

federal, através de inúmeras conferências nacionais, conselhos e outros espaços de articulação entre movimentos sociais e governo. Para ele, decisões fundamentais viriam sendo tomadas pelo governo em diálogo direto com os movimentos sociais, e assim o governo do presidente Lula estaria construindo uma nova relação Estado/sociedade, mediante vasta e substantiva participação social na definição das políticas públicas. A participação social, a “democracia participativa”, poderia contribuir, também, para enriquecer as instituições e torná-las mais respeitadas, criando uma correlação de forças favorável ao governo empenhado em tão importante processo de profunda transformação social e garantindo um *respaldo ativo*, por parte dos movimentos sociais, a seu projeto de país. A este respaldo o autor chama de *governabilidade social*, momento fundamental da construção do Brasil desenvolvido.

Nas seções 2.4 e 2.5 problematizamos o quadro tal como apresentado pelos apoiadores do governo Lula. Em primeiro lugar, na seção 2.4, pusemos em questão a insistência num projeto “popular” ou “democrático-popular” de “desenvolvimento” constituído através da aliança entre setores médios, camadas subalternas eventualmente “hostis ao neoliberalismo dos ricos e poderosos” e o empresariado nacional produtivo e “interessado no crescimento do país” – aliança que seria conduzida pelo Estado capitaneado por um líder capaz de amalgamar interesses *essencialmente* diversos. Esta problematização demandou de nós breve retomada e discussão do conceito de *ideologia*, que apresenta grande força explicativa relativamente ao projeto em curso, e um estudo, a partir de discussão de importante texto de André Singer sobre o assunto, das raízes sociais e ideológicas do *lulismo*. Lembramos, ainda, que o golpe de 64 mostrou de forma transparente os interesses e compromissos internacionais de nossa burguesia “nacional”, não podendo ser considerado de forma alguma como apenas uma “interrupção” num processo de desenvolvimento nos marcos anteriormente colocados.

Sublinhamos também certo elemento que nos parece notável no plano teórico deste “novo desenvolvimentismo”: a total obliteração da luta de classes do debate. Os partidários do projeto “novo-desenvolvimentista” parecem valorizar este tipo de lutas apenas quando elas são empreendidas contra regimes autocráticos ou contra o neoliberalismo. Quando se chega a um governo “popular”, como o de Vargas (!) ou Lula (!), a classe trabalhadora se transforma em “povo”, conjugação de “setores médios, movimentos sociais e empresários interessados no desenvolvimento inclusivo”, que deve docilmente “*opinar* sobre as decisões governamentais que afetem as vidas cotidianas”, no caminho da construção de “um Brasil para 190 milhões”, grande fraternidade em que todos, independentemente de sua posição na pirâmide social, são

fiadores do mesmo “sonho brasileiro”... Discutindo a referida obliteração, encontramos interessantes indicações para localizar suas raízes *objetivas* na própria *composição de contrários* sobre a qual assenta o governo Lula, tal como analisada por Werneck Vianna. Este autor nos mostra que no governo Lula o capitalismo brasileiro encontrou um caminho de expansão e intensificação da sua experiência. Isto porque neste governo se encontram, ocupando ministérios estratégicos, lideranças de todas as frações da burguesia brasileira lado a lado com lideranças sindicais e intelectuais vinculados a expressivos movimentos sociais, de tal maneira que as aspirações de cada um destes setores passam a ser arbitradas no interior do Estado, que se torna o lugar por excelência para a expressão do conflito. Cria-se assim, no interior das agências do Estado, um *parlamento paralelo* “onde classes, frações de classes, segmentos sociais têm voz e oportunidade no processo de deliberação das políticas que diretamente os afetam”, o que nos remete à proposta expressa por Luiz Dulci e apresentada acima de garantia da *governabilidade social* mediante o *respaldo ativo e militante* dos movimentos “populares” ao projeto governamental, que se dá através de sua incorporação ao espaço político estatal. “Nunca antes na história deste país” os movimentos sociais estiveram tão dóceis, enquanto os banqueiros não param de aumentar seus ganhos...

Isto nos remete à seção 2.5. Nesta, explicamos que está em curso no Brasil um processo de *contrarredistribuição de renda*, algo como uma redistribuição de renda às avessas (ou pelo menos em sentido contrário àquele que hoje se apregoa como sendo um dos grandes trunfos do governo Lula): a partir desta apatia dos movimentos sociais, combinadas a espesso véu *ideológico* que só este governo poderia ter criado, devido a suas origens na classe trabalhadora brasileira e ao controle que ainda detém sobre boa parte de suas organizações (tanto partidárias como sindicais e em outros tipos de movimentos) – acentuado pelo Estado de compromisso que se criou a partir da possibilidade da assimilação dos movimentos ao aparelho do Estado e da transferência de suas lutas da sociedade civil para o interior da instituição estatal –, o governo Lula vem garantindo ganhos extraordinários ao capital brasileiro e estrangeiro através da reorientação do fundo público *em direção ao capital* através de *pagamentos de juros e rolagem de dívida, aumento do endividamento brasileiro a níveis sem precedentes, financiamento a fusões de grandes conglomerados pelo BNDES* entre outras medidas discutidas na seção. O detalhe é que tudo isto tem sido feito em nome do tal *desenvolvimento*, ou seja: em nome de uma justificativa que agrada a certos setores de uma antiga esquerda agora acomodada, constrói-se no país a maior festa de que o grande capital

especulativo já participou nas terras do tamanduá-bandeira... A partir de Reinaldo Gonçalves e Luiz Filgueiras, auxiliados por indicações extraídas de Chico de Oliveira, pela leitura atenta das seções de economia de alguns dos principais jornais do país nos últimos anos, pela informação valiosa de fontes no movimento social que permaneceu combativo neste país e pelo levantamento junto a fontes oficiais de prestações de contas do governo, buscamos nesta seção dilucidar a essência do projeto de “novo desenvolvimento” brasileiro através do pantanoso terreno no qual o país foi lançado após a concretização do processo de transformismo da cúpula petista.

No capítulo 3, discutimos as perspectivas para a *democratização da cultura* no Brasil tendo em consideração algumas determinações históricas, econômicas e espaciais do *acesso a bens culturais* e das políticas culturais relacionadas à *produção cultural* no país, de um lado, e, de outro lado, o programa que se tornou a principal vitrine da política cultural “democratizante, inovadora e progressista” do governo Lula: o Programa Cultura Viva.

Após menção inicial ao papel das políticas culturais no sentido de adversar a tendência à reprodução, na esfera da cultura, das desigualdades que caracterizam o mercado capitalista caso aquela seja deixada entregue a este, passamos, na seção 3.1, a uma apresentação deste Programa, através do qual o governo pretende: fomentar as manifestações culturais da sociedade promovidas por agentes que não têm acesso, ou o têm de maneira entendida como deficiente, ao mercado cultural; atuar em termos de um projeto de democratização da cultura – no sentido de uma distribuição mais equitativa dos bens culturais; estimular a constituição e o fortalecimento de uma “democracia cultural” – no sentido da valorização das diferenças e especificidades culturais. Relacionamos a estes objetivos, também, o compromisso assumido pelo Ministério da Cultura no sentido de redirecionar os recursos públicos alocados à área da cultura (no sentido de combater o privilégio aos pequenos grupos de produtores no acesso aos montantes de dinheiro público) e de dinamizar uma economia da cultura que seja, segundo se advoga, capaz de articular “inclusão social” com diversidade cultural em “bases solidárias”.

A discussão sobre o programa, após sua apresentação na abertura da seção 3.1, está articulada em cinco subseções. Na 3.1.1, levantamos duas questões iniciais: a primeira relativa à importância do Programa no sentido de reverter uma característica histórica marcante da política cultural no Brasil – o fato de ela ser elaborada e implementada pelo Estado, deixando de fora de seus processos de formulação e de gestão o conjunto da intelectualidade do país e as classes subalternas (ainda que, em alguns momentos-chave, tenha

absorvido importantes intelectuais em sua estrutura para formular os projetos para a área); a segunda questão é relativa à *seletividade* do Programa, que, apesar de ter pontos de contato decisivos com aquela outra seletividade desenvolvida no campo das políticas sociais como parte da *saída capitalista para a crise*, não pode ser avaliada apenas a partir das mesmas determinações que ela, já que, por dirigir-se à área da cultura, o tipo de seletividade “inovadora” através da qual ele é implementado guarda especificidades, *aparecendo* ao público-alvo e ao gestor público como radicalmente diferente daquela outra. Aqui, no campo das políticas culturais, ela aparece *não como desmonte do Estado, mas como fortalecimento de um novo Estado mais permeável às demandas da sociedade civil*. Tentamos entender os motivos disto no desenrolar do capítulo.

Na subseção 3.1.2, apresentamos as três fontes de *custeio* da produção de bens culturais: receita direta, apoio do Estado e apoio privado. Além disso, situamos brevemente cada uma delas no país, localização esta que foi aprofundada, ao longo do capítulo, histórica e espacialmente, bem como a partir do ponto de vista da relação entre as políticas culturais – principalmente o Programa Cultura Viva – e o financiamento à produção cultural brasileira.

Nas subseções 3.1.3 e 3.1.4, apresentamos o mecanismo da isenção fiscal, principal meio de financiamento à produção de bens culturais no Brasil desde a criação da Lei Sarney, em 1986. Na 3.1.3 apresentamos esta lei, discutindo sua principal característica, alvo de crítica desde o início de sua implementação: seu caráter eminentemente patrimonialista, já que ela não exigia a prévia aprovação dos projetos a serem beneficiados pelo governo com a isenção, deixando o controle de parte considerável do financiamento público à cultura completamente nas mãos da iniciativa privada, dos próprios beneficiários da isenção – os proponentes de projetos e as empresas doadoras, patrocinadoras ou investidoras. Na 3.1.4 apresentamos a sucessora desta lei, a Lei Rouanet, enumerando rapidamente suas inovações em relação à anterior, principalmente a instituição do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) e a criação do Fundo Nacional de Cultura (FNC). Discutimos também o caráter de *continuidade* desta lei em relação à anterior: apesar do aumento do controle público sobre a destinação dos recursos incentivados, com crescente regulamentação sobre o processo de seleção de beneficiários e incentivadores, persistiu o espírito de colocar os fundos públicos oferecidos à manipulação do mercado como o *principal fator* de articulação da política pública para a cultura e a produção cultural.

Na subseção 3.1.5, procedemos ao mapeamento social e espacial do acesso aos bens

culturais no Brasil (da *desigualdade* social e espacial no acesso, como não poderia ser diferente no caso brasileiro até hoje...). A importância de se levar em consideração as desigualdades social e espacial (esta, no fundo, apenas reflete aquela, plasmando espacialmente a desigualdade social) é a seguinte: *este tipo de problema não tem sido adequadamente enfrentado pelo Estado brasileiro*, que tende a deixar que o mercado se encarregue de resolver tal dessimetria. Avaliamos que este tipo de desinteresse por parte do gestor público *encontra respaldo em um discurso, muito em voga hoje em dia, de respeito à pluralidade, à diversidade cultural local etc.*, em que não seria assim tão fundamental a preocupação em garantir o acesso a certos equipamentos atrelados à “cultura dominante”, e sim a “valorização” (em abstrato) ou o financiamento a atividades culturais dos próprios grupos locais, comunidades etc. Esta característica do pensamento contemporâneo sobre a cultura refrata com força na elaboração das políticas culturais do atual governo, especialmente no que diz respeito ao Programa Cultura Viva. O abandono responsável por tal desigualdade também se expressa, contraditoriamente, numa tremenda *homogeneidade* quando o assunto é demanda cultural, relacionada a um processo de *privatização do consumo cultural* que também está apontado e brevemente discutido na subseção.

A seção 3.2 foi inteiramente dedicada à avaliação do Programa Cultura Viva. Em paralelo à definição de contornos gerais para um esboço de mapa do programa, buscamos levantar problemas partindo das seguintes dimensões: implementação, tanto em aspectos operativos mais gerais como na relação entre os objetivos declarados do Cultura Viva e o que vem sendo sua materialização; evolução da dotação orçamentária do Programa e características de seu financiamento, apontando para uma modalidade específica de relação entre Estado e “terceiro setor” plenamente compatível com o projeto de país do “novo desenvolvimentismo” brasileiro; distribuição espacial dos Pontos de Cultura no território brasileiro; características econômicas dos Pontos de Cultura e sua relação com a ativação de uma rede de economia da cultura, tal como proposta pelo governo.

As subseções contidas na seção 3.2 apresentam resultados que não gostaríamos de adiantar nesta Introdução. Assim, brevemente: na subseção 3.2.1 relacionamos o mapa dos Pontos ao levantamento das desigualdades espaciais no acesso a bens culturais no país; na 3.2.2, buscamos relacionar o tipo de situação precária do “trabalho cultural” dos ativistas envolvidos em Pontos ao cenário anteriormente desenhado (no capítulo 2) de transformações no mundo do trabalho capitalista tardio, com suas flexibilização e precarização das relações

trabalhistas; na 3.3.3 discutimos como o Programa, por suas características iminentes, pode implicar no tratamento da cultura como meio para a implementação de determinado tipo de política social focalizada, podendo significar um tipo de tratamento qualitativamente diferente da política cultural por parte deste governo em relação aos anteriores, já que a própria natureza dos Pontos de Cultura *exige* que os recursos públicos sejam distribuídos prioritariamente a organizações do “terceiro setor” ou da “sociedade civil”, ONGs, OSCIPs etc., articulando-se muito bem com um processo mais geral de focalização, descentralização e transferência da gestão/administração dos recursos públicos à iniciativa privada (como as leis de incentivo fiscal!) – ainda que à “iniciativa privada dos de baixo” – e com a nova noção de “instituições privadas de interesse público”.

Finalmente, na seção 3.3 constatamos e resolvemos uma *aparente* contradição: o governo Lula aumenta o financiamento público às políticas culturais, diminui a superioridade dos recursos incentivados em relação aos recursos orçamentários como fonte de custeio, mas, ainda assim, tem como principal política cultural uma política focalizada que não garante direito algum, operando, *grosso modo*, transferência de recursos do Estado para a (micro) “iniciativa privada”. A solução para esta contradição aparente está em que o governo Lula, permanecendo fiel ao tipo de Estado de compromisso que vem construindo desde o início, resolveu “conciliar os contrários” *também na área da cultura*, incluindo-a em seu programa de garantia da *governabilidade social*, assegurando pequenas conquistas privadas ou “quase-públicas” sem que se enfrentem efetivamente os problemas reconhecidos quase unanimemente pelo pensamento progressista relacionado à área há anos.

Ao não se propor a romper com o mercado como principal dinamizador da produção cultural e principal meio para a difusão e circulação da mesma o atual governo acaba, com políticas como o Cultura Viva, tendendo a conjugar “inclusão social” a ampliação do acesso aos bens culturais e inclusão *no mercado cultural*. Um programa potencialmente inovador e interessante como o Cultura Viva acaba mantendo, até certo ponto, determinação essencial das Leis Sarney e Rouanet: o Estado permanece como financiador da atividade cultural privada – ainda que agora daquela dos “de baixo” –, almejando que o mercado, “solidário” ou não, possa criar soluções para os impasses vividos publicamente no setor.

Com o perdão da licença poética: como já bem o sabia certo pensador clássico, há situações em que o excesso de luz não deixa ver – principalmente quando estamos, como hoje, tão habituados à escuridão. Como sabemos nós hoje – ou achamos que sabemos –, nem

sempre as informações constituídas pelo afluxo de dados, pela mera experiência empírica ou por petições de princípio ou profissões de fé são as mais esclarecedoras, *assim como a própria luz tanto aclara como cega*. Cerremos a presente introdução, pois, manifestando o principal objetivo desta dissertação: ela pretende contribuir para a superação de algo que nos tem parecido mais uma manifestação de “cegueira branca” em nossos tempos sombrios (ou iluminados demais). Neste sentido ela é um instrumento: tal como um amigo definiu um de seus trabalhos, ela espera ser uma “peça de combate”. Se qualquer reflexão ou debate germinar a partir daqui, ou extrair daqui forças para frutificar, então ela terá tido razão de ser.



## 1 Todos os caminhos levam à democracia... Aonde?!

Tema de crescente relevância e visibilidade no Brasil, a democratização da cultura tem sido apresentada como meio privilegiado para a “inclusão social”<sup>3</sup>. O fenômeno apontado segue tendência internacional, como podemos constatar através do exame de resoluções e documentos produzidos a partir de espaços promovidos por agências multilaterais como a UNESCO<sup>4</sup> e de reflexões de destacados intelectuais pensando a área cultural ao redor do mundo<sup>5</sup>.

O conceito de democratização tem ineludíveis implicações políticas, sobretudo quando apresentado como eixo norteador de políticas públicas. Enfrentando o problema, importante intelectual brasileiro põe como condição para que haja democratização da cultura no Brasil:

“[...] que haja simultaneamente uma democratização geral da sociedade brasileira. [...] Uma efetiva democratização da cultura no Brasil, que transcenda a alta cultura dos intelectuais e atinja as grandes massas, tem como ponto de partida uma democratização dos meios de comunicação de massa, da chamada mídia. Para isso, é preciso um maior controle da sociedade sobre esses poderosos instrumentos de criação, difusão e ação cultural. Precisamos fazer com que os meios de comunicação de massa sejam controlados pela sociedade, e não por grupos monopolistas privados” (COUTINHO, 2006).

Em relação à “democracia cultural”, tema também em voga, Astrojildo Pereira – outro importante intelectual brasileiro, pioneiro no pensamento sobre política cultural, e injustamente pouco lembrado entre os estudiosos brasileiros da área da cultura –, põe a questão da seguinte forma:

“Democracia cultural vem a ser aquela que torna possível a todos os homens e mulheres sem exceção gozar livremente dos benefícios da cultura, por meio da instrução integral (...) facultada a todas as capacidades. (...) em suma, abolição de todo e qualquer privilégio ou monopólio em matéria de instrução” (“*Posição e tarefas da inteligência*”, in. FEIJÓ, 2001).

Apesar do limite desta formulação no tratamento da categoria “cultura” como essencialmente vinculada à instrução – o que é um limite, mas nunca uma fraqueza se

<sup>3</sup> O termo “inclusão social” será usado entre aspas. Partimos do entendimento de que a sociedade em análise é globalmente abrangente. Sendo assim, as refrações da questão social (ondas de violência urbana, profunda desigualdade na distribuição da renda, pobreza de amplos segmentos da população, desencanto com a política e os políticos etc.) não se resolvem em termos de inclusão ou de combate a uma pretensa exclusão, e sim de políticas que apontem no sentido da efetiva modificação do conjunto de relações sociais que fazem com que a maioria esteja *incluída de maneira subalterna*.

<sup>4</sup> Cf. UNESCO, 2002. No Brasil, a referida tendência aparece claramente no seguinte trecho de documento produzido pelo MinC: “A nova diretriz do MinC baseou-se em uma concepção mais ampliada de cultura, considerando-a em suas três dimensões: produção simbólica [...], direito e cidadania (*foco nas ações de inclusão social por meio da Cultura*), e economia [...], *que passaram a nortear as ações do MinC*, como tripé fundamental para o desenvolvimento das novas políticas culturais sob responsabilidade do Órgão” (CGU, 2006 – grifos nossos).

<sup>5</sup> Cf. RAO e WALTON, 2004.

atentarmos aos problemas que enfrentamos na área ainda hoje neste país, que é uma das mais importantes economias do mundo –, pois bem, ainda que se discorde deste limite posto por ele a observação não perde nada em importância devido ao peso que dá à necessidade de se facultar *a todos* os homens e mulheres *sem exceção* gozar *livremente* dos “benefícios da cultura”<sup>6</sup>.

No atual governo os termos parecem assumir significado distinto. A expressão “democracia cultural” quer se referir basicamente à diversidade, ao respeito às diferenças, às especificidades, à pluralidade. Já a “democratização da cultura” trata-se, *grosso modo*, da busca por uma distribuição mais equitativa dos chamados bens culturais<sup>7</sup> e do equipamento cultural pelo território nacional e entre os diferentes estratos sociais, por um lado, e do estímulo à produção cultural de certos segmentos da sociedade, por outro. Este estímulo se torna possível, em parte, devido ao barateamento recente de meios de produção e reprodução sonora e audiovisual de pequeno porte, sem que se toque nas questões aludidas no parágrafo anterior – como a propriedade dos grandes meios de produção e de difusão cultural e a socialização do controle dos mesmos.

Tem-se afirmado que está em curso no Brasil um movimento no sentido do *aprofundamento da democracia* através do fortalecimento, estimulado pelo atual governo, da *participação* popular. Estaria em andamento um processo de *democratização* – combinado ao *desenvolvimento* do país (um desenvolvimento participativo, sustentável ecológica, econômica e socialmente, sobre o qual nos deteremos no capítulo 2). Muitos intelectuais se esforçam por demonstrar que “nunca antes na história deste país”<sup>8</sup> a participação foi tão estimulada, e que os resultados disso se fazem sentir em todos os campos da vida social – na saúde, na educação, na esfera da produção, na cultura.

---

<sup>6</sup> Este debate, aliás, talvez seja mais atual que nunca. Pensemos, apenas a título de exemplo, em toda a pressão que existe, hoje, no que toca à chamada pirataria, que é justamente fruto de um tão largo desenvolvimento das forças sociais de criação, produção e circulação que torna *possível* que os bens culturais cheguem livremente a todos e todas – o que se choca com os interesses de certos grupos que se beneficiam com o acesso mediado estritamente pelo mercado. É claro, neste caso, que o acesso liberado é o melhor do ponto de vista do bem-estar geral – valendo-me de uma categoria que hoje, em tempos de hegemonia liberal, está bastante fora de moda, do ponto de vista da *vontade geral* –, mas ainda assim diversos tipos de intercâmbio de bens culturais são proibidos e considerados mera “pirataria” apenas porque atentam contra direitos de propriedade.

<sup>7</sup> A expressão “bens culturais” tem aqui o mesmo sentido que em UNESCO, 2002 – que parece ser também o sentido que a ela atribui o governo cuja política estamos avaliando. O termo será discutido adiante.

<sup>8</sup> A expressão, tão repetida por Lula e seus ministros, não é original, sendo recorrentemente usada na amnésica história brasileira. Para ilustrar com um rápido exemplo vindo diretamente de governo tão criticado pelos membros do atual gabinete, recorde-se declaração de d. Ruth Cardoso ao Jornal do Brasil sobre o ajuste fiscal operado por FHC: “*Pela primeira vez na história do Brasil não são os mais pobres que estão pagando*” (*apud* BEHRING, [2003] 2008, p. 163 – grifo nosso). Esta frase poderia perfeitamente ter saído do gabinete do presidente Lula, referindo-se, por exemplo, ao PAC ou ao “novo desenvolvimento” brasileiro em curso. Sabemos sem dúvidas, após estes anos, quem pagou pelo ajuste fiscal... Para interpretação diferente da nossa quanto à originalidade do uso deste bordão por Lula, cf. SINGER, 2009.

Entretanto, como lembrava José Saramago no V Fórum Social Mundial, uma ilustre figura não foi convidada a este festivo debate das ideias: a própria *democracia* de quem tanto se fala<sup>9</sup>. Assim, toda uma produção teórico-ideológica de apoio ao projeto ora em curso no país escora-se precariamente num conceito que não é posto em discussão, mas é ostentado como intrinsecamente positivo e cujo aprofundamento virá, finalmente, nos redimir do “pecado original” da colonização e de todo o peso que suportamos – ou melhor, que o conjunto dos trabalhadores deste país suporta – desde então.

Discutir o projeto deste governo, para toda e cada área em que ele intervém, requer, então, pôr em exame este seu fundamento, ou seja, buscar apreender o significado desta democratização, para onde ela aponta e a que projeto político corresponde. É o que faremos a partir de agora.

### **1.1 O rio se converte em areal: liberalismo é democracia, ou o ponto de chegada liberal-democrático**

*Seria uma bela coisa isso de todos dizerem o mesmo  
quando falam a mesma palavra; isso, porém, é  
impossível; e se as palavras são ditas em outro sentido,  
não pode existir a unanimidade.*  
Aristóteles [Política – Livro II, cap. 3]

No dia 28 de março de 2007, evento da maior importância abrilhantou o cenário político nacional: foi “refundado” o rebelde e destemido Partido da Frente Liberal (PFL), batizado em sua nova fase com o adequado nome de *Democratas*<sup>10</sup>. A agremiação havia sido fundada em 1985 a partir de uma ruptura no antigo PDS, anteriormente ARENA, base de sustentação política do regime autocrático civil-militar que vigorou no Brasil de 1964 a 1985 sob os auspícios das burguesias nativa e transfretana. O ex-presidente do partido, Jorge

<sup>9</sup> Saramago, referindo-se ao tema, sentenciou: “Tudo se discute neste mundo, menos uma única coisa que não se discute: a democracia. A democracia está aí, como se fosse uma espécie de santa de altar, de quem já não se esperam milagres, mas que está aí como uma referência: “a democracia”. E não se repara que a democracia em que vivemos é uma democracia sequestrada, condicionada, amputada, porque o poder do cidadão, o poder de cada um de nós, limita-se, na esfera política – repito, na esfera política –, a tirar um governo de que não gosta e pôr outro de que talvez venha a gostar. Mas as decisões são tomadas numa outra esfera [...]”. A esfera à qual ele se refere é, sem dúvida, a da *nova oligarquia* constituída pelos proprietários e gestores de grupos monopólicos transnacionais, uns poucos homens e mulheres ao redor do mundo que concentram em torno de si poderes econômicos e políticos inauditos: “esses homens [...], os mais influentes do planeta, possuidores de poderes jamais vistos na história da humanidade, se encontram regularmente em centros de conferência virtuais e em ‘espaços’ privilegiados de articulação, seguros e afastados do ‘olho público’. [...] Com uma visão global e referência mentais supranacionais, as novas elites orgânicas agem transnacionalmente [...], contornam Estados nacionais e governos, reafirmando a autonomia política das corporações estratégicas e contribuindo para a formação do [...] pensamento único. [...] Por outro lado, muitos dos tradicionais locais de representação e agregação de demandas sociais (congressos, parlamentos, governos estaduais, autarquias estatais, associações e instâncias políticas diversas) se mostram ineficazes, enquanto os mecanismos e as práticas convencionais da política passam a ser vistos como inadequados (DREIFUSS, *apud* NETTO e BRAZ, 2006, p. 224).”

<sup>10</sup> FOLHA ONLINE, 28 de março de 2007.

Bornhausen, cândido amigo da classe trabalhadora brasileira, afirmou na ocasião que a tarefa do partido renomeado era impedir que o Brasil fosse levado pelo populismo, “assim como a Nova República retirou o País do regime militar”<sup>11</sup>.

Para quem conhece minimamente a história recente do país e a do referido regime<sup>12</sup>, uma afirmação como esta só pode soar como a mais deslavada hipocrisia. Entretanto, não só o afirmam, como levantam como sua a bandeira da democracia no próprio nome do partido. A transição aqui é interessante: um partido que se enquadrava no espectro político como *liberal*, composto por membros notáveis da base de sustentação de um regime autocrático, pode, sem maiores justificativas ou delongas, passar a *democrata*. Hipocrisia à parte, o que explica a aparente coerência de uma mudança como esta?

A resposta deve estar na saída do intrincado labirinto histórico que leva – ou melhor, que *quer levar* – do liberalismo<sup>13</sup> diretamente à democracia<sup>14</sup>. Percorrendo-o, veremos por que este “deslizamento” nada tem de natural: relaciona-se à complexa articulação histórico-lógica entre algo que, **apenas a posteriori**, podemos definir como *momentos de uma estratégia de classe* conscientemente articulada<sup>15</sup> – momentos cujas contradições se busca apagar ou acomodar através da fina alquimia na qual se amalgamam elementos inicialmente

---

<sup>11</sup> Cf. DEMOCRATAS, 2010. Ali encontramos resumida a história do *Democratas* contada por eles próprios, e vale a leitura. Aprendemos, por exemplo, que tal partido foi fundado sobre as insígnias da rebeldia e do destemor, e coisas que tais.

<sup>12</sup> Cf. FERNANDES [1975] 2006, IANNI (1981), ALVES (1984), dentre farta bibliografia disponível.

<sup>13</sup> Adotaremos o termo *liberalismo*, por ora, de acordo com o significado bastante genérico proposto por Ellen Wood: “Eu o estou usando aqui para me referir a um corpo de princípios geralmente relacionados a governo ‘limitado’, a liberdades civis, a proteção da esfera de privacidade contra a invasão pelo Estado, junto com a ênfase na individualidade, na diversidade e no pluralismo” (WOOD, 2003, p. 196). Debateremos algumas das determinações relacionadas a esta categoria ao longo deste capítulo, e esperamos que esta primeira definição bastante inicial e *abstracta* ganhe *concretude* ao longo da exposição a seguir. Para aprofundamento sobre a história e os sentidos atribuídos ao conceito, cf., além do livro de Wood, o verbete escrito pelo refinado pensador liberal Nicola Matteucci no Dicionário de Política do qual ele é um dos organizadores (BOBBIO *et al.*, 1999, vol. 2, pp. 686-705). Este verbete, ademais, é seguido por erudita lista de indicações bibliográficas.

<sup>14</sup> Quanto à democracia, como é ela o centro do debate no presente capítulo, irá sendo definida a seguir. Por ora, basta lembrar que hoje em dia ela é geralmente considerada como o regime que garante o respeito aos direitos humanos e eleições periódicas com sufrágio universal (DARNTON e DUHAMEL, 2001; TEXIER, 2005).

<sup>15</sup> A referida estratégia, é bom que se frise, vai sendo forjada na medida em que são necessárias respostas teórico-políticas aos problemas postos pela realidade para a manutenção da situação social dos membros das classes dominantes tal como se apresenta. Como nos esclarece, em comentário sofisticado, Engels, em carta a Bloch datada de setembro de 1890: “a história faz-se sempre de tal modo que o resultado final decorre sempre dos conflitos que se estabelecem entre muitas vontades individuais, cada uma das quais é o resultado de uma multidão de condições de existência particulares. E, pois, de um conjunto inumerável de forças que se entrecruzam, de um grupo infinito de paralelogramos de forças que dão em consequência uma resultante – o acontecimento histórico –, que, por sua vez, pode ser encarado como produto de uma força única, que, como um todo, atua **inconsciente** e involuntariamente. Pois o que um deseja tropeça com a resistência imposta por outro, e o resultado de tudo isto é algo que ninguém desejava. Assim, toda a história transcorreu até hoje, sob a forma de um processo natural [no sentido de se desenrolar *alheio às vontades conscientes dos homens*, apesar de determinado, de maneira mediada, por estas] e submetido, também, em sua essência, às mesmas leis de movimento”. (in MARX e ENGELS, s. d., vol. 3, p. 285 – os comentários entre [] serão sempre nossos).

contraditórios entre si e “reconta-se a história” a partir de certo ponto de vista<sup>16</sup>. O texto a seguir representa para nós a ponta do fio de Ariadne:

No mundo atual, boa parte da batalha das ideias que se trava entre as diferentes forças sociais centra-se na tentativa de definir o que é democracia, já que essa forma de regime político é hoje reivindicada por praticamente todas as correntes ideológicas, da direita à esquerda. Ora, nem sempre foi assim. Há algumas décadas, o pensamento explicitamente de direita [...] combatia abertamente a democracia; até mesmo o liberalismo, em boa parte de sua história, apresentou-se explicitamente como **alternativa** à democracia. [...] sobretudo a partir dos anos 1930, o liberalismo assumiu a democracia e passou a defendê-la, ainda que não sem antes minimizá-la, empobrecendo suas determinações, concebendo-a de modo claramente redutivo. Assim, **pelo menos nominalmente, hoje todos são democratas** (COUTINHO, 2006, pp. 13-14 – grifos nossos).

Algumas páginas depois, outra pista valiosa. Afirma-se que já que “hoje todos são democratas”, então “*a disputa ideológica hodierna não tem tanto como objeto a oposição explícita entre democracia e antidemocracia, [...] mas sim a oposição entre diferentes conceitos de democracia*”. Como nos advertiu Lukács<sup>17</sup>, a democracia deve ser tratada “de um ponto de vista histórico, como concreta força política ordenadora daquela particular formação econômica sobre cujo terreno ela nasce” (LUKÁCS, [1968?] 2008, p. 85). Isto porque a desistoricização dos fenômenos sociais permite que se apreenda apenas a *aparência* através da qual eles se manifestam – no caso da democracia, pode-se apreendê-la apenas como um conjunto, por exemplo, de procedimentos formais que visam à garantia de direitos tidos como fundamentais, interpretação que, aliás, parece ser hoje a dominante.

Procedamos nós, então, a exposição sumária dos diferentes sentidos atribuídos a este conceito, de como eles se constituíram historicamente, por quem são defendidos e a que projetos político-sociais estão relacionados. Para isso, a recorrência ao trabalho de cunho historiográfico é fundamental, e felizmente podemos contar com uma bela obra dedicada a historicizar minuciosamente o conceito em questão e suas transformações ao longo da história. A ela recorramos, portanto.

---

<sup>16</sup> Daí a propalada necessidade de se “escovar a história a contrapelo” (Benjamin, tese *Sobre o Conceito de História* nº 7 – voltaremos a estas teses outras vezes no decorrer do texto). Diz o provérbio africano que *até que os leões tenham seus historiadores, as histórias de caçadas continuarão glorificando o caçador*.

<sup>17</sup> Gyorgy Lukács, pensador húngaro nascido em Budapeste em 1905, foi um dos maiores pensadores marxistas do século XX, atuando principalmente no campo da filosofia. Em texto redigido imediatamente após a repressão soviética à Primavera de Praga, datando portanto, provavelmente, de fins de 1968.

## 1.2 Esquadrinhando as margens, reconstituindo o percurso: trabalho livre e democracia na Grécia – o ponto de partida democrático

*Por que a infância histórica da humanidade, ali onde alcançou o seu mais belo florescimento, numa etapa de desenvolvimento para sempre encerrada, não haveria de exercer um eterno fascínio?*  
Marx, [Introdução (à crítica da economia política)]

Ellen Wood<sup>18</sup> nos mostra que o conceito de democracia – bem como sua realidade prática – surgiu relacionado às condições do trabalho na Grécia Clássica<sup>19</sup>. Contrariando o senso comum, e mesmo boa parte da opinião erudita sobre o assunto, ela sustenta que o *traço distintivo* da civilização grega (notadamente de Atenas, já que a autora sabe muito bem que as cidades-Estado gregas seguiram diferentes caminhos em termos de formações políticas e de classe) no mundo antigo foi a importância que o *trabalho livre* ali assumiu – inédita em qualquer civilização anterior conhecida (e, como veremos, em certos aspectos inigualada até hoje).

A autora retoma o clássico debate sobre a relação entre democracia e escravidão na Antiguidade, encontrando para ele soluções diferentes das habituais. Isso porque demonstra que a base sócio-econômica mais diretamente relacionada à democracia ateniense *é justamente o trabalho livre*, e não a escravidão. Aquele demandou o aprofundamento desta para subsistir (dado o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas combinado às exigências dos apropriadores naquela sociedade<sup>20</sup>), o que, se a torna pré-condição para a existência da democracia ateniense, não a torna, entretanto, sua base determinante.

Na sociedade ática, *o produtor direto* (a que ela se refere como o *cidadão-camponês*) *detinha controle significativo sobre o processo e os produtos de seu trabalho*, tendo se aliado aos grandes proprietários no tocante à escravidão, de maneira a tornar possível a manutenção

<sup>18</sup> Destacada historiadora marxista norte-americana, tendo tido participação ativa em alguns dos mais importantes periódicos acadêmicos da esquerda, como a *New Left Review* e a *Monthly Review*, além de autora de diversos livros e professora universitária.

<sup>19</sup> A autora tem outro livro em que trata detalhadamente das bases da democracia ateniense: *Peasant-citizen and Slave: The foundations of Athenian Democracy*. Não tivemos acesso a ele, mas as ideias centrais deste livro estão resumidas em WOOD (2003), que seguimos no curso da presente argumentação. Uma boa resenha do livro citado, de autoria de Thomas C. Patterson, pode ser encontrada no exemplar da conhecida revista socialista-acadêmica *Monthly Review* de outubro de 1989.

<sup>20</sup> É Aristóteles, na *Política*, quem nos chama a atenção para a relação direta entre estes limites e a escravidão grega, num exercício de imaginação que apenas nas sociedades modernas (sob o jugo do capital) viria a ser tornado uma possibilidade concreta: “Se cada instrumento pudesse cumprir por si mesmo, obedecendo ou antecipando o desejo do agente, [...] se a lançadeira tecesse por si mesma a tela, ou o arco tirasse de si mesmo o som das cordas da lira, então nem os arquitetos necessitariam mais de trabalhadores braçais, nem os mestres precisariam mais de escravos” (Livro I, cap. IV, par. 2 – utilizaremos o sistema de notação por livro, capítulo e parágrafo em clássicos organizados assim e que têm muitas edições.). Esta passagem, sugestivamente, lembra muito alguns comentários de Marx nos *Grundrisse* e de Marcuse em *Eros e Civilização* sobre a relação entre automação, diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário e a emancipação humana *enquanto possibilidade*.

de suas condições de vida tais como eram – ou seja, de maneira a continuar não sendo “servo de nenhum homem mortal”, ou “devedor de serviço nem de deferência a nenhum senhor”<sup>21</sup>.

A liberação dos agricultores da Ática das formas tradicionais de dependência incentivou o crescimento da escravidão *ao excluir outras formas de trabalho não-livre*. Nesse sentido, democracia e servidão estiveram unidas em Atenas de uma forma inseparável. Mas essa *dialética de liberdade e escravidão*, que

---

<sup>21</sup> WOOD, 2003, p. 177. Ainda assim, apesar de amplamente aceita e praticada, a escravidão não era exatamente um instituto consensual, tendo sido objeto de discussão na cultura grega, como se pode depreender de certas passagens de Aristóteles na *Política* em que ele se refere a outras posições sobre o tema que não a sua. Quanto à posição de Aristóteles, temos breve amostra nas passagens a seguir (dentre inúmeras outras em que defende estas mesmas ideias e seus desdobramentos): “Há também, *por natureza*, [...], um ser que comanda e outro que obedece: aquele que é capaz de previdência, por sua inteligência, é por natureza o senhor; e aquele que é capaz, pelo vigor de seu corpo, de pôr em ação aquilo que o senhor prevê, é um súdito e, por natureza, um escravo; por conseguinte, senhor e escravo têm o mesmo interesse” (Livro I, cap. II, par. 1 – grifo nosso); “Fica claro, então, que alguns homens são *por natureza* feitos para ser livres e outros para ser escravos, e que para estes últimos a escravidão é tanto útil quanto justa” (Livro I, cap. V, par. 8 – grifo nosso). Quanto a outras posições, pode-se encontrá-las nas passagens: “Outros afirmam que o poder do senhor sobre o escravo é contrário à natureza, e que a distinção entre escravo e homem livre existe apenas por lei ou por convenção, e não por natureza” (Livro I, cap. III, par. 2); “[...] muitos daqueles que têm um conhecimento aprofundado das leis [...] abominam a ideia de que o homem que foi vítima de violência torne-se escravo de seu opressor e que o obedeça unicamente porque este tem sobre ele a vantagem da força bruta. Mas, a esse respeito, os sábios têm pareceres diferentes” (Livro I, cap. VI, par. 1). Parece ter sido contra estas objeções, aliás, que Aristóteles buscou fundamentar a condição *natural* do escravo, que ele sustenta como a legitimação da escravidão (a equalização entre súdito e escravo e entre trabalhador e escravo feita por Aristóteles em algumas passagens deste livro infelizmente não poderá ser debatida aqui, pois afasta-se do tema do presente trabalho – entretanto, não pudemos deixar de registrá-la). Pedimos licença para nos alongarmos um pouco nesta nota dada a importância extrema – trans-histórica, mesmo – de um tema como a escravidão. Quanto a um posicionamento interessantíssimo, firme e sofisticado, contra a legitimidade natural de qualquer tipo de escravidão, pode-se ler em Rousseau: “Visto que *homem algum tem autoridade natural* sobre seus semelhantes e que *a força não produz nenhum direito*, só restam as convenções como base de toda autoridade legítima existente entre os homens. [...] Afirmar que um homem se dá gratuitamente constitui uma afirmação absurda e inconcebível [donde mesmo Aristóteles buscou justificar a escravidão como de *interesse* do escravo!]; tal ato é ilegítimo, tão-só porque aquele que o pratica não se encontra no completo domínio de seus sentidos. [...] Renunciar à liberdade é renunciar à própria qualidade de homem, aos direitos da humanidade [...]. *Não há recompensa possível para quem a tudo renuncia*” (*Do Contrato Social*, Livro I, capítulo IV). Mas ele vai além, enfrentando também os defensores de outras origens que não a natural para a alegada prerrogativa de escravizar: “Grotius e outros autores encontram na guerra outra origem do pretense direito de escravidão. Tendo o vencedor, segundo eles, o direito de matar o vencido, este pode resgatar a vida pelo preço da sua liberdade, convenção tanto mais legítima quanto resulta em proveito de ambas as partes. É claro que esse pretense direito de matar os vencidos de modo algum resulta do estado de guerra. [...] A guerra não representa, [...] de modo algum, uma relação de homem para homem, mas uma relação de Estado para Estado, na qual os particulares só acidentalmente se tornam inimigos, não o sendo nem como homens, nem como cidadãos, mas como soldados [...] Estando o fim da guerra na destruição do Estado inimigo, tem-se o direito de matar, no seu curso, os defensores enquanto estiverem de armas na mão; no momento, porém, em que as depõem e se rendem, deixando de ser inimigos ou seus instrumentos, tornam-se simplesmente homens, não mais se tendo direito à sua vida. [...] a guerra não concede nenhum direito que não os necessários à sua finalidade. *Esses princípios [...] se fundam na razão*. Relativamente ao direito de conquista, *não dispõe ele de outro fundamento além da lei do mais forte* [tão repetidas vezes evocada como fundamento de relações sociais até hoje, em pleno século XXI]. [...] um escravo feito na guerra ou um povo dominado não tem nenhuma obrigação para com seu senhor, senão obedecê-lo enquanto a isso é forçado. [...] As palavras *escravidão* e *direito* são contraditórias, excluem-se mutuamente. Quer de um homem a outro, quer de um homem a um povo, será sempre igualmente insensato este discurso: *‘Estabeleço contigo uma convenção ficando tudo a teu cargo e tudo em meu proveito, convenção essa a que obedecerei enquanto me aprouver e que tu observarás enquanto for do meu agrado’*” (*Do contrato social*, Livro I, cap. IV – os negritos são nossos). Por último: quanto à *naturalização de relações sociais* servindo como validação destas mesmas relações sociais (o que é obviamente tautológico), registremos apenas que *não é correta* – e cada vez menos à medida que a vida social se autonomiza em relação aos imperativos naturais imediatos – a *remissão* sem mais a (pretensas) *relações naturais para justificar relações sociais*.

dá lugar central ao trabalho livre na produção material<sup>22</sup>, sugere algo diferente da proposição simples de que a democracia ateniense tivesse fundamento na escravidão. [...]

Dar ao cidadão trabalhador o seu direito é tão importante para a avaliação da escravidão quanto para a avaliação do trabalho livre. Nenhum dos dois pode ser inteiramente compreendido fora do nexos que os une (WOOD, 2003, p. 161 – grifos nossos).

Para compreendermos a importância desta observação, vale lembrar que ainda hoje se ensina que o cidadão ateniense médio tinha desprezo pelo trabalho manual porque ele era executado por escravos, e daí se tiram as maiores consequências em termos de desdobramentos históricos – por exemplo, que o nível de desenvolvimento das forças produtivas gregas foi travado pela falta de disposição do cidadão médio em trabalhar etc. Esta ideia parece não corresponder às evidências históricas de que se dispõe hoje<sup>23</sup>, e *seu surgimento e consolidação serão debatidos adiante*.

Nas sociedades pré-capitalistas divididas em classes – em que os trabalhadores do campo sempre constituíram a principal classe produtora – a apropriação do excedente econômico, quer realizada pelo proprietário dos meios de produção, quer realizada por meio do Estado, sempre foi obtida por meios extra-econômicos, “conquistada por vários mecanismos de dependência política e jurídica, por coação direta”, tendo a propriedade assumido “a forma do que se poderia chamar de propriedade politicamente constituída”<sup>24</sup>. Nesta situação, comum às civilizações avançadas do mundo antigo, “um corpo governante se superpunha às comunidades dominadas de produtores diretos cuja mais-valia<sup>25</sup> (*sic*) era

<sup>22</sup> A autora fornece indicações bibliográficas que sustentam, inclusive, que o trabalho livre era economicamente mais importante que o trabalho escravo, tendo “a produção combinada de camponeses e artesãos livres” superado “em muito a dos produtores agrícolas e industriais não-livres durante todo o tempo na maioria dos lugares” (STE CROIX, *apud* WOOD, 2003). Ainda assim a economia e a sociedade em questão poderiam ser consideradas escravagistas, seja porque havia “um sistema institucionalizado de emprego do trabalho escravo em grande escala tanto no campo quanto nas cidades” (FINLEY, *apud* WOOD, 2003), seja porque a escravidão teria sido “o modo dominante de extração de excedentes ou de exploração” (STE CROIX, *apud* WOOD, 2003). Cf. WOOD, 2003, p. 158, nota 1.

<sup>23</sup> Já Montesquieu, em 1748, o sabia: “Na Grécia, existiam dois tipos de repúblicas: umas eram militares, como a Lacedemônia [Esparta]; outras eram comerciantes, como Atenas. Nas primeiras, desejava-se que os cidadãos fossem ociosos; nas segundas, procurava-se inculcar o amor pelo trabalho. Sólon fez da ociosidade um crime e pretendeu que todos os cidadãos prestassem contas da maneira pela qual ganhavam a vida. Com efeito, numa verdadeira democracia, em que só se deve gastar para o necessário, cada um deve tê-lo, pois de quem o receberia?” (*O Espírito das Leis*, Livro V, capítulo VI, parágrafo 6 – grifo nosso. A edição em que estudamos o livro está anotada nas Referências, a partir do sobrenome do autor, Secondat). WOOD (2003) também cita Montesquieu, tudo leva a crer que pensando na mesma passagem, para demonstrar o eclipse do papel do trabalhador livre na democracia ateniense. Debateremos a questão adiante.

<sup>24</sup> WOOD, 2003, p. 162.

<sup>25</sup> Para uma abordagem introdutória ao conceito de mais-valia, cf. NETTO; BRAZ (2006, cap. 4) e o informe/conferência proferido por Marx no Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores em 1865 (dois anos antes da publicação do Livro I d’*O Capital*), publicado sob o título *Salário, preço e lucro* (in MARX; ENGELS, s. d., pp. 333-378). Para o desenvolvimento do conceito e a explicitação das mais fundamentais de suas diversas implicações a recorrência a *O Capital* (1867) é necessária. Cf. MARX, 1988: vol. 1 (Livro I, Tomo 1), seções III e IV, caps. V-XII; vol. 2 (Livro I, Tomo 2), seções IV(cont.) e V, caps. XIII-XVI.



apropriada pelo aparelho governante”<sup>26</sup>. Era esta a situação, inclusive, na Grécia antes do advento da pólis, nos reinos da Idade do Bronze.

A historiadora introduz, a partir desta constatação, uma distinção outra que a clássica diferenciação entre governantes e governados, objeto milenar do pensamento político. Ela nos fala da *divisão entre governantes e produtores* como tendo constituído um padrão nas sociedades pré-capitalistas, *padrão este quebrado na Grécia e em Roma*.

[...] na Grécia surgiu uma *nova forma de organização que uniu proprietários e camponeses numa unidade cívica e militar*. Um padrão semelhante em linhas gerais viria a aparecer em Roma. A própria ideia de *comunidade cívica* e de *cidadania*, como algo diferente de um aparelho estatal ou de uma comunidade de governantes superpostos, era característica da Grécia e de Roma; *e indicava uma relação inteiramente nova entre apropriadores e produtores*. Em particular, o *cidadão camponês*, um tipo social específico das cidades-Estado gregas e romanas – e ainda assim de nem todos os Estados gregos –, representou um rompimento radical com todas as outras civilizações avançadas do mundo antigo, inclusive as formas de Estado anteriores a ele na Grécia durante a Idade do Bronze.

A pólis grega quebrou o padrão geral das sociedades estratificadas de divisão entre *governantes e produtores*, especialmente a oposição entre Estados apropriadores e comunidades camponesas subjugadas. Na comunidade cívica, *a participação do produtor* – especialmente na democracia ateniense – *significava um grau sem paralelos de liberdade dos modos tradicionais de exploração*, tanto na forma de obrigação por dívida ou de servidão quanto na de impostos.

[...] A comunidade cívica representou uma *relação direta*, dotada de lógica própria [...], *entre proprietários e camponeses como indivíduos e como classes*, separada da velha relação entre governantes e súditos.

A velha relação dicotômica entre o Estado apropriador e os súditos camponeses produtores foi prejudicada de alguma forma por todo o mundo greco-romano, em todos os lugares onde houvesse uma comunidade cívica unindo proprietários e camponeses, ou seja, onde os camponeses possuíam o *status* de cidadãos. Isso era verdade mesmo onde, tal como em Roma, a condição cívica dos camponeses era relativamente restrita. [...] *Tanto em Atenas como em Roma, o status político e jurídico do campesinato impunha restrições aos meios disponíveis de apropriação pelos proprietários e incentivou o desenvolvimento de alternativas, principalmente a escravidão* (WOOD, 2003, p. 164 – grifos nossos).

Apesar desta importantíssima característica comum, a aristocracia romana e a democracia ateniense tinham suas diferenças de vulto. Em Atenas o cidadão-camponês tinha maior capacidade de restringir os modos de apropriação do excedente do que em Roma, tendo isto marcado “de forma muito mais decisiva o conjunto da vida cultural, política e econômica da democracia, chegando mesmo a ajustar o ritmo e os objetivos da guerra às exigências do

---

Estas indicações são apenas sumárias e, obviamente, não suprimem a importância do estudo deste livro fundamental em seu conjunto. Vale ressaltar, finalmente, quanto ao uso do conceito no livro citado de WOOD, que *ele é aplicado de modo diferente de como Marx o desenvolveu e o que há de melhor na tradição marxista dele se apropriou*. No livro citado estão confundidos os termos “mais-valia” e “excedente econômico”, alternando-se indiscriminadamente os dois nas referências a sociedades pré-capitalistas e à sociedade capitalista. Esconde-se, assim, a peculiaridade da mais-valia enquanto modalidade especificamente capitalista de extração do excedente. Imaginamos que o problema exposto seja de responsabilidade do tradutor, entretanto não tivemos acesso à edição original (*Democracy against capitalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995). Em outro livro da mesma autora, também traduzido ao português, a confusão não ocorre (WOOD, 2001).

<sup>26</sup> WOOD, 2003, p. 163.

pequeno agricultor e seu calendário agrícola”<sup>27</sup>. Além disso, e o mais importante: a democracia, ainda que incentivasse o crescimento da escravidão, “inibia ao mesmo tempo a concentração da propriedade, limitando assim as formas em que se pode utilizar a escravidão, especialmente na agricultura”. Já na Roma aristocrática a cidade-Estado era dominada pela lógica do proprietário de terras. Assim, uma sua característica marcante era a concentração da propriedade, que tornava possível o uso intensivo de escravos na agricultura. Sobre esta fundação aristocrática, ainda, foi que se erigiu o Império Romano. Wood afirma que estas duas características definidoras da história de Roma seriam incompatíveis “com o regime de pequenos proprietários da Atenas democrática”.

Temos então que “em nenhum outro lugar o padrão típico de divisão entre governantes e produtores foi quebrado de forma tão completa quanto na democracia ateniense”. Algumas das consequências culturais mais importantes desta ruptura ficam evidentes no trecho a seguir:

*Nenhuma explicação do desenvolvimento político e cultural ateniense será completa se não levar em conta essa formação distintiva.* Embora os conflitos políticos nunca tenham coincidido exatamente com uma divisão entre classes apropriadoras e produtoras, permaneceu uma tensão entre cidadãos que tinham interesse na restauração do monopólio aristocrático da condição política e os que resistiam a ela, *uma divisão entre cidadãos para quem o Estado deveria servir como meio de apropriação e cidadãos para quem ele deveria servir como proteção contra a exploração.* Em outras palavras, permaneceu a oposição entre os que tinham e os que não tinham interesse em restaurar a divisão entre governantes e produtores.

Em nenhum lugar essa oposição é tão visível quanto nos clássicos da filosofia grega. Sem meias palavras: a divisão entre governantes e produtores é o princípio fundamental na filosofia de Platão, não apenas de seu pensamento político, mas de sua epistemologia. É a sua obra que dá a medida real da condição do trabalho na democracia ateniense. Entretanto, isso é verdade não no sentido de que o desprezo evidente de Platão pelo trabalho e pelas capacidades moral e política dos que são tolhidos pela necessidade material de trabalhar para viver represente uma norma cultural. Pelo contrário, os textos de Platão representam um poderoso contra-exemplo, uma negação deliberada da cultura democrática.

Há evidência suficiente em outros clássicos da cultura ateniense para indicar a presença de uma atitude com relação ao trabalho muito diferente da de Platão, uma atitude mais de acordo com as realidades de uma democracia em que camponeses e artesãos gozavam de todos os direitos da cidadania. De fato, o próprio Platão oferece testemunho dessa atitude [...] no diálogo *Protágoras*, no início do longo discurso em que Protágoras defende a prática ateniense de permitir que sapateiros e ferreiros possam fazer julgamentos políticos (320a e segs.) [...]. O herói do *Prometeu* de Ésquilo, aquele que traz o fogo e as artes, é um benfeitor da humanidade, enquanto na *Antígona* de Sófocles o Coro canta um hino de louvor às artes humanas e ao trabalho (350 e segs.). E a associação da democracia com a liberdade de trabalho é sugerida por um discurso em *As suplicantes* (429 e segs.), em que se diz que entre as bênçãos de um povo livre está não apenas o fato de que o governo da lei dá igual direito à justiça tanto ao rico quanto ao pobre, ou que qualquer um tem o direito de falar ao público<sup>28</sup>, mas também o fato de que o

<sup>27</sup> WOOD, 2003, p. 164. As demais citações neste parágrafo e no seguinte vêm da mesma página.

<sup>28</sup> Note-se que este direito – a *isegoria* – era completamente distinto da “liberdade de opinião” defendida pelos liberais. Lá tratava-se da possibilidade real de falar e ser ouvido pelo público *no espaço público*, de *participar ativamente* da tomada de decisões concernentes à própria vida pública. Aqui, trata-se da possibilidade formal de

*trabalho do cidadão não se perde*, ao contrário do que acontece nos Estados despóticos, nos quais as pessoas trabalham apenas para enriquecer os tiranos com sua faina. Também é sem dúvida significativo que a divindade epônima de Atenas, a deus Atena, fosse a padroeira das artes e dos ofícios, e que não houvesse em nenhuma outra cidade da Grécia templo tão grande devotado a Hefestos, deus da forja, quanto o que foi construído no século V a.C., dominando a ágora ateniense (WOOD, 2003, p. 165 – grifos nossos).

A ênfase na afirmação desta determinação do regime democrático pelo estatuto do trabalho livre<sup>29</sup> em Atenas pôs a Wood a questão de como, no pensamento historiográfico, havia a figura do trabalhador livre sido quase apagada, transformada em resíduo, pela figura do escravo – “e não somente pela razão notável de terem nossos melhores instintos se chocado com os horrores daquela terrível instituição”. E aqui ela nos oferece uma bela lição prática de teoria da história.

Ela nos apresenta a hipótese de que “o eclipse do cidadão trabalhador na Atenas democrática tem menos a ver com as realidades da democracia ateniense do que com a política da Europa moderna”, tendo sido promovido através da construção e do fortalecimento de um mito que tinha como objetivo explícito advertir contra “os perigos da democracia” – o mito da “ralé ociosa”<sup>30</sup>. Procedamos ao exame desta hipótese.

### 1.3 Seca e assoreamento: o esvaziamento do programa democrático

*A gente vive repetido, o repetido, e, escorregável, num  
mim minuto, já está empurrado noutra galho.*  
Guimarães Rosa [Grande Sertão: Veredas]

Com o estouro da Revolução Francesa em 1789<sup>31</sup>, e a conseqüente abertura do que Hobsbawm denominou “a Era das Revoluções”, o heteróclito Terceiro Estado<sup>32</sup> adentrou

se dizer qualquer coisa (desde que com isso não se invada a ‘liberdade’ do outro ou se desrespeite seus direitos...) a qualquer um – até às paredes, se for o caso.

<sup>29</sup> Não deveria ser necessário afirmar (mas o é, devido a debates enviesados que pulularam no âmbito do pensamento social durante os séculos XIX e XX) que esta determinação *não constitui, de modo algum, uma relação causal inevitável*. Ela foi a *efetivação* de uma *possibilidade* histórica, a partir de cuja positivação estabeleceu-se relação de *determinação recíproca* entre as categorias relacionadas, de tal modo que se é impensável a democracia ateniense sem o trabalho livre tal como este se apresentou historicamente na Ática, do mesmo modo é impensável o estatuto que este adquiriu na vida ateniense sem o estabelecimento daquela democracia – que, ela própria, sofreu constantes transformações etc.

<sup>30</sup> WOOD, 2003, pp. 168-171.

<sup>31</sup> A revolução francesa foi a primeira revolução social *de massa* da história. O ano de 1789 marcou na França o fim da monarquia absoluta e do Antigo Regime – mas, como se sabe, desencadeou uma série de eventos que foi muito mais longe. Hobsbawm nos lembra que a Revolução Francesa é a revolução de seu tempo (HOBSBAWN, 2002a, p. 86), registrando também que “todos os planos de libertação européia até 1848 giravam em torno de um levante conjunto dos povos, sob a liderança dos franceses, para derrubar a reação européia” (*Ibid.*, p. 99). Retornaremos a ela adiante.

<sup>32</sup> O Terceiro Estado era “a entidade fictícia destinada a representar todos os que não eram nobres nem membros do clero”, incluídos aí burgueses, camponeses, trabalhadores pobres etc., “mas de fato dominada pela classe média”, pelos segmentos da burguesia (*Ibid.*, p. 90).

definitivamente a arena política européia, e com ele uma profunda efervescência política – a depender do ponto de vista, uma indesejável instabilidade política – só “solucionada” pela diplomacia da baioneta em 1848. Neste período de aproximadamente 60 anos, “evitar uma segunda Revolução Francesa, ou ainda a catástrofe pior de uma revolução europeia generalizada tendo como modelo a francesa, foi o objetivo supremo de todas as potências que tinham gasto mais de 20 anos para derrotar a primeira”<sup>33</sup>.

[...] Até mesmo os britânicos, que não simpatizavam com os absolutismos reacionários que se restabeleceram em toda a Europa e sabiam muito bem que as reformas não podiam nem deviam ser evitadas [pois eram necessárias ao desenvolvimento pleno das relações sociais capitalistas], mas *que temiam uma nova expansão franco-jacobina mais do que qualquer outra contingência internacional*. E, ainda assim, nunca na história da Europa e poucas vezes em qualquer outro lugar, o revolucionarismo foi tão endêmico, tão geral, tão capaz de se espalhar por propaganda deliberada como por contágio espontâneo.

[...] *Pois o mais formidável legado da própria Revolução Francesa foi o conjunto de modelos e padrões de sublevação política que ela estabeleceu para uso geral dos rebeldes de todas as partes do mundo. [...] os modelos políticos criados pela Revolução de 1789 serviram para dar ao descontentamento um objetivo específico, para transformar a intranquilidade em revolução, e acima de tudo para unir a Europa em um único movimento – ou, talvez fosse melhor dizer, corrente – de subversão* (HOBSBAWM, 2002a, pp. 159; 163 – grifos nossos).

A questão aqui é que, apesar de o movimento revolucionário francês ter tido sua unidade efetiva garantida por “um surpreendente consenso de ideias gerais entre um grupo social bastante coerente”<sup>34</sup>, a heterogeneidade na composição de seu agente (o Terceiro Estado) fazia com que seus rumos se tornassem menos previsíveis do que desejariam seus setores mais conservadores, e por vezes mesmo incontroláveis. Hobsbawm nos dá a exata medida deste problema:

[...] Repetidas vezes veremos moderados reformadores da classe média mobilizando as massas contra a resistência obstinada ou a contra-revolução. Veremos as massas indo além dos objetivos dos moderados rumo a suas próprias revoluções sociais, e os moderados, por sua vez, dividindo-se em um grupo conservador, daí em diante fazendo causa comum com os reacionários, e um grupo de esquerda, determinado a perseguir o resto dos objetivos moderados, ainda não alcançados, com o auxílio das massas, mesmo com o risco de perder o controle sobre elas. E assim por diante, com repetições e variações do modelo de resistência – mobilização de massa – inclinação para a esquerda – rompimento entre os moderados – inclinação para a direita – até que o grosso da classe média passe daí em diante para o campo conservador ou seja derrotado pela revolução social.

[...] Em resumo, a principal forma da política revolucionária burguesa francesa e de todas as subsequentes estava agora bem clara. Esta dramática dança dialética dominaria as gerações futuras (HOBSBAWM, 2002a, p. 95).

O “problema” em questão determina claramente os próprios rumos da revolução francesa, que é irrefreavelmente arrastada nos passos da “dramática dança dialética”, animada

<sup>33</sup> *Ibid.*, p. 159.

<sup>34</sup> “O grupo era a ‘burguesia’: suas ideias eram as do liberalismo clássico, conforme formuladas pelos ‘filósofos’ e ‘economistas’ e difundidas pela maçonaria e associações informais” (HOBSBAWM, 2002a, p. 90).

pelo som arrebatador da multidão e pelo penetrante zunido da guilhotina, do estabelecimento de moderada monarquia constitucional a uma república dirigida por segmentos radicalizados da pequena burguesia apoiados pela massa armada de *sans-culottes* em Paris, e das liberais *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* de 1789 e *Constituição de 1791* à democrática *Constituição de 1793*<sup>35</sup>. Isso para não falar no que ainda veio depois<sup>36</sup>, que não abordaremos aqui por não estar tão diretamente relacionado ao tema que estamos discutindo neste trabalho.

Pois bem: o que importa nesta rápida digressão sobre a Revolução Francesa para o nosso debate sobre os caminhos e descaminhos da relação entre *liberalismo* e *democracia* é que o centro do governo revolucionário deslocou-se nitidamente para a esquerda com a crescente influência dos jacobinos apoiados pelo movimento de massa, *inspirados no pensamento* de ninguém menos que o *democrata radical* Jean-Jacques Rousseau<sup>37</sup>. Este deslocamento deixou claro, para certos intelectuais ligados das mais diversas maneiras ao ponto de vista da emergente grande burguesia europeia, *que o problema da democracia era um problema ídeo-teórico de monta a ser enfrentado e vencido*. Estes pensadores perceberam que a possibilidade de participação efetiva das massas na política tornara-se uma grave ameaça ao programa liberal de 1789-91, com sua aspiração à estabilidade política (a “solidez

<sup>35</sup> A *Constituição de 1791*, primeira constituição da Revolução Francesa, trazia em seu cabeçalho a Declaração de 1789 e era de inspiração decididamente *liberal*, instaurando na *Royaume Française* uma “democracia sem excessos”: dividiu os cidadãos entre *cidadãos ativos* e *cidadãos passivos*, só dando aos primeiros o direito de votar e ser votado; estabeleceu como critério para ingresso na categoria de cidadão ativo a *quantidade de propriedade e um pagamento direto*. Cf. quanto a isso FRANÇA ([1791] 2010c, Título III, Capítulo I, Seção II). Já a *Constituição de 1793* (“a mais radical das Constituições”, nas palavras de Marx), ratificada pela Convenção jacobina em 24 de junho de 1793, foi a primeira constituição *republicana* francesa - também conhecida como *Constituição da Primeira República*, *Constitution Montagnarde* ou *Constitution de l'An I*. De acordo com Hobsbawm, “foi a primeira constituição genuinamente democrática proclamada por um Estado moderno” (HOBSBAWM, 2002a, p. 104).

<sup>36</sup> Havendo interesse em conhecer melhor o que se passou depois, p. ex.: a interessante relação que se pode estabelecer entre a força *cultural* que adquiriu o regime de pequena propriedade francês (lojinhas, mercearias, pequenas propriedades agrárias etc.) com a república jacobina, arraigado até meados do século XX e “atrasando” o desenvolvimento do grande capital em certos setores daquela economia por mais de 100 anos (e cujas reminiscências podem ser encontradas ainda hoje no país); ou entre o esforço de “guerra total” empreendido vitoriosamente pela jovem república sob direção *montagnarde* e a constituição de um poderoso exército francês, abrindo caminho para a ascensão de Napoleão que iria marcar todo o desenvolvimento posterior das instituições burguesas na França, na Europa (a não ser na Inglaterra) e em boa parte do mundo, cf. HOBSBAWM (*Idem*, pp. 100-113; pp. 247-249).

<sup>37</sup> Neste pensador o adjetivo *democrata* ainda preserva seu sentido original, aquele que tinha com os gregos, ou seja: alguém que luta por uma democracia *substantiva*, um regime em que não só se outorgam às pessoas direitos políticos, como se garantem as condições materiais para que estes se efetivem. Seu “pecado” – do ponto de vista dos liberais, que hoje em dia se comprazem em acusá-lo de precursor do “totalitarismo”, arquiteto de um regime de “tirania da maioria” e coisas que tais – foi ter, ainda no século XVIII, não só elaborado “uma crítica radical da sociedade existente”, apontando “os limites ideológicos contidos no liberalismo (como se pode ver no *Discurso sobre a desigualdade*)”, como também formulado “a proposta de uma sociedade alternativa, profundamente democrática e popular (o que ele faz em *O contrato social*)”. Devemos a arguta observação a COUTINHO (2006, p. 14). Este tema é desenvolvido com mais profundidade pelo mesmo autor em COUTINHO (1996), em texto que nos forneceu importante chave para a leitura destes dois livros de Rousseau entendidos ali como momentos de uma unidade dialeticamente articulada.

das instituições”) e ao avanço das relações sociais capitalistas respeitando a desigualdade “natural” de propriedade – criticada de forma duríssima, aliás, pelo citado Jean-Jacques<sup>38</sup>. Sendo assim, a grande burguesia francesa – e não só – tinha a partir de agora de realizar um *duplo enfrentamento*<sup>39</sup>:

As rápidas alternâncias de regime – Diretório (1795-9), Consulado (1799-1804), Império (1804-14), a restauração da Monarquia Bourbon (1815-30), a Monarquia Constitucional (1830-48), a República (1848-51), e o Império (1852-70) – foram todas tentativas para se manter a sociedade burguesa *evitando ao mesmo tempo o duplo perigo da república democrática jacobina e do velho regime* (HOBSBAWM, 2002a, p. 108).

Foi então que começou a surgir, primeiramente na Inglaterra, uma literatura historiográfica que *reinterpretava* a democracia ateniense como o regime de “uma multidão licenciosa e turbulenta, ‘cidadãos sem propriedade, sem indústria e talvez sem objetos de indústria’, uma multidão ociosa, mantida pela escravidão e por pagamentos públicos, sempre pronta a pilhar a riqueza dos ricos” (MITFORD, *apud* WOOD, 2003, p. 169):

[...] Antes da segunda metade do século XVIII, e principalmente antes das revoluções americana e francesa, não teria sido incomum uma caracterização da antiga democracia ateniense como uma comunidade “mecânica” em que a aristocracia era subordinada a uma multidão “utilitária” de cidadãos trabalhadores – em comparação, por exemplo, com Esparta, onde o conjunto dos cidadãos era formado por uma espécie de nobreza, “dos que vivem de suas próprias rendas, sem se engajar no trabalho de sua própria terra nem em qualquer outro trabalho para se manter”<sup>40</sup>. Caracterizações semelhantes fizeram parte de uma longa tradição que se estende no passado até a própria Grécia antiga e a identificação de democracia com

<sup>38</sup> Para não nos alongarmos demais, duas passagens do *Discurso sobre a desigualdade* (a primeira delas bastante conhecida) ilustram o teor de sua crítica. Vamos a elas: “O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer *isto é meu* e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos crimes, guerras, assassinios, misérias e horrores não pouparia ao gênero humano aquele que [...] tivesse gritado a seus semelhantes: ‘Defendei-vos de ouvir esse impostor; *estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém!*’ [...] essa ideia de propriedade, dependendo de muitas ideias anteriores [...], não se formou repentinamente no espírito humano. Foi preciso fazer-se muitos progressos, adquirir-se muita indústria e luzes [...] antes de chegar a esse último termo [...]” (ROUSSEAU, 2000, p. 87 – grifo nosso); “Se seguirmos o processo da desigualdade [...] verificaremos ter constituído seu primeiro termo o estabelecimento da lei e do direito de propriedade; a instituição da magistratura, o segundo; sendo o terceiro e último a transformação do poder legítimo em poder arbitrário. Assim, o estado de rico e de pobre foi autorizado pela primeira época; o de poderoso e de fraco pela segunda; e, pela terceira, o de senhor e de escravo, que é o último grau da desigualdade *e o termo em que todos os outros se resolvem, até que novas revoluções dissolvam completamente o governo ou o aproximem da instituição legítima*” (ROUSSEAU, 2000, p. 110 – grifo nosso). Se o trecho traz temas historiográficos polêmicos sobre a ordem em que estas coisas teriam ocorrido etc., isso não nos importa aqui: o que interessa é o *encadeamento lógico* da crítica democrático-radical rousseauiana à propriedade e o desvelamento desta como um constructo social, artificial, e não como “direito natural”, e, portanto, inalienável, como queriam Locke e os liberais – cujo raciocínio levado às últimas consequências, aliás, conduz ao extremo grotesco de pôr o direito à propriedade no mesmo patamar (ou em patamar superior?) em que está o direito à liberdade ou à segurança, já que estes pensadores não estabelecem hierarquia entre os tais “direitos naturais”. Isso tem as maiores consequências: imagine-se, p. ex., uma cidade hipotética que tenha suas ruas patrulhadas cotidianamente por policiais fortemente armados, em que seja considerado legítimo que se tire a vida de pessoas por estas terem atentado contra o *patrimônio* de outrem...

<sup>39</sup> Símbolo exemplar das implicações deste duplo enfrentamento no pensamento político francês da época é o eminente pensador franco-suíço Benjamin Constant. Discutiremos algumas dentre as mais importantes de suas ideias adiante.

<sup>40</sup> HARRINGTON, *apud* WOOD (2003, p. 168).

a dominação por um *demos* “utilitarista”. *Nesses relatos da democracia, o cidadão trabalhador ainda está vivo e forte*<sup>41</sup>.

Mas pelo final do século XVIII ocorreu uma alteração significativa. A multidão mecânica começou a ceder terreno à “ralé ociosa” [idle mob] mantida pelo trabalho de escravos (WOOD, 2003, pp. 168-169).

Algo muito importante a ressaltar, aqui, é que na Atenas antiga *o trabalhador livre era proprietário de seus meios de produção*, ou seja, ele não estava sujeito aos imperativos do mercado para garantir sua subsistência, como está no mundo moderno. Esta é uma diferença fundamental entre ele e o trabalhador que surge no capitalismo, cujo processo de constituição é antes de mais nada *o processo de separação dos trabalhadores dos meios de produção*, através da expropriação destes por aqueles que viriam a se tornar os proprietários capitalistas.

Este mito da multidão ociosa sustentada por escravos e que só por isso tem tempo para fruir o “lazer da política” tornar-se-á, a partir daí, a tendência interpretativa dominante sobre o assunto, sendo ponto comum a muitos pensadores – que sobre outros assuntos podem ter as mais diversas visões de mundo – ao longo do século XIX, em diferentes versões:

[...] se Mitford representa um exemplo particularmente extremo de retórica antidemocrática, a mesma multidão ociosa aparece em obras muito mais sóbrias e eruditas ao longo do século seguinte. Na influente história econômica de August Boeckh, a escravidão e os pagamentos públicos mais uma vez são fontes de corrupção da democracia, acostumando a multidão à ‘indolência’ e dando a ela o lazer de participar da política, ‘ao passo que nos países em que a escravidão não existia, os cidadãos, obrigados a trabalhar para garantir a própria sobrevivência, não tinham tanta disponibilidade para se empregar nos negócios do governo’” (WOOD, 2003, p. 170).

O que está ausente do debate, numa colocação como esta de Boeckh, é que nos estados em que a escravidão não existia os cidadãos não tinham tanta disponibilidade não porque trabalhassem (já que, como procuramos demonstrar anteriormente, os atenienses *também* trabalhavam e isto *também era central* em suas vidas), mas porque estavam sendo explorados por senhores que deles exigiam excedente econômico, aumentando seu tempo de trabalho além do necessário a sua subsistência! E, conseqüentemente, não deixando a eles nenhum tempo livre para o exercício da política... Mas, afinal de contas, a quem interessa pôr esses “pobres indolentes” na política? Quem raciocina conforme a citação acima ou as que se seguirão abaixo tem muitas vezes uma “solidariedade senhorial” tão “naturalizada” que em geral não aventa a hipótese de isso interessar pelo menos aos próprios “pobres”<sup>42</sup>...

<sup>41</sup> Montesquieu é lembrado por Wood como um dos autores de relatos onde “o cidadão trabalhador ainda está vivo e forte”.

<sup>42</sup> Há toda uma linha de argumentação desenvolvida no sentido de *justificar* este tipo de raciocínio, que, se não apresenta os “pobres” como destituídos de qualquer interesse (pois isso estaria próximo demais da negação da sua condição humana mesma), *identifica* – e este é o “pulo do gato” – seus interesses aos dos ricos privilegiados, como mera reprodução destes. Exemplo cabal de tal operação está na citada afirmação aristotélica do interesse

Continuemos com WOOD:

O resultado foi que ‘Mesmo na mais nobre das raças da Grécia, entre as quais os atenienses devem ser relacionados, a depravação e a corrupção moral predominavam entre todo o povo’ (BOECKH, *apud* WOOD, 2003, p. 170). E mesmo Fustel de Coulanges atribuiria a turbulência da Grécia antiga à ausência de princípios econômicos que teriam compelido ricos e pobres a viver juntos em bons termos, como teriam feito ‘se, por exemplo, um tivesse necessidade do outro – se os ricos não pudessem ter enriquecido sem convocar o trabalho dos pobres [!!!], e se os pobres pudessem ter encontrado meios de vender o próprio trabalho para os ricos’. Na realidade, ‘o cidadão encontrava poucos empregos, tinha pouco a fazer; a falta de ocupação logo o tornava indolente. Como via apenas escravos a trabalhar, ele desprezava o trabalho’<sup>43</sup> (FUSTEL de COULANGES, *apud* WOOD, p. 170).

É claro que uma interpretação como esta guarda fortes laços, conscientes ou não, com a ideologia<sup>44</sup> liberal e sua “ética do trabalho”. O problema para estes pensadores não era que os atenienses não trabalhassem, mas “o fato de eles [...] não trabalharem *o suficiente* e, acima de tudo, o fato de não *servirem*” a um senhor, a “nenhum senhor mortal”. Sua *independência* é mostrada como um *vício*, como fonte de *corrupção*, um *defeito*, algo a ser evitado, como se a experiência cultural ateniense (que produziu os riquíssimos e – quase – unanimemente reconhecidos como positivos frutos culturais, intelectuais e morais que citamos alhures) pudesse ser separada de seu componente político, da democracia substantiva em que ela teve *lugar e que a possibilitou*.

Esta batalha de ideias tem claramente a marca de uma elite amedrontada com os avanços das forças democráticas que ela mesma ajudou a liberar quando se insurgiu contra o regime feudal. Ela usa as massas populares para afirmar-se contra aquele regime, inicialmente, apresentando seus interesses como interesses universais. Isso, entretanto, a força a desenvolver uma ideologia<sup>45</sup> capaz de garantir o apoio das massas *ao mesmo tempo em que justifica que estas não tenham espaço efetivo para decidir*, para participar ativamente da política – o que, obviamente, ameaçaria seu próprio recém-adquirido *status* como classe

---

do escravo em sua própria escravidão – bem como na visão dos trabalhadores como “colaboradores” da empresa, muito difundida hoje em dia, em que aqueles que são explorados aparecem como tendo exatamente os mesmos interesses daqueles que os exploram. É claro que este tipo de mistificação desaparece como num passe de mágica na primeira contenda coletiva sobre libertação, no caso dos escravos, ou reajuste salarial ou redução da jornada de trabalho sem redução de salários, no dos assalariados...

<sup>43</sup> Interessantíssimo neste tipo de observação é que *nunca se coloca o rico que não trabalha como indolente*. Ou seja: os “pobres”, termo que remete justamente aos trabalhadores (que *têm que* trabalhar para viver), aparecem como indolentes, enquanto os “ricos”, os proprietários, que os exploram e por isso escapam à necessidade de trabalhar, são laboriosos. Esta inversão é fabulosa inversão... Quando a realidade é tão terrível que petrifica, se a encara por meio do espelho da ideologia...

<sup>44</sup> Esta palavra é usada, aqui, em seu sentido ampliado, tal como definido pelo Houaiss: “conjunto de convicções filosóficas, sociais, políticas etc. de um indivíduo ou grupo de indivíduos”. Ela comporta outros sentidos, que abordaremos adiante no presente trabalho.

<sup>45</sup> Ideologia aqui tem outro sentido. Consciência parcial, mistificada etc., em que interesses particulares são representados como universais etc. Ambos os sentidos estão desenvolvidos no capítulo 2 do presente trabalho, bastando por ora explicitar seus contornos mais gerais.



dominante, poria em xeque sua propriedade etc.

É muito significativo que os autores citados tenham muito em comum com autores contemporâneos – como a Agnes Heller pós-marxista – que insistem justamente em um ponto: desqualificar a democracia substantiva em relação à democracia formal. A seguinte passagem é elucidativa:

A defesa da democracia formal é às vezes explicitamente acompanhada de um ataque à democracia “substantiva”<sup>46</sup>. Agnes Heller, em “On Formal Democracy”, escreve: “A afirmação de Aristóteles, um analista altamente realista, de que todas as democracias se transformam imediatamente em anarquia, e esta em tirania, foi a declaração de um fato, não uma calúnia aristocrática feita por um antidemocrata. A república romana nunca foi democrática. E quero acrescentar que mesmo que a degradação das democracias modernas em tiranias esteja longe de ser eliminada (fomos testemunhas disso no caso do fascismo italiano e alemão), a permanência das democracias modernas se deve precisamente ao seu caráter formal” (p. 130). Consideremos uma frase de cada vez. A denúncia da democracia antiga como o prenúncio inevitável da anarquia e tirania (o que é mais característico de Platão ou de Políbio que de Aristóteles) é uma calúnia antidemocrática. Ela não tem qualquer relação com sequências históricas, causais ou cronológicas. A democracia ateniense trouxe o fim da instituição da tirania e sobreviveu por quase dois séculos, para finalmente ser derrotada não pela anarquia, mas por uma força militarmente superior. Durante aqueles dois séculos, evidentemente, Atenas produziu uma cultura muito frutífera e influente que sobreviveu à própria derrota e também lançou as bases das concepções ocidentais de cidadania, e domínio do direito. A república romana realmente “nunca foi democrática”, e o resultado mais notável de seu regime aristocrático foi a morte da república e sua substituição por um governo autocrático imperial. (Aquela república antidemocrática foi, por acaso, a grande inspiração do que Heller considera o documento constitutivo da democracia moderna, a Constituição dos Estados Unidos.) Dizer que a “degradação da democracia moderna em tirania está longe de ser eliminada” parece um pouco tímido numa associação com o fascismo – para não mencionar a história da guerra e do imperialismo que está inseparavelmente ligada à história da democracia formal. Quanto à duração, vale a pena mencionar que ainda não existe nenhuma democracia formal que tenha durado tanto quanto a democracia ateniense. Nenhuma “democracia” europeia, pelos critérios de Heller, tem um século de vida (na Grã-Bretanha, por exemplo, a votação plural sobreviveu até 1948); e a república americana, a quem ela atribui a “ideia constitutiva” da democracia formal, levou um longo tempo até aperfeiçoar a exclusão ateniense das mulheres e dos escravos<sup>47</sup>, ao passo que não se pode considerar que nem mesmo os homens trabalhadores livres – cidadãos integrais da democracia ateniense – tenham ganhado acesso irrestrito à democracia “formal” até que os últimos Estados abolissem as qualificações por propriedade no final do século XIX (sem mencionar a variedade de estratégias usados para desencorajar o

<sup>46</sup> O modelo histórico de “democracia substantiva” adotado pela autora, como temos visto, é a democracia ateniense clássica. Leitura fortemente recomendada, com a ênfase posta mais sobre os *projetos* democráticos rousseauiano e marxista que sobre a historicamente existente democracia ateniense (apesar de também reivindicá-la como experiência fundamental na definição do projeto democrático como possibilidade) é COUTINHO, 2006.

<sup>47</sup> A escravidão só é constitucionalmente abolida nos EUA em 1865, após a vitória do Norte na Guerra de Secessão, através da 13ª Emenda à Constituição (que começa a vigorar oficialmente em 06 de dezembro de 1865, após a ratificação da Geórgia completando 2/3 dos estados – alguns estados rejeitaram a emenda, sendo que Delaware, Kentucky e Mississippi só a ratificaram no século XX: o Mississippi em 1995!). A 15ª Emenda, que proíbe a discriminação do direito de voto baseada em “raça, cor ou condição anterior de servidão” data de 1870, mais de noventa anos após a Declaração de Independência e mais de oitenta após a adoção da Constituição. A 19ª Emenda, proibindo a discriminação do direito de voto baseada em sexo, é de 1920. O texto constitucional norte-americano completo, incluindo as citadas emendas, está disponível em EUA (2010b). Para informações históricas sobre esta Constituição, cf. EUA (2010a). Para informações históricas sobre as emendas citadas nesta nota e sua ratificação, cf. MOUNT (2010).

voto dos pobres em geral e dos negros em particular, que até hoje não foram completamente removidos). Assim, na melhor das hipóteses (e apenas para os homens brancos), existe um registro de duração de talvez um século e meio para as “democracias formais” existentes (WOOD, 2003, p. 217, nota 18).

Em suma: a partir da recusa do caráter substantivo da democracia ateniense (não da recusa em reconhecer que ela, historicamente, existiu, mas da recusa em aceitá-la como, pelo menos, esboço de uma possibilidade posta para as sociedades modernas), *reescreveu-se* a história, tratando-a tal como ela *aparece* filtrada pelas lentes de ideologias ligadas às classes dominantes desde a Grécia antiga até a Europa moderna<sup>48</sup> e que têm em comum dois princípios: o de que o trabalhador é apenas mais um *fator de produção* ou *instrumento animado* (Aristóteles, que nesta definição antecipou em dois mil anos o que o trabalhador livre *de fato* viria a se tornar a partir de sua total separação da propriedade dos meios de produção sob o capitalismo<sup>49</sup>), sendo o proprietário de meios de produção o verdadeiro *agente* do trabalho e o *gerador das riquezas* (princípio comum tanto a Aristóteles quanto a Locke<sup>50</sup>); e o de que as massas obrigadas a trabalhar para viver, por falta de tempo e meios para cultivar suas faculdades intelectivas, não desenvolvem os atributos necessários à participação na esfera política, atributos estes desenvolvidos apenas pelos que não precisam trabalhar para viver e podem, portanto, cultivá-los – antiquíssimo argumento antidemocrático, aristocrático. Em certos casos, como no de Heller acima, em nome da referida desqualificação incorre-se mesmo em erros grosseiros que nada têm a ver com o que os estudos apontam ter sido o desenrolar histórico dos fatos. Nesta visão da história, a participação política do trabalhador é um erro, *não é desejável*, e se a encara com resignação<sup>51</sup> (quando não com virulência) – já que

---

<sup>48</sup> Se – talvez temerariamente – estendemos este fio de ligação até limite tão longínquo, isto se justifica a partir de agudíssimo apontamento de Benjamin, de 1940, indispensável para se pensar os dias que correm: “[...] os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. Isso diz tudo para o materialista histórico. Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corveia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie” (BENJAMIN, 1994, tese 7).

<sup>49</sup> Ele foi capaz de tal antecipação porque neste momento de sua argumentação ele *identifica a figura do trabalhador livre com a do escravo*. Isto ocorre na *Política* (Livro III, cap. IV, par. 5).

<sup>50</sup> É notória a identidade entre trabalho e capital operada pela economia política clássica, em que capital nada mais é do que trabalho acumulado. Marx nos lembra que o mesmo economista que nos diz isso, nos diz simultaneamente que “o trabalhador, longe de poder comprar tudo, tem de vender-se a si próprio e a sua humanidade. Enquanto a renda fundiária do indolente possuidor de terra perfaz [...] a 3ª parte do produto da terra, e o lucro do capitalista diligente perfaz o dobro do juro do dinheiro, o a mais que na melhor das hipóteses o trabalhador ganha perfaz: de seus 4 filhos, 2 têm de passar fome e morrer” (MARX, [1844], 2004, pp. 28-29).

<sup>51</sup> Carlos Nelson Coutinho nos lembra que “para o liberal Tocqueville, a democracia é inevitável, *mas é algo em si negativo*. [...] ele vê a democracia como um fenômeno irreversível no mundo moderno, mas contra o qual é preciso inventar remédios, criando controles que a impeçam de se transformar em ‘tirania da maioria’. Não hesitaria em dizer: Tocqueville teme a ‘tirania da maioria’ porque a maioria é popular [...]. O fortalecimento do

as massas trabalhadoras volta e meia *impõem* sua participação, por mais que isso desagrade àqueles que tencionam deter o poder com exclusividade. É devido ao encadeamento lógico exposto acima que se teve de encontrar quem sustentasse o cidadão-camponês ateniense, já que não se poderia admitir que trabalhadores brutos e incultos participassem tão ativamente da vida política da mais iluminada das cidades. Quanto aos efeitos desta revisão histórica, passemos a palavra mais uma vez a WOOD:

[...] foram enormes, estendendo-se para muito além das motivações antidemocráticas originais de historiadores como Mitford. A ralé ociosa cobriu desde a descrição da democracia em Hegel, na qual a condição básica da política democrática era serem os cidadãos liberados da necessidade do trabalho e “que aquele que entre nós é executado por cidadãos livres – o trabalho da vida diária – deveria ser executado por escravos” (HEGEL, *Filosofia da História*, apud WOOD, 2003 – grifo nosso), até a inversão marxista da ralé ociosa no “modo escravista de produção”

Entretanto, há aqui um paradoxo, porque o interesse intelectual pela escravidão era muito menor em proporção que o peso ideológico atribuído a ela. Os antidemocratas que levaram os escravos à sua posição proeminente pelo uso do tema da ralé ociosa tinham interesse muito menor em explorar o próprio tema da escravidão do que em desacreditar a multidão democrática. Do outro lado, os liberais que invocaram o exemplo da Grécia antiga em defesa da reforma política moderna estavam ainda menos ansiosos em se deter no embaraço representado pela escravidão, enquanto, dada sua ambivalência em relação à democracia, à extensão de direitos à classe trabalhadora (por comparação com o aperfeiçoamento das instituições representativas e das liberdades civis), também não tinham tanto interesse em enfatizar o papel da multidão trabalhadora na democracia ateniense.

*O resultado foi uma curiosa imprecisão em relação à economia política de Atenas, talvez ainda mais acentuada entre os liberais que entre os conservadores* (WOOD, 2003, pp. 170-171 – grifos nossos).

Exemplo eloquente desta imprecisão no campo liberal é o filósofo político franco-suíço Benjamin Constant<sup>52</sup>, que, ademais, baseado em conclusões dela derivadas estabelece uma interpretação paradigmática da liberdade – e, a partir desta, da democracia – como podendo ser entendida em dois sentidos, até certo ponto, antagônicos. Esta interpretação é uma das mais influentes bases teóricas do deslizamento aludido no início do presente capítulo, aquele em que *liberalismo* se confunde com *democracia*, e, portanto, merece ser examinada por nós com alguma atenção. Faremos isso a seguir.

---

liberalismo é visto como um remédio contra os males da democracia. De resto, ao contrário de Constant, Tocqueville já se confronta com a ala mais radical da democracia, ou seja, com o socialismo – que se manifesta, sobretudo no contexto da revolução francesa de 1848, como uma alternativa real ao poder da burguesia –, e o condena duramente enquanto a expressão máxima do despotismo implícito na tendência igualitária da democracia” (COUTINHO, 2006, pp. 16-17). Quanto a estes “remédios” e “controles”, veremos adiante como eles foram desenvolvidos e postos em prática.

<sup>52</sup> Nascido em Lausanne em 1767 e falecido em Paris em 1830, Constant exerceu destacado papel político na vida francesa durante a segunda metade da Revolução e após a queda de Napoleão, até sua morte.

#### 1.4 Rio sem água é e não é rio: do plano sincrônico à reta diacrônica, ou a liberdade unidimensional vista de um lado

*Usar a história como expediente para explicar a limitação das ações humanas não é uma boa regra de método, pois são os homens que criam a história socialmente.*

Florestan Fernandes [A revolução burguesa no Brasil]

Em discurso proferido em 1819 em Paris, Constant define duas formas de liberdade: a “liberdade dos antigos” e a “liberdade dos modernos”. Ele fundamenta a importância desta diferenciação a partir da proposição de dois problemas, dos quais nos interessa o primeiro<sup>53</sup>.

O pensador afirma que a confusão entre estes dois tipos de liberdade teria sido, “durante épocas por demais conhecidas de nossa revolução” (a referência ao período da república jacobina é explícita, como veremos), a causa de muitos males. “A França viu-se molestada por experiências inúteis cujos autores [...] tentaram forçá-la a usufruir de um bem que ela não desejava e contestaram-lhe o bem que ela queria”<sup>54</sup>. Mais à frente o autor explicita a que autores e a que momento da revolução ele se refere ao justificar a diferenciação entre os dois tipos de liberdade, corroborando a hipótese que apresentamos acima<sup>55</sup>:

Eu disse no início que, por não terem percebido essas diferenças, homens bem-intencionados tinham causado grandes males durante nossa longa e tempestuosa revolução. De forma nenhuma desejo dirigir-lhes críticas demasiado severas: mesmo o erro deles era desculpável. [...]

[...] O objetivo de nossos reformadores foi nobre e generoso. Quem de nós não sentiu o coração bater de esperança no começo da estrada que eles pensavam abrir? [...]

Mas esses homens tinham ido buscar várias de suas teorias nas obras de dois filósofos, que eles próprios não tinham se dado conta das modificações transmitidas por dois mil anos às tendências do gênero humano. *Examinarei, pois, o sistema do mais ilustre desses filósofos, J. J. Rousseau, e mostrarei que, transportando para os tempos modernos um volume de poder social, de soberania coletiva que pertencia a outros séculos, este gênio sublime, que era animado pelo amor mais puro à liberdade, forneceu, todavia, desastrosos pretextos a mais de um*

<sup>53</sup> O segundo destes problemas, aliás, é em nossa opinião *um falso problema*, a saber: “por que este governo [o governo representativo], o único sob o qual podemos hoje encontrar alguma liberdade e tranquilidade, foi inteiramente desconhecido para as nações livres da antiguidade” (CONSTANT, [1819] 1985). *A não-ocorrência de tal ou qual fato histórico não precisa ser explicada, a não ser que se tenha podido imaginar, a partir de evidências históricas, que o dito fato esteve na iminência de ocorrer e sua ocorrência tenha sido abortada – sendo que, neste caso, o fato histórico é o próprio malogro de uma tendência posta historicamente.* Constitui procedimento epistemológico profundamente problemático que se imagine, como é o caso na colocação deste falso problema por Constant (e isso é cabalmente comprovado pela leitura atenta do texto em discussão, como por exemplo nas passagens sobre Roma, Esparta, Atenas e nas referências à relação entre a demografia nas cidades-Estado e a não-eclosão do “sistema representativo”), que certo fato histórico esteve o tempo inteiro em potência, à espreita, trans-historicamente apenas esperando a ocasião propícia para eclodir, sem que haja evidências históricas que comprovem esta presença e as possibilidades, tendências e determinações concretas relacionadas a ele no momento em estudo. O que precisa ser explicado, sempre, é a ocorrência de tal ou qual fato histórico.

<sup>54</sup> *Ibid.*

<sup>55</sup> A hipótese de que a desqualificação da modalidade de democracia *substantiva* e sua substituição pela *formal* está diretamente relacionada ao duplo enfrentamento da burguesia nascente contra, de um lado, o fantasma da república democrática jacobina e, de outro lado, a restauração do Antigo Regime.

*tipo de tirania* (CONSTANT, [1819] 1985 – grifos nossos<sup>56</sup>).

Foi justamente para responder ao que o autor considera textualmente como “excessos” e combater a democracia substantiva enquanto possibilidade posta para as sociedades modernas – ou seja, para responder não apenas ao que foi a república jacobina, mas ao que *poderia ser* qualquer tentativa de pôr em prática as ideias democráticas de Rousseau – que se formulou a diferença entre estes dois tipos de liberdade, associando o *sistema representativo* (ligado à “liberdade dos modernos”) aos modernos e a democracia (ligada à “liberdade dos antigos”) aos antigos.

Tendo situado, então, a problemática com que lida o autor, vamos às definições de cada um dos tipos de liberdade. O autor define a “liberdade dos modernos” da seguinte forma:

Perguntai-vos primeiro, senhores, o que em nossos dias um inglês, um francês, um habitante dos Estados Unidos da América entendem pela palavra liberdade.

É para cada um o direito de não se submeter senão às leis, de não poder ser preso, nem detido, nem condenado, nem maltratado de nenhuma maneira, pelo efeito da vontade arbitrária de um ou de vários indivíduos. É para cada um o direito de dizer sua opinião, de escolher seu trabalho e de exercê-lo; **de dispor de sua propriedade, até de abusar dela**<sup>57</sup>; de ir e vir, sem necessitar de permissão nem ter que prestar contas de seus motivos ou de seus passos<sup>58</sup>. É para cada um o direito de reunir-se a outros indivíduos, seja para discutir sobre seus interesses<sup>59</sup>, seja para professar o culto que ele e seus associados preferem, seja simplesmente para preencher seus dias e suas horas de maneira mais condizente com suas inclinações, com suas fantasias. Enfim, é o direito, para cada um, de influir sobre a administração do governo, seja pela nomeação de todos ou de certos funcionários, seja por representações, petições, reivindicações, as quais a autoridade é mais ou menos obrigada a levar em consideração.

Segue-se a esta a definição da “liberdade dos antigos”:

<sup>56</sup> Todas as citações de Constant nesta seção virão deste mesmo texto.

<sup>57</sup> O tema da livre disposição da propriedade como bem entende o proprietário, na análise das Constituições francesas de 1791 e 1793.

<sup>58</sup> Este tema, o direito de ir e vir, também retornará à discussão ainda neste capítulo.

<sup>59</sup> Desde que este “cada um” não seja um membro da classe trabalhadora, como amargamente experimentado por estes quando tentaram se reunir em associações sindicais ao longo de todo o século XIX, o que só conseguiram depois de árdua batalha contra as leis que **proíbiam a organização sindical em nome da liberdade dos patrões**. Quanto a isso, cf. *O Capital* (MARX, 1988, livro I, tomo II, cap. XXIV, item 3), em que são relacionadas as leis e decretos versando sobre o tema, tanto na Inglaterra quanto na França, no século XIX e anteriores. Vale transcrever a passagem, neste capítulo, sobre a liberdade de “reunir-se a outros indivíduos” vigente na França em que Constant escrevia: “Logo no início da tormenta revolucionária, a burguesia francesa ousou abolir de novo o direito de associação que os trabalhadores tinham acabado de conquistar. Pelo decreto de 14 de junho de 1791 ela declarou toda coalizão de trabalhadores como um **‘atentado à liberdade e à declaração dos direitos humanos’** [!!!], punível com a multa de 500 libras além da privação, por um ano, dos direitos de cidadão ativo. Essa lei [...] sobreviveu a mudanças dinásticas. Mesmo o Governo do Terror [a república jacobina] deixou-a intocada. [...] Nada é mais característico que o pretexto para este golpe de Estado burguês. ‘Se bem que’, diz Le Chapelier, o relator, ‘seja desejável que o salário se eleve acima de seu nível atual, para que aquele que o receba esteja livre dessa dependência absoluta que é produzida pela privação dos meios de primeira necessidade, a qual é quase a dependência da escravidão’, não se deve autorizar, contudo, os trabalhadores a estabelecer entendimentos sobre seus interesses, agir em comum e, por meio disso, moderar sua ‘dependência absoluta, que é quase escravidão’, porque assim ferem a ‘liberdade de seus *ci-devant maîtres*, dos atuais empresários’ (a liberdade de manter os trabalhadores na escravidão!)” [...] (MARX, 1984, p. 270 – grifo nosso).

[...] Comparai agora a esta a liberdade dos antigos.

Esta última consistia em exercer coletiva, mas diretamente, várias partes da soberania<sup>60</sup> inteira, em deliberar na praça pública sobre a guerra e a paz, em concluir com os estrangeiros tratados de aliança, em votar as leis, em pronunciar julgamentos, em examinar as contas, os atos, a gestão dos magistrados; em fazê-los comparecer diante de todo um povo, em acusá-los de delitos, em condená-los ou em absolvê-los; mas, ao mesmo tempo em que consistia nisso o que os antigos chamavam liberdade, eles admitiam, como compatível com ela, a submissão completa do indivíduo à autoridade do todo. Não encontrareis entre eles quase nenhum privilégio que vemos fazer parte da liberdade entre os modernos. Todas as ações privadas estão sujeitas a severa vigilância. Nada é concedido à independência individual [...]. Nas coisas que nos parecem mais insignificantes, a autoridade do corpo social interpunha-se e restringia a vontade dos indivíduos.

O autor arremata esta construção de dois pólos antagônicos, que não se tocam e se opõem um ao outro, da seguinte forma: “entre os antigos, o indivíduo, quase sempre soberano nas questões públicas, é escravo em todos os seus assuntos privados”. Já entre os modernos, “ao contrário, o indivíduo, independente na vida privada, mesmo nos Estados mais livres, só é soberano em aparência”.

Constant aponta **duas causas** desta diferença entre a liberdade para os antigos e para os modernos: a primeira é de ordem “demográfica” e a segunda, digamos assim, de ordem “cultural”<sup>61</sup>, sendo derivada da primeira.

Quanto à causa “demográfica”, ele a põe do seguinte modo:

Todas as repúblicas antigas eram fechadas em limites estreitos. A mais populosa, a mais poderosa, a mais importante delas não era igual em extensão ao menor dos Estados modernos. *Como consequência inevitável de sua pouca extensão, o espírito destas repúblicas era belicoso*; cada povo incomodava continuamente seus vizinhos ou era incomodado por eles. [...] Todos compravam a segurança, a independência, a existência inteira ao preço da guerra. Ela era o interesse constante, a ocupação quase habitual dos Estados livres da antiguidade. *Finalmente, e como resultado necessário dessa maneira de ser, todos os Estados tinham escravos. As profissões mecânicas e mesmo, em algumas nações, as industriais eram confiadas a mãos acorrentadas*<sup>62</sup>.

O mundo moderno oferece-nos um espetáculo totalmente oposto. Os menores Estados atualmente são incomparavelmente mais vastos que Esparta ou Roma durante cinco séculos. Mesmo a divisão da Europa em vários Estados é, graças ao progresso do saber, mais aparente do que real. [...] uma massa de homens existe agora sob diferentes nomes, sob diversos modos de organização social, mas essencialmente homogênea. Ela é suficientemente forte para não temer hordas

<sup>60</sup> “Em sentido lato, o conceito político-jurídico de Soberania indica o poder de mando de última instância, numa sociedade política e, conseqüentemente, a diferença entre estas e as demais associações humanas em cuja organização não se encontra este poder supremo, exclusivo e não derivado. [...] de fato, a Soberania pretende ser a racionalização jurídica do poder, no sentido da transformação da força em poder legítimo, do poder de fato em poder de direito” (BOBBIO *et al.*, 1999, vol. 2, p. 1179). Esta é uma conceituação sumária. Para apontamentos sobre a história da Soberania e as diferentes formas de sua caracterização, cf. a continuação deste verbete na obra citada, que ademais é plena de referências bibliográficas para aprofundamento sobre o tema.

<sup>61</sup> Os termos estão entre aspas porque no desenvolvimento deste texto carregam consigo muito mais do que meras determinações de ordem demográfica ou cultural – partindo de apontamentos desta natureza, o autor extrai, de certo modo bastante arbitrariamente, conclusões de natureza política, social e até mesmo econômica de monta, como veremos.

<sup>62</sup> Comparece aqui aquela imprecisão em relação à economia política de Atenas à qual nos referimos na seção anterior.

bárbaras. É suficientemente esclarecida para não querer fazer a guerra. Sua tendência é a paz [grifos nossos].

Este trecho merece ser examinado um pouco mais detidamente. Em primeiro lugar, é evidente que não é consequência inevitável da pouca extensão de um Estado ser ele beligerante ou não, assim como os Estados europeus nunca em sua história, de seu surgimento até o momento em que Constant proferia este discurso, demonstraram a mencionada tendência à paz e o dito esclarecimento no sentido de não querer a guerra (isso também vale, no geral, até os dias de hoje). Não deveria ser necessário sequer argumentar aqui, bastando lembrar a infinidade de guerras em que se meteram as “grandes nações” europeias durante e após sua constituição<sup>63</sup>. Em segundo lugar, notamos que está de volta à cena o mito da “ralé ociosa”, com a já analisada confusão entre a totalidade da população trabalhadora no mundo antigo e os escravos – confusão esta que apresenta os trabalhadores livres como uma turba ociosa e inconveniente sustentada pelo trabalho de escravos (e impostos dos ricos) e, por isso, com tempo livre e ousadia para participar do “lazer da política”, como já discutimos. Isso terá desdobramentos no encadeamento das ideias de Constant, como veremos.

Quanto à causa “cultural”, derivada da primeira, ela aparece a seguir:

Essa diferença acarreta uma outra. A guerra é anterior ao comércio; pois a guerra e o comércio nada mais são do que dois meios diferentes de atingir o mesmo fim: o de possuir o que se deseja. O comércio não é mais que uma homenagem prestada à força do possuidor pelo aspirante à posse. É uma tentativa de se obter por

---

<sup>63</sup> Ou Constant não conhecia bem a história de seu próprio continente (o que obviamente não é o caso), ou o argumento foi formulado de acordo com a ocasião – um argumento *ideológico*. Uma pena, aliás, que ele não tenha vivido para ver o que ocorreu no século XX, cujas guerras imperialistas fizeram os confrontos entre potências coloniais – não o processo de colonização, note-se bem, em que tiveram lugar os mais escandalosos genocídios e massacres, em escala só comparável ao que ocorreu na II Grande Guerra – dos séculos XVIII e XIX parecerem uma ingênua brincadeira de crianças. Quanto àqueles, numa lista que não tem a menor pretensão de ser exaustiva, mas apenas exemplificativa, de guerras anteriores e contemporâneas ao autor, travadas entre as “grandes nações” europeias, já constituídas ou em processo de constituição, amplamente conhecidas e responsáveis por descomunal saldo de destruição dentro da própria Europa (isso para não falar nos processos de colonização, onde todo tipo de atrocidade foi cometido, mas que não contaram, em geral, com o estatuto de guerras – já em 1819 poderíamos perguntar aos índios americanos, aos negros africanos, aos hindus ou aos chineses qual era mesmo a “tendência” das “pacíficas” nações europeias...), poderíamos enumerar: Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), envolvendo a maior parte das nações europeias; Guerra da Restauração ou da Aclamação (1640-1688) envolvendo Portugal e Espanha; Guerras Anglo-Holandesas (1652-1674), envolvendo Grã-Bretanha e a República das Sete Províncias Unidas (atual Holanda); Guerra de Devolução (1667-1668), travada entre Espanha e França, tendo envolvido também Inglaterra, Suécia e as Províncias Unidas; diversas guerras entre diferentes nações europeias e o Império Otomano desde pelo menos o século XVII até o século XX, com sua dissolução; Guerra Franco-Holandesa (1672-1678), em que tomaram parte, além de França e República das Províncias Unidas, Inglaterra, Suécia, Sacro Império Romano-Germânico, Espanha, além de outros Estados menores (destaque, entre estes, para Brandemburgo); Guerra da Quádrupla Aliança (1718-1720), em que tomaram parte a Espanha, o Sacro Império, a Grã-Bretanha, a França, República das Províncias Unidas; Guerra dos Sete Anos (1756-1763) que envolveu Prússia, Grã-Bretanha, Portugal, Rússia, França, Suécia, além da Casa dos Habsburgo e de Estados menores na região da atual Alemanha, tendo repercutido nas colônias destas potências, como por exemplo na *French and Indian War* no território norte-americano, chegando a envolver populações indígenas na América; Guerras Napoleônicas (1799 ou 1803-1815), em que tomaram parte o Império Austríaco, o Império Russo, a Prússia, o Reino Unido, a Espanha, Portugal, Suécia, os Países Baixos, o então Império Francês, a atual Itália, o Império Otomano, entre outros Estados, Confederações, Ducados etc.

acordo aquilo que não se deseja mais conquistar pela violência. Um homem que fosse sempre o mais forte nunca teria a ideia do comércio. [...] A guerra é o impulso, o comércio é o cálculo. Mas, por isso mesmo, deve haver um momento em que o comércio substitui a guerra. Nós chegamos a esse momento.

Há aqui dois problemas: um primeiro de ordem filosófica; um segundo de ordem historiográfica. Primeiramente, do ponto de vista do debate filosófico, nota-se neste trecho forte ressonância do pensamento contratualista, notadamente do homem em estado de natureza hobbesiano – do homem dominado pelo medo de seu semelhante e pelo impulso de obter o que deseja pelos meios de que se possa valer, inclusive a força (solitária ou combinada) empregada contra ele, de maneira a destituí-lo do que ele tem e obter posse<sup>64</sup>. Já Montesquieu apontou a precariedade das imputações hobbesianas ao pretense “homem em estado de natureza” muito antes de Constant proferir o discurso em análise, mas o pensador de Lausanne parece ter preferido simplesmente ignorá-lo<sup>65</sup> – talvez porque este modelo artificialmente lógico, mas de forma alguma histórico, de “estado de natureza” seja uma das bases sempre evocadas pelo pensamento liberal para justificar a necessidade histórica do “contrato social” e da alienação da soberania ao Estado; talvez porque a insistência de Montesquieu em historicizar o pensamento político seja incômoda aos que enxergam os regimes liberais como o fim e a realização da história. Em segundo lugar, do ponto de vista historiográfico, é completamente equivocada a afirmação de que o comércio é posterior à guerra e de que a substitui como “meio para conseguir o que se deseja”. Na verdade, a partir do momento em que se inicia a expansão do modo de produção capitalista tendendo a abranger todo o planeta (tendência que, hoje em dia, já se concretizou), *não há uma guerra importante no mundo que não seja motivada por “interesses comerciais”* – ou melhor, por interesses capitalistas. O reconhecimento de que “o comércio” é a alma, a vida, das nações modernas é, aliás, feito pelo próprio autor na passagem seguinte à citada acima, de maneira apologética: “O comércio era então um acidente feliz; é hoje a condição normal, o fim único, a tendência universal, a verdadeira vida das nações”.

São estas, então, as duas bases (ou causas) da diferenciação entre a “liberdade dos

<sup>64</sup> Para a descrição canônica do homem hobbesiano em estado de natureza, cf. o cap. 13 da parte I d’*O Leviatã* ([1651], 1839, pp. 110-116).

<sup>65</sup> Montesquieu, em seu *Do Espírito das Leis*, de 1748, resolve a questão de maneira sublime, *historicizando* o estado de natureza hobbesiano. Vamos a ele: “Não é razoável o desejo que Hobbes atribui aos homens de subjugarem-se mutuamente. A ideia de supremacia e de dominação é tão complexa e dependente de tantas outras que não seria ela a primeira ideia que o homem teria. Hobbes indaga: ‘Por que os homens, mesmo quando não estão naturalmente em guerra, estão sempre armados? E por que utilizam chaves para cerrar suas casas?’ Mas não percebe que atribuímos aos homens, antes do estabelecimento de sociedades, o que só poderia acontecer-lhes após esse estabelecimento, fato que os leva a descobrir motivos para atacar e defender-se mutuamente” (*Do Espírito das Leis*, Parte I, Livro I, cap. 2). Vale lembrar que *O Leviatã* foi publicado em 1651 numa situação de intensíssima agitação política na Inglaterra.



antigos” e a “liberdade dos modernos”, segundo o filósofo. Ou seja: para ele, a diferenciação entre os tipos de liberdade *corresponde a uma diferenciação na conformação demográfica e cultural das sociedades modernas em relação às sociedades antigas*. Esperamos ter demonstrado, ainda que sumariamente, alguns dos diversos erros que embasam esta correspondência tal como apontada por Constant. Não que elas não sejam demográfica, cultural, econômica, social e politicamente diferentes: só um tolo não o reconheceria. Entretanto, *as ilações* feitas por ele a partir das diferenças encontradas são, como esperamos ter apontado, *indevidas*.

Nosso autor, entretanto, continua sua argumentação a partir delas. E neste prosseguimento será peça-chave a recorrência ao citado mito da “ralé ociosa”: será a partir da combinação deste mito com os argumentos (equivocados) de natureza “demográfica” e “cultural” expostos anteriormente que ele vai extrair as maiores consequências para justificar *por que nas sociedades modernas o povo deve abdicar do exercício do poder em nome de seus representantes*. Acompanhemos o desenvolvimento de sua argumentação e as conclusões a que finalmente chega:

Enfim, graças ao comércio, à religião, aos progressos intelectuais e morais da espécie humana, não há mais escravos nas nações europeias<sup>66</sup>. Homens livres

---

<sup>66</sup> Não é possível ler um comentário como este, feito por um eminente intelectual na França em 1819, sem uma ponta de indignação... Por dois motivos: o primeiro é que foram justamente as “iluminadas” nações europeias que tornaram a escravidão um instituto de abrangência planetária, tendo organizado elas mesmas uma estrutura de tráfico de escravos que cobria o mundo inteiro pela primeira vez – assim, se “não havia escravos nas nações europeias” neste momento, havia em diversas de suas colônias **por sua responsabilidade** (só para citar dois exemplos bem próximos a nós, a escravidão só é constitucionalmente abolida nos EUA em 1865, e no Brasil a Abolição data de 13 de maio de 1888) – aliás, Marx, em 1844 (ou seja, mais de vinte anos após este discurso de Constant), comentando um assunto que tem pontos de contato com este, ainda insistia que “a venda imediata de seres humanos como comércio dos conscritos etc., se realiza em todos os países civilizados” (MARX, [1844] 2004, p. 143); o segundo é que, apesar de o estabelecimento do capitalismo tender a liberar jurídica e politicamente os detentores da força de trabalho, que passa a ser tratada como uma mercadoria como qualquer outra e que para ser vendida deve pertencer a um homem “livre como um pássaro” (a expressão é de Marx), o problema da escravidão, inclusive na Europa e nos EUA, não é um problema completamente resolvido até hoje. Segundo a organização “Free the Slaves” ([www.freetheslaves.net](http://www.freetheslaves.net)), a mais destacada organização norte-americana de luta contra a escravidão (organização irmã da “Anti-Slavery International”, mais destacada organização europeia nesta mesma luta, fundada em 1839), há hoje no mundo em torno de 27 milhões de escravos, sendo 24 milhões deles na Ásia, *produzindo mercadorias que são consumidas em todo o mundo*, inclusive na “iluminada” Europa. Além disso, parte da prostituição neste continente (Europa) é hoje constituída por mulheres escravas, traficadas para lá principalmente da Rússia e da Europa Oriental. No Brasil, que pleiteia nos próximos anos vir a ser a 5ª economia do mundo, a chaga não se fecha: acaba de se realizar, entre 25 e 27 de maio de 2010 (em pleno século XXI, quase duzentos anos após a palestra de Constant...), o I Encontro Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, a partir do reconhecimento de que esta modalidade de trabalho persiste no país – tanto em regiões afastadas dos maiores centros urbanos, como a fronteira agro-pecuária amazônica, como no principal e mais moderno centro econômico-financeiro do país, São Paulo. Um detalhe que não podemos deixar passar despercebido: designado para a mesa que discutia Trabalho Escravo e Responsabilidade Empresarial neste Encontro estava Paulo Mindlin, Diretor de Sustentabilidade do Wal-Mart Brasil e do Instituto Wal-Mart. A Wal-Mart é alvo de inúmeras denúncias nos EUA por empregar, direta ou indiretamente, trabalho escravo e trabalho infantil, bem como por desrespeitar sistematicamente direitos trabalhistas, tanto em seu país-sede quanto nos demais países em que atua (para saber mais sobre isto pode-se consultar a página na internet da organização Wal-Mart Watch – <http://walmartwatch.com/> –, ligada à União Internacional dos Trabalhadores em

devem exercer todas as profissões, atender a todas as necessidades da sociedade. Pode-se prever facilmente, senhores, o resultado necessário dessas diferenças.

*Primeiro, a extensão de um país diminui muito a importância política que toca, distributivamente, a cada indivíduo.* O republicano mais obscuro de Roma e de Esparta era uma autoridade. Não acontece o mesmo com o simples cidadão da Grã-Bretanha ou dos Estados Unidos. Sua influência pessoal é um elemento imperceptível da vontade social que imprime ao governo sua direção.

*Em segundo lugar, a abolição da escravatura privou a população livre de todo o lazer que o trabalho dos escravos lhe permitia.* Sem a população escrava de Atenas, vinte mil atenienses não teriam podido deliberar cada dia na praça pública.

*Em terceiro lugar, o comércio não deixa, como a guerra, intervalos de inatividade na vida do homem. O exercício contínuo dos direitos políticos [...] [acarretaria] apenas perturbações e cansaço às nações modernas,* onde cada indivíduo, ocupado por suas especulações, por seus empreendimentos, pelos resultados que obtém ou espera, quer ser desviado disso o menos possível.

*Finalmente, o comércio inspira aos homens forte amor pela independência individual. O comércio atende a suas necessidades, satisfaz seus desejos, sem a intervenção da autoridade.* Esta intervenção é quase sempre, e não sei por que digo quase, *esta intervenção é sempre incômoda.* Todas as vezes que o poder coletivo quer intrometer-se nas especulações particulares, ele atrapalha os especuladores. Todas as vezes que os governos pretendem realizar negócios, eles o fazem menos bem e com menos vantagens do que nós. [...]

Conclui-se do que acabo de expor que não podemos mais desfrutar da liberdade dos antigos a qual se compunha da participação ativa e constante no poder coletivo. *Nossa liberdade deve compor-se do exercício pacífico da independência privada. A participação que, na antiguidade, cada um tinha na soberania nacional não era, como em nossos dias, uma suposição abstrata.* A vontade de cada um tinha uma influência real; o exercício desta vontade era um prazer forte e repetido. Em consequência, os antigos estavam dispostos a fazer muitos sacrifícios pela conservação de seus direitos políticos e de sua parte na administração do Estado. Cada um, sentindo com orgulho o que valia seu voto, experimentava uma enorme compensação na consciência de sua importância social.

Essa compensação já não existe para nós. *Perdido na multidão, o indivíduo quase nunca percebe a influência que exerce.* Sua vontade não marca o conjunto; nada prova, a seus olhos, sua cooperação. O exercício dos direitos políticos somente nos proporciona pequena parte das satisfações que os antigos nele encontravam [...].

*O objetivo dos antigos era a partilha do poder social entre todos os cidadãos de uma mesma pátria.* Era isso o que eles denominavam liberdade. *O objetivo dos modernos é a segurança dos privilégios privados;* e eles chamam liberdade as garantias concedidas pelas instituições a esses privilégios.

Que o poder se resigne, pois, a isso; [...] como a liberdade de que precisamos é diferente da dos antigos, essa liberdade necessita de uma organização diferente da que poderia convir à liberdade antiga. Nesta, quanto mais tempo e força o homem consagrava ao exercício de seus direitos políticos, mais ele se considerava livre; na espécie de liberdade à qual somos suscetíveis, quanto mais o exercício de nossos direitos políticos nos deixar tempo para nossos interesses privados, mais a liberdade nos será preciosa.

*Daí vem, senhores, a necessidade do sistema representativo.*

O raciocínio é, esquematicamente, o seguinte: nas sociedades modernas a importância da participação política do indivíduo foi, pelas razões de ordem “demográfica” e “cultural” enumeradas, esvaziada<sup>67</sup>; devido à superação da condição escravagista nestas sociedades, o

---

Serviços). Para conhecer melhor o caso brasileiro através de um estudo/relatório consistente e facilmente acessível, pode-se consultar SHARMA (2006).

<sup>67</sup> Isso é um engano (na melhor das hipóteses, isto é, se não for um *engano deliberado*). A importância da participação política dos indivíduos na sociedade moderna foi esvaziada não, em hipótese alguma, por razões demográficas (até porque estas, isoladamente, não são capazes de explicar a política!) ou pelas mencionadas

indivíduo precisa trabalhar e, por isso, não tem mais tempo livre para se dedicar à atividade política (ou ao “lazer da política” como ele a define em outro trecho), que ademais não é mais tão importante mesmo; finalmente, devido a estas diferenças entre “os antigos” e “os modernos”, o objetivo da liberdade moderna é a segurança dos privilégios privados (!), e não a partilha do poder social entre todos os cidadãos de uma mesma pátria! Assim, o cidadão deve *alienar-se de seu poder político*, depositando-o em seus representantes, que em seu nome decidirão o que é melhor para ele e para a sociedade como um todo<sup>68</sup>. É muito interessante notar que Constant não fala em democracia representativa, e sim em “sistema representativo”<sup>69</sup>. O que ele está defendendo é o sistema representativo liberal (com os olhos postos na Inglaterra e o regime liberal *antidemocrático* baseado na soberania parlamentar e no voto censitário) *contra* a democracia, associada à “liberdade dos antigos” e, portanto, inadequada aos tempos atuais.

Carlos Nelson Coutinho sintetiza o que acabamos de explicar da seguinte maneira:

No primeiro momento, é fácil perceber que o liberalismo reage criticamente *contra* a democracia. [...] Benjamin Constant [...] afirma que a liberdade teorizada por Rousseau e praticada pelos jacobinos seria a liberdade do mundo antigo, ou seja, a liberdade de participar na formação do governo, o que implica a criação de uma esfera pública [...] onde todos são, ao mesmo tempo, governantes e governados. Essa forma de liberdade, afirma Constant, não é a que caracteriza os tempos modernos. A liberdade moderna, ao contrário, consistiria em fruir *na esfera privada* os bens que os indivíduos obtêm graças a seus méritos pessoais; para tanto, os indivíduos ‘livres’ nomeiam ‘representantes’ que se ocupam do governo e, desse modo, são tanto mais livres quanto menos participam da esfera pública. Expressa-se aqui, com toda clareza, não a distinção entre a liberdade antiga e a liberdade dos modernos, como queria Constant, mas sim entre a liberdade democrática e a liberdade liberal<sup>70</sup>:

---

razões culturais (esta ordem de causalidade explica muita coisa, mas já vimos que no presente caso as “transformações culturais” apontadas pelo pensador estão bastante longe da correção), mas sim “pela separação e o isolamento da esfera econômica e sua invulnerabilidade ao poder democrático” (WOOD, 2003, p. 202).

<sup>68</sup> Chegaria a ser cômico escrever isso num momento como este em que vivemos, em que o descrédito nos representantes (ou, como se diz, “nos políticos”), que espirra no próprio sistema representativo em si, é generalizado. *Chegaria* a ser cômico, mas na verdade é *trágico*: isto porque o que vem se apresentando como alternativa, ou melhor, o que vem preenchendo o espaço deixado pelo esvaziamento da possibilidade efetiva de participação individual na esfera pública, é um sentimento cada vez mais disseminado, ainda que subrepticiamente, de desprezo pela democracia enquanto regime, o que fortalece, e isso não é brincadeira, projetos políticos autocráticos. Se ainda restam dúvidas quanto a isso, basta conferir os resultados eleitorais recentes na Europa e o fortalecimento, naquele continente, de partidos de extrema-direita, bem como editoriais de certos jornais brasileiros que agora se referem à autocracia civil-militar vigente no país entre 1964 e 1985 como “ditabranda” sem que nenhum grande meio de comunicação venha a público contestá-lo (cf. o Editorial da Folha de São Paulo de 17 de fevereiro de 2009). Aliás, quando intelectuais de peso incontestemente vieram a público contestá-lo, o dito veículo respondeu como segue: “A *Folha* respeita a opinião de leitores que discordam da qualificação aplicada em editorial ao regime militar brasileiro e publica algumas dessas manifestações acima. Quanto aos professores Comparato e Benevides, figuras públicas que até hoje não expressaram repúdio a ditaduras de esquerda, como aquela ainda vigente em Cuba, sua ‘indignação’ é obviamente cínica e mentirosa”. Perante outros questionamentos respondeu da seguinte maneira: na “comparação com outros regimes instalados na região no período, a ditadura brasileira apresentou níveis baixos de violência política e institucional”. Cf. Folha de São Paulo, dias 17, 20 e 28 de fevereiro e 08 de março de 2009.

<sup>69</sup> Isto é um ponto comum entre ele e os autores d’*O Federalista*, e está relacionado justamente à má reputação que estes pensadores atribuíam à democracia, entendida como desgoverno, tumulto, ameaça aos privilégios e coisas que tais.

<sup>70</sup> Esta diferença será explorada na última seção deste capítulo.

apresentar essa distinção como se se tratasse de um fato histórico é o habilidoso modo pelo qual o liberal francês evita dizer claramente que é contra a democracia. [...] a democracia seria um regime do passado [...], algo anacrônico e, portanto, não mais válido na modernidade, no tempo da liberdade privada [...] (COUTINHO, 2006, pp. 15-16).

Pois bem: o que Constant, no discurso em análise, trata como *um dado* posto pela vida nas sociedades modernas – a transformação da participação política em uma “suposição abstrata” – é na verdade uma situação *historicamente constituída*. Ou seja: se há, e certamente há (como apontado em nota anterior e a ser desenvolvido adiante), algo de verdade (apesar de todos os erros enumerados anteriormente) nos apontamentos de Constant sobre o esvaziamento da participação do indivíduo na esfera pública, *isso não significa que tudo deva ser necessariamente assim e que nós, portanto, devemos meramente nos adaptar a esta realidade* “anterior, superior e exterior” – parafraseando as características que Durkheim<sup>71</sup>, pai da sociologia acadêmica, atribui ao fato social – a nós. Até porque, e talvez principalmente porque, é possível compreender como se processou histórica, social e politicamente o referido esvaziamento, e através da apreensão das principais linhas de força determinativas deste processo é factível o desvelamento de suas ligações com certo projeto societário que não é o único em presença desde a fratura do mencionado Terceiro Estado e da entrada da classe trabalhadora no cenário político moderno.

### **1.5 Rio sem água não é e é rio: do plano diacrônico à reta sincrônica, ou a liberdade unidimensional vista de outro lado**

[...] nas relações monetárias [...], concebidas em sua  
forma simples, todas as contradições imanentes da  
sociedade burguesa parecem apagadas.  
Marx [Grundrisse]

Do ponto de vista do *pensamento liberal*, então, podemos dizer que a “liberdade dos modernos”, tal como a definiu Constant, é baseada na ausência de interferência externa ao próprio indivíduo em sua esfera privada, na inexistência de coerção sobre ele. Para os pensadores vinculados a esta tradição, o indivíduo é livre para fazer aquilo que outros não o impeçam de fazer – sendo que estes impedimentos ou restrições podem existir por motivações distintas, desde o resguardo à liberdade e aos direitos fundamentais de outro indivíduo até “razões de Estado”<sup>72</sup>. Esta concepção valoriza sobretudo a *independência* do indivíduo face

<sup>71</sup> Cf. *As regras do método sociológico* (DURKHEIM, [1895] 1999).

<sup>72</sup> “A tradição de pensamento indicada pela expressão Razão de Estado compreende todo o curso histórico da Europa moderna e das áreas a ela culturalmente ligadas (a América particularmente). [...] O ponto de partida se situa no limiar da Idade Moderna e é constituído pelas intuições geniais e inspiradoras de Maquiavel [...].

aos outros indivíduos, e é a que aparece classicamente na formulação da liberdade como “o poder que compete ao homem de fazer aquilo que não interfira negativamente nos direitos de outro homem”<sup>73</sup> (ou de que “a liberdade de um termina onde começa a do outro”).

Isaiah Berlin<sup>74</sup>, eminente pensador político vinculado à referida corrente de pensamento, define este sentido de liberdade como sendo um sentido *negativo*, na medida em que ele “significa *liberdade contra*, ausência de interferência para além de fronteira movediça, mas sempre reconhecível. [...] A defesa deste tipo de liberdade consiste no propósito ‘negativo’ de *evitar interferência*”<sup>75</sup> (BERLIN, 1969, pp. 5; 6 – grifos nossos).

Por outro lado, do ponto de vista do *pensamento democrático*, o sujeito só é livre na medida em que é capaz de empregar livremente suas energias e determinar os rumos de sua vida, o que está intimamente relacionado com sua possibilidade de interferir no processo social e político do qual ele mesmo, enquanto cidadão, faz parte – processo este que inevitavelmente determina, de maneira mais ou menos mediada, os caminhos pelos quais enveredam as vidas individuais. Intervindo na vida social (através da mera vida quotidiana ou, num plano mais consciente, da política, por exemplo), é claro que os indivíduos interferem mutuamente nas vidas uns dos outros.

Berlin define esta concepção da liberdade como *positiva*, já que ela não pode ser entendida como liberdade contra algo, mas *liberdade para* algo. Parafraseando o autor, a defesa deste tipo de liberdade consiste no propósito ‘positivo’ de *interferir*. “O sentido positivo da palavra ‘liberdade’ deriva do desejo do indivíduo de ser seu próprio senhor. Eu desejo que minha vida e minhas decisões dependam de mim mesmo. [...] Desejo ser um sujeito, não um objeto” (BERLIN, 1969).

---

Querendo resumir numa definição tão sintética quanto possível e, conseqüentemente, sumamente genérica e abrangente as teses da doutrina da Razão de Estado, esta tradição afirma que a segurança do Estado é uma exigência de tal importância que os governantes, para a garantir, são obrigados a violar normas jurídicas, morais, políticas e econômicas que consideram imperativas, quando essa necessidade corre perigo. [...] Por conduta imposta pela Razão de Estado dentro do contexto interno se entende, portanto, a tendência dos homens de Estado a usarem qualquer meio, até mesmo a violência extrema e o engano, para a concretização e conservação do monopólio da força, que é justamente condição da segurança interna do Estado. Se isto é claro, compreende-se por que é que este aspecto do pensamento da Razão de Estado foi perdendo relativamente atualidade, à medida que, no curso da história moderna da Europa, o monopólio da força por parte do Estado se foi consolidando, até se tornar um dado fundamentalmente estável e indiscutível, sem precisar, portanto, daquela conduta que o asseguraria ou manteria. Perda de atualidade não significa, porém, ausência do problema. Ele reaparece nos momentos de crise aguda do Estado, isto é, nos momentos de luta aberta pela transformação revolucionária do regime ou de guerra civil. Nestas situações se verifica, com efeito, que a classe política que governa, [...] tende, em geral, a sair da legalidade, a colocar a segurança interna do Estado acima do respeito às normas legais, éticas e políticas tidas como imperativas em condições normais” (BOBBIO et al., 1999, vol. 2, p. 1066).

<sup>73</sup> Ver, a seguir, a definição de “liberdade” na Constituição Francesa de 1793.

<sup>74</sup> Filósofo e pensador político liberal britânico (nasceu na Letônia, mas viveu no Reino Unido desde os 10 anos). É tido consensualmente como um dos grandes pensadores do século XX, tanto por seus admiradores quanto por seus adversários.

<sup>75</sup> Todas as traduções do texto de Berlin são de nossa autoria.

É na tradição de pensamento democrático-radical que se insere a interpretação deste conceito correntemente adotada pela tradição marxista. O Dicionário do Pensamento Marxista (BOTTOMORE, 2001) resume a inscrição da tradição marxista neste debate do seguinte modo:

De acordo com a perspectiva liberal clássica, a liberdade é a ausência de interferência, ou, ainda mais especificamente, de coerção. Sou livre para fazer aquilo que os outros não me impedem de fazer. O marxismo é herdeiro de uma concepção mais ampla e mais rica de liberdade como autodeterminação que tem origem no pensamento de filósofos como Spinoza, Rousseau, Kant e Hegel. *Se, em geral, a liberdade é a ausência de restrições às opções disponíveis para os agentes, pode-se dizer que a tradição liberal tende a oferecer uma interpretação muito limitada sobre quais possam ser estas restrições* (entendendo-as muitas vezes apenas como interferências deliberadas), sobre quais sejam as opções relevantes (restringindo-as freqüentemente àquilo que os agentes na verdade concebem ou escolhem) e sobre quem são os próprios agentes (vistos como indivíduos isolados que perseguem seus fins concebidos independentemente, sobretudo no mercado). O marxismo propõe noções mais amplas das restrições e opções relevantes bem como da ação humana.

Mais especificamente, *Marx e os marxistas tendem a ver a liberdade em termos da eliminação dos obstáculos à emancipação humana*, isto é, ao múltiplo desenvolvimento das potencialidades humanas e à criação de uma forma de associação digna da condição humana. [...] Para superar esses obstáculos, é necessária uma tentativa coletiva, e a liberdade como autodeterminação é coletiva na medida em que consiste na imposição, socialmente cooperativa e organizada, do controle humano tanto sobre a natureza como sobre as condições sociais de produção [...] (BOTTOMORE, 2001, pp. 123-124 – grifos nossos).

Temos, então, que na tradição marxista a liberdade é vista “em termos da eliminação dos obstáculos à emancipação humana, [...] ao múltiplo desenvolvimento das potencialidades humanas e à criação de uma forma de associação digna da condição humana”. E não só: *a liberdade também passa pela possibilidade de interferir, através da política, na esfera econômica*, privatizada e tornada impermeável ao poder político no capitalismo. Isto passa, necessariamente, pela superação da fratura entre as duas dimensões do indivíduo separadas sob o capitalismo, sua vida pública e sua vida privada<sup>76</sup>. Isto porque o sentido da liberdade no pensamento democrático (e, por extensão, no pensamento marxista) está diretamente relacionado à *autonomia* do indivíduo, que só existe em sociedade e só pode ser obtida *através da relação com outros indivíduos* (o indivíduo será sempre dependente dos outros indivíduos, na medida em que faz parte de um ser *que só existe enquanto ser social*). Nesta interpretação da liberdade, o indivíduo *se realiza através do outro e com o outro*, e não contra

<sup>76</sup>A palavra superação, aqui, só pode ser corretamente apreendida se emprestamos a ela o sentido que tem em Marx, a partir de Hegel. Leandro Konder, em texto de 1981, assim o explica: “Para expressar a sua concepção da *superação dialética*, Hegel usou a palavra alemã *aufheben*, um verbo que significa *suspender*. Mas esse *suspender* tem três sentidos diferentes. O primeiro sentido é o de negar, anular, cancelar [...]. O segundo sentido é o de erguer alguma coisa e mantê-la erguida para protegê-la [...]. E o terceiro sentido é o de elevar a qualidade, promover a passagem de alguma coisa para um plano superior, *suspender* o nível. Pois bem: Hegel emprega a palavra com os três sentidos diferentes ao mesmo tempo. Para ele, a *superação dialética* é simultaneamente a negação de uma determinada realidade, a conservação de algo de essencial que existe nessa realidade negada e a elevação dela a um nível superior” (KONDER, 2004, p. 26).

o outro, e “só é livre na medida em que obedece às leis de cuja formulação ele mesmo participou”, para pôr as coisas em termos rousseauianos.

Marx fornece indicações claras, ao longo de toda a sua obra desde ao menos 1843, das limitações da visão negativa ou liberal da liberdade. O trecho a seguir, retirado dos *Grundrisse*<sup>77</sup> (apud ROSDOLSKI, 2001), é cristalino:

“[...] Nas relações monetárias, no sistema de trocas desenvolvido [...], os indivíduos *parecem* independentes, *parecem* livres para se defrontar uns com os outros e realizar trocas em liberdade. Mas só podem ser vistos assim por quem abstrai as condições de existência dentro das quais eles se relacionam, [que se apresentam como] [...] uma limitação objetiva do indivíduo, resultantes de relações que são independentes dele<sup>78</sup> [...]. [...] uma análise mais precisa dessas relações externas, dessas condições, mostra que os indivíduos de uma classe não podem superar *en masse* tais relações, nem têm condição de suprimi-las. Um indivíduo isolado pode fazer isso, mas tal não ocorre com a massa dos que são dominados por elas. Estas relações externas não removem as ‘relações de dependência’. Constituem apenas a dissolução destas em uma forma geral” (MARX, apud ROSDOLSKI, 2001, p. 347).

Estas limitações nos aparecem claramente, desde que tenhamos um mínimo de cuidado ao examiná-lo, no próprio pensamento liberal. Voltemos a *sir* Isaiah Berlin e vejamos o que ele nos diz acerca da relação entre *liberdade* (no sentido negativo, que é como o pensamento liberal a põe) e *democracia*.

[...] liberdade neste sentido [no sentido negativo] não é incompatível com alguns tipos de autocracia, ou em alguma medida com a ausência de auto-governo. Liberdade neste sentido está principalmente relacionada à área de controle, não à sua fonte. Assim como uma democracia pode, de fato, privar o cidadão enquanto indivíduo de muitas das liberdades que ele pode ter em outra forma societária, também é perfeitamente concebível que um déspota de mentalidade liberal poderia permitir a seus súditos larga medida de liberdade pessoal. O déspota que deixa a seus súditos uma larga área de liberdade pode ser injusto, ou encorajar as mais selvagens desigualdades, importar-se pouco com a ordem, ou a virtude, ou o conhecimento; mas contanto que não restrinja sua liberdade [dos súditos], ou ao menos a restrinja menos que muitos outros regimes o fariam, ele se encaixa nas especificações de Mill [de respeito à liberdade negativa]. [...]

Liberdade neste sentido não está, em qualquer medida lógica, conectada a democracia ou auto-governo. O auto-governo pode, no conjunto, proporcionar mais garantias de preservação das liberdades civis que outros regimes, e assim vem sendo defendido pelos libertários. Mas não há conexão necessária entre liberdade individual e controle democrático. A resposta à pergunta ‘Quem me governa?’ é, do ponto de vista lógico, distinta da questão ‘Até onde o governo interfere em minha vida?’. É nesta diferença, ao fim e ao cabo, que consiste o grande contraste entre os

<sup>77</sup> *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie*, ou Esboço da crítica da Economia Política, é o conjunto de manuscritos redigido febrilmente por Marx em nove meses, entre 1857-58, resultantes “de quinze anos de estudos, durante os quais o autor observou os problemas da economia política a partir de pontos de vista sempre renovados, para então lançar as bases de sua própria construção teórica nessa área” (ROSDOLSKI, [1968] 2001). Estes manuscritos fazem parte do que seria a primeira versão d’*O Capital*, a obra máxima de Marx, e foram estudados atentamente por Roman Rosdolski no livro citado.

<sup>78</sup> Carlos Nelson Coutinho elabora exemplo plasticamente perfeito para ilustrar a situação: “[...] todos temos formalmente o direito [a liberdade] de ir e vir. Sem dúvida, se tirarmos o passaporte na Polícia Federal e comprarmos uma passagem na Varig ou na Air France, poderemos ir a Paris e voltar. Todos temos este direito formal, mas sabemos muito bem que nem todos podem exercê-lo. Há os que não podem ir nem do Méier à Gávea porque não têm dinheiro para pagar o ônibus” (COUTINHO, 2006, p. 26). *Faltam à maioria as condições concretas para exercer sua liberdade*, o que na prática a anula enquanto possibilidade real, acessível aos agentes – independente de sofrerem a interferência deliberada e direta de outrem no sentido desta anulação.

dois conceitos de liberdade positiva e negativa. [...] A conexão entre democracia e liberdade individual é bastante mais tênue do que pareceu a muitos defensores das duas. O desejo de ser governado por mim mesmo, ou em alguma medida participar do processo através do qual minha vida virá a ser controlada, pode ser um desejo tão profundo quanto aquele que aspira a uma área deixada livre para a ação, e talvez seja historicamente mais antigo. Mas não é o desejo pela mesma coisa. É tão diferente deste outro, na verdade, a ponto de ter levado finalmente ao grande embate de ideologias<sup>79</sup> que domina nosso mundo (BERLIN, 1969 – tradução nossa).

No trecho reproduzido acima, Berlin reconhece abertamente, sem problemas (como boa parte do pensamento liberal *de fato o fez* na prática ao longo do século XX em toda a América Latina *et ailleurs*), que a liberdade negativa não tem nenhum conflito de princípio com “certos” regimes autocráticos, aqueles que “respeitam as liberdades individuais”. Fica a pergunta: **quais** certos regimes autocráticos? **Quais** regimes autocráticos se notabilizaram pelo respeito às liberdades individuais<sup>80</sup>? Liberdades individuais **de quem**<sup>81</sup>?

<sup>79</sup> Não é preciso lembrar que Berlin refere-se, aqui, ao embate entre capitalismo e socialismo, considerando que o texto foi escrito em um momento pulsante da Guerra Fria.

<sup>80</sup> No Uruguai poderíamos perguntar, por exemplo, a Macarena Gelman, e no Chile a Victor Jara – se ele ainda nos pudesse responder... Passemos a palavra a Galeano, um dos que, com suas tenacidade e sensibilidade, nos ensinaram por que escrever: “O poeta Juan Gelman escreve erguendo-se sobre suas próprias ruínas, sobre seu pó e seu lixo. Os militares argentinos, cujas atrocidades humanas teriam provocado em Hitler um irremediável complexo de inferioridade, golpearam-no onde mais dói. Em 1976, sequestraram seus filhos. Os filhos foram levados no lugar de Gelman. A filha, Nora, foi torturada e solta. O filho, Marcelo, e sua companheira, que estava grávida, foram assassinados e desaparecidos. No lugar dele levaram os filhos porque ele não estava. Como se faz para sobreviver a uma tragédia destas? Digo: para sobreviver sem que a alma se apague. Muitas vezes me perguntei isso, nesses anos todos. Muitas vezes imaginei essa horrível sensação de vida usurpada, esse pesadelo do pai que sente que está roubando do filho o ar que respira, o pai que no meio da noite desperta banhado em suor: *Eu não te matei, eu não te matei*. E me perguntei: se Deus existe, por que fica de fora? Não será Deus ateu?” (GALEANO, 2009, p. 241 – a edição original é de 1989). A continuação deste pesadelo real pode ser acompanhada hoje, nas páginas dos jornais: “Macarena nació por segunda vez cuando tenía 23 años. La plácida y apolítica vida que llevaba en su Montevideo natal se trastocó por completo cuando su madre le confesó que no era hija suya y ella descubrió que era una niña robada; arrancada de los brazos de unos padres secuestrados, torturados y asesinados por la dictadura argentina, y entregada a quien ella creía que era su padre: un policía uruguayo. [Sus padres biológicos fueron secuestrados en Buenos Aires, en agosto de 1976, llevados a Uruguay en el marco de la Operación Cóndor, y asesinados. Ella, recién nacida, fue depositada ante la puerta de sus padres adoptivos]. A Macarena aquella noticia le cambió la conciencia y la vida. A partir de entonces, supo de tormentos y de desapariciones, de horrores y complots represores, y supo también que ella era un producto de todo eso. Descubrió que su abuelo llevaba años buscándola y que se llamaba Juan Gelman. Corrió a Internet y así fue como aprendió que era un poeta, un poeta muy importante, argentino también, como sus verdaderos padres, que vivía y sigue viviendo autoexiliado en México y que desde allí reclamaba el derecho a recuperar a esa nieta de cuya infancia nunca pudo disfrutar” (LA NACIÓN, 2008). Não é necessário dizer: este é o relato de apenas um de numerosos acontecimentos **fruto de decisões políticas de Estado**, não podendo ser deplorados como casualidades ou fruto de arbitrariedades eventuais de militares despreparados no poder. Os regimes autocráticos em questão contaram em sua composição ou em seu apoio direto com o que havia de expressivo nas respectivas burguesias nacionais, tendo sido sustentados por elas e engendrados com sua ativa participação **em nome da “liberdade” do mercado**. Quanto a isso, cf. as referências já indicadas no presente trabalho.

<sup>81</sup> Quanto à última das três perguntas, saber a resposta não é difícil: basta atentar para que *o conjunto das classes proprietárias de meios de produção fundamentais apoiou entusiasticamente, em nome da democracia* (ou seja, de **su**a liberdade de continuar dispondo de **su**a propriedade como bem entendia, **contra** os clamores populares que haviam alcançado certas vitórias parciais que se materializavam em governos **democraticamente** eleitos – o caso emblemático é o do golpe de 73 no Chile, que substituiu no comando do país o “autoritário” Allende pelo “democrático” general genocida Pinochet), **todos os regimes autocráticos latino-americanos** instalados na segunda metade do século passado no sentido de **forçar** a “modernização” econômica acelerada em seus países e **frear os avanços populares que apontavam na direção de impor qualquer tipo de controle público – quer dizer, coletivo – sobre a propriedade**. Quanto ao caso brasileiro, que se expressou na ora considerada “ditabranda” (é



As afirmações de Berlin nos trechos transcritos estão longe de ser cínicas. Elas foram, como afirmamos, comprovadas historicamente diversas vezes em que pensadores ou ideólogos liberais foram chamados a se posicionar em relação a regimes autocráticos que defendiam os interesses da classe capitalista. O problema aqui é justamente que o pensamento liberal, o pensamento da liberdade enquanto negatividade, *enxerga o mercado como o reino supremo da liberdade, e não como a mais característica forma de coerção da modernidade*, a partir da separação completa dos produtores diretos dos meios de produção e do correlato impulso irrefreável em direção à generalização e à *obrigatoriedade* das relações mercantis<sup>82</sup>.

Quanto à referida abstração ou desconsideração – que se materializa, por exemplo, na “interpretação limitada das restrições aos agentes racionais”, tidas apenas como “interferência deliberada” – das condições de existência em que se dão as relações sociais e políticas, ela não é *necessariamente* uma mistificação do pensamento liberal no sentido de esconder algo que salta aos olhos nas sociedades capitalistas. Se assim fosse, todo intelectual honesto empenhado em pensar o social perceberia os limites de tal artifício metodológico.

Podemos encontrar para ela, seguindo trilha aberta por WOOD (2003), dois fundamentos principais, sendo um deles de natureza eminentemente histórica (mais especificamente relacionado à história das ideias) e o outro de natureza sócio-econômica. Passemos a Wood a apresentação do primeiro destes fundamentos, que tem origem antiga:

[...] A Magna Carta<sup>83</sup> [...] não foi um documento de um *demos* livre, mas dos próprios senhores que afirmaram privilégios feudais e a liberdade da aristocracia tanto contra a Coroa quanto [contra] a multidão popular, assim como a *liberdade* [da Revolução Gloriosa] *de 1688 representou o privilégio* dos senhores proprietários de dispor como quisessem de sua propriedade e de seus servos.

Naturalmente, a afirmação do privilégio aristocrático contra a invasão das monarquias produziu a tradição da “soberania popular” de que deriva a concepção

---

numa hora como esta que fazem muita falta os conceitos precisos... Chamemos, então, a coisa pelo nome: na autocracia burguesa civil-militar, como a definiu Florestan), cf. as referências citadas em nota anterior – e, no que tange aos “brandos” métodos usados pelo regime “em defesa das instituições”, cf. as informações organizadas pelo projeto *Brasil: nunca mais* –, que certamente desvelam com  **muito** mais rigor e seriedade o que foi aquele  **horror** que aqui ocorreu do que alguns relatos “jornalísticos” em forma de livro ou o conjunto de historiadores que vem exercendo certo ‘revisonismo de ocasião’ muito em voga hoje em dia e que desaguou no mencionado neologismo.

<sup>82</sup> “Por um lado se oculta desde o princípio que a *exigência* [ou o pré-requisito] do valor de troca, enquanto base objetiva do sistema produtivo em seu conjunto,  **já inclui em si a coerção ao indivíduo**; que o produto direto deste não é um produto para ele, pois *só chega a sê-lo* através do processo social [...]” (MARX, [1857-58], 1971, vol. 1, p. 186 – tradução nossa, negrito nosso). Marx explica que “[...] o desenvolvimento da permuta e do valor de troca, que em todas as partes é mediado pelo comércio [...], traz consigo [...] a dissolução das *relações de propriedade do trabalho sobre suas* condições de existência [...]. A produção baseada sobre o valor de troca e a entidade comunitária baseada sobre a permuta destes valores de troca supõe e produz a separação do trabalho no que diz respeito a suas condições objetivas [...]. Esta troca recíproca de equivalentes [...] é apenas a camada superficial de uma produção que descansa sobre a apropriação de trabalho alheio sem *permuta*, mas sob a *aparência da permuta*. Este sistema da troca recíproca repousa sobre o *capital* como seu fundamento e se o consideramos separado dele, se o consideramos tal como se mostra na superfície, como sistema *autônomo*, o que se dá é uma mera *aparência* [...]” (MARX, [1857-58], 1971, vol. 1, p. 472 – tradução nossa).

<sup>83</sup> Documento de 1215 que impôs limites ao poder absoluto do rei da Inglaterra, forçando sua obediência a leis escritas. Está na base do que veio a se desenvolver posteriormente como o constitucionalismo moderno.

moderna de democracia; ainda assim, o “povo” em questão não era o *demos*, mas um estrato privilegiado [a nobreza fundiária inglesa] que constituiu uma nação política exclusiva situada no espaço público entre a monarquia e a multidão. [...] a divisão entre proprietários governantes e súditos camponeses foi condição constitutiva da “soberania popular” que surgiu no início da Europa moderna. De um lado, a fragmentação do poder do soberano e o poder da aristocracia que constituíram o feudalismo europeu, o controle da monarquia e da centralização do Estado exercido por esses princípios feudais, seriam *a base de uma nova espécie de poder “limitado” de Estado, a fonte do que viriam a ser chamados de princípios democráticos, tais como o constitucionalismo, a representação e as liberdades civis*. De outro, o reverso da aristocracia feudal era um campesinato dependente [...]

[...] É importante observar que um homem era considerado “presente” no Parlamento [no qual se corporificou a nação política exclusiva composta pelos barões] mesmo que não tivesse direito de eleger seu representante. [...] não [se] questionava o fato de uma minoria de proprietários ter o direito de representar toda a população (WOOD, 2003, pp. 177-178).

Estes trechos nos apontam *a origem* da atribuição do sentido negativo à “liberdade dos modernos”<sup>84</sup> – ela está, historicamente, *na afirmação de privilégios contra o Estado, mas também contra a “multidão”*<sup>85</sup>, por uma aristocracia proprietária. Esta também é a origem do liberalismo, conjunto de ideias baseado justamente na defesa da liberdade carregada com este sentido “moderno”:

[...] ainda que o “liberalismo” fosse uma criação moderna que pressupõe o Estado “moderno” (pelo menos o absolutismo moderno inicial), suas concepções centrais de liberdade e de limites constitucionais têm origem anterior. *As concepções liberais de governo constitucional ou limitado e de liberdades individuais afirmadas contra o Estado têm origem no final do período medieval, e início do período moderno, na afirmação dos poderes independentes do senhorio* por parte das aristocracias europeias contra o avanço das monarquias centralizadoras [...], representando reivindicações saudosistas a um pedaço da antiga soberania parcelizada do feudalismo, não uma reivindicação progressista a uma ordem política democrática mais moderna. E a associação dessas ideias com o senhorio persistiu por longo tempo, até bem depois da morte do feudalismo. [...]

A ideia aristocrática original, de controles sobre o poder monárquico, não teve relação com a ideia de democracia. Sua identificação com “democracia” foi um desenvolvimento muito posterior, que teve mais a ver com a afirmação do poder das classes dominantes *contra* o povo. Os benefícios indiscutíveis dessa ideia “liberal” não devem ocultar que o fato de ter *substituído* a democracia foi [...] no mínimo um meio de conter revoluções já em andamento, não permitindo que ultrapassassem limites aceitáveis. (WOOD, 2003, pp. 197-198 – grifos nossos).

O segundo fundamento está relacionado a certas questões objetivas<sup>86</sup>, postas pela

<sup>84</sup> A origem ídeo-teórica e, até certo ponto, política. Esta, entretanto, deita raízes na própria conformação sócio-econômica da sociedade que a produziu, mas a explicitação destas relações foge aos propósitos do presente capítulo e serviria apenas para cansar o leitor. Para aprofundamento, cf. WOOD (2003, pp. 40-43).

<sup>85</sup> Não é à toa, portanto – nem se trata de algum tipo de anacronismo terminológico –, que o objetivo declarado da liberdade “dos modernos”, para Benjamin Constant, seja a “proteção dos privilégios privados”, como vimos.

<sup>86</sup> Que não se entenda mal o enunciado: questões que se tornaram objetivas (ou seja, que têm existência real independente do pensamento individual sobre elas, sendo que este pode, é claro, buscar conhecê-las e sobre elas intervir, modificando-as – ele pode tender a elas e fazê-las tender a ele) a partir da interação entre agentes históricos, da qual resultaram e se consolidaram tendências históricas que *aparecem* aos homens e mulheres como postos pela própria “estrutura” social, mas que na verdade foram resultado da ação recíproca entre *peçoas*, entre eles próprios e entre seus antepassados, e entre estas *peçoas* e a *natureza* – sendo que esta, aliás, tem existência objetiva *anterior* ao homem. Esta nota tem duas razões de existir: a primeira, referente a debates

própria realidade social capitalista e apreendidas pela experiência imediata de homens e mulheres em suas vidas cotidianas, emprestando, assim, particular força às ideias liberais, já que estas *aparecem* às pessoas que com elas têm contato como *respaldadas por sua experiência imediata*:

[...] Os cientistas sociais afirmam com frequência que, ao contrário dos modos pré-capitalistas de produção, no capitalismo as relações de classe são nitidamente delineadas, não são mascaradas por categorias não-econômicas, tais como diferenças de *status* [...].

Deu-se muito pouca atenção à capacidade sem precedentes do capitalismo de mascarar a exploração de classe [...], *na qual é o capitalista quem paga ao trabalhador*, ao contrário, por exemplo, do camponês que paga ao senhor. É esta a falsa aparência mais elementar que existe no centro das relações capitalistas, mas é apenas uma entre muitas. [...] (WOOD, 2003, pp. 240-241 – grifo nosso).

Onde o pensamento liberal – escorado até certo ponto na própria experiência individual imediata, a partir justamente das mencionadas igualdade jurídica, liberdade contratual e cidadania – enxerga apenas liberdade, o que há na verdade é *coação* surda. O leque de possibilidades posto à escolha do trabalhador é completamente amplo: ele pode vender sua força de trabalho ou ser privado do acesso aos bens que são produto do trabalho social, pode se colocar à venda no mercado de trabalho ou ser privado do acesso à riqueza socialmente produzida<sup>87</sup>... Numa situação “livre” como esta, é claro que ele venderá a força de trabalho aceitando algo que, em outra situação, sem esta coação subentendida, seria inaceitável: que o proprietário de meios de produção, seu empregador, pague a ele menos do que ele ganharia caso os resultados do trabalho de cada um (incluindo aí o empregador, que nesse caso, entretanto, não seria empregador nem proprietário, seria mais um trabalhador como os outros, especializado ou não) fossem divididos de acordo com a vontade de todos, em que todos os envolvidos no processo de produção, seja qual fosse a função que desempenhassem, decidissem como seria distribuído o produto resultado da colaboração. Mas neste caso – ! – estaríamos numa *democracia*...

Na base desta desigualdade econômica já colocada à partida, que o pensamento liberal prefere simplesmente ignorar – ou melhor, *naturalizar*, entendendo-a como resultado da própria liberdade e, conseqüentemente, das escolhas individuais de cada um num sistema *naturalmente* competitivo e deixado entregue a seu livre desenvolvimento *natural* –, está o violento processo histórico de expropriação dos produtores diretos de qualquer forma de

---

“truncados” no século XX, já foi mencionada em nota anterior; a segunda é que gosta-se muito de atacar o pensamento que põe certas questões como objetivas, como se este pensamento relegasse a segundo plano o papel do indivíduo na história e as possibilidades de interação entre o próprio gênero humano e a natureza. Esperamos, ainda que sumarissimamente, ter apontado que não é disso que se trata na presente reflexão.

<sup>87</sup> Parafrazeando Marx, não importa neste caso se trata-se de riquezas destinadas a satisfazer necessidades materiais ou necessidades do espírito – aliás, vale lembrar que as necessidades crescem à medida que cresce a riqueza social.

propriedade – que só os deixou de posse de sua própria força de trabalho –, processo este que *os forçou a recorrer ao mercado* (através do ingresso no mercado de trabalho) *de forma a obter sua subsistência*. Marx demonstrou cabalmente como este processo nada teve de pacífico ou de natural<sup>88</sup>, e não é casual que o texto em que fez isso seja um dos menos citados por aqueles que gostam de denunciar o marxismo como um sistema caduco de ideias ultrapassadas.

Neste ponto é necessário proceder a uma inflexão. Buscamos dilucidar, na presente seção e na anterior, alguns dos fundamentos históricos e sociais da liberdade negativa ou “liberdade dos modernos”, bem como apontar alguns dos limites de uma concepção de democracia comprometida unicamente com esta noção de liberdade. Há, no entanto, que resgatar o que é historicamente progressista, o que representa um progresso, na concepção de liberdade tomada negativamente. O século XX nos mostrou, através do exemplo extremo do fascismo, que há de fato um aspecto extremamente importante em que a garantia das “liberdades individuais” e de “uma área deixada livre para a ação”, bem como de uma área onde o Estado *não possa* interferir na esfera privada individual, é a garantia da própria preservação da liberdade em qualquer de seus sentidos, da dignidade e mesmo da vida dos indivíduos. O fascismo não foi a primeira experiência histórica em que se praticou o extermínio, a tortura, prisões à revelia etc. com a chancela do Estado e através dele, e também não foi necessariamente a última – como, aliás, não nos deixam esquecer as inúmeras situações em que estas coisas ocorrem, em menor escala, *hoje*<sup>89</sup>.

---

<sup>88</sup> A análise minuciosa do processo histórico da “assim chamada acumulação primitiva” através da qual se deu esta expropriação dos produtores diretos dos meios de produção (submetendo-os ao imperativo do mercado), que passaram às mãos de proprietários capitalistas, foi realizada por Marx n’*O Capital*, no citado capítulo XXIV (MARX, 1988, livro I, tomo II, cap. XXIV).

<sup>89</sup> Pode *parecer* contraditório utilizarmos termos como “progresso” e “historicamente progressista” e citar Benjamin, um conhecido crítico da noção de progresso, no parágrafo seguinte (ainda mais se a citação remeter justamente às teses “Sobre o conceito da história”, texto em que ele põe, de maneira extremamente dura, este conceito em questão). Entretanto, em nosso entendimento esta *aparente* contradição é na verdade uma *complementaridade* baseada em uma *interpretação* do conceito de progresso e do pensamento benjaminiano – que supomos autorizada por este. Podemos, com o pensador, perfeitamente admitir que a História *não possui* um sentido objetivo para o qual ela ruma inadmoestável de progresso em progresso e que realizará, enfim, plenamente as potencialidades do ser humano através da razão etc. Podemos, também com ele (e com Marx, e com Engels – basta, quanto a isso, ler as últimas páginas de “*As origens da família, da propriedade privada e do Estado*.” in MARX; ENGELS, s.d., vol. 3, pp. 7-143), reconhecer que na história das sociedades até hoje **o progresso teve sempre a regressão como contraface** necessária, os dois atados como irmãos siameses. Entretanto, também com ele, pensamos que isso se dá pela divisão, que imperou até aqui, entre opressores e oprimidos. *Podemos desejar, almejar, buscar imprimir nós mesmos um sentido à História através da luta por nossos projetos e pela superação desta divisão*. Podemos ter a emancipação humana como nossa meta – a inauguração da história como o **verdadeiro estado de exceção** aonde queremos chegar, seguindo a pista deixada pelo próprio Benjamin. Nesse sentido, aquilo que avaliamos que se encaminha nesta direção pode *e deve* ser tratado por nós como um progresso – um progresso, é claro, que pode comportar ele mesmo contradições, pode trazer consigo aspectos de regressão os quais não devemos descurar, ou pode ser a qualquer momento retirado de nós, dos mesmos que o conquistaram, em nome de outros projetos. Os momentos em que isso ocorra (em que perdemos direitos sociais conquistados duramente, por exemplo) também podem *e devem* ser encarados por nós

Como nos põe diante dos olhos Walter Benjamin, não à toa em texto datado exatamente de 1940 (ano de sua trágica morte, da abertura de Auschwitz e em que os exércitos alemães, sob o estandarte da cruz gamada, avançavam de vitória em vitória sobre a Europa), “a tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é na verdade a regra geral. [...] nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção [...]” (BENJAMIN, 1994, p. 226 – tese nº 8 *Sobre o conceito da história*). Se assim é, os comunistas também têm, de modo a serem coerentes com sua tarefa, de assumir como sua a bandeira da liberdade negativa – especificando seu conteúdo e não se restringindo a ela. Eles, ao contrário dos liberais (que têm, de acordo com suas próprias palavras, como mostramos, compromisso com os privilégios, com a liberdade *dos proprietários*), têm compromisso com a liberdade *tout court*, com a liberdade defendida *nos dois sentidos* em análise, e para todos, *sem privilégios*. Nas palavras de Wood:

A tarefa que o liberalismo estabelece para si mesmo é, e continuará a ser, indispensável. Enquanto houver Estados, haverá a necessidade de controlar seu poder e proteger os poderes e as organizações independentes [...]. [...] qualquer tipo de poder social precisa ser cercado pela proteção da liberdade de associação, de

---

como retrocessos – e é claro que a luta pela emancipação não se processou até aqui, e não se processará, em linha reta. Além disso, o progresso assim entendido não precisa se processar *contra* a natureza, mas *com ela* – entretanto, isso requer a superação do que foi a sujeição da humanidade aos imperativos naturais, superação esta só possível através da organização *social* das relações humanidade-natureza. Vale destacar que esta superação aparece pela primeira vez como possibilidade tangível a partir do crescimento exponencial das *capacidades criativas* – até aqui sempre ligado ao crescimento igualmente exponencial das capacidades destrutivas – possibilitado pelo surgimento do modo de produção capitalista. Trata-se, então, da possibilidade ou não de suprimir estas últimas sem perder as primeiras; de acompanharmos o *Angelus Novus* da história, horrorizados como ele com a catástrofe e a pilha de ruínas e mortos que a humanidade produziu até aqui, mas sabendo que a única maneira de “acordar os mortos e juntar os fragmentos” é voltarmos nossos rostos para frente – ainda que tendo sempre em seus olhos o espelho que não deixamos de mirar e que nos aponta aquilo de que *não podemos* nos esquecer, sob pena de “avançarmos em direção ao passado”. É o próprio Benjamin quem nos dá a chave para a interpretação que propomos, na tese “Sobre o conceito de história” nº 11 (BENJAMIN, 1994, p. 228), ao falar sobre a razoabilidade das “fantasias” de Fourier acerca das potencialidades do trabalho social bem organizado e de como elas ilustrariam “um tipo de trabalho que, longe de explorar a natureza, libera as criações que dormem, como virtualidades, em seu ventre”. Tão interessante quanto isto é o que vem a seguir, na mesma tese, e que parece reforçar nossa interpretação: “ao conceito **corrompido** de trabalho [e não a **qualquer** conceito de trabalho] corresponde o conceito complementar de uma natureza, que segundo Dietzgen, ‘está ali, grátis’”. É claro: a natureza mesma tem suas potencialidades criativas plenamente desenvolvidas *apenas através do trabalho humano* (ela não as traz em si, “grátis”), mas não deste trabalho degradado dirigido pelos imperativos capitalistas da acumulação e cujo processo e seus frutos são alienados do trabalhador e por este estranhados. A noção de progresso assim delimitada é, em nosso entendimento, compatível com o espírito do pensamento benjaminiano. Até porque esta noção de progresso vai *contra a corrente* (cf. a tese nº 11)... As passagens a seguir, dos *Manuscritos de Paris* (1844) de Marx, reforçam esta interpretação: “[...] o homem não é apenas ser natural, mas ser natural *humano*, isto é, ser existente para si mesmo, por isso, *ser genérico* [...]. Consequentemente, nem os objetos *humanos* são os objetos naturais assim como estes se oferecem imediatamente, nem o *sentido humano*, tal como é imediata e objetivamente, é sensibilidade *humana* [...]. A natureza não está, nem objetiva nem subjetivamente, imediatamente disponível ao ser *humano* de modo adequado. E como tudo o que é natural tem que *começar*, assim também o *homem* tem como seu ato de gênese a *história*, [...] [que é] a verdadeira história natural do homem” (MARX, 2004, p. 128); “[o comunismo] é a *verdadeira* dissolução do antagonismo do homem com a natureza e com o homem; a verdadeira resolução do conflito entre existência e essência, entre objetivação e auto-confirmação, entre liberdade e necessidade, entre indivíduo e gênero. É o enigma resolvido da história e se sabe como esta solução” (MARX, 2004, p. 105 – suprimimos os termos em alemão que o tradutor colocou entre parênteses).

comunicação, de diversidade de opiniões, de uma esfera privada inviolável etc. Qualquer futura democracia continuará a receber lições sobre esses temas da tradição liberal, tanto na teoria quanto na prática. Mas o liberalismo – até mesmo como ideal, para não falar de sua realidade [...] – não está equipado para enfrentar as realidades do poder numa sociedade capitalista, muito menos para abranger um tipo mais inclusivo de democracia do que o que existe hoje (WOOD, 2003, pp. 203-204).

[...] Podemos aceitar as ligações históricas e estruturais [entre liberdades civis e capitalismo] sem negar o valor das liberdades civis. A aceitação dessas ligações não implica a obrigação de depreciar as liberdades civis, mas também não nos obriga a aceitar o capitalismo como o único ou o melhor meio de manter a autonomia individual; e nos deixa perfeitamente livres para também reconhecer que o capitalismo, embora possa sob certas condições históricas levar à “democracia formal”, é perfeitamente capaz de se recusar a fazê-lo – como já ocorreu mais de uma vez na história recente [...] (WOOD, 2003, p. 213).

Quanto a isso, o texto a seguir é claro e nos parece que orienta adequadamente a postura mais coerente com o espírito do pensamento comprometido com a emancipação humana e, portanto, a que melhor informa o posicionamento dos marxistas em relação ao assunto em pauta:

Vale afirmar, em caráter mais exemplificativo do que exaustivo, [...] que, por “liberdades individuais”, aqui nos referimos a direitos tais como: o direito a não ser executado ilegalmente por um Estado; o direito a não ser torturado nem submetido a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes; o direito a recorrer a advogados e juízes em caso de prisão, a saber sob qual acusação e a conhecer as provas que existem contra si; o direito a não ser discriminado em razão da origem nacional, religiosa, étnica; o direito a não “desaparecer”, podendo comunicar e saber onde se está preso; o direito a não ser deportado para um país em que corra o risco de ser morto, torturado, perseguido; o direito à liberdade religiosa, que inclui o de não ser humilhado e ver vilipendiados os símbolos de sua fé; o direito a não ser repellido nas fronteiras de outro país de forma desproporcionalmente violenta, que coloque em risco sua saúde e sobrevivência e atinja sua dignidade humana [...].

Assim, assume-se aqui a compreensão de que os direitos são produtos de contradições históricas concretas, e em seguida integrados ao quadro no qual se dão estas contradições. Além disso, que as liberdades individuais não são “liberdades burguesas”, mas positivamente da existência de esferas individuais com algum grau de autonomia frente ao Estado e às comunidades políticas de uma forma geral. Se é verdade que estas liberdades atenderam em boa medida aos interesses históricos da classe burguesa no processo de configuração do Estado moderno, é verdade que sua posterior universalização efetiva e proteção internacional atenderam a correlações de força contraditórias, muitas vezes servindo de pontos de apoio e de meios para a perseguição de interesses que não eram necessariamente os da classe dominante. Não tendo uma natureza “intrínseca” de classe, a preservação de um espaço de autonomia individual deve mesmo ser considerada como integrante dos projetos emancipatórios de fôlego em relação dialética com seus demais aspectos, inclusive à luz das experiências históricas que minimizaram sua importância. *As liberdades individuais são, portanto, assumidas aqui como parte de um verdadeiro patrimônio construído na modernidade e que precisa ser preservado*, como eventualmente outros em cuja construção a classe dominante haja tido papel significativo, das próprias contradições geradas no interior da ordem burguesa.

[...] *não há oposição entre a proteção dos direitos individuais, cuja origem ideo-positiva está historicamente vinculada à burguesia, e a superação da ordem burguesa.* (MARQUES, 2006, pp. 13-19 – grifos nossos).

É claro que deste raciocínio tem de ser *excluído* o direito à propriedade<sup>90</sup>, pelo menos à propriedade dos meios fundamentais de produção, considerando que este “direito” está justamente na base da apropriação, pelos proprietários destes meios, do excedente econômico gerado pelos produtores diretos, sendo a base de toda exploração do homem pelo homem<sup>91</sup> – e, portanto, servindo de alicerce fundamental às restrições da liberdade de parte expressiva da população nas sociedades divididas entre classes (entre produtores diretos e proprietários de meios de produção).

É importante, a partir do que apresentamos até aqui, apontar finalmente o *lugar* e os *limites* da democracia no capitalismo, sem o que podemos cair na ilusão teleológica de uma democracia progressiva que se vai aprofundando continuamente rumo à esperada entelêquia, como uma exigência resultante das contradições inerentes ao próprio sistema e de uma “socialização da política” que se processa inexoravelmente, e desemboca inevitavelmente no socialismo – resolvendo através de seu autodesenvolvimento um problema que só pode ser resolvido no terreno da luta de classes pela vitória (que pode simplesmente não acontecer...) das classes subalternas<sup>92</sup>. O que faremos na próxima seção é, justamente, proceder aos referidos travejamento e localização.

## 1.6 O rio sem água ou a estase dual: de todos os lados só se vê é a mesma areia

*Sou o que não foi, o que vai ficar calado.*  
Guimarães Rosa [A terceira margem do rio]

A democracia, assimilada *através do filtro liberal*, passa a ser cada vez mais “o cumprimento de alguns procedimentos formais – as famosas regras do jogo –, sendo o

<sup>90</sup> O que, aliás, já tem sido feito na prática pelos organismos vinculados à defesa dos Direitos Humanos, bem como pelos ativistas engajados na luta pela garantia destes direitos, que têm sido, no geral, aguerridos guardiães daquelas liberdades às quais nos referimos – numa sociedade que cada vez mais, com a ofensiva neoliberal, as põe em jogo em nome da acumulação (da manutenção dos *privilégios* da classe capitalista). Quanto a isso, o seguinte trecho é elucidativo da posição que se tem tido nesta área em relação ao tema: “Não se inclui no conteúdo das ‘liberdades individuais’ sempre que aqui focadas o ‘direito de propriedade’, de controvertida e tímida presença no elenco dos Direitos Humanos. Objeto de polêmica por sua presença, ainda que genérica, na Declaração Universal de 48, o direito de propriedade não consta nos Pactos de 66, formalmente obrigatórios. Em primeiro lugar, é duvidoso de que se trate de uma ‘liberdade’. Ademais, seu conteúdo é o mais indeterminado de todos os direitos enumerados. Além disso, não tem sido objeto de decisões jurisdicionais e de ações políticas minimamente relevantes por parte dos organismos vinculados à defesa de tais direitos. Não se verifica uma dependência mínima entre a efetivação do ‘direito de propriedade’ e sua presença eventual em instrumentos identificadores dos direitos universais, nem formal nem política, especialmente no período atual. O que se pode apontar como conteúdo fixado e bem estabelecido em relação a este direito não diz exatamente respeito à propriedade, mas à aplicação das normas de sua restrição. Assim, há um consenso acerca da inaceitabilidade das ‘discriminações odiosas’ (por razão de sexo, etnia, religião ou convicção política, por exemplo) na aplicação de medidas de restrição à fruição da propriedade ou mesmo de desapropriação” (MARQUES, 2006, pp. 12-13).

<sup>91</sup> Para esclarecimento sumário acerca de categorias básicas da Economia Política – e de sua crítica marxiana – como *propriedade*, *meios de produção*, *excedente econômico*, *produtores diretos*, *apropriadores* etc., cf. NETTO; BRAZ (2006, cap. 2, itens 2.1 e 2.2).

<sup>92</sup> Quanto ao conceito de classes subalternas, cf. COUTINHO, 2008.

principal deles a existência de eleições periódicas, nas quais o povo [...] escolhe entre elites” (COUTINHO, 2006, p. 24 – grifo nosso). É por isso, aliás, que nos referimos à democracia liberal como *democracia formal*<sup>93</sup>, em contraposição à *democracia substantiva* definida anteriormente. Ao contrário do significado original, substantivo, do conceito, a

nova versão minimalista ou “procedimental” da democracia *despoja-a completamente de qualquer dimensão econômica e social*. Estaríamos diante de um regime democrático sempre que certos procedimentos fossem observados: eleições periódicas disputadas por mais de uma elite, um parlamento funcionando, (ainda que com escassos poderes diante da ditadura cesarista do Executivo) etc. (COUTINHO, 2006, p. 25 – grifo nosso)<sup>94</sup>.

Este tipo de democracia só se tornou possível nas sociedades modernas (e é nisso que reside a força aparente do artifício lógico elaborado por Constant e discutido anteriormente, ao atribuir um tipo de liberdade aos antigos e outro aos modernos), *a partir da separação entre as esferas econômica e política e da transferência dos meios extra-econômicos de coação para o Estado*<sup>95</sup> – em que questões de natureza essencialmente política, como, por exemplo, a possibilidade de decidir sobre a produção dos bens necessários à reprodução da vida social ou a alocação da força de trabalho e o uso dos recursos naturais e sociais disponíveis através do trabalho socialmente organizado *foram subtraídas à esfera política*, deslocadas para uma esfera “autônoma” do “econômico” em que quem decide é o proprietário privado e não há espaço para a “intervenção do poder coletivo nas especulações particulares”<sup>96</sup>.

O novo não é a ausência deste espaço, que também está ausente para a grande maioria, por exemplo, em regimes aristocráticos: o novo é este espaço não existir em regimes que, ainda assim, são considerados *democráticos*. Esta “novidade” é facultada, então, através da aludida transferência dos meios extra-econômicos de coerção das mãos dos proprietários privados (onde eles se localizavam no feudalismo) para o Estado, combinada à manutenção e ao aprofundamento, no capitalismo, da privatização do “econômico” que já era característica daquele sistema:

A característica essencial do feudalismo foi, portanto, a privatização do poder político que significou uma integração crescente da apropriação privada com a organização autoritária da produção. *O desenvolvimento do capitalismo a partir do*

<sup>93</sup> Um dos significados do adjetivo formal, de acordo com o Houaiss, é justamente aquilo “que diz respeito mais à aparência do que ao conteúdo”.

<sup>94</sup> O mesmo autor afirma que quando pensa neste tipo de definição de democracia sempre lhe “vem à memória a ironia que Rousseau, em *O Contrato Social*, publicado em 1762, dirigia contra os ingleses: os ingleses pensam que são livres, dizia ele, mas são livres apenas um dia a cada quatro ou cinco anos, quando votam para o Parlamento” (COUTINHO, 2006, p. 24).

<sup>95</sup> Não se deve esquecer que, tal como entendemos e já foi explicitado no presente trabalho, no capitalismo o mercado concentra os *meios econômicos de coação* – e não o “reino da liberdade” cantado em verso e prosa por alguns.

<sup>96</sup> Cai como uma luva neste ponto a recordação das assertivas de Constant, citadas em seção anterior.



*sistema feudal aperfeiçoou essa privatização e essa integração – pela expropriação completa do produtor direto e pelo estabelecimento da propriedade privada absoluta. Ao mesmo tempo, esses desenvolvimentos tiveram como condição necessária uma forma nova e mais forte de poder público centralizado. O Estado tomou das classes apropriadoras o poder político direto e os deveres não imediatamente associados à produção e à apropriação, deixando-as com poderes privados de exploração depurados de funções públicas e sociais.*

[...]

*O capitalismo tem a capacidade única de manter a propriedade privada e o poder de extração de excedentes sem que o proprietário seja obrigado a brandir o poder político direto no sentido convencional. O Estado – que é separado da economia, embora intervenha nela – pode aparentemente pertencer (por meio do sufrágio universal) a todos, apropriador e produtor, sem que se usurpe o poder de exploração do apropriador. A expropriação do produtor direto simplesmente torna menos necessário o uso de certos poderes políticos diretos para a extração de excedentes [já que é o próprio trabalhador, destituído de qualquer propriedade que não sua força de trabalho, quem sente a obrigação de recorrer ao mercado para garantir sua subsistência, e sua afluência ao mercado aparece como sua decisão e sua responsabilidade], e é isso exatamente o que significa dizer que o capitalista tem poderes econômicos, e não extra-econômicos, de exploração (WOOD, 2003, p. 43 – grifos nossos).*

Neste sistema o Estado desempenha as funções políticas que dizem respeito à coletividade, e é apenas em seu âmbito que é considerada legítima a *luta política*, enquanto os proprietários particulares cuidam de seus interesses sem a possibilidade (ou com possibilidade reduzidíssima) de interferência do coletivo sobre “seus assuntos” ou “seus negócios”<sup>97</sup>. Ellen Wood resume a diferenciação da esfera econômica em relação à política no capitalismo como segue:

[...] a alocação social de recursos e de trabalho não ocorre por comando político, por determinação comunitária, por hereditariedade, costumes nem por obrigação religiosa, mas pelos mecanismos do intercâmbio de mercadorias. Os poderes de apropriação de mais-valia e de exploração não se baseiam diretamente nas relações de dependência jurídica ou política, mas sim numa relação contratual entre produtores “livres” – juridicamente livres e livres dos meios de produção – e um apropriador que tem a propriedade privada *absoluta* dos meios de produção.

Falar de diferenciação da esfera econômica nesses sentidos não é sugerir que a dimensão política seja, de certa forma, estranha às relações capitalistas de produção. A esfera política no capitalismo tem um caráter especial porque o poder de coação que apoia a exploração capitalista não é acionado diretamente pelo apropriador [...]. Mas são essenciais um poder e uma estrutura de dominação [...]. A propriedade privada absoluta, a relação contratual que prende o produtor ao apropriador, o processo de troca de mercadorias *exigem formas legais, aparato de coação e as funções policiais do Estado. Historicamente, o Estado tem sido*

<sup>97</sup> O detalhe perverso é que o Estado é permanente fonte de recursos para estes proprietários, injetando montes de dinheiro público em seus negócios sempre que considerado do “interesse do país” ou coisa que o valha: ver, nos últimos anos, o papel protagonista do Estado brasileiro promovendo “negócios de pai para filho” no processo de privatizações, bem como no marcante socorro aos bancos Marka e FonteCindam sob o pretexto de evitar uma “quebradeira”. Terra alheia, mesma história: o governo americano e os governos europeus têm sido imprescindíveis no sentido de garantir a “saúde” de grandes grupos econômicos que ficaram à beira da quebra devido à última crise financeira, como temos acompanhado sistematicamente pelos jornais, e não só no que diz respeito a injetar dinheiro público neles, mas também a retirar direitos sociais que “custam caro” e a reprimir violentamente manifestações populares que expressam a recusa do povo em “pagar a conta” – os casos de Alemanha (no primeiro ponto) e Grécia (no segundo) estão intimamente conectados e falam por si. Discutiremos o assunto no próximo capítulo.

*essencial para o processo de expropriação que está na base do capitalismo. [...] apesar de sua diferenciação, a esfera econômica se apoia firmemente na política.*

*[...] A autonomia do Estado capitalista está inseparavelmente ligada à liberdade jurídica e à igualdade entre seres livres, à troca puramente econômica entre produtores expropriados livres e apropriadores privados que têm propriedade absoluta dos meios de produção e, portanto, uma nova forma de autoridade sobre os produtores. [...]*

*Em certo sentido [...] a diferenciação entre o econômico e o político no capitalismo é mais precisamente a diferenciação das funções políticas e sua alocação separada para a esfera econômica privada e para a esfera pública do Estado. Essa alocação separa as funções políticas imediatamente interessadas na extração e apropriação de mais-valia daquelas que têm um propósito mais geral ou comunitário. Essa formulação, que sugere ser a diferenciação do econômico na verdade uma diferenciação dentro da esfera política, é sob certos aspectos mais adequada para explicar o processo único de desenvolvimento ocidental e o caráter especial do capitalismo (WOOD, 2003, pp. 34-36 – grifos nossos).*

A “democracia formal” – este regime político em que a igualdade civil coexiste com a desigualdade social e em que permanecem intocadas as relações econômicas entre a “elite” e a “multidão trabalhadora” (WOOD, 2003, p. 184) –, então, só foi tornada possível pela aludida diferenciação estabelecida no capitalismo. Entretanto, “a possibilidade conceitual de uma ‘democracia formal’ não faz dela uma realidade histórica” (WOOD, 2003, p. 184). O capitalismo não põe *unicamente* a possibilidade da democracia formal, como demonstra fartamente sua própria história – bem como seu presente, considerando que ainda hoje diversos países capitalistas não podem ser considerados democráticos sequer sob o estrito parâmetro da democracia formal:

*[...] na realidade dos fatos, os primeiros regimes liberais, por serem regimes de participação restrita, eram efetivamente regimes oligárquicos, elitistas. Com a chamada Gloriosa Revolução de 1688, instaura-se na Grã-Bretanha uma monarquia constitucional, o primeiro regime liberal a se implantar no mundo. [...] Na monarquia constitucional inglesa, o poder se assentava num parlamento eleito, mas o direito ao sufrágio era extremamente restrito; votava um número muito pequeno de pessoas, ou seja, somente os barões que dispunham de propriedades ou pagavam um determinado montante de impostos. Este modelo de sufrágio restrito vigorou em todos os regimes liberais até o início do século XX (COUTINHO, 2006, p. 18 – grifos nossos).*

Como nos lembra o autor nesta mesma página, “pelo menos até Mosca<sup>98</sup>, o liberalismo negava abertamente os postulados democráticos básicos, tais como a soberania popular, o sufrágio universal etc.; *apresentava-se não como um complemento, mas como uma alternativa à democracia*”.

Para localizarmos adequadamente o lugar e os limites desta modalidade de democracia típica do capitalismo, a democracia formal, é necessário recorrer a sua história e saber como foi, e a partir de que interesses, que ela suplantou, “em nome da democracia”, a democracia

---

<sup>98</sup> Gaetano Mosca (1858-1941), pensador político, jurista e historiador liberal siciliano.

substantiva. Neste ponto, vale colocar a pergunta: como foi, então, que a *possibilidade* de uma democracia formal, fundada num corpo de cidadãos progressivamente abrangente (até que, por padrão, todos os homens e mulheres adultos nascidos em territórios em que vigem regimes “democráticos”<sup>99</sup> gozam da condição de cidadãos), se concretizou historicamente?

Para respondê-la devemos localizar mais dois aspectos importantes na determinação deste processo de concretização<sup>100</sup> que, de certo modo, estão expressos em fenômenos que se seguem temporalmente<sup>101</sup>: por um lado, os rebatimentos, no campo da política, da constituição dos EUA enquanto nação soberana, com suas especificidades históricas no que diz respeito às respostas políticas que encontrou a partir, por um lado, da ideia de governo representativo importada da Europa, e, por outro, de sua experiência colonial, seu processo de ruptura com esta condição e sua constituição enquanto país<sup>102</sup>, bem como as relações que este fenômeno e seus resultados, tanto prático-políticos como ídeo-teóricos, vieram a ter com os desdobramentos da subsequente Revolução Francesa (tangencialmente abordada por nós em ponto anterior deste capítulo) e, junto desta, com o conjunto das revoluções burguesas posteriores; por outro lado, a consolidação do proletariado moderno nos países em que emergia e se consolidava o modo de produção capitalista, sua consequente entrada na arena política e a fratura do Terceiro Estado<sup>103</sup>.

Wood baliza o campo a ser explorado no que tange ao primeiro aspecto:

[...] Pelos cânones do liberalismo de língua inglesa, a principal estrada que

<sup>99</sup> O termo “democráticos” foi posto entre aspas porque nos parece mais adequado, em relação aos regimes políticos que se reivindicam este estatuto no mundo atual, falar em *regimes liberal-democráticos*.

<sup>100</sup> Mais dois porque eles se somam àqueles que já levantamos até aqui. Esquemáticamente poderíamos enumerá-los do seguinte modo: criação do conceito de democracia na antiga Atenas; incubação do conceito a partir da submissão grega aos macedônios; início da privatização da soberania no Império Romano do Ocidente; queda do Império; soberania privatizada no feudalismo; início da desagregação deste sistema; ascensão dos Estados centralizados / absolutismo; transferência da soberania ao Estado centralizado; estabelecimento de certos princípios do liberalismo, como a defesa de liberdades individuais, a partir da resistência do senhorio à perda de privilégios feudais; sistema representativo na Europa; alargamento do alcance do sistema representativo, mantendo intocada a estrutura social, pela Revolução Americana; Revolução Francesa e radicalização jacobina; combate aberto à democracia como possibilidade posta para as sociedades modernas, no qual se engajaram as classes dominantes europeias e a americana; fratura do Terceiro Estado; luta pela democracia se cinde em luta por garantias formais, de um lado, e pelo socialismo, de outro; luta pela democracia substantiva é a luta pelo comunismo, ainda que incorporando a luta pelas outras garantias advindas do liberalismo.

<sup>101</sup> Apesar de obviamente estas experiências não se esgotarem uma antes da outra, se relacionando, ao contrário, organicamente ao longo de pelo menos todo o século XIX em direção à generalização da solução encontrada com a “democracia formal” para grande parte do mundo capitalista, a eclosão de cada um destes momentos pode de fato ser discriminada temporalmente e ordenada cronologicamente, e estes procedimentos auxiliam a compreensão de como se processou a interação que resultou na redefinição da democracia que estamos examinando.

<sup>102</sup> Será necessário, a seguir, tecer rápidos comentários, que esperamos não nos desviem demasiado do tema – e sim nos ajudem a perceber nele certos matizes decisivos –, sobre a experiência colonial e de fundação da nação norte-americana. Não será possível, entretanto, devido ao foco do presente trabalho, explicar ou discutir com cuidado os pormenores históricos relativos à experiência em questão. Nos deteremos a comentar o que consideramos importante para a compreensão do processo em análise no presente capítulo. Sempre remeteremos a referências quando julgarmos que isso favorecerá a compreensão do desenrolar de nossa argumentação.

<sup>103</sup> Este segundo fator será discutido na seção seguinte.

conduz à democracia moderna passa por Roma, pela Magna Carta, pela Petição do Direito e pela Revolução Gloriosa, passando ao largo de Atenas, dos Levellers, dos Diggers e do cartismo. [...] não se trata de o registro histórico pertencer aos vitoriosos; pois *se é 1688, e não os Levellers ou os Diggers, quem representa os vitoriosos, não seria de esperar que a história registrasse ser a democracia o lado derrotado?*

*Foi aqui que a experiência americana mostrou ser decisiva. Os whigs ingleses poderiam ter se contentado com a celebração do avanço do Parlamento sem proclamá-lo como uma vitória da democracia. Os americanos não tinham essa opção*<sup>104</sup>. Apesar de, na luta para determinar a forma da nova república, os antidemocratas terem sido vitoriosos, no momento mesmo da fundação o impulso para uma democracia de massa já era forte demais para que tal vitória fosse completa<sup>105</sup>. [...] *E a experiência colonial que culminou na revolução havia criado uma população politicamente ativa.*

Portanto, os federalistas tinham pela frente uma *tarefa sem precedentes*, a de *preservar o que fosse possível da divisão entre massa e elite no contexto de franquias crescentemente democráticas* e de um corpo de cidadãos cada vez mais ativo. [...] Os criadores da constituição se engajaram na primeira experiência de criação de um conjunto de instituições políticas que corporificariam, e simultaneamente limitariam, o poder popular, num contexto em que já não era

<sup>104</sup> Esta assertiva é apenas parcialmente correta. Se, por um lado, os norte-americanos de fato encontraram a resposta mais bem-sucedida ao problema, enfrentado pelos setores dominantes capitalistas, relativo à possibilidade de extensão dos direitos políticos a um corpo de cidadãos tendencialmente cada vez mais abrangente *mantendo intocados seus privilégios e seu direito à propriedade*, posto fora do campo de possibilidade dos controles democráticos, por outro lado *nem o Federalista, nem o próprio texto da Constituição americana proclamam, ou afirmam textualmente, que naquele país se estava construindo uma democracia*. Pelo contrário: James Madison, um dos mais destacados, influentes e eruditos pensadores políticos norte-americanos de seu tempo, um dos autores da Constituição (considerado por alguns o “pai da Constituição”) e quarto presidente dos EUA, insistiu expressamente nos *malefícios* dos regimes democráticos e na diferença fundamental que havia entre a *república* que eles estavam construindo e uma *democracia*, sendo a primeira capaz de reter os benefícios da última, expurgando seus malefícios. Voltaremos ao assunto ainda nesta seção.

<sup>105</sup> Isso é absolutamente correto, e está relacionado a certas características peculiares, intimamente relacionadas entre si, do processo de colonização norte-americano, a partir das quais gestou-se nas 13 Colônias – esta é, sem dúvida, uma característica comum, apesar de se ter desenvolvido de maneira diferente em cada uma delas – forte tradição de auto-governo local com certo nível de participação dos cidadãos, acentuada pelo grande esforço de mobilização empreendido na *Guerra de Independência* (a *Revolução Americana de 1776*) contra a Inglaterra. Estas características peculiares são, esquematicamente: a frouxidão do controle inglês sobre as colônias, conhecida como a “negligência salutar” – assim definida por BURKE (1834, pp. 181-205, o termo *salutary neglect* aparece na p. 186) em discurso pronunciado na *Câmara dos Comuns* em meio à insurgência das Colônias contra a tentativa inglesa de aplicação do pacto colonial (1775) –, que resultou, salvo erro, da conturbada situação política inglesa, tanto interna quanto externamente, dos séculos XVI a meados do XVIII (KARNAL, 2007, pp. 31-37 e FROHNEN, 2002, p. 3); a tradição, desde o início da colonização, de pôr por escrito acordos, pactos, alianças, juramentos, códigos etc. concernentes à política – mas fortemente amparados na religião e provavelmente partindo da tradição do estabelecimento de juramentos, compromissos etc. que acompanhava sua atividade religiosa –, através dos quais os colonos criaram suas próprias instituições políticas e se auto-governaram (LUTZ, 1998, p. 11-12; FROHNEN, 2002, p. 3 – estes livros contêm farto acervo destes documentos, transcritos), e que só foi possível, é claro, devido à impossibilidade inglesa de controlar mais rigidamente estas colônias; a redação das Constituições Estaduais, que segundo LUTZ (1998, p. 11) representam o máximo florescimento desta tradição colonial de elaboração de documentos visando ao auto-governo – um detalhe interessante é que este autor *contrapõe* esta tradição àquela representada pelo pensamento político inglês, enxergando a Constituição dos EUA como uma espécie de síntese entre estas diferentes tradições; a conformação da Confederação da Nova Inglaterra pela colônias do norte, em parte devido à falta de apoio militar inglês aos colonos; o anseio por liberdade religiosa e as características próprias de cada uma das religiões protestantes praticadas pelos colonos – entre as quais se destacam a exigência de ampla alfabetização entre os fiéis e o hábito de estabelecer juramentos e compromissos por escrito (BURKE, [1775] 1834, p. 187; LUTZ, 1998, p. 12; CLACK, 2005, p. 11; KARNAL, 2007, p. 37; 46-55); a organização econômica das colônias da Nova Inglaterra, o tipo de pequena propriedade e a produção agrícola baseada na policultura amplamente dominante ali, o surgimento de um próspero e relativamente numeroso grupo relacionado à pesca e ao comércio marítimo, a “igualdade prática” resultante da dura vida do colono das fronteiras a oeste (ainda limitadas pelos Apalaches) – quanto a estes itens cf. HUBERMAN, [1932] 1966 (p. 33 e ss., p. 72 e ss.).

possível manter um corpo exclusivo de cidadãos (WOOD, 2003, pp. 184-185).

O caso dos EUA é literalmente o da *criação* de um conjunto de instituições, considerando que as 13 Colônias eram independentes uma da outra e cada uma delas auto-governada até o ponto possível considerando a subordinação à Inglaterra – que findou com a Revolução e a Independência. A experiência dos EUA foi excepcional, pois foi a única revolução burguesa que se processou ao mesmo tempo enquanto revolução nacional: enquanto na Europa as revoluções burguesas se deram *contra* as antigas instituições em nome da nova ordem, nos EUA ela se deu contra as instituições *de fora*, afirmando contra elas um conjunto de instituições, valores etc. que já vinham se desenvolvendo no espaço americano. Havia ali tradições democráticas já estabelecidas, e tratou-se de expulsar um poder oligárquico exógeno baseado na soberania parlamentar. Isso colocou para as elites proprietárias americanas um grande problema, cujo esboço pode ser divisado através da seguinte pergunta: como estabelecer uma oligarquia em um país cujo nascimento está ligado a fortes tradições democráticas e à vitória justamente contra um poder oligárquico opressivo? Vejamos, então, como foi que os federalistas se desincumbiram da espinhosa tarefa através da criação de um governo federal forte para a nova nação, que esvaziou os poderes locais e regionais, e como foi que, ali, a “democracia” substituiu a democracia.

É muito importante sublinhar, em primeiro lugar, que os autores da Constituição americana tinham clareza de que era necessário construir um sistema político *alternativo* à democracia, que viam como um regime dominado por agitações, pela “rápida sucessão de revoluções”, vibrando sempre “entre os extremos da tirania e da anarquia”, e em que “se raios momentâneos de glória escapam à penumbra, se nos ofuscam com seu brilho fugidio e efêmero, eles ao mesmo tempo nos sugerem que lamentemos, que os vícios do governo provavelmente perverterão a direção, embaçarão o lustre, dos talentos brilhantes e dos dotes proeminentes, pelos quais o solo afortunado que os produz [a Grécia, no caso] foi tão justamente celebrado”<sup>106</sup> (*The Federalist*<sup>107</sup>, n. 9, par. 2). Já discutimos neste capítulo os problemas relacionados à visão da Grécia clássica em que a eclosão de talentos brilhantes, as

<sup>106</sup> Todas as traduções d’*O Federalista (The Federalist)* são de nossa autoria, salvo indicação contrária.

<sup>107</sup> Os *Federalist Papers*, ou simplesmente *The Federalist*, são um conjunto de ensaios escritos e publicados entre 1787 e 1788 por Alexander Hamilton, James Madison e John Jay em defesa da ratificação pelos Estados da proposta de Constituição saída da Convenção da Filadélfia em 1787. Podem ser considerados o mais importante corpo teórico em defesa da nascente *Constituição* americana, tendo seu conjunto se tornado um clássico obrigatório da teoria política moderna. São conhecidos como *O Federalista* porque defendiam o que veio a ser o modelo federalista norte-americano, e eram apócrifos (seus autores assinavam *Publius*). No decorrer dos ensaios são discutidos os principais temas subjacentes à Constituição, alguns dos quais particularmente importantes para a análise que vem sendo feita no presente capítulo. A edição na qual estudamos os ensaios foi CAREY (2001), baseada na *Gideon Edition* autorizada por Madison.

conquistas nos campos da arte, ciência, filosofia, entre outros, são apresentadas como se nada tivessem a ver com a democracia (principalmente com a ateniense, que não à toa foi, dentre todas, a cidade-Estado de brilho mais intenso). Esta citação está aí para lembrar ao leitor que, apesar de toda a admiração pelas realizações da cultura grega, estes pensadores sentiam “horror ou desgosto” (HAMILTON, in HAMILTON, JAY e MADISON, [1788] 2001, p. 37) frente ao regime democrático<sup>108</sup>.

Mais: consideravam uma das mais importantes vantagens do Estado que eles desejavam consolidar, a partir da União dos 13 Estados, a possibilidade de reprimir a facção e a insurreição domésticas, como aliás explicitado no próprio título do *Federalist n. 9* (“A utilidade da União como salvaguarda contra facção e insurreição domésticas”).

Começemos, então, por trazer a definição de “facção” presente no *Federalist*, para que saibamos contra quem afinal lutavam os “pais fundadores” da mais livre das nações, e o que eles temiam a ponto de considerar que a União vindoura deveria “controlar” e “quebrar” as facções:

Por facção eu entendo *um número de cidadãos, quer sejam maioria quer minoria em relação ao todo*, que estejam *unidos e movidos por um impulso apaixonado comum*, ou por interesse, *adverso* aos interesses de outros cidadãos, ou aos interesses agregados e permanentes da comunidade.

[...] A diversidade das capacidades do homem, da qual se originam os direitos à propriedade, é nada mais nada menos que um obstáculo insuperável a uma uniformidade de interesses. A proteção destas aptidões *é o primeiro objetivo do governo*. Da proteção a dons diferentes e desiguais em adquirir propriedade, resulta imediatamente a posse de diferentes tipos e graus de propriedade; e da influência destes nos sentimentos e visões dos respectivos proprietários, resulta uma divisão da sociedade em diferentes partidos e interesses.

As causas latentes da facção estão, assim, enraizadas na natureza do homem; e nós as vemos em todo lugar trazidas a níveis diferentes de atividade, de acordo com as diferentes circunstâncias da sociedade civil. [...] *a fonte mais comum e durável de facções tem sido a variedade e desigualdade na distribuição de propriedade*. Entre aqueles que a detêm e aqueles alijados dela sempre se constituíram interesses distintos na sociedade. Credores e devedores estão sujeitos à mesma divisão. [...] (MADISON, in HAMILTON, JAY e MADISON, [1788] 2001, pp. 43-44 – grifos nossos).

<sup>108</sup> Reproduzindo, inclusive, alguns dos erros historiográficos comuns a outros pensadores às voltas com a Antiguidade e tratados por nós, ainda que rapidamente, neste trabalho. Exemplo disso são as seguintes afirmações de Madison: “[As democracias] foram sempre espetáculos de turbulência e contenda; foram sempre incompatíveis com a segurança pessoal, ou os direitos à propriedade; e foram, no geral, tão curtas em suas vidas quanto violentas em suas mortes” (MADISON, in CAREY, 2001, p. 46); “A instabilidade, injustiça e confusão introduzidas nos organismos públicos foram, na verdade, as doenças mortais sob as quais pereceram os governos populares” (MADISON, in CAREY, 2001, p. 42). Já comentamos os erros presentes neste tipo de argumentação. No que diz respeito à incompatibilidade entre a democracia e os “direitos à propriedade” ele tem razão *até certo ponto*, se considerarmos: primeiro, a democracia em seu *sentido forte*, ou seja, a democracia enquanto *democracia substantiva*; segundo, que a regulação democrática (ou o controle social) sobre os usos da propriedade – p. ex., sobre a organização da extração de excedente econômico ou o mero estabelecimento de limites ao uso da propriedade – foi, muitas vezes na história, apontada pelos proprietários ou por intelectuais ligados a eles como um desrespeito a sua liberdade individual enquanto proprietário. Há abundantes exemplos disto neste capítulo, devidamente problematizados por nós, e poderia haver muitos outros – que não apresentamos para poupar o leitor.

Pois bem: a existência da facção, como cristalinamente exposto nos trechos acima, está ligada por laços bastante fortes à luta contra a desigualdade social e em torno dos direitos de propriedade. Esta luta será tema dos textos de onde foram extraídos os trechos a seguir, de autoria de Hamilton (n. 9) e Madison (n. 10) e escritos sob o mesmo título (o n. 10 é uma continuação do 9). Eles versam sobre o mesmo assunto, explicitando a linha geral do programa federalista no tocante a facções e insurreições (programa este que, como veremos, se estende a manifestações de poder popular ou democrático de modo geral):

Se houvesse sido impraticável divisar modelos de mais perfeita estrutura [do que as pequenas repúblicas da Grécia e Roma antigas], os amigos esclarecidos da liberdade teriam sido obrigados a abandonar a causa deste tipo de governo [o tipo republicano] como indefensável. A ciência da política, entretanto, como tantas outras, recebeu grande aperfeiçoamento [...], poderosos meios, pelos quais as excelências do governo republicano podem ser retidas enquanto suas imperfeições são minimizadas ou evitadas. [...] Montesquieu [...] trata explicitamente de uma república confederativa como o expediente para estender a esfera do governo popular, *reconciliando as vantagens da monarquia com as do republicanismo*<sup>109</sup> (HAMILTON, in HAMILTON, JAY e MADISON [1788], 2001, pp. 38-39 – grifo nosso).

[...] ‘Caso uma insurreição popular aconteça em um dos estados confederados, os outros têm capacidade de derrotá-la’ (MONTESQUIEU, *apud* HAMILTON, *loc. cit.*, p. 40 – grifo nosso).

[A afirmação de Montesquieu tem] uma conexão íntima *com o mais imediato propósito deste ensaio, que é ilustrar a tendência da união a reprimir facção e insurreição domésticas* (*Ibid.*, p. 40).

*Entre as inúmeras vantagens prometidas por uma bem construída união, nenhuma merece ser mais cuidadosamente desenvolvida do que sua tendência a quebrar e controlar a violência de facção.* O amigo dos governos populares nunca se acha em tamanho alarme quanto a seu caráter e destino, quanto quando contempla sua propensão a este vício perigoso. Ele não hesitará, portanto, em dar o devido valor a qualquer plano que, sem violar os princípios aos quais está ligado, proveja uma cura satisfatória a tal defeito (MADISON, in HAMILTON, JAY e MADISON, [1788] 2001, p. 42).

[...] as *causas* da facção não podem ser removidas<sup>110</sup>; [...] o alívio só pode ser conseguido através do controle de seus *efeitos*.

Se uma facção consiste de menos que uma maioria, o alívio é suprido pelo princípio republicano, que dá à maioria o poder de derrotar suas visões sinistras através do simples voto. [...] Quando a maioria está incluída numa facção, por outro lado, a forma do governo popular a habilita a sacrificar à sua paixão ou interesse dominante tanto o bem comum quanto os direitos de outros cidadãos. Assegurar o bem comum e os direitos privados contra o perigo encarnado em tal facção, e ao mesmo tempo preservar o espírito e a forma do governo popular, é então o grande objeto de nossas reflexões (*Ibid.*, p. 45).

Note-se bem que para estes pensadores simplesmente *não importa se a facção representa a maioria*. O importante é simplesmente ser capaz de impedir que ela exerça sobre a “minoría” (termo que, neste texto, poderia perfeitamente ser lido como “os proprietários”) algum tipo de interferência que desrespeite qualquer de seus “direitos fundamentais” ou

<sup>109</sup> Note-se que o modelo federalista estende a esfera do poder popular apenas *na medida em que o esvazia*. É assim que ele reconcilia as “vantagens da monarquia com as do republicanismo”. Voltaremos a este assunto adiante.

<sup>110</sup> Aqui, é claro, não é possível deixar de perguntar: por que não? A quem interessa que não sejam?

“naturais”<sup>111</sup>. A preocupação de Madison não era vazia: ele, junto a um seleto corpo de pensadores, empresários bem-sucedidos, políticos, proprietários etc., estava enfrentando um problema do qual não era possível fugir, descrito da seguinte forma por Leo Huberman:

Um dos significados mais importantes da palavra “revolução” é “mudança”. *A Revolução Americana trouxe tremendas mudanças na vida social do povo* – mudanças que não chegaram aos países europeus senão muitos anos depois, e que granjearam para os Estados Unidos a reputação de “país livre”.

A primeira constituição dos Estados Unidos foi representada pelos Artigos da Confederação. Foi aprovada em 1777 pelo Congresso Continental, mas não foi ratificada nem entrou em vigor até 1781, o ano em que terminou a guerra. Era uma associação frouxa de Estados soberanos, na qual os poderes do Congresso eram limitados estritamente. [...] Assim os 13 Estados se agruparam sob os Artigos da Confederação e trataram de dar ao Congresso, o governo de todos os Estados, muito pouca força. O Congresso não iria ser um outro Parlamento [Britânico] [...]. Cada Estado iria eleger seus próprios legisladores. Este grupo de legisladores, a legislatura, teria poder de governar o Estado. O Congresso não iria se intrometer nisso.

[...] Entretanto, *não se passou muito tempo e um grupo de pessoas assustadas, ansiosas, já estava clamando por um governo forte outra vez*. E apenas 4 anos depois de assinado o tratado de paz, esse grupo começou a engendrar uma máquina que produzisse esse governo. Que aconteceu então?

Muitas coisas tinham acontecido, todas más aos olhos dos mais ricos. [...] Era, para os ricos, o que alguns historiadores chamaram um “período crítico”.

[...] *Os agiotas, fabricantes, comerciantes, acionistas, especuladores, senhores de escravos – todos queriam que houvesse um governo central forte. Eram eles que tinham dinheiro, os ricos, e queriam um governo central forte que os protegesse e às suas propriedades*, e que permitisse aumentar suas posses ao negociar com segurança e facilidade.

Em 1786 começaram a acontecer coisas que amedrontaram esse grupo, e que os fizeram exigir um governo central forte IMEDIATAMENTE.

[...] Em Massachusetts houve levantes [...] alarmantes. [...] os pobres [lá] não tinham dinheiro para pagar o que deviam. Em muitos dos Estados [...] haviam sido aprovadas leis que sustavam o pagamento das dívidas; em outros, o débito podia ser pago em gado ou em produtos agrícolas. Os pobres, no Massachusetts, queriam uma compensação [...] de qualquer tipo, que os tirasse das dificuldades em que se encontravam. [...] os pobres se aglomeraram e começaram a fazer arruaças.

No “New York Packet” de 11 de setembro de 1786, apareceu esta notícia de Springfield, Massachusetts: “Na terça-feira 29 (de agosto) [...] dia indicado por lei para a reunião da Corte de Demandas Comuns [...] reuniram-se na cidade, vindas de diversas partes do condado, cerca de 400 ou 500 pessoas, algumas armadas com mosquetes, outras com macetes, e com a intenção de evitar que a corte entrasse em sessão”.

É fácil compreender por que a multidão não queria deixar a corte se reunir. Era a esta corte que os agiotas traziam seus casos contra os devedores; era nela que se ordenava ao pobre fazendeiro que entregasse sua fazendola à pessoa a quem devia dinheiro; era aqui que mandavam os pobres para a prisão dos devedores.

Em Great Barrington outra multidão fechou o tribunal, arrombou as cadeias, deu busca nas casas, escorraçou gente para fora das cidades.

Mais tarde, cerca de 1000 homens, armados com mosquetes, espadas e

<sup>111</sup> Lembrando que entre estes direitos naturais os pensadores em questão, entre tantos outros, **incluem o direito à propriedade**. Aqui vale reiterar o que já afirmamos neste trabalho: é importante haver salvaguardas aos direitos de minorias, salvaguardas estas que podem ser observadas a partir de um sistema de proteção legal. Mas é **completamente ideológico** e equivocado colocar ao lado, por exemplo, dos direitos à vida e à segurança de minorias étnicas, ou dos direitos civis de minorias de orientação sexual, **o direito à propriedade!** Imaginamos que, pela argumentação desenvolvida em pontos anteriores, as razões para isso já tenham ficado claras, dispensando maiores explicações a esta altura.



bastões, chefiados por Daniel Shays, antigo oficial da Revolução, [...] fechavam as cortes durante vários meses. A Rebelião de Shays era um caso sério. *As classes superiores, em todo o país, estavam bastante amedrontadas com este levante armado por parte dos pobres.* [...]

O general Knox escreveu uma carta a George Washington na qual ele explicava com ansiedade as ideias perigosas dos partidários de Shays. Escreveu que acreditava “que a propriedade dos Estados Unidos tivesse sido protegida contra a ... Grã-Bretanha pelos esforços de todos, e portanto DEVEIA SER PROPRIEDADE COMUM DE TODOS”.

Calafrios passaram pela espinha dos ricos. Era preciso um governo central forte – imediatamente. (HUBERMAN, [1932] 1966, pp. 72-78 – negritos nossos).

A fragilidade da organização em uma confederação – com a soberania localizada em cada Estado-membro – do ponto de vista dos proprietários, e a preocupação deste grupo com a estabilidade a ser proporcionada por uma “união mais perfeita” é confirmada por Madison no *Federalist n. 10*. Ele argumenta que

[...] os valiosos melhoramentos conseguidos pelas constituições Americanas [dos Estados] em relação aos modelos populares, tanto antigos quanto modernos, são dignos da mais alta admiração; entretanto seria de uma parcialidade temerária sustentar que elas efetivamente explicitaram os riscos deste tipo na medida em que seria de esperar. *Reclamações são ouvidas em todo lugar, da parte de nossos cidadãos mais estimados e virtuosos, igualmente amigos da vida pública e privada, bem como da liberdade pública e pessoal, de que nossos governos são muito instáveis; que o bem comum é descuidado [...] e que as decisões são muitas vezes tomadas não de acordo com [...] os direitos da minoria, mas pela força superior de uma maioria interessada e arrogante.* (MADISON, in HAMILTON, JAY e MADISON, [1788] 2001, p. 42 – grifos nossos).

Com este tipo de preocupação, iniciou-se uma movimentação por parte de membros destacados da elite norte-americana de então<sup>112</sup> no sentido da elaboração de uma Constituição que assegurasse a desejada estabilidade através da instituição de um governo central.

Não foi surpresa, então, a reunião havida em 1787 para rever os Artigos da Confederação<sup>113</sup>. Dos 55 membros escolhidos para comparecer à reunião, pelos legisladores de 12 Estados [...] nenhum dos membros era representante dos pequenos fazendeiros ou dos mecânicos – quase todos ou eram agiotas, comerciantes, fabricantes, acionistas, especuladores ou senhores de escravos.

[...]  
*Embora tivessem sido enviados para a Filadélfia apenas para rever e talvez acrescentar alguns artigos aos antigos [...], os participantes logo desistiram dessa ideia e começaram a elaborar um novo plano de união para os 13 Estados – que trouxesse um governo central forte. Elaboraram a Constituição dos Estados Unidos.*

Para os homens de posses tudo estaria bem [...]. Os revolucionários, inflamados com Shays, *não podiam impedir os tribunais de se reunir e atacar a propriedade – o Congresso teria um exército e uma esquadra para deter qualquer rebelião no futuro [...]* (HUBERMAN, [1932] 1966, pp. 78-79).

<sup>112</sup> Um dos mais ativos neste processo foi justamente Alexander Hamilton, um dos autores d’*O Federalista*.

<sup>113</sup> Esta reunião (a Convenção da Filadélfia) foi articulada por Hamilton, convocada a partir de um encontro de 5 Estados para discutir entreveros comerciais entre Virgínia e Maryland. Foram enviados a ela figurões, “notáveis”, “amigos da liberdade pública e pessoal”, por 12 das 13 legislaturas (Rhode Island se recusou a enviar representantes). Houve, inicialmente, protestos no Congresso Continental, então governante da Confederação, mas a partir da adesão de George Washington à Convenção o Congresso a reconheceu – entretanto, só concedeu a ela o poder de redigir emendas aos Artigos da Confederação. Cf. CLACK (2005).

Entretanto, como bem o sabe todo aquele que se dedique a aprender com a História, não é possível resolver o problema da luta contra as desigualdades apenas através da força e da repressão: não é possível resolvê-lo apenas “quebrando” e “controlando” as organizações populares – do ponto de vista dos proprietários –, nem apenas “quebrando” e “controlando” a máquina do Estado, do ponto de vista das classes subalternas. Alguns dos pensadores em foco eram homens de larga erudição, e conheciam bem a tal “matrona ardilosa” que atropela quem a nega... *Seu problema principal, então, era como fazer o homem comum ter menos poder do que ele havia tido até então.* Como nos lembra Huberman, falando sobre a mencionada Convenção: “A reunião em Filadélfia, chamada agora Convenção Constitucional, arrastou-se durante 4 longos meses. Havia muitas divergências entre os participantes de vários Estados. [...] Mas numa coisa, praticamente todos concordavam – que o homem comum, o homem que tem pouca propriedade, ou nenhuma – NÃO DEVE TER MUITO PODER” (HUBERMAN, [1932] 1966, p. 79). Sendo assim, a constituição de uma União e do poder centralizado deveria ter, além de “exército e esquadra”, também outros atributos que não a violência – sem que esta fosse deixada de lado – para atingir o propósito em questão (a retirada do poder das mãos do “homem comum”).

O primeiro destes atributos era o *sistema representativo*. Wood traz, em certo ponto de seu texto, citação de Alexander Hamilton no *Federalist n. 35*, em que ele afirma que “a ideia de representação [...] é absolutamente visionária”, já que “mecânicos e manufactureiros, com poucas exceções, sempre se inclinaram a dar seus votos para os mercadores, preferindo-os a pessoas de sua própria profissão”, pois sabem que “seus hábitos de vida não foram tais que os oferecessem esses dons adquiridos sem os quais, numa assembleia deliberativa, as maiores habilidades naturais são em geral inúteis” (HAMILTON, in HAMILTON, JAY e MADISON, [1788] 2001, pp. 169-170). Ele conclui o “brilhante” raciocínio – quase tão antigo quanto a própria política, e sempre articulado *contra* a democracia, ao sustentar que há homens preparados para a função pública (*grosso modo*, aqueles que se dedicam ao trabalho intelectual) e homens que não o são (os que se dedicam ao trabalho manual, já que “seus hábitos de vida não lhes ofereceram” os dons necessários para o exercício da política), e que, portanto, devem ser *excluídos* desta<sup>114</sup> – afirmando algo que, hoje, em tempos de televisão de

---

<sup>114</sup> Para se ter uma ideia da antiguidade e conhecer os fundamentos deste tipo de exposição antidemocrática, cf., por exemplo, *A República* de Platão e *a Política* de Aristóteles. Seus argumentos – *contra* a democracia – nestes livros marcaram profundamente o pensamento político ocidental desde então, contrário ou favorável a ela. WOOD (2003) aponta, ainda, a divisão de trabalho entre governantes e produtores como *a base da epistemologia de Platão*, de sua radical e hierárquica oposição entre mundo sensível e inteligível, característica que lançou as bases da filosofia ocidental a partir daí. A autora indica referências bibliográficas para o

massas e transmissão simultânea, até um membro do ex-PFL teria pruridos em dizer em público (embora não, é claro, entre seus correligionários): “devemos portanto considerar os mercados como os representantes naturais de todas essas classes da comunidade”<sup>115</sup> (!).

Madison articula a este primeiro ponto da representação um segundo – que, de acordo com ele, é indispensável para que a representação funcione adequadamente como garantia dos propósitos em tela. O *segundo* dos atributos “pacíficos” para se atingirem os propósitos dos federalistas era o *aumento da extensão da nação*, de forma a dificultar a organização popular e mesmo a percepção, entre as classes subalternas, de seus interesses comuns. Quanto à necessária articulação entre os dois pontos, ele argumenta da seguinte forma:

Através de que meios este objetivo [de controlar a “facção” e derrotar suas “visões sinistras”] é alcançável? [...] *a maioria, tendo tal interesse ou paixão em coexistência, deve ser [...] incapaz de concertar e levar a termo esquemas de opressão.*

[...]

Deste ponto de vista da matéria deve ser concluído que uma democracia pura, com o que quero dizer uma sociedade com pequeno número de cidadãos, que se reúnem e administram o governo em pessoa, não admite cura aos desmandos da facção. Uma paixão ou interesse comum será quase sempre compartilhado por uma maioria [...].

Uma república, com o que quero dizer *um governo em que tem lugar o esquema da representação, abre uma perspectiva diferente, e promete a cura* que estamos buscando. Examinemos os pontos em que ela difere da democracia, e compreenderemos tanto a natureza da cura, quanto a eficácia que ela deve ter através da união.

*Os dois grandes pontos de diferença entre uma democracia e uma república são: primeiro, a delegação do governo, nesta última, a um pequeno número de cidadãos eleitos pelo resto; segundo, o grande número de cidadãos, e a maior esfera do país sobre a qual a república deve se estender.*

*O efeito da primeira diferença é, por um lado, refinar e alargar as visões do público, passando-as através do meio de um corpo escolhido de cidadãos cuja sabedoria pode discernir melhor os verdadeiros interesses de seu país, e cujo patriotismo e amor pela justiça estarão menos sujeitos a considerações parciais ou temporárias. Sob tal regulação, pode muito bem acontecer que a voz pública, pronunciada pelos representantes do povo, esteja mais de acordo com o bem público do que estaria se pronunciada pelas próprias pessoas reunidas com este propósito.*

[...]

[...] como cada representante será eleito por um número maior de cidadãos numa grande república do que numa pequena, será mais difícil que candidatos apliquem com sucesso os meios viciosos através dos quais as eleições são muitas

---

aprofundamento do assunto – como se vê, não se trata de questão de menor importância. Cf. WOOD, 2003, p. 168, par. 1 e nota 17.

<sup>115</sup> Curiosamente, quando Hamilton escreveu isso parece ter se esquecido de que Madison havia escrito exatamente o contrário no *Federalist n. 10*, quando argumentava em torno da estreita relação entre distribuição da propriedade, formação de interesses e paixões comuns e a conseqüente ameaça da constituição de “facções”. Além dos diversos trechos que transcrevemos sobre o assunto, a passagem a seguir é bastante ilustrativa da contradição: “É proposta uma lei tratando de dívidas privadas? É uma situação em que os credores estarão de um lado, e os devedores de outro” (MADISON, in HAMILTON, JAY e MADISON, [1788] 2001, p. 44). Entretanto, seguindo o raciocínio exposto por Hamilton, os credores seriam os representantes “naturais” dos devedores! A ideia é tão boa quanto pôr raposa pra cuidar de galinheiro... Poderíamos considerar os argumentos de Hamilton neste texto profundamente *ideológicos*, tendo em vista que afirmar tal representação como “natural” vai contra os próprios esforços (bastante “artificiais”) que os federalistas empreendiam nestes ensaios e em sua proposta de Constituição para garantir o poder de uma minoria proprietária sobre a maioria popular – poder este que, como temos argumentado até aqui, é tudo menos “natural”.

vezes conduzidas; [os eleitores] estarão mais propensos a escolher os homens que possuam o mérito mais atraente<sup>116</sup> [...].

[...] *Estendo-se a esfera*, agrega-se uma maior variedade de partidos e de interesses; *torna-se menos provável que a maioria tenha um motivo comum* para invadir os direitos de outros cidadãos; e se tal motivo comum existir, *será mais difícil para todos que o sentem descobrirem sua própria força, e agirem em uníssono entre si*.

[...]

*A influência de líderes subversivos pode acender uma chama no âmbito de seus estados particulares, mas será incapaz de espalhar uma conflagração geral através dos outros estados [...]: uma revolta [...]* por uma abolição das dívidas, pela divisão igual da propriedade, ou por qualquer outro projeto impróprio e perverso, *estará menos apta a ocupar todo o corpo da nação* do que um seu membro particular; na mesma proporção em que uma doença atinge mais facilmente um condado ou distrito do que um estado inteiro. (MADISON, in HAMILTON, JAY e MADISON, [1788] 2001, pp. 45-48).

Há ainda um *terceiro* atributo deste Estado que lhe confere a capacidade de estender a esfera de cidadania de maneira inofensiva para os proprietários, controlando os “impulsos arrogantes” ou “tirânicos” da maioria de maneira pacífica. É o sistema conhecido como *balances and checks*, baseado na proposta de divisão do poder elaborada por Montesquieu no *Espírito das Leis*. Huberman explica este atributo:

O governo seria dividido em 3 partes principais. Somente a Câmara dos Representantes [...] seria eleita [diretamente] pelo povo. Na seleção das partes restantes não haveria ligação direta com o povo. [...] Era assim: o Senado dos Estados Unidos, eleito pelos legisladores estaduais, que são eleitos pelo povo; o Presidente dos Estados Unidos, que é eleito pelos eleitores, que foram escolhidos de um modo ou de outro pelos legisladores dos Estados, que foram eleitos pelo povo; a Suprema Corte dos Estados Unidos, nomeada pelo presidente, que é eleito pelos eleitores, que foram escolhidos de um modo ou de outro pelos legisladores do estado, que foram eleitos pelo povo. *Não havia perigo de o homem comum ter um controle completo, fazendo tudo deste modo*.

Mas era preciso mais ainda, para não haver perigo. Que cada uma das 3 partes do governo tenha a prerrogativa de “verificar” a outra. Assim, que todas as partes sejam escolhidas em épocas diferentes: [...].

[...]

Como é que tudo isto iria funcionar? Suponhamos que o homem comum esteja muito agitado e queira aprovar leis perigosas. Na eleição de cada 2 anos, ele se recusa a reeleger os velhos representantes e o terço dos senadores; ainda ficam os 2/3 do Senado e a Suprema Corte, para cuidar que nenhuma lei “sem segurança” seja aprovada. De todos os modos, a Constituição parece proteger a propriedade contra o perigo das classes inferiores (HUBERMAN, [1932] 1966, pp. 79-80).

---

<sup>116</sup> É interessante notar que hoje em dia dificilmente alguém questionaria, olhando para o que este sistema produziu na prática – em todo o mundo! –, o fato de que poderíamos perfeitamente substituir a expressão “mérito mais atraente” acima por “o maior capital” ou “a maior quantidade de dinheiro investida em sua campanha”. Os recentes exemplos do tratamento das campanhas eleitorais por parte dos candidatos e dos “grandes meios” de comunicação são ilustrativos, quase falando por si: candidatos que se apresentam como mercadorias à escolha do consumidor, aplicações de Botox, clareamento de dentes e pequenas intervenções cirúrgicas para melhorar a aparência, galhardetes e *outdoors*, distribuição de frango e camisetas em regiões desassistidas pelo poder público, organização da campanha não por militantes mas por *marketeiros* etc. A lista é quase interminável, mas a questão de fundo é: *o que esse tipo de participação passiva do eleitor – como um consumidor que escolhe entre as “mercadorias políticas” postas à sua disposição – tem a ver com a política*, com a capacidade de decidir *efetivamente* os rumos da vida social? O que essas coisas, ademais, têm a ver com qualquer coisa que possa ser chamada de “mérito”?

Como escreveu Madison:

Na extensão e estrutura adequada da união, assim, *nós divisamos um remédio republicano para as doenças que mais incidem sobre um governo republicano [...]* (MADISON, in CAREY, 2001, p. 48 – grifo nosso).

Uma solução para a “doença” causada pelos “excessos democráticos” é, então, a constituição de uma nação extensa com um governo central forte e com representantes eleitos através de um filtro. A solução para a democracia é a república, ou melhor: a solução para a república é a própria república<sup>117</sup>! Claro que após passar por alguns “ajustes” que “não ferem seus princípios essenciais” enquanto a curam dos “perigosos problemas advindos dos excessos da maioria” – a perigosa tirania da maioria. Quanta engenhosidade... Tanta, aliás, que cabe aqui à perfeição a seguinte afirmação de Hobbes:

“Não duvido de que se o princípio de que [a soma d]os três ângulos de um triângulo são iguais à [de] dois [ângulos] retos houvesse tratado de algo que atentasse contra os direitos de propriedade de alguém, ou melhor, contra os interesses dos que têm em suas mãos a propriedade, ele teria sido objeto de controvérsia, ou, pelo menos, se haveria tratado de impugná-lo queimando todos os livros de geometria, até que os interessados houvessem podido fazê-lo valer”<sup>118</sup> (HOBBS, *apud* LUKÁCS, 1959, p. 80).

A “extensão da esfera do governo popular”, a que se referiu Madison (ou, em outros termos, a distribuição sem precedentes dos bens extra-econômicos), só se torna possível na medida em que se esvazia a esfera de atuação deste mesmo governo (ou, em outros termos, na medida em que estes bens extra-econômicos perdem, para a esfera da economia, atributos dentre os mais importantes que antes lhes couberam). Esta nova forma de república ou de democracia, como queiramos chamá-la, foi construída com o propósito de proteger **um** direito fundamental – *o direito à propriedade* – de **qualquer** intromissão de poderes socialmente organizados (a não ser as desejadas pelo proprietário), *principalmente por parte de maiorias*, livrando a esfera econômica das interferências “indevidas” da esfera política e das decisões da maioria. *Este novo regime político conseguiu isso esvaziando tremendamente a própria esfera da política*. Este esvaziamento, tal como se apresentou concretamente, não é o resultado **direto** das vontades, projetos ou intenções de pretensos “agentes racionais”<sup>119</sup>; entretanto,

<sup>117</sup> É digno de nota que no trecho transcrito acima, ao final do *Federalist n. 10*, Madison, que se ocupou bastante em atacar a democracia, como vimos, realize um artifício (presente também em outros textos dos federalistas) que valeu ao sistema de governo americano aquilo que finalmente lhe tornou peculiarmente conhecido – e muitas vezes admirado – no mundo todo: ao falar sobre um remédio republicano para curar as doenças que incidem sobre um governo republicano, ele *trocou* a palavra democrático referente às doenças pela palavra republicano, *identificando momentaneamente* os governos republicano e democrático. E assim nasce a “*democracia representativa*”...

<sup>118</sup> A tradução do espanhol é de nossa responsabilidade. No livro de Lukács esta citação já era indireta: ele a havia retirado de Toennies.

<sup>119</sup> Cf. a citação, em nota anterior, de carta de Engels a Bloch.

como temos visto, ele foi astuciosamente projetado e planejado por agentes que fizeram o possível para garanti-lo. E isto porque esvaziar a esfera política significa “separar a vida comunitária da organização da produção” e “manter a independência da exploração capitalista em relação à execução de funções públicas” (WOOD, 2003, pp. 235-236).

No capitalismo foi tornado possível um aumento sem precedentes da cidadania – praticamente todos os homens e mulheres adultos são cidadãos com direitos civis e políticos iguais –, mas isso apenas *ao mesmo tempo em que foi esvaziado o significado do conceito de cidadania*, excluindo do alcance da atividade política a esfera econômica em que se determina o que, quanto, como, para quem e a partir de que necessidades se produz.

A “democracia representativa moderna”, na verdade, se identifica não com o exercício do poder pelo povo, mas com sua *transferência* a outros, aos superiores sociais, que governam *em nome* do povo mas em seu próprio interesse – e respaldados, até certo ponto, por um processo eleitoral que cada vez menos envolve os cidadãos na política de fato. Para os federalistas, pais da versão moderna de democracia representativa, a representação deveria ter “o efeito de um *filtro*”<sup>120</sup>, *evitando* a participação plena da “multidão trabalhadora”, e deslocando a esfera legítima da política para a arena institucional.

O seguinte trecho mostra o ponto fulcral:

Já nos acostumamos tanto à fórmula “democracia representativa” que tendemos a esquecer a novidade da ideia americana. Pelo menos em sua fórmula federalista, ela significou que *algo até então percebido como a antítese do autogoverno democrático passava a ser não apenas compatível com a democracia, mas também um de seus componentes: não o exercício do poder político, mas a renúncia a este poder, sua transferência a outros, sua alienação*<sup>121</sup> (WOOD, 2003, p. 187 – grifos nossos).

[...]

A república americana estabeleceu firmemente uma definição de democracia em que a transferência do poder para os “representantes do povo” constituiu não somente uma concessão necessária ao [seu] tamanho e à [sua] complexidade, *mas a própria essência da democracia em si*. Os americanos então, apesar de não terem inventado a representação, podem receber o crédito pelo estabelecimento de uma ideia constitutiva essencial da democracia moderna: *a identificação desta com a alienação do poder*. [...] (WOOD, 2003, pp. 187-188 – grifos nossos).

Sobre a diferença essencial entre esta transferência, característica de um tipo cada vez mais meramente procedimental de “democracia representativa”, e a realização da democracia de fato, com o sentido que a ela é historicamente pertinente, o trecho a seguir é elucidativo:

*A alienação do poder político era tão estranha à concepção grega de*

<sup>120</sup> WOOD, 2003, p. 187.

<sup>121</sup> Esta é uma daquelas palavras extremamente mal usadas no debate político, cabendo aqui sumário esclarecimento sobre o sentido simples que ela tem nesta passagem. Segundo o Houaiss, alienação é o “ato ou efeito de alienar(-se)”, ou seja, “transferência para outra pessoa de um bem ou direito” – não se confundindo, aqui, nem com o sentido filosófico profundo do conceito tal como formulado por Hegel e desenvolvido por Feuerbach ou Marx, nem com a denúncia de “falta de consciência política” ou coisas que tais.

*democracia que até mesmo uma eleição poderia ser vista como prática oligárquica, que as democracias poderiam adotar para fins específicos, mas que não faziam parte da essência da constituição democrática. Assim, Aristóteles, ao delinear a forma como se poderia construir uma constituição “mista” com elementos dos principais tipos constitucionais, como oligarquia ou democracia, sugere a inclusão da eleição como característica oligárquica. Era oligárquica porque tendia a favorecer os gnomimoi, os notáveis, os ricos e bem-nascidos [...] (WOOD, 2003, p. 187).*

Devido, em parte, aos componentes *anti-democráticos* explicados no decorrer desta seção, a Constituição dos EUA foi objeto de acalorado debate antes de sua ratificação – que, para ocorrer, precisou inclusive da modificação no termo dos Artigos da Confederação que exigia a anuência de todas as legislaturas estaduais. Foi aprovada, finalmente, com apertada margem de votos<sup>122</sup>. A partir daí, a sorte estava lançada para a nascente república dos EUA, e a democracia nunca mais seria a mesma, transformando-se num mero conjunto de procedimentos sobre o qual pode ser dito, sem problemas: “Não acreditamos muito em definições, mas dois elementos parecem-nos essenciais num sistema que se possa caracterizar como democrático: a livre seleção dos governantes pelo povo e o respeito dos direitos humanos pelos governantes” (DARNTON; DUHAMEL, 2001); ou ainda, “para poder falar de regime democrático, é preciso que o sufrágio, pelo menos masculino [!], seja universal e que o Executivo dependa da representação do povo”<sup>123</sup> (TEXIER, 2005, p. 227).

### **1.7 Mergulhando na areia em busca do poço: a terceira margem da democracia e a emancipação humana**

*Toda emancipação é a **redução** do mundo humano, das relações, ao **próprio homem**.*  
Marx [Sobre a questão judaica]

O debate sobre a democracia, como vimos, pode ser rastreado até as primeiras especulações e formulações teóricas sobre o problema das formas de governo na Grécia Clássica<sup>124</sup>. Já a polêmica sobre a *democratização* é muito mais recente, estando diretamente relacionada aos desdobramentos das revoluções burguesas e à consolidação do sistema

<sup>122</sup> Cf. HUBERMAN, [1932] 1966, pp. 80-81.

<sup>123</sup> Esta afirmação parte de um pensador marxista, Jacques Texier, destacado estudioso de Gramsci e co-fundador da importante revista francesa *Actuel Marx*. Neste, e em outros pontos importantes, por tudo o que discutimos até aqui, não nos é possível concordar com ele. Talvez para falar em democracia formal, ou “liberal-democracia”, estes critérios sejam aceitáveis, mas não em regime democrático – pois admitir isso seria perder o que é o mais importante na democracia: *ela é um meio para*, através de sua instauração plena, *atingir as condições para a emancipação do homem*. A visão deste autor nos parece extremamente centrada na política como meio para a emancipação, mas o problema é que, como discutimos até aqui, a política no capitalismo é *esvaziada* de conteúdo e, portanto, assim isolada, *não pode cumprir este papel*. Este debate continua, e estará mesmo no centro da próxima seção.

<sup>124</sup> Para além das posições que apresentamos até aqui, há ainda abordagens panorâmicas do conceito em BOBBIO et al., 1999 (primeira edição italiana de 1983) e em DARNTON; DUHAMEL (2001), dentre larga bibliografia sobre o tema. Estes títulos contêm boas indicações a partir das quais prosseguir.

societário baseado no modo de produção<sup>125</sup> capitalista.

Laurent Fleury explicita articuladamente esta relação em texto de 2006:

“O ideal de democratização da cultura é indissociável da Revolução Francesa, da afirmação republicana do princípio de igualdade entre os cidadãos. A revolução política do século XVIII, pela abolição dos privilégios, desloca o fundamento da sociedade de ordens. A Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 26 de agosto de 1789, institui uma sociedade pela proclamação do princípio da igualdade e constitui a passagem de uma sociedade não igualitária a uma sociedade igualitária de direito” (FLEURY, 2009, pp. 108-109).

Se podemos absolutamente concordar com a assertiva de Fleury quanto à relação entre a origem deste conceito e a instauração da sociedade capitalista, não nos parece tão simples concordar com a afirmação que ele faz logo a seguir em relação ao “ideal da democratização da cultura”:

“Da coexistência entre igualdade de direito e desigualdades de fato procede a denúncia feita por Marx da contradição entre ‘direitos formais’ e ‘direitos reais’. *O ideal de democratização da cultura buscou ultrapassar essa contradição*” (FLEURY, 2009, p.109 – grifos nossos).

Tratar adequadamente do tema da *democratização* (em todos os campos, inclusive no campo da cultura) implica em buscar apreender diacronicamente as determinações sociais, políticas e econômicas às quais ele quer responder e sobre as quais ele se assenta no mundo moderno. Devemos nos perguntar, então: o projeto de uma *democratização da cultura* busca mesmo ultrapassar a contradição criticada por Marx entre “direitos formais” e “direitos reais”? Ou ainda: *que* projeto é este? Quais são seus objetivos?

A *historicização* do conceito em questão, inextricavelmente ligada ao debate anterior sobre as transformações no conceito de democracia – já que a democratização é, justamente, o processo de *construção de* ou *luta por* uma democracia<sup>126</sup> –, é fundamental para situarmos adequadamente os marcos do debate sobre a *democratização da cultura*, no qual pretendemos intervir através da presente dissertação<sup>127</sup>.

Podemos dizer, já agora, que a grande diferença entre a *democracia formal* e a *democracia substantiva* é que a primeira aceita como um dado a cisão entre as esferas

<sup>125</sup> Para aprofundamento deste conceito, cf. BOTTOMORE, [1983] 2001.

<sup>126</sup> Quanto a esta relação, estamos com Lukács e Carlos Nelson Coutinho, quando afirmam: “fala-se frequentemente da democracia como de uma situação estática, deixando-se de lado, ao caracterizar tal situação, o exame das orientações evolutivas reais, embora somente deste modo seja possível uma correta conceituação do problema. Para sublinhar isso, preferi usar o termo ‘democratização’ em vez de ‘democracia’” (LUKÁCS, 2008, pág. 85); “a democracia deve ser definida não como algo estático, mas como um processo” (LUKÁCS, *apud* COUTINHO, 2006, p. 20); “o que tem valor universal não são as formas concretas que a democracia adquire em determinados contextos históricos – formas essas sempre modificáveis, sempre passíveis de aprofundamento –, mas o que tem valor universal é este processo de democratização” (COUTINHO, 2006. pág. 21).

<sup>127</sup> Este tema será um dos focos do debate no capítulo 3 do presente trabalho – e isso não é fruto de uma escolha arbitrária: é que este tema está no centro do debate governamental, cuja política cultural, no geral, e o Programa Cultura Viva, em particular, constitui nosso objeto de pesquisa.



econômica e política, livrando aquela das interferências desta, enquanto a segunda compreende que a política só é plenamente política e a economia só é plenamente economia se elas são *conscientemente sociais*, ou seja, se são restituídas à *socialidade humana* em que sua separação se desvanece. Para que estas esferas se realizem, elas precisam ser *negadas*, absorvidas na *socialidade* enquanto *livre interação social dos homens e mulheres* em seu processo de *auto-produção*.

Podemos aqui, parafraseando Carlos Nelson Coutinho, falar em uma teoria *restrita* e outra *ampliada* da democracia. Uma a restringe à esfera política. Outra vê a realização da democracia apenas na *superação* da esfera política, de sua supressão a partir de si, de sua absorção na esfera *genérica* da vida social enquanto objetivação propriamente *humana* do homem.

Se há, então, basicamente duas interpretações do conceito de democracia, como procuramos demonstrar até aqui, a *construção da democracia*, a *democratização*, deve ser necessariamente encarada como duas possibilidades *diferentes*. Ou seja: o processo de democratização pode estar comprometido com a construção de um **ou** do outro modelo democrático em análise, da democracia formal **ou** da democracia substantiva, e este compromisso, este *objetivo*, determina *como* se entenderá a própria democratização.

Fleury afirmou, então, que o ideal de *democratização da cultura* buscou ultrapassar a mesma contradição *criticada* por Marx, aquela existente “entre ‘direitos formais’ e ‘direitos reais’”. Se isso é verdade, ele deve estar, tal como aparece naquela citação, ligado à programática mais geral da Ilustração<sup>128</sup>, retomada e superada por Marx. Logo, é fundamental, para compreender seu sentido, estudar as bases da crítica marxiana que serve de apoio para *um dos processos de democratização em luta – a construção de uma democracia substantiva a partir das atuais condições sociais*.

Trabalhamos, então, com as **hipóteses** a seguir. **Primeira:** o projeto de democratização (referindo-se ao ser social como totalidade, o que obviamente inclui o campo da cultura), buscando responder às mesmas questões tratadas por Marx e Engels, *só encontra sua plena expressão*, ou sua expressão mais consequente, se aponta para a constituição de uma democracia que supere os problemas objeto da crítica destes pensadores, *se incorpora a crítica marxiana aos limites da democracia formal relacionada à emancipação meramente política e assume o compromisso com uma democracia substantiva, que possibilite o advento*

---

<sup>128</sup> A hipótese que aqui se apresenta é a de que o abandono por parte da burguesia do projeto da Ilustração levado às últimas consequências (ou seja, à *racionalização* da vida genérica, que, se levada a sério, numa situação de ampla socialização do processo de trabalho deve conduzir à *administração social consciente* dos produtos do trabalho social) é o que está na base de seu projeto de democratização francamente deficiente e que aponta para uma democracia formal.

da emancipação humana. **Segunda:** esta democracia substantiva só é possível, dadas as condições materiais sobre as quais se assentam as sociedades modernas, *com a supressão da propriedade privada dos meios de produção fundamentais, ou seja: com o comunismo*<sup>129</sup>.

Intuímos inicialmente esta hipótese a partir de valiosa pista deixada por Lukács, em seu ensaio sobre a evolução filosófica do jovem Marx de 1840 a 1844 (LUKÁCS, [?] 2007, pp. 121-202), e desenvolvida por NETTO (1998). No ensaio citado, o pensador húngaro afirma que “foram poucas as personalidades de importância histórica em face das quais se pode constatar, como é o caso em Marx, *uma tão estreita coincidência do desenvolvimento individual e do desenvolvimento global da sociedade*” (LUKÁCS, [?] 2007, p. 122 – grifo nosso). Coincidem, assim, o processo de fundação da dialética materialista e a “passagem das posições democrático-revolucionárias a um socialismo consciente” com “um fermento político e ideológico generalizado, ou seja, a preparação da revolução democrático-burguesa de 1848”. Netto, concordando com tal constatação, a precisa: ele afirma, referindo-se ao *Manifesto do Partido Comunista*, que “a teoria cujos fundamentos [Marx e Engels] estavam lançando era a expressão ideal do movimento social real”.

O *Manifesto* expressa, no plano teórico-político, esta marcante viragem histórica: é nele que se apresenta, pela primeira vez, um projeto sócio-político explícita e organicamente integrado a uma *perspectiva de classe* e nela embasado. O movimento prático-político que propiciou ao proletariado, em nível histórico-universal, o seu auto-reconhecimento enquanto sujeito autônomo refrata-se no documento programático da *Liga*: o protagonismo que o proletariado *praticamente* assume a partir de 1848 está prefigurado/configurado *teoricamente* no *Manifesto*. Sob esta luz, portanto, a revolução de 1848 e o documento político fundante do projeto comunista são implicações necessárias da dinâmica mesma da ordem burguesa, no passo em que o proletariado se investe do estatuto de *classe para si* (NETTO, 1998).

Para apreendermos, então, a *necessidade histórica* da bandeira da *democratização* (não apenas no campo da cultura, mas também nele), e sua *necessária vinculação à construção de uma democracia substantiva*, faz-se necessário partir da crítica marxiana aos limites da igualdade de direito ou formal e da formulação das premissas para sua superação.

Iniciemos com o texto em que Marx expõe a referida contradição entre direitos “formais” e “reais”<sup>130</sup>. Em *A questão judaica* (MARX, [1843] 2000), escrito em 1843, polemizando abertamente com o jovem hegeliano Bruno Bauer – que aferrava a emancipação dos judeus alemães ao abandono de sua religião – e veladamente com Rousseau e seus

<sup>129</sup> Cf. nota anterior sobre o conceito de progresso em Benjamin, e a seguinte passagem dos *Manuscritos de 1844*, que será enriquecida em seu sentido no decorrer desta seção: “A igualdade enquanto *fundamento* do comunismo é a sua fundamentação *política*” (MARX, [1884] 2004, p. 145).

<sup>130</sup> Para exame do itinerário intelectual do jovem Marx, de 1840 a 1844, inclusive em outros aspectos que aqueles abordados aqui, cf. LUKÁCS ([?] 2007, pp. pp. 121-202) e FREDERICO (2009).

seguidores jacobinos<sup>131</sup> – o que ele faz principalmente através do exame da *Constitution Montagnarde*, mas também do exame, mais breve, da situação americana –, Marx discute as implicações da igualdade de direito e da forma específica de emancipação promovida pelas revoluções burguesas (a emancipação *política*), revelando seus limites. Sua atenção se volta especialmente para a Revolução Francesa, que concebera a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão – positivamente precisa das aspirações históricas da burguesia revolucionária<sup>132</sup>.

Marx estabelece, em primeiro lugar (do ponto de vista lógico, ainda que não em termos do encadeamento expositivo), que “a *emancipação política* não implica em *emancipação humana*”<sup>133</sup>. Situada esta distinção entre as duas formas de emancipação (que devem ser entendidas como *dois momentos* da emancipação humana<sup>134</sup>), procede-se ao tratamento do problema “das *relações da emancipação política com a emancipação humana*”<sup>135</sup>, debate que será o ponto focal do ensaio e cuja resolução é ponto de partida necessário para uma correta apreensão da problemática da democratização.

A fronteira da emancipação política aparece para ele “no fato de que o Estado pode livrar-se de um limite sem que o homem dele se liberte realmente, no fato de que o Estado pode ser um Estado livre sem que o homem seja um *homem livre*”<sup>136</sup>. O limiar que a emancipação política não ultrapassa é justamente aquele que a confina apartada da própria vida cotidiana, material ou burguesa do homem real, *que permanece cindida de sua vida política* na qual ele é declarado livre.

A referida cisão se nos aparece com clareza na dupla determinação do indivíduo, presente já no título da Declaração em análise. Ele é dividido textualmente, enquanto portador de direitos humanos e de direitos civis, entre homem e cidadão (*homme* e *citoyen*), e cada uma destas designações indica uma das dimensões da vida dupla que levam homens e mulheres nas sociedades hodiernas.

<sup>131</sup> Quanto a esta interlocução tácita, cujo desvelamento é fundamental para a apreensão da problemática deste texto, cf. COUTINHO, 1994, pp. 127-129.

<sup>132</sup> A Revolução Francesa concebeu, na verdade, **duas** *Déclarations*, datando a primeira (universalmente conhecida) de 1789 e a segunda (menos conhecida, porém mais democrática e radical) de 1793. Esta segunda Declaração é parte da Constituição de 1793 (“a mais radical das Constituições”, nas palavras de Marx), de pendor jacobino, ratificada pela Convenção jacobina em 24 de junho deste ano. De acordo com Hobsbawm, “foi a primeira constituição genuinamente democrática proclamada por um Estado moderno” (HOBSBAWM, 2002a, p. 104). É a primeira constituição *republicana* francesa - também conhecida como Constituição da Primeira República, *Constitution Montagnarde* ou *Constitution de l’An I* (FRANÇA, 2010a). É centralmente sobre ela que Marx debruçar-se-á no referido ensaio.

<sup>133</sup> MARX, [1843] 2000, p. 31.

<sup>134</sup> A seguinte passagem é claríssima: “não há dúvida de que a emancipação *política* representa um grande progresso. Embora não seja a última etapa da emancipação humana em geral, ela se caracteriza como a derradeira etapa da emancipação humana dentro do contexto do mundo atual” (*Ibid.*, pp. 24-25).

<sup>135</sup> *Ibid.*, p. 20.

<sup>136</sup> *Ibid.*, p. 21.

Não é outro o sentido dos dois trechos a seguir: “A diferença entre o homem religioso e o cidadão é a diferença entre o comerciante e o cidadão, entre o trabalhador e o cidadão, entre o latifundiário e o cidadão, entre o *indivíduo vivendo e o cidadão*. [...] [Esta] é a mesma contradição que existe entre o *bourgeois* e o *citoyen*, entre o membro da sociedade burguesa e sua *aparência política*”<sup>137</sup>.

O extrato a seguir, mais do que exemplificar, enriquece as assertivas acima com mais determinações importantes para a apreensão das referidas implicações:

O Estado como tal, anula, por exemplo, a *propriedade privada*. O homem declara *abolida* a propriedade privada de modo político quando suprime o *aspecto riqueza* para o direito de sufrágio ativo e passivo. [...] O *aspecto riqueza* é a última forma *política* de reconhecimento da propriedade privada.

Não obstante, a anulação política da propriedade privada, ao contrário e longe de destruir a propriedade privada, a pressupõe. O Estado anula, a seu modo, as diferenças de *nascimento*, de *status social*, de *cultura* e de *ocupação* ao declarar o nascimento, o status social, a cultura e a ocupação do homem como diferenças *não políticas*, ao proclamar todo membro do povo, sem atender a estas diferenças, co-participante da soberania popular em *base de igualdade*, ao abordar todos os elementos da vida real do povo do ponto de vista do Estado. Contudo, o Estado deixa que a propriedade privada, a cultura e a ocupação *atuem a seu modo*, isto é, como propriedade privada, como cultura e como ocupação, e façam valer sua natureza *especial*. Longe de acabar com estas diferenças *de fato*, o Estado só existe sobre tais premissas, só se sente como *Estado político* e só faz valer sua *generalidade* em contraposição a estes elementos seus [...].

O Estado político acabado é, pela própria essência, a *vida genérica* do homem em *oposição* a sua vida material. Todas as premissas desta vida egoísta permanecem de pé *a margem* da esfera estatal, na *sociedade civil*, porém, como qualidade desta. Onde o Estado político já atingiu seu verdadeiro desenvolvimento o homem leva, não só no plano do pensamento, da consciência, mas também no plano da *realidade*, uma dupla vida: uma celestial e outra terrena, a vida na *comunidade política*, na qual ele se considera um ser *coletivo*, e a vida na *sociedade civil*, em que atua como *particular*; considera outros homens como meios, degrada-se a si próprio como meio e converte-se em juguete de poderes estranhos (MARX, 2000, pp. 22-23).

Segundo LUKÁCS ([?] 2007, p. 167), Marx enuncia nestas passagens, com toda clareza, “a compreensão de que a emancipação política (ou seja, a revolução burguesa) cria apenas uma democracia formal, que proclama direitos e liberdades que não podem existir realmente na sociedade burguesa”.

Ellen Wood trata outro pronto do mesmo problema:

[...] A própria condição que torna possível definir democracia como se faz nas sociedades liberais capitalistas modernas é a separação e o isolamento da esfera econômica e sua invulnerabilidade ao poder democrático. Proteger essa invulnerabilidade passou a ser um critério essencial de democracia. Essa definição nos permite invocar a democracia *contra* a oferta de poder ao povo na esfera econômica. Torna mesmo possível invocar a democracia em defesa da *redução* dos direitos democráticos em outras partes da “sociedade civil” ou no domínio político, se isso for o necessário para proteger a propriedade e o mercado contra o poder democrático (WOOD, 2003, p. 202).

---

<sup>137</sup> *Ibid.*, p. 24.

A partir da fixação dos *limites* da emancipação política, que apresentamos de maneira ligeira nos parágrafos anteriores, temos assentado o marco fundamental para investigar a relação desta modalidade da emancipação com a modalidade plenamente desenvolvida da emancipação humana<sup>138</sup>. Para isso devemos considerar que a emancipação política refere-se não a homens e mulheres enquanto tais, incidindo apenas sobre uma *dimensão política* arrancada de suas vidas tomadas em conjunto – ela se atém à sua *aparência política*. A questão que se nos apresenta doravante é a seguinte: qual o *homem real* que se esconde por debaixo de sua *aparência política*? Ela é formulada por Marx em outros termos, mas com o mesmo sentido: “qual o *homme* que aqui se distingue do *citoyen*”<sup>139</sup>?

Ele responderá a esta pergunta através da apreciação dos “direitos naturais e imprescritíveis” que a Declaração visa a resguardar, e que são, de acordo com seu art. 2º, os direitos à igualdade, à liberdade, à segurança e à propriedade<sup>140</sup> (FRANÇA, 2010c). Procedamos, com ele, à crítica.

O artigo 6º da Declaração de 1793 define a *liberdade* como “o poder que compete ao homem de fazer aquilo que não interfira negativamente nos direitos de outro homem”, afirmando ainda que seu limite está contido na máxima “não faças a outro aquilo que não desejas que te sejam feitas” (FRANÇA, 2010a). A liberdade é, deste modo, definida *negativamente* em relação ao outro e à sociedade, aproximando-se daquilo que Isaiah Berlin definiu como “liberdade negativa”.

Marx percebe que o direito do Homem à liberdade, tal como definida na Declaração (definição burguesa por excelência do termo), “não se baseia na união do homem com o homem, mas, pelo contrário, na separação do homem em relação a seu semelhante”, fixando através da lei “o limite dentro do qual todo homem pode mover-se *inocentemente* em direção a outro” (MARX, [1843] 2000, p. 35). Trata-se, assim, “da liberdade do homem como de uma mônada isolada, dobrada sobre si mesma”. Para ele, a liberdade assim delimitada é “o *direito* a esta dissociação [entre o indivíduo e a coletividade em que ele vive], o direito do indivíduo *delimitado*, limitado a si mesmo”.

Em texto posterior, o autor *historiciza* o problema, descobrindo como esta modalidade de liberdade corresponde à expressão, no plano ideal, da relação de livre intercâmbio de

<sup>138</sup> Cf. nota anterior sobre o progresso em Benjamin. Registrem-se também, para desenvolvimento futuro, as referências sobre a relação entre o marxismo e o projeto Ilustrado.

<sup>139</sup> MARX, [1843] 2000, p. 34.

<sup>140</sup> Marx transcreve alguns trechos das Declarações e da Constituição Francesa de 1795 n’A *Questão Judaica*. Cotejamo-los com os documentos tais qual estão publicados hoje pela Assembléia Legislativa e pelo Conselho Constitucional franceses, e é a estes documentos que faremos referência quando citarmos suas passagens. A tradução dos trechos relativos às Declarações é de responsabilidade nossa.

mercadorias peculiar ao valor de troca desenvolvido, característico do modo de produção capitalista. Uma exposição clara e sintética do problema se encontra na seguinte passagem:

Ainda que o indivíduo A sinta necessidade de possuir a mercadoria do indivíduo B, não se apodera da mesma pela violência, e vice-versa, mas ambos se reconhecem mutuamente como proprietários [...]. Neste ponto *aparece a noção de pessoa jurídica*, e, na medida em que se acha contida nela, *de liberdade*. Ninguém se apodera da propriedade de outro pela violência. Cada um aliena a mesma voluntariamente. [...] De modo que assim como a forma econômica, a permuta, põe em todos os sentidos a igualdade dos sujeitos [enquanto proprietários de mercadorias a serem trocadas], o conteúdo ou substância – tanto individual como coletivo – põe a *liberdade*. Não se trata apenas, então, de que a liberdade e a igualdade são respeitadas no intercâmbio baseado em valores de troca, mas também que a permuta de valores de troca é a base produtiva, real, de toda *igualdade e liberdade* [tal como se apresentam na sociedade capitalista]. No mais, isso foi confirmado historicamente. *A igualdade e a liberdade nesse sentido constituem precisamente o contrário da liberdade e da igualdade na Antiguidade*, [já que então] elas não tinham como base o valor de troca desenvolvido; antes, foram arruinadas por seu desenvolvimento (MARX, [1857-58], 1971, pp. 181-183 – tradução nossa, grifos nossos).

Para compreendermos o alcance desta crítica, é necessário que a contraponhamos à solução proposta por Marx ao problema da liberdade, explicitada por ele em diversos pontos de sua obra e resumida na seguinte passagem:

Cada indivíduo possui o poder social sob a forma de uma coisa. Arranque-se à coisa este poder social e haveremos de outorgá-lo às pessoas sobre as pessoas. [...] A livre individualidade, fundada sobre o desenvolvimento universal dos indivíduos, e a subordinação de sua produtividade coletiva, social, como patrimônio social, constitui o terceiro estágio [das relações sociais, a emancipação humana] (MARX, [1857-58], 1971, vol.1, p. 85 – tradução nossa).

Quanto à *propriedade*, que Marx aponta como “a aplicação prática do direito humano da liberdade”, o artigo 16 da Declaração de 1793 a define como segue: “o direito à propriedade é aquele que tem todo cidadão de gozar e de dispor a seu bel-prazer de seus bens, de suas rendas, do fruto de seu trabalho e de seu engenho” (FRANÇA, 2010a). O direito à propriedade é, assim, o direito “de desfrutar de seu patrimônio e dele dispor arbitrariamente (*à son gré*), *sem atender aos demais homens, independentemente da sociedade*”<sup>141</sup>. É o “direito do interesse pessoal”, ou *a liberdade do proprietário de agir como bem entende em relação à sua propriedade*. Marx prossegue: “a liberdade individual e esta aplicação sua constituem o fundamento da sociedade burguesa [...], que faz com que todo homem encontre noutros homens não a *realização* de sua liberdade, mas, pelo contrário, a *limitação* desta. Sociedade que proclama acima de tudo o direito humano ‘de jouir et de disposer *à son gré* de sés biens, de sés revenus, du fruit de son travail et de son industrie’”.

A partir destas definições (daquelas presentes na *Constitution Montagnarde*) de

<sup>141</sup> MARX, [1843] 2000, p. 36 – grifo nosso.

liberdade e do direito à propriedade já temos as duas características fundamentais do *homme*, do homem real, a que a Declaração faz referência: ele é *um indivíduo isolado e ele é, sempre, proprietário* (ainda que, no caso do trabalhador, apenas de sua força de trabalho), livre para dispor arbitrariamente de seus bens sem levar em conta as demandas da sociedade em que vive, sendo seu único limite aquele a partir do qual interfira negativamente nos direitos de outra pessoa – cuja liberdade, então, aparece *contraposta* à sua – afinal, para cada indivíduo o outro aparece apenas como *um meio* através do qual satisfazer *seu interesse*. Com esta circunscrição (*todo indivíduo é proprietário e livre para dispor de seus bens como bem entender*) estão assentadas as bases para as definições de cada um dos direitos fundamentais. Examinemos, ainda em diálogo com Marx, os dois restantes.

A Constituição de 1795 (nas Declarações a definição de igualdade simplesmente não está presente) define a *igualdade* como segue, em seu artigo 3º: “A igualdade consiste em que a lei é a mesma para todos, quer puna quer proteja. A igualdade não admite qualquer distinção de nascença, qualquer hereditariedade de poderes” (FRANÇA, 2010b).

Marx, sobre esta definição de igualdade, dirá: “*L’égalité*, considerada aqui em seu sentido não político, nada mais é senão a igualdade da *liberté* acima descrita, a saber: que todo homem se considere igual, como uma mônada presa a si mesma”. Esta igualdade, nas sociedades capitalistas, nos aparece como meramente *formal*, até certo ponto *falsa*, considerando que numa sociedade como esta que as revoluções burguesas instauram, que tende à universalização das relações mercantis, o poder tende a estar associado à propriedade. Afinal, numa sociedade onde o dinheiro é o mediador universal das relações entre as pessoas o *não-poder* está inextricavelmente ligado a *não poder pagar* pela satisfação de uma necessidade ou de um desejo<sup>142</sup>.

A lei, assim, tende a se tornar protetora dos que detêm o controle da riqueza social e punidora daqueles que, sendo os produtores diretos destas riquezas, mas alijados do acesso a elas, lutam desbordando os limites legais para acessá-las.

Há, ainda, um contra-senso patente (só não reconhecido pelos paladinos da propriedade privada, que entretanto precisam recorrer a sofismas para dissimular o fato) entre

---

<sup>142</sup> Marx, nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, afirma sobre o dinheiro: “Aquilo que eu não posso realizar como *homem*, aquilo que – portanto – as minhas forças essenciais individuais são incapazes de fazer, posso fazê-lo através do *dinheiro*. Logo, o dinheiro converte cada uma dessas forças naquilo que elas em si não são – ou seja, converte-as em seu *contrário*. Se desejo uma comida específica ou quero tomar a carruagem porque não sou suficientemente forte para viajar a pé, o dinheiro me proporciona a comida e a carruagem – quer dizer: converte os meus desejos existentes na imaginação, tradu-los da sua existência pensada, imaginada ou desejada na sua existência *sensível, real* – trá-los da representação para a vida, do ser imaginário ao ser real. Realizando esta mediação, o dinheiro é o *verdadeiro* poder *criador*”. Esta citação nos foi cedida pelo prof. José Paulo Netto – a quem agradecemos pela gentileza –, a partir de material organizado por ele e ainda não publicado, não figurando idêntica na edição em que nós estudamos o livro e que consta nas Referências.

a abolição do direito de hereditariedade de poderes e a manutenção a todo custo do direito da hereditariedade da propriedade, alogia esta resultante do formalismo apresentado anteriormente.

Finalmente, a *segurança* é definida no artigo 8º da Declaração de 1793 como “a proteção oferecida pela sociedade a cada um de seus membros para a conservação de sua pessoa, de seus direitos e de suas propriedades” (FRANÇA, 2010a). A segurança, então, “oferecida” pela sociedade burguesa a cada um de seus membros, é o direito de se “ter acesso” à polícia, que existe para proteger os proprietários (ou indivíduos, o que aqui dá na mesma, já que segundo os preceitos em questão todo indivíduo é proprietário – ainda que apenas de sua capacidade de trabalhar) uns contra os outros<sup>143</sup>. Escreve Marx que “o conceito de segurança não faz com que a sociedade burguesa se sobreponha a seu egoísmo. A segurança, pelo contrário, é a *preservação deste*”. Até porque pensa-se na segurança como atributo meramente individual e relacionado à proteção do direito de propriedade.

Portanto: nos *droits de l’homme*, enunciados como o são nos mais importantes documentos políticos gestados pela Revolução Francesa, “a vida política se declara como simples meio, cujo fim é a vida da sociedade burguesa”<sup>144</sup>. A vida coletiva, em sociedade, aparece como mero *meio* para a existência individual – o fim se apresenta como meio, o meio como fim. Podemos, isto posto, verificar “que os emancipadores políticos rebaixam até mesmo a cidadania, a *comunidade política*, ao papel de simples meio para a conservação dos chamados direitos humanos; que, por conseguinte, o *citoyen* é declarado servo do *homme* egoísta, degrada-se a esfera comunitária em que atua o homem em detrimento da esfera em que o homem atua como ser parcial; que, finalmente, não se considera enquanto verdadeiro e autêntico o homem enquanto cidadão, senão enquanto burguês”<sup>145</sup>.

O fulcro da crítica marxiana à emancipação política<sup>146</sup> é justamente que ela, ao se ater

---

<sup>143</sup> Este é um direito do qual certamente se regozija a imensa maioria da população brasileira. Como sabemos, a polícia existe para proteger e servir ao cidadão... Maiores informações com o Sr. Philip Alston, Relator Especial da ONU para execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrarias e autor de contundente relatório sobre a cuidadosa atuação da polícia brasileira no sentido de garantir a segurança dos “proprietários” no país. Cf. ALSTON, 2008.

<sup>144</sup> MARX, [1843] 2000, p. 38.

<sup>145</sup> *Ibid.*, pp. 37-38.

<sup>146</sup> É tempo de recorrermos, mais uma vez, a Carlos Nelson Coutinho: “Contra algumas leituras apressadas, caberia registrar de passagem que, ao propor a “emancipação humana” [...], Marx não está se opondo aos chamados “direitos do homem” ou à emancipação política, mas sugerindo que eles devem ser dialeticamente conservados-superados através de uma forma de emancipação (ou de cidadania) ainda mais radical. Em outras palavras: Marx não critica o modelo democrático de Rousseau por este ser democrático, mas sim por ser utópico, ou seja, por não contemplar as condições materiais que tornam possível a efetiva realização de uma ordem democrática” (COUTINHO, 1998 – grifo nosso). Trata-se, no texto em questão, de demonstrar **as insuficiências** desta modalidade de emancipação através da crítica, e não da denúncia à própria emancipação. Pelo contrário, a proposta marxiana é de uma modalidade **superior** de emancipação, **que parte necessariamente do que foi conquistado em sua etapa restritamente política**. N’A *questão judaica*, de 1843, esta proposta ainda não desemboca na constituição de uma sociedade *comunista* através da luta da *classe trabalhadora* por sua



à esfera da política *dissociando-a de qualquer vestígio da vida material a partir da qual se desdobra a própria política e à qual esta inevitavelmente retorna*, “implica na redução do homem, de um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo *egoísta independente* e, de outro lado, a *cidadão do estado*, a pessoa moral”<sup>147</sup>, não ultrapassando “o egoísmo do homem, do homem como membro da sociedade burguesa, isto é, do indivíduo voltado para si mesmo, para seu interesse particular, em sua arbitrariedade privada e dissociado da comunidade” – não ultrapassando, portanto, a impermeabilidade da esfera econômica ao político. “Longe de conceber o homem como um ser genérico, estes direitos [os *droits de l’homme* tais como apresentados nas declarações em análise, que *incluem* o direito à propriedade em pé de igualdade com os demais], pelo contrário, fazem da própria vida genérica, da sociedade, um marco exterior aos indivíduos, uma limitação de sua [pretensa] independência primitiva”<sup>148</sup>.

O “homem natural” ou “homem real” a quem se dirigem os *droits de l’homme*, aquele homem que tem sua liberdade assegurada, é, sendo assim, o homem enquanto membro da sociedade civil-burguesa: *é o homem enquanto homem não-político*<sup>149</sup>. Ele, “enquanto membro da sociedade burguesa, é considerado como o *verdadeiro* homem, como *homme*, distinto do *citoyen* por se tratar do homem em sua existência sensível e individual *imediata*”. O homem enquanto ser *político*, por sua vez, “é apenas o homem abstrato, artificial, *alegórico, moral*”.

Esta separação está diretamente relacionada à separação entre o econômico e o político debatida/apresentada nas seções anteriores, bem como à aludida subtração da esfera econômica à esfera política, como fica claro a seguir:

Assim, as condições reais que tornam possível a democracia liberal também limitam o alcance da responsabilidade democrática. A democracia liberal deixa intocada toda a nova esfera de dominação e coação criada pelo capitalismo, sua transferência de poderes substanciais do Estado para a sociedade civil, para a propriedade privada e as pressões do mercado. Deixa intocadas vastas áreas de nossa vida cotidiana – no local de trabalho, na distribuição do trabalho e dos recursos – que não estão sujeitas à responsabilidade democrática, mas são governadas pelos poderes da propriedade, pelas “leis” do mercado e pelo imperativo da maximização do lucro. Isso permaneceria verdade mesmo no caso improvável de nossa “democracia formal” ser aperfeiçoada de forma que riqueza e poder econômico já não significassem a grande desigualdade de acesso ao poder do Estado que hoje caracteriza a realidade, se não o ideal, da democracia capitalista moderna.

A maneira característica com que a democracia liberal trata essa nova esfera de poder não é restringi-la, e sim libertá-la. De fato, o liberalismo nem mesmo a reconhece como uma esfera de poder ou coerção. Isso vale principalmente em

---

emancipação, mas as conclusões a que ele chegou aqui o levariam rapidamente a este ponto de vista – que ele atinge ainda em 1844. Quanto a isso, cf. LUKÁCS, 2007, entre outros.

<sup>147</sup> MARX, *loc. cit.*, p. 42.

<sup>148</sup> MARX, [1843] 2000, p. 37.

<sup>149</sup> Vale lembrar, aqui, que mesmo este asseguramento depende de uma série de condicionantes sociais e que, enquanto tal, já foi e ainda é posto diversas vezes em xeque pela própria ordem que o afirma como princípio inatacável.

relação ao mercado, que tende a ser percebido como uma oportunidade, não como uma coação. O mercado é percebido como uma esfera de liberdade, de escolha, até mesmo por aqueles que sentem necessidade de regulá-lo. Qualquer limite necessário para corrigir os efeitos danosos dessa liberdade são vistos apenas como limites. Como se dá em muitos tipos de liberdade, pode haver algumas restrições ou regulamentações impostas a ela para manter a ordem social; mas nem por isso ela deixa de ser um tipo de liberdade. Em outras palavras, na estrutura conceitual da democracia liberal não se pode falar, nem mesmo *pensar*, em liberdade *do* mercado. Não se pode pensar em libertação do mercado como uma espécie de autonomia, como a libertação de uma coação, a emancipação da coerção e da dominação (WOOD, 2003, p. 201).

Marx, inscrevendo-se na tradição democrática moderna inaugurada por Rousseau<sup>150</sup>, compreende n’A *Questão Judaica* que a raiz da referida separação está na “luta entre o interesse geral e o interesse particular”<sup>151</sup>, expressa no “divórcio entre o *Estado político* e a *sociedade burguesa*”<sup>152</sup> (p. 24). Ele, entretanto, *supera* o pensador genebrino e seus seguidores jacobinos na medida em que apresenta uma solução – neste texto ainda bastante abstrata, sendo progressivamente concretizada em seu pensamento posterior – à contraposição rousseauiana entre vontade geral e vontade particular. O ponto arquimédico sobre o qual repousa esta *superação*<sup>153</sup> reside precisamente *na crítica marxiana à propriedade* enquanto “direito natural” individual e à equiparação que deste advém entre indivíduo e proprietário.

De acordo com Carlos Nelson Coutinho:

[...] poderíamos dizer, já agora com termos de Marx, que – embora coloque claramente o *citoyen* acima do *bourgeois* – o sistema rousseauiano mantém o homem dilacerado entre esses dois pólos de uma dicotomia insuperável. E essa dicotomia se reproduz em Rousseau porque, mesmo combatendo o capitalismo e a *desigualdade* de propriedade, ele não é capaz de transcender o horizonte da propriedade privada [...]. A base econômico-social de sua ordem democrática não implica a *socialização* da propriedade, mas sua repartição igualitária (condição, para ele, da possibilidade de emergência da vontade geral): ninguém deveria ter propriedade em excesso nem ser desprovido de propriedade, mas o fato é que a base econômico-social vislumbrada por Rousseau continua a se basear na propriedade

<sup>150</sup> Quanto à relação entre o pensamento marxiano e o projeto rousseauiano, bem como a superação deste último por Marx, cf. LUKÁCS, 2007. As seguintes passagens são ilustrativas: “O breve período em que Marx trabalhou na *Gazeta Renana* constitui o ponto mais alto do jornalismo democrático-burguês alemão [...]. Como seus escritos demonstram, ele abordou os problemas como democrata radical, como jacobino, embora nele uma consciente dialética revolucionária já houvesse tomado o lugar das ideias do *Contrato Social*. [...] ele abordou os problemas como contemporâneo de lutas de classe em escala mundial, certamente bem mais desenvolvidas do que as que tiveram lugar meio século antes, ou seja, na época da Revolução Francesa. Em tais lutas, o proletariado começava a se apropriar da ideologia socialista. Portanto, não foi por milagre que Marx teve que enfrentar problemas cuja dialética interna levava para além do horizonte da sociedade burguesa” (LUKÁCS, 2007, p. 135); “A evolução que leva de um decidido jacobinismo – construído a partir da simpatia em face das massas populares sofredoras e oprimidas – até a compreensão do papel universalmente revolucionário do proletariado foi, no jovem Marx, idêntica à sua evolução filosófica [...]” (LUKÁCS, 2007, p. 136).

<sup>151</sup> Cf. especialmente o “Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens” (ROUSSEAU, 2000b), publicado em 1755, e “Do contrato social ou princípios do direito político” (ROUSSEAU, 2000a), publicado em 1762. A relação de unidade entre os dois textos configurando uma totalidade dialeticamente articulada foi exposta por Carlos Nelson Coutinho (COUTINHO, 1996).

<sup>152</sup> Marx vai além desta formulação nos *Manuscritos de Paris*.

<sup>153</sup> Cf. nota anterior onde está expressa a definição do conceito de superação com a qual estamos trabalhando numa passagem como esta, apresentada por Leandro Konder.

individual e, desse modo, em última instância, numa economia mercantil, que, com Marx, poderíamos chamar de “economia mercantil simples”, ainda pré-capitalista.

O caráter utópico desse momento anticapitalista romântico presente em Rousseau não anula nem a grandeza nem a atualidade de sua proposta democrática, mas introduz nela [...] limitações e ambigüidades [...]: uma sociedade mercantil, ainda que não capitalista, leva à conservação e, no limite, ao fortalecimento do interesse privado, ou seja, faz com que as pessoas, na reprodução de sua vida material, atuem segundo interesses contrapostos àqueles que devem defender enquanto cidadãos que atuam na esfera pública<sup>154</sup>. [...] *E é precisamente nesse sentido que Marx, em A questão judaica, critica a utopia dos jacobinos, fiéis discípulos de Rousseau, mostrando que a tentativa de pôr o citoyen acima do bourgeois, mas conservando ao mesmo tempo as condições que reproduzem esse último na vida real, conduz a um impasse, levando ao retorno da sociedade burguesa e ao conseqüente colapso do cidadão*, tal como se manifestou claramente depois da queda dos jacobinos, com a reação termidoriana (COUTINHO, 1994, p. 129 – grifo nosso).

### Assim, nas palavras de Lukács

O enigma se resolve quando se torna clara a essência da Revolução Francesa. Esta revolução abateu o feudalismo, libertou a consciência do *citoyen*, oprimida e fragmentada na sociedade feudal, recolheu o espírito político e o constituiu em Estado [...]. A revolução, alimentada pelo ideal ilusório do *citoyen* e através de esforços heróicos, lançou as bases da moderna sociedade burguesa; ao fazê-lo, gerou ao mesmo tempo o caráter contraditório do desenvolvimento social, a dilaceração do ser social, a cisão e a auto-alienação do homem em seu grau máximo. Deste caráter contraditório deriva, portanto, a natureza da emancipação política, única forma de libertação possível no quadro da sociedade capitalista. [...] a dilaceração e a cisão do homem não só não foram abolidas pela emancipação política, mas, ao contrário, foram levadas a seu máximo grau (LÚKÁCS, [?] 2007, p. 169).

A *superação* da emancipação política consiste, então, na necessária *supressão* das condições de existência que ela instaura. É por isso que nosso autor encerra o primeiro

---

<sup>154</sup> Não nos parece que em *qualquer* sociedade em que se produzam e intercambiem mercadorias tal efeito deve *necessariamente* ocorrer, nem temos a certeza de que foi isso o que *sempre* teve lugar a partir desta condição isolada. Apesar de concordarmos com o teor e o conteúdo geral desta passagem, seria necessário precisar melhor o que se entende, nela, por sociedade mercantil não-capitalista, de maneira a evitar o erro comum de considerar qualquer sociedade onde tenha lugar a produção mercantil como capitalista ou proto-capitalista. O modo de produção capitalista é um fenômeno historicamente específico, sendo que apenas *uma de suas condições* é a produção de bens para troca. Baseando-nos na crítica da Economia Política tal como elaborada por Marx (fruto de um processo de estudos que se iniciou em 1843-44 e culminou com a redação d’*O Capital*, publicado em 1867), podemos afirmar que não é a produção de mercadorias, tomada isoladamente, o que caracteriza este modo de produção, e sim a universalização das relações mercantis decorrente da expropriação dos produtores diretos – combinada à possibilidade de aumento sem precedentes das forças produtivas sociais – e da conseqüente submissão de todos os homens e mulheres do planeta aos **imperativos do mercado** como **único** meio socialmente legítimo através do qual garantir sua subsistência, a satisfação de suas carências ou necessidades vitais, sua reprodução enquanto indivíduos. Segundo Marx, “o processo de produção capitalista não é, tampouco, uma simples produção de mercadorias. É um processo que absorve trabalho não pago, que converte os meios de produção – materiais e meios de trabalho – em meios de absorção do trabalho não pago” (esta tradução, ainda não publicada, nos foi gentilmente cedida pelo professor José Paulo Netto, sendo ele próprio o tradutor. Outra tradução do mesmo trecho pode ser encontrada em MARX, 1980, pp. 395-396). Poderíamos, permanecendo fiéis ao espírito do texto de Coutinho, dizer que o problema central da proposta democrática rousseauiana não é apenas que ele tenha imaginado instaurá-la baseada na da distribuição equitativa da propriedade: é, antes ainda, que ele não tenha percebido que há uma diferença **qualitativa** entre a propriedade de meios de produção fundamentais e outros tipos de propriedade, e que **o primeiro tipo** deve ser **suprimido**. O jovem Marx d’*A questão judaica* também ainda não tinha percebido tal diferença qualitativa, mas já tinha percebido que a possibilidade de emancipação humana repousava na supressão da propriedade.

capítulo d'A *Questão Judaica* pondo da seguinte forma a possibilidade de superação da emancipação política *em direção à emancipação humana*:

Somente quando o homem individual recupera em si o cidadão abstrato e *se converte, como homem individual, em ser genérico, em seu trabalho individual e em suas relações individuais*, somente quando o homem tenha *reconhecido e organizado suas 'forces propres' como forças sociais* e quando, portanto, *já não separa de si a força social sob a forma de força política, somente então se processa a emancipação humana* (MARX, [1843] 2000, p. 42 – grifos nossos).

Marx, neste texto: aponta a necessária historicidade dos “direitos naturais”, pondo-os como produto dos homens em sua vida social; determina a condição para a emancipação humana na supressão da “troca e seus pressupostos” (LUKÁCS, [?] 2007, p. 172), ou seja, das condições materiais em que se processa a referida cisão entre *bourgeois* e *citoyen*; e define a emancipação humana como a conversão do homem individual em ser genérico, que reconheça e organize suas próprias forças como forças sociais. Os limites, entretanto, ainda são claros: ele, apesar de reconhecer sua historicidade, ainda não é capaz de *historicizar* os direitos a cuja crítica procede neste trabalho; ele não aponta *como* superar aquelas condições materiais ou *como* suprimir “a troca e seus pressupostos” (e ainda não identifica com clareza *que* troca é esta, historicamente específica, e *que* pressupostos são estes); ele não faz menção a *que forças sociais* se devem pôr em movimento para que se processe esta emancipação.

Estes limites serão vencidos por ele e por Engels<sup>155</sup> a partir do grande esforço intelectual que culminará no *Manifesto do Partido Comunista*<sup>156</sup>. Ao longo deste esforço, Marx e Engels vão resolvendo cada um dos impasses, ultrapassando cada um dos limites enumerados acima – no caso de Marx, são de particular importância para a apreensão deste processo a *Contribuição para a crítica da filosofia do direito em Hegel: Introdução* e os *Manuscritos de Paris*. O *Manifesto*, entretanto, tem uma *importância central*, pois é ele que expressa, no campo da teoria, a ruptura fundamental – decisiva, mesmo – entre a classe trabalhadora e a burguesia, ou seja, entre os produtores diretos e os proprietários de meios de produção na sociedade capitalista, ruptura esta que se expressou pela primeira vez no plano

<sup>155</sup> E aqui a menção a Engels não é nenhuma concessão. Sabe-se que foi este pensador quem, a partir de um seu ensaio publicado nos *Anais Franco-Alemães* – revista editada por Marx e Ruge e cujo único número foi publicado em fevereiro de 1844 –, chamou a atenção do jovem Marx para a necessidade de estudar sistematicamente a Economia Política como meio para desvendar a “anatomia da sociedade burguesa”.

<sup>156</sup> Este esforço, do qual *A questão judaica* faz parte, inclui pelo menos as seguintes obras: *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel* (Marx, 1843, anterior à *A questão judaica*), *A questão judaica* (Marx, 1843), *Contribuição para a crítica da filosofia do direito em Hegel: Introdução* (Marx, 1844), *Manuscritos econômico-filosóficos* ou *Manuscritos de Paris* (Marx, 1844), *Esboço de uma crítica da Economia Política* (Engels, 1844), *Teses sobre Feuerbach* (Marx, 1845), *A sagrada família* (Marx e Engels, 1845), *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (Engels, 1845), *A ideologia alemã* (Marx e Engels, 1845/46), *Miséria da filosofia* (Marx, 1847), *Princípios do comunismo* (Engels, 1847) – este último texto, escrito por Engels sob forma de perguntas e respostas, serviu de base para a redação do Manifesto.

histórico-universal<sup>157</sup> com as revoluções derrotadas de 1848.

Escrito em 1847 e publicado em 1848, este panfleto, que condensa as principais ideias de Marx e de Engels sobre a luta pela emancipação até então, foi concebido como o programa político da Liga dos Comunistas, que eles integravam desde 1847<sup>158</sup>. Ele está diretamente relacionado, ainda que esta vinculação não seja de determinação causal, à “Primavera dos Povos” ocorrida em 1848 na Europa<sup>159</sup> – segundo NETTO (1998), “a teoria cujos fundamentos [Marx e Engels] estavam lançando era a expressão ideal do movimento social real”. Para a compreensão do alcance histórico, bem como das implicações políticas, do documento em questão, é necessário situarmos adequadamente esta relação. Parece-nos que quem faz isso de maneira clara e direta é Netto, no trecho a seguir:

Está claro que ao *Manifesto* não se deve nenhum papel estimulador dos eventos de 1848 – mesmo que tenha previsto como iminente, em antecipação arguta, uma explosão revolucionária. Entre a revolução de 1848 e o *Manifesto* não existem nexos causais e/ou interativos; na verdade, ambos são expressões, em planos diferentes, de uma processualidade sócio-histórica bem mais inclusiva, que os transcende e em relação à qual adquirem plena inteligibilidade. O processo substantivo aqui em tela é a explicitação dos traços mais estruturais e peculiares da ordem burguesa – que estavam se objetivando, em todos os planos societários, da derrocada do *Ancien Régime* à década de quarenta. Com efeito, em nível histórico-universal, a primeira metade do século XIX constitui o espaço em que a dinâmica econômico-social posta em marcha pela burguesia heróica e empreendedora dos dois séculos anteriores configura a sociedade civil e o Estado segundo os seus particulares interesses de classe, apresentados como *interesses gerais* na luta contra as barreiras anticapitalistas herdadas e próprias da sociedade feudal. Trata-se do espaço histórico em que o desenvolvimento capitalista liquida ou subordina as

<sup>157</sup> “A história universal não existiu sempre; a história como história universal é um resultado” (*Introdução à Crítica da Economia Política*).

<sup>158</sup> Para uma primeira aproximação à história da *Liga*, cf. a “Contribuição à história da Liga dos Comunistas” de Engels (publicado em 1885) in MARX e ENGELS (s. d., vol. 3, pp. 152-168) e NETTO (1998). Para a situação do *Manifesto* no conjunto das obras de Marx e Engels, bem como indicações históricas sumárias, cf. os Prefácios de 1872, 1882, 1883 e 1890 in MARX; ENGELS (s. d., vol. 1, pp. 12-20), bem como COUTINHO (1998) e NETTO (1998). Para o debate acerca da atualidade do *Manifesto*, com posições nem sempre convergentes com as nossas, cf., além dos textos recentes citados na presente nota, LÖWY e BENSARD (2000, pp. 133-147; 148-157).

<sup>159</sup> A “Primavera dos Povos” foi um conjunto de revoluções interdependentes que se espalharam por toda a Europa Central e pela Itália em 1848. Para aprofundamento cf. HOBBSAWM (2002a, cap. 16 e 2002b, cap. 1). O esforço intelectual marx-engelsiano foi certamente estimulado pela “atmosfera revolucionária” que pairava sobre a Europa desde pelo menos a década de 30 do séc. XIX e que desaguou nas Revoluções de 1848, conforme relatado por Hobsbawm: “[...] o que se sentia concretamente em toda a Europa [era] a consciência de uma mudança social iminente. Era bastante significativo que essa consciência não se limitasse aos revolucionários, que a preparavam meticulosamente, nem às classes governantes, cujo temor das massas pobres é patente em tempos de mudança social. Os próprios pobres sentiam-na e as suas camadas mais cultas a expressavam [...]. O grande despertar da Revolução Francesa lhes ensinara que os homens comuns não necessitavam sofrer injustiças e se calar [...]. Esse era o ‘espectro do comunismo’ que aterrorizava a Europa [...]. Um camponês que se insurgia na Galícia, a eleição de um papa ‘liberal’ no mesmo ano, uma guerra civil entre radicais, uma das perenes insurreições autônomas da Sicília, em Palermo, no início de 1848, foram não só uma indicação prévia do que estava para acontecer, mas se constituíam em verdadeiras comoções prévias do grande tufão. Todos sabiam disso. Raras vezes a revolução foi prevista com tamanha certeza [...]. Todo um continente esperava, já agora pronto a espalhar a notícia da revolução através do telégrafo elétrico. Em 1831, Victor Hugo escrevera que já ouvia o ‘ronco sonoro da revolução, ainda profundamente encravado nas entranhas da terra, estendendo por baixo de cada reino da Europa suas galerias subterrâneas a partir do eixo central da mina, que é Paris’. Em 1847, o barulho se fazia claro e próximo. Em 1848, a explosão eclodiu” (HOBBSAWM, 2002a, cap. 16).

instituições econômicas precedentes e engendra as suas próprias instituições sócio-políticas. Trata-se, em suma, do coroamento da constituição da ordem societária comandada pelo movimento do capital, redefinindo radicalmente as relações sociais e de classes.

*Com efeito, na culminação desse processo – que lançará as bases da moderna sociedade urbano-industrial e, não casualmente, é o objeto central da primeira seção do Manifesto –, as clivagens e fraturas sociais deixam de contrapor a burguesia vitoriosa às classes e camadas peculiares à sociedade feudal. Consolidada a dominância burguesa, ancorada na expansão do capital industrial, aquelas franjas sociais são compelidas à residualidade. As fronteiras de classe decisivas abrem agora os cortes entre os proprietários dos modernos meios de produção fundamentais e os possuidores unicamente de sua força de trabalho. A divisória desloca-se do exterior para o interior do que fora o terceiro estado.*

**A visibilidade original desse deslocamento é obra de 1848.** Se vinha num processo cujas primeiras manifestações espocavam desde os anos vinte, o fato é que só se põe à tona da vida social nos confrontos de 1848. Até então, freqüentemente as demandas dos segmentos vinculados ao trabalho apareciam indistintas dos projetos burgueses, subsumidas na aspiração revolucionária da *igualdade*, da *fraternidade* e da *liberdade*. O trabalho, nos confrontos sócio-políticos, surgia também e ainda subordinado ao capital. É nas jornadas de 1848 que se patenteia o radical antagonismo entre ambos: quando se põe a exigência da *república social*, explicita-se o limite do mundo burguês. *Até 1848, a frente social emancipadora parecia envolver o conjunto do terceiro estado; as barricadas de junho mostraram que as clivagens rompiam definitivamente esse bloco, mostraram que o povo, entificado unitária e identitariamente pela burguesia, era um composto contraditório: as demandas populares tornavam-se incompatíveis com a direção de classe burguesa. 1848, numa palavra, explicita, em nível histórico-universal, a ruptura do bloco histórico que derruiu a ordem feudal: trouxe à consciência social o ineliminável antagonismo entre capital e trabalho, burguesia e proletariado.*

Em nível histórico-universal, a experiência de 1848 demonstrou os limites reais do projeto sócio-político conduzido pela burguesia – a *liberdade* deve restringir-se à liberdade de concorrer no mercado, a *igualdade* esgota-se na formalidade jurídica e a *fraternidade* se resolve na retórica e no moralismo<sup>160</sup>. **O projeto de emancipação humana, nestes limites, não desborda o terreno da emancipação política, tal como Marx mesmo o vislumbrou em 1844 [...].** A partir desse marco, o protagonismo burguês centra-se na conservação da ordem (para a qual concorrem, necessariamente, programas reformistas, tornados especialmente claros depois de 1848) que se veio instaurando sobre as ruínas do Antigo Regime. **A burguesia, enquanto classe, perde o interesse e a capacidade de fazer avançar a socialidade para além dos limites da lógica de acumulação e valorização do capital, em razão da qual se operou a emancipação política e se estabeleceu originalmente a figura do cidadão. A dimensão essencial da emancipação humana só terá sentido para um outro sujeito histórico, cuja emersão primeira verifica-se em 1848: o proletariado.**

O significado de 1848 é precisamente este: com a derrota das aspirações democrático-populares, determinada pelo comportamento de classe da burguesia, o proletariado se investe, em nível histórico-universal, como o herdeiro das tradições libertárias e humanistas da cultura ocidental, constituindo-se como o sujeito de um novo processo emancipador, cuja condição prévia, histórico-concreta, é a ruptura mais completa com a ordem do capital. Assim, no plano prático-político, a revolução de 1848 tem um significado inequívoco: trouxe à cena sócio-política uma classe que, a partir daqueles confrontos, pode aceder à consciência dos seus interesses específicos – viabilizou a emergência de um projeto sócio-político *autônomo*, próprio, do proletariado; mais exatamente: propiciou a auto-percepção *classista* do proletariado. (NETTO, 1998 – negritos nossos).

Pois bem: a partir da fratura interna do Terceiro Estado nas revoluções de 1848, os

<sup>160</sup> Como lembrou, em letra certa, Paulinho da Viola: “quando o jeito é se virar/cada um cuida de si/irmão desconhece irmão/ e aí.../dinheiro na mão é vendaval/dinheiro na mão é solução/e solidão...”.

limites apontados por Marx n'A *questão judaica* se materializaram de forma clara, *na realidade objetiva e na luta política*, para as classes em presença, inequivocamente, pela primeira vez. É por isso que o *Manifesto Comunista* é, inclusive do ponto de vista teórico, tão fundamental – apesar do conjunto das soluções ali apresentadas (o proletariado como sujeito da emancipação humana, o comunismo como objetivo desta luta, a importância da luta entre produtores diretos e apropriadores de excedente econômico para o desenvolvimento da história humana como segunda natureza etc.) já terem sido atingidas por Marx e Engels *antes* dele. Podemos dizer que ele é um documento que *inaugura uma nova era*. Com a fratura no *Terceiro Estado* e a explicitação da divergência de objetivos, e, conseqüentemente, de projetos político-societários, entre os trabalhadores e os proprietários dos meios fundamentais de produção<sup>161</sup>, *a luta pela emancipação humana*, tal como apresentada anteriormente, *passa a ter como protagonista a classe trabalhadora*.

O *Manifesto do partido comunista* reflete, no plano teórico-programático, esta passagem. É neste texto que Marx e Engels apresentam pela primeira vez de modo sistemático os fundamentos de sua teoria política, “ou, mais precisamente, da teoria histórico-materialista do Estado e da revolução” (COUTINHO, 1998), e é nele em que aparece pela primeira vez de forma inequívoca a indicação do caminho através do qual atingir a emancipação humana vislumbrada desde ao menos 1843 por Marx<sup>162</sup>.

A partir deste texto, a luta pela emancipação humana, a luta pela *verdadeira*

---

<sup>161</sup> HOBBSAWM (2002b, cap. 1) sintetiza esta fratura: “Todas essas revoluções [de 1848] têm algo mais em comum, o que explica largamente o seu fracasso. Elas foram, de fato ou enquanto antecipação imediata, revoluções sociais dos trabalhadores pobres. Por isso elas assustaram os moderados liberais a quem elas próprias deram poder e proeminência – e mesmo alguns dos políticos mais radicais –, pelo menos tanto quanto os que apoiavam os antigos regimes. [...] [A revolução de fevereiro em Paris] era uma revolução social consciente. Seu objetivo não era meramente qualquer república, mas a “república social e democrática”. Seus líderes eram socialistas e comunistas. Seu governo provisório incluiu um trabalhador genuíno – um mecânico conhecido como Albert. Por alguns dias, houve dúvidas sobre se sua bandeira seria a tricolor ou a faixa vermelha da revolta social. [...] Quando as barricadas foram erguidas em Paris, todos os liberais moderados (e, como observou Cavour, uma razoável proporção de radicais) eram conservadores potenciais. Como a opinião moderada mais ou menos rapidamente mudava de lado ou desertava, os trabalhadores, os intransigentes entre os radicais democratas, ficavam isolados ou, o que era mais fatal, viam-se diante de uma união de forças conservadoras e ex-moderadas aliadas ao velho regime: um “partido da ordem”, como os franceses o chamaram. *Mil oitocentos e quarenta e oito fracassou porque ficou evidenciado que a confrontação decisiva não era entre os velhos regimes e as “forças do progresso” unidas, mas entre ordem e revolução social.* [...] a burguesia [...] descobriu que preferia a ordem à oportunidade de pôr em prática seu programa completo quando confrontada com a ameaça à propriedade. Quando se viram diante da revolução ‘vermelha’, os moderados liberais e os conservadores uniram-se. [...] Em 1848 e 1849 os moderados liberais fizeram assim duas importantes descobertas: que a revolução era perigosa e que algumas de suas mais substanciais exigências (especialmente nos assuntos econômicos) poderiam ser atingidas sem ela. **A burguesia deixara de ser uma força revolucionária**”.

<sup>162</sup> Ao longo do trabalho de pesquisa e de redação dos textos listados em nota anterior, resultantes do referido esforço intelectual, Marx e Engels fizeram importantes descobertas que os ajudaram a matizar os fundamentos expressos no Manifesto: este itinerário intelectual pode ser encontrado resumido em COUTINHO (1998), e desenvolvido em FREDERICO (2009) e LUKÁCS ([?] 2007). Quanto à relação entre Marx e Engels e a importância de cada um na contribuição ao pensamento comunista, parece-nos correta a maneira como as põe NETTO (1998, nota 25), partindo de Florestan Fernandes.

*democracia* ou por um *autêntico processo de democratização*, bem como a luta pelo *comunismo* são uma única e a mesma luta: são a luta pelo nascimento da História, pelo verdadeiro estado de exceção em relação ao que foi até aqui a “pré-história da humanidade”, em que a cada progresso da civilização correspondeu o horror da barbárie e que, por isso, não nos é sequer legítimo admirar mesmo a mais bela obra de arte sem profundos sentimentos de indignação e vexame – a não ser que se decida ignorar “a corveia anônima dos [...] contemporâneos” dos grandes gênios, a exploração, a humilhação, o rebaixamento, as obrigações vis, aos quais foram submetidos aqueles sem os quais (sem cujo trabalho, para ser mais exato) o trabalho de um Rafael ou de um Mozart *nunca* teria sido sequer concebível<sup>163</sup>.

Podemos dizer, já agora, que a grande diferença entre a *democracia formal* e a *democracia substantiva* é que a primeira aceita como um dado a cisão entre as esferas econômica e política, livrando aquela das interferências desta, enquanto a segunda compreende que a política só é plenamente política e a economia só é plenamente economia se elas são *sociais*, ou seja, se são restituídas à *socialidade humana* em que sua separação se desvanece. Para que estas esferas se realizem, elas precisam ser *negadas*, absorvidas na *socialidade* enquanto *livre interação social dos homens e mulheres* em seu processo de *auto-produção*.

Podemos aqui, parafraseando Carlos Nelson Coutinho, falar em uma teoria *restrita* e outra *ampliada* da democracia. Uma a restringe à esfera política. Outra vê a realização da democracia apenas na *superação* da esfera política, de sua supressão a partir de si, de sua absorção na esfera *genérica* da vida social enquanto objetivação propriamente *humana* do homem.

Apesar de a democracia substantiva não ser o comunismo e o comunismo não ser a democracia substantiva, um não existe mais sem o outro *porque* o que está cindido na sociedade capitalista deve deixar de sê-lo na *socialidade humana*. Estas esferas – a política e a econômica – *desapareceriam* caso os seres humanos, o ser social, pudesse *livremente* determinar os rumos da economia e esta estivesse, portanto, plenamente integrada ao exercício desta *determinação consciente*. Só através desta determinação pode-se atingir a *verdadeira liberdade*, que não é a de um indivíduo *contra* o outro, mas *com* e *através* do outro.

---

<sup>163</sup> Esperamos já ter apontado de maneira suficientemente clara anteriormente que a arte, enquanto objetivação do ser social, é impensável sem que se pense na própria *vida* do ser *social* que a concebe. Os exemplos acima, de Mozart e de Rafael, são extraídos de uma passagem d’ *A Ideologia Alemã*, indicada a nós pelo professor José Paulo Netto. A passagem, entretanto, manteria sua plena validade se os artistas citados fossem substituídos por quaisquer outros dentre uma plêiade de escritores, compositores, pintores etc.



O que se está afirmando aqui é que, dadas as condições a que se chegou de *socialização da produção* (e do *processo* de trabalho) *em nível planetário* contraposta à *apropriação privada* – e cada vez mais concentrada – *da riqueza socialmente produzida*, o atual estágio de *desenvolvimento exponenciado das forças produtivas* não mais apenas *possibilita* a supressão da propriedade privada e o advento do comunismo, garantindo *a todos* abundância material e pleno desenvolvimento espiritual: ele, a partir da planetarização do capital, *exige* esta supressão *se se quer tornar viável qualquer tipo de democracia substantiva*.

Afinal, se a atividade social consciente deve, como é o caso numa *democracia em seu sentido forte*, poder dispor sobre questões de distribuição de riqueza, alocação de recursos naturais, de valor, de bens socialmente produzidos etc., *isto se choca necessariamente com a propriedade privada e hiper concentrada* que não quer, sobre si, *nenhum tipo de controle político*.

A própria política, até onde sabemos, só existe porque existem classes. Sem a existência de classes, a política pode vir a ser absorvida pela *socialidade*, pela *existência social livre*, assim como não faria sentido falar em esfera econômica numa situação como essas, mas no máximo em *administração*. Pode vir a existir a vida social, e só – a *liberdade* enquanto realização do homem enquanto *homem natural*, e, enquanto tal, ser *social* e ser *genérico*.

Após 1848, lutar efetivamente pela democratização é lutar pelo comunismo.

O *comunismo* na condição de supra-sunção [superação] *positiva* da *propriedade privada*, enquanto *estranhamento-de-si* [alienação de si] *humano*, e por isso enquanto *apropriação* efetiva da essência *humana* pelo e para o homem. Por isso, trata-se do retorno pleno, tornado consciente e interior a toda riqueza do desenvolvimento até aqui realizado, retorno do homem para si enquanto homem *social*, isto é, humano. Este comunismo é, enquanto naturalismo consumado = humanismo, e enquanto humanismo consumado = naturalismo. Ele é a *verdadeira* dissolução do antagonismo do homem com a natureza e com o homem; a verdadeira resolução do conflito entre existência e essência, entre objetivação e auto-confirmação, entre liberdade e necessidade, entre indivíduo e gênero. **É o enigma resolvido da história e se sabe como esta solução** (MARX, [1844] 2004, p. 105).

## 2 Os “novos” irmãos neo-siameses: neoliberalismo, “novo desenvolvimentismo” e contrarreforma do Estado

*É tudo novo de novo  
Vamos nos jogar onde já caímos  
Tudo novo de novo  
Vamos mergulhar do alto onde subimos*

*Vamos celebrar  
Nossa própria maneira de ser  
Essa luz que acabou de nascer  
Quando aquela de trás apagou*

*E vamos terminar  
Inventando uma nova canção  
Nem que seja uma outra versão  
Pra tentar entender que acabou  
Paulinho Moska [Tudo novo de novo]*

Uma avaliação do Programa Cultura Viva, no sentido de adquirir dimensão histórico-processual e um maior nível de concretização, deve necessariamente considerá-lo enquanto *política pública*, exigindo a análise concreta de aspectos do movimento da formação econômico-social particular brasileira em que ele é gestado e implementado. É necessário, ainda, sondar a relação que se estabelece entre a estrutura do Estado brasileiro e a composição do governo Lula, bem como a localização econômica, social e política do país no mundo contemporâneo.

Nossa pesquisa vem sendo conduzida a partir de referências teórico-metodológicas extraídas do acervo do materialismo histórico – mas esta circunscrição diz pouco, uma vez que nesta tradição teórica há vertentes diferenciadas, ainda que todas se remetam às fontes seminais (Marx-Engels, especialmente). Nosso esforço tem se dirigido para extrair do materialismo histórico um conjunto de categorias capazes de dar conta, de uma parte, das especificidades da cultura pensada como conhecimento, em geral, e criação estética, em particular<sup>164</sup>, e, de outra, da inserção da cultura no quadro das relações Estado/sociedade, de forma a poder pensar este complexo de problemas no marco de políticas públicas – mais

---

<sup>164</sup> É como criação estética que pensam/agem sobre a cultura *todos* os gestores públicos até hoje – afirmamos isto com bastante certeza, sabendo entretanto que será objeto de polêmica entre os estudiosos da área. *Apesar de há alguns anos vir-se adotando, no nível discursivo, o conceito antropológico de cultura*, mais amplo, referindo-se a ela como conjunto de conhecimentos etc., este é um daqueles casos em que *na prática a teoria é outra*. E isto tem sua razão de ser: parece-nos – e este é um ponto sobre o qual *apenas iniciamos nossos estudos e nossa reflexão* – que a autonomização da esfera cultural, sob o sistema capitalista, responde a necessidades postas pela divisão sócio-técnica do trabalho pertinente a este ordenamento social, e *acentuada* sob o atual estágio de desenvolvimento do sistema, o *capitalismo monopolista*. Prosseguiremos estes estudos após a entrega da dissertação, e certamente num trabalho futuro o tema estará de volta tratado com a devida atenção. Por ora, deixamos no ar uma pergunta ligeira que exemplifica como o problema *aparece imediatamente*: se é de fato o conceito antropológico de cultura o adotado nas políticas públicas, então por que comunicações, esportes, ciência e tecnologia, educação, estão sob a tutela de outros ministérios que não o da cultura?

exatamente, nosso esforço deve permitir um enquadramento adequado da política cultural como política de Estado.

Neste capítulo procederemos ao apontamento de algumas das transformações pelas quais passaram o Estado, a sociedade e a economia nas sociedades capitalistas contemporâneas, mudanças estas que têm enorme incidência no próprio campo cultural. Indo além, discutiremos os rebatimentos de tais modificações no Brasil ao longo das últimas décadas, a partir daí procedendo a um esboço de avaliação geral do governo Lula, identificando ainda algumas características do Estado brasileiro peculiares ao modelo *liberal periférico*<sup>165</sup> em implantação no país desde pelo menos a década de 90, de modo a matricular o cenário em que se formulam e implementam, no Brasil de 2003 para cá, políticas culturais.

Antes, entretanto, será necessário proceder a rápida apresentação e discussão de um conceito com o qual estaremos lidando o tempo todo ao longo deste capítulo e do próximo: o conceito de classe social. Isto porque teremos de abordá-lo de duas maneiras distintas, uma delas a partir de nossa perspectiva de análise (vinculada à *crítica da Economia Política* realizada por Marx) e outra a partir da perspectiva dos documentos oficiais e da maior parte das análises de políticas públicas, que define as classes a partir de sua posição no mercado. Esta maneira de *descrever* o fenômeno, que oculta a luta entre proprietários de meios de produção e produtores diretos, é brilhantemente fundamentada por Max Weber.

## 2.0 Conceituação preliminar: classes trabalhadora e capitalista ou classes A-E?

A categoria de classe social é um bom exemplo de como, sob um mesmo conceito, podem-se abrigar, em pensadores diferentes, noções radicalmente distintas.

Em um primeiro momento, podemos dizer que, para Marx, a distinção entre as classes sociais se baseia na distinção entre a origem econômica de suas respectivas rendas. Assim, podemos ler no livro III d' *O Capital*:

“A [...] pergunta a ser respondida é esta: o que constitui uma classe? E é claro que isso se depende obviamente da resposta a esta outra questão: o que faz com que assalariados, capitalistas e proprietários de terra se tornem os formadores das três grandes classes sociais?

À primeira vista, a identidade de rendimentos e as fontes de rendimento. São três grandes grupos sociais, cujos componentes, os indivíduos que os formam, vivem respectivamente de salário, lucro e renda fundiária, da valorização de sua força de trabalho, de seu capital e de sua propriedade fundiária” (MARX, [1893] 1988, vol. 5, p. 297).

<sup>165</sup> Segundo FILGUEIRAS e GONÇALVES (2007), o modelo liberal periférico é a modalidade particular do modelo neoliberal tal como aplicado nos países periféricos. Segundo os autores, este modelo tem três conjuntos de características marcantes: “liberalização, privatização e desregulação; subordinação e vulnerabilidade externa estrutural; e dominância do capital financeiro”. No Brasil, este modelo tem sido implementado, nos últimos anos (a partir do segundo mandato do presidente Lula), sob a roupagem do “novo desenvolvimentismo”.

É importante enfatizar, devido ao próprio método expositivo de Marx<sup>166</sup>, que aquela primeira pergunta interroga o fenômeno *imediatamente*, sendo respondida pelo que ele é *à primeira vista*. Esta definição se situa em um nível ainda bastante alto de abstração, em que muitas determinações estão deliberadamente afastadas de maneira a permitir uma primeira aproximação do pensamento ao objeto da observação. O fragmento de onde foi tirada esta citação, aliás, infelizmente não foi concluído por Marx, tendo ficado o manuscrito incompleto (o que ocorre nos livros II, e – principalmente – III d’*O Capital*, que Marx não conseguiu organizar para publicação em vida, tendo sido organizados e publicados, a partir dos manuscritos, por Engels).

Enriquecendo um pouco mais a definição, Marx mostra que uma classe social é um grupo de pessoas que compartilham a mesma situação em relação aos meios de produção e a mesma posição nas relações sociais de produção. Assim, as relações entre os seres humanos envolvidos na produção, bem como as condições sob as quais eles põem em contato suas atividades e repartem entre si o ato total da produção, variam de acordo com a forma como estão dispostos os meios de produção e com o nível de desenvolvimento das forças produtivas<sup>167</sup>.

Trazendo à baila a dimensão histórica do fenômeno em questão (e incorporando-a ao conceito), Marx afirma, com Engels<sup>168</sup>, que as classes emergem apenas em certo estágio de desenvolvimento das forças produtivas e da divisão social do trabalho, quando passa a existir excedente econômico. A sociedade se cinde a partir daí entre produtores diretos e apropriadores do excedente, que se beneficiam da exploração dos primeiros. Este confronto, fundado na expropriação do excedente econômico por um grupo que se impõe coercitivamente (sendo que no capitalismo esta coerção no próprio campo da economia é que aparece como a forma característica), constitui o antagonismo fundamental nas sociedades divididas em classes.

Isso não significa, para Marx, que as classes fundamentais em oposição, aquelas cuja existência caracteriza certo modo de produção, sejam as únicas classes existentes nele. Isso aparece em inúmeras passagens de toda a obra de Marx – bem como em Engels –, mas fica particularmente claro n’*O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*<sup>169</sup> e no conjunto de artigos de

<sup>166</sup> Para uma sintética, mas muito clara, exposição deste método, cf. COUTINHO, 1994.

<sup>167</sup> Cf. MARX, [1847] s.d., vol. 1, pp. 52-82.

<sup>168</sup> MARX e ENGELS, [1848] s. d., vol. 1, pp. 13-47.

<sup>169</sup> MARX, [1852] s. d., pp. 199-285.

nosso autor reunido e publicado por Engels, em forma de livro, com o nome de *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*<sup>170</sup>.

Nestes trabalhos fica nítido como, na análise de situações sociais concretas, Marx enriquece o objeto da análise com determinações apreendidas a partir de seu próprio movimento. Estas serão confrontadas com aquelas apreendidas em níveis mais altos de abstração correspondendo ao movimento mais geral do modo de produção e do sistema que sobre ele se ergue, bem como à inserção de tal ou qual formação social particular (no caso, a França da metade do século XIX) nesta totalidade – cuja compreensão será, por sua vez, enriquecida a partir da incorporação destas novas determinações.

Assim, vemos nestes livros a menção e o estudo de outras classes sociais, como, por exemplo, o campesinato, o *Lumpenproletariat*, a pequena burguesia. Na verdade, estes trabalhos são exemplares *mais pela centralidade* que estas outras classes neles ocupam *do que pela novidade* da menção à sua existência, que encontramos em Marx desde a década de 1840. Esta centralidade, nestes trabalhos, corresponde àquela que tais classes tinham *na realidade concreta* francesa da metade do século XIX, como fica claro quando Marx, n’*O Dezoito Brumário*, explica como a burguesia francesa, para escapar do domínio do proletariado naquele processo, levou ao poder o *lumpen* e como Luís Bonaparte representava uma classe, a dos pequenos camponeses.

Ainda partindo d’*O Dezoito Brumário*, podemos dizer que a constituição de uma classe tem dois aspectos, ou momentos. Um primeiro momento é o objetivo, determinado pela comunidade de atividades, de maneira de pensar, de modo de vida decorrente da posição do grupo de pessoas nas relações sociais de produção. Um segundo momento da conformação de uma classe é o subjetivo, em que ela toma consciência desta unidade e passa, então, a reconhecer certo nível de identidade e de interesses comuns entre seus membros. Os dois momentos são complementares e interagem mutuamente, determinando um o pleno desenvolvimento do outro.

Vale, ainda, ressaltar que nos dois escritos mencionados acima aparece também a noção de frações (ou facções) e setores de classe, pelos mesmos motivos levados em conta em relação à importância dada às outras classes sociais que não as fundamentais ao modo de produção. Assim, por exemplo, temos a noção mais abstrata de burguesia sendo aqui concretizada em setores tais como: banqueiros, burguesia industrial, burguesia comercial, aristocracia financeira.

---

<sup>170</sup> MARX, [1850] s.d., pp. 93-198.

Esta divisão é, nestes textos, fundamental, já que os setores referidos, ao longo do período que vai de 1848 a 1850 na França, apresentaram por vezes interesses divergentes entre si, o que influenciou decisivamente no rumo dos acontecimentos políticos que Marx quer explicar. Assim, esta especificação é ditada pelo próprio movimento do real, e, portanto, reproduzida no pensamento por Marx, fiel ao seu método de partir do mais abstrato e imediato ao mais concreto e rico de mediações, tal como esboçado acima e desenvolvido mais cuidadosamente no livro citado de COUTINHO (1994).

Já para Weber, a “classe” é um fenômeno da distribuição de poder dentro de uma comunidade, distinta e oposta ao “estamento” (que é outra forma assumida nesta distribuição e está ligado mais diretamente a caracteres não-econômicos, como a estimativa de “honra”). Em seu livro *Economia e Sociedade*, publicado postumamente, ele afirma, no item denominado “Determinação de classe pela situação de mercado”:

“Em nossa terminologia, ‘classes’ não são comunidades; representam simplesmente bases possíveis, e freqüentes, de ação comunal. Podemos falar de uma “classe” quando: 1) certo número de pessoas têm em comum um componente causal específico em suas oportunidades de vida, e na medida em que 2) esse componente é representado exclusivamente pelos interesses econômicos da posse de bens e oportunidade de renda, e 3) é representado sob as condições do mercado de produtos ou mercado de trabalho” (WEBER, [1922] 1994).

O fator que cria a classe é, para ele, um interesse econômico claro, devendo este interesse ser ligado à existência do mercado. De maneira a evitar qualquer eventual ambigüidade no significado deste “interesse de classe”, Weber o restringe à direção fatural de interesses que se segue com certa probabilidade, da situação de classe para certa “média” das pessoas sujeitas à situação de classe.

Vemos que há, para o autor, uma diferença entre “classe” e “situação de classe”, sendo esta última apresentada, na obra referida, como “a oportunidade típica de uma oferta de bens, de condições de vida exteriores e experiências pessoais de vida”, sendo esta oportunidade “determinada pelo volume e tipo de poder, ou falta deles, de dispor de bens ou habilidades em benefício de renda de uma determinada ordem econômica”. Assim, o termo “classe” refere-se a qualquer grupo de pessoas que se encontrem na mesma situação de classe, sendo esta última, para ele, *uma situação de mercado e sendo definida em termos do ator individual*. Se a situação de classe de dois indivíduos é igual, então eles pertencem à mesma classe.

Para Weber, a situação de classe *pode ou não* gerar ações de massa (ele se refere a estas como “ações comunitárias ou societárias”). A ocorrência destas ações relacionadas à situação de classe dependerá da percepção de que esta situação é resultante da distribuição da

propriedade existente, ou da estrutura da ordem econômica concreta, podendo as pessoas então reagir contra a estrutura de classes sob a forma de uma associação racional – como no caso da classe operária moderna.

Ainda em *Economia e Sociedade*, o autor esboça uma linha evolutiva das lutas de classes, que para ele são, como estamos vendo, condicionadas pela situação de classe no mercado – mais propriamente, *na esfera do consumo, do acesso aos bens*. Weber põe o início das lutas de classes no antagonismo gerado pelo surgimento do crédito de consumo nas sociedades antigas, “nas cidades onde a plutocracia criou um ‘mercado de crédito’, por mais primitivo que seja, com taxas de juro aumentando (...) e uma monopolização concreta dos créditos”. A fase seguinte destas lutas, segundo ele, é a das lutas competitivas no mercado de produtos. A última fase, pelo menos até então, seria a da guerra de preços no mercado de trabalho. Nesta perspectiva, os indivíduos na mesma situação de classe poderiam, dadas as condições anteriormente apresentadas, vir a lutar juntos por uma maior capacidade de acesso aos bens de consumo.

Enquanto para Marx a classe se constitui na esfera da *produção*, como vimos anteriormente, para Weber ela se constitui na esfera da *circulação*. Conseqüentemente, enquanto para Marx classe é definida a partir da posição do grupo de pessoas nas *relações sociais de produção*, ela é para Weber definida a partir da situação do indivíduo em sua capacidade de ter *acesso a bens de consumo*. Esta maneira de definir classe social é a usada amplamente hoje pela sociologia em geral, quando se refere a classes A, B, C, D e E baseada justamente na renda nominal dos indivíduos e na aferição de que tipo e quantidade de bens eles possuem.

Marx põe, ainda, o antagonismo entre as classes tendo por base *objetiva a exploração* dos produtores diretos pelos apropriadores de excedente, relação esta conjugada necessariamente com a dominação que ocorre nos planos econômico, ideológico e político. Já em Weber a dominação é um processo essencialmente político que se exerce sobre cada indivíduo, sendo seu agente também um indivíduo. É um fenômeno que, conseqüentemente, não se relaciona diretamente com a divisão da sociedade em classes sociais. Este isolamento dos planos político, econômico e ideal (ou ideológico) é completamente impensável para Marx, sendo essencialmente estranho a seu método – como tentamos tangenciar acima.

Vale ressaltar, ainda, *uma importante semelhança* entre a abordagem dos dois pensadores relativa às classes sociais. É que, para os dois, a pertença a uma classe (o que

Weber chamaria de “situação de classe”) *pode ou não gerar ações de massa*. Apesar desta semelhança, a interpretação do significado destas ações, de seu sentido, será, para cada um deles, *bastante diferente*.

Para Weber, como vimos, estas ações de massa vão depender justamente de que se tome consciência de que a situação em questão é fruto de determinada estrutura econômica e se queria mudar algo nela, o que poderá levar os indivíduos numa mesma situação de classe a constituir uma associação racional com este fim – o fim, por exemplo, de melhorar suas condições de acesso aos bens de consumo. Já para Marx, elas também vão depender de que se tome consciência de que a situação em que se está é fruto de determinada ordem de coisas: no entanto, para ele – o que nunca seria aceito por Weber –, esta tomada de consciência corresponde *ao interesse objetivo* de classe do proletariado, que é abolir as cadeias que o prendem na gaiola de ferro da dominação burguesa, na qual ele é *objetivamente* explorado, e emancipar o conjunto da humanidade através da construção de uma sociedade sem classes.

Postas estas balizas conceituais, prossigamos rumo ao tema do capítulo.

## 2.1 Um museu de grandes novidades: “nunca antes na história deste país”...

*Mas se você achar  
Que eu tô derrotado  
Saiba que ainda estão rolando os dados  
Porque o tempo, o tempo não pára*

*Dias sim, dias não  
Eu vou sobrevivendo sem um arranhão  
Da caridade de quem me detesta*

*A tua piscina tá cheia de ratos  
Tuas idéias não correspondem aos fatos  
O tempo não pára*

*Eu vejo o futuro repetir o passado  
Eu vejo um museu de grandes novidades  
O tempo não pára  
Cazuza, O tempo não pára*

Se podemos, alegoricamente, falar sobre a “memória de um país”, o Brasil parece tê-la ao contrário: ele só se lembra do futuro, esquecendo com facilidade surpreendente o seu passado e só reconhecendo no presente as potencialidades de cuja forma desenvolvida se “recorda” sua inspiração. Este fenômeno, que está longe de ser novidade, é facilmente constatável por qualquer um que se disponha a ler jornais diariamente durante uns poucos meses – notando a repetição desinformada de “novidades” requeitadas ou a contradição



displicente entre o que se diz e o que se dissera –, ou que se interesse por nossa literatura – percebendo a descontinuidade assombrosa entre nossos grandes escritores realistas<sup>171</sup>, por exemplo. Mais uma vez, o “país do futuro” é pioneiro: à falta de profundidade e ao enfraquecimento da historicidade pós-modernas<sup>172</sup>, o intelectual brasileiro antepõe sua secular falta de memória, seu esquecimento indolente – por vezes interessado –, uma amnésia pachorrenta que combina mal – e, ao mesmo tempo, que combina muito bem – com certo “projeto grandioso” de país que está sempre à espreita no discurso oficial. Projeto que, de 2003 para cá, está de volta com força renovada.

O fenômeno tal qual ocorre nas terras de Vera Cruz está longe de ser inexplicável: Carlos Nelson Coutinho, em penetrante ensaio sobre a posição de Lima Barreto na literatura brasileira, o atribui à ausência forçosa de intervenção popular na vida nacional, que poderia assegurar a “formação de um amálgama sócio-humano relativamente homogêneo e contínuo” que forneceria os pontos de partida e a problemática comuns a nossos escritores<sup>173</sup>. Esta ausência impõe uma linha fragmentária, uma descontinuidade do pensamento: obriga cada escritor – e, acrescentaríamos nós, cada pensador honesto e rigoroso buscando compreender a realidade brasileira – a “recomeçar sempre ‘do início’, a descobrir por sua própria conta os meios estético-ideológicos adequados à reprodução da realidade”, insinuando-se ainda no próprio interior da produção de cada autor tomado individualmente<sup>174</sup>. A referida ausência, por sua vez, está diretamente relacionada ao modo através do qual nossas elites *escolheram*, a partir das possibilidades efetivamente postas a elas, operar politicamente o processo de *modernização*<sup>175</sup> brasileiro: através de reformas *pelo alto*, que excluíram inteiramente a participação popular, reforçando a aparência de que a mudança social assemelhar-se-ia a um “destino fatal” independente da ação coletiva e sobre o qual só teriam capacidade de

<sup>171</sup> Este termo tem aqui o sentido preciso a ele atribuído por LUKÁCS (2009 – os textos reunidos no volume foram escritos entre 1932 e 1967).

<sup>172</sup> JAMESON, [1991] 2007.

<sup>173</sup> É importante sublinhar, ainda que não nos seja possível desenvolver adequadamente nesta dissertação o argumento, que este problema se inflete a partir das décadas de 1920/30, com o esforço interpretativo de “redescoberta” ou “reinvenção” do Brasil promovido pelos artistas modernistas, de um lado, e por intelectuais como Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda, de outro. Esta inflexão, entretanto, é vitoriosamente mitigada pelo regime oriundo do golpe civil-militar de 64. Seus últimos expoentes ainda estão vivos, mas as gerações de intelectuais mais recentes estão cada vez mais vergadas sob o peso desta triste tradição.

<sup>174</sup> COUTINHO, [1972] 2005, pp. 99-156. Roberto SCHWARZ ([1987] 2006, p. 30 e ss.) observa o mesmo problema sob ângulo mais próximo ao do “complexo de vira-lata” rodrigueano, constatando que “o apetite pela produção dos países avançados muitas vezes tem como avesso o desinteresse pelo trabalho da geração [brasileira] anterior, e a consequente descontinuidade da reflexão”, com o “influxo externo” prevalecendo sobre o “influxo interno”. A argumentação é correta e enriquece aquela que ora estamos expondo no corpo do texto. Preferimos, entretanto, realçar a hipótese de Coutinho por ter maior *força explicativa*, descendo mais profundamente às múltiplas causas sociais e políticas do fenômeno em questão.

<sup>175</sup> *Modernização* aqui refere-se à consolidação e generalização das relações sociais capitalistas no país.

intervenção certos “indivíduos excepcionais”<sup>176</sup>.

Pois bem: desde 2003 está em curso no Brasil mais uma manifestação generalizada desta amnésia, verdadeira “epidemia intelectual” em que, a partir ou da ignorância de nosso passado, ou da deliberada mistificação da realidade, ou mesmo do desconhecimento das tendências profundas que operam em nível sub e supranacional no presente – ou, como ocorre no mais das vezes, da mescla sincrética destas três variantes –, apresenta-se mais uma vez a *velha novidade* do “Brasil, país do futuro”. A nação estaria marchando – agora sim! – de braços dados com a fortuna, conduzida por um homem (mais que por um partido) capaz de retirá-la de séculos de *atraso* e inseri-la no ciclo virtuoso do *progresso*, do *desenvolvimento*, realocalizando-a soberanamente no quadro das relações internacionais, tornando-a, finalmente, a grande potência que ela está *destinada* a ser, um grande “país para 190 milhões de brasileiros”<sup>177</sup>.

Refiro-me ao fenômeno como expressão daquele recorrente apagão da memória – intencional ou não, sendo isto na verdade o que menos importa – porque os membros deste governo e os intelectuais vinculados de uma forma ou de outra a ele têm sistematicamente ignorado ou “esquecido”: em primeiro lugar, seus próprios compromissos historicamente assumidos com o combate ou ao *desastre neoliberal*<sup>178</sup>, de um lado, ou à *modernização conservadora brasileira*<sup>179</sup>, de outro – por sinal, capítulos de uma mesma história, como bem nos lembra Chico de Oliveira<sup>180</sup>; em segundo lugar – e isso está diretamente relacionado ao primeiro problema –, tudo o que existe de continuidade entre aquela(s) programática(s),

---

<sup>176</sup> *Ibid*, p. 103. No texto em questão, Coutinho recupera a chave heurística encontrada por FERNANDES ([1975] 2006), desenvolvendo-a a partir do acervo categorial gramsciano. Assim, segundo ele a modernização brasileira ocorreu através de “revoluções pelo alto” ou “revoluções passivas”, processo político decisivo tanto na consolidação do Estado brasileiro como na conformação de nossa identidade nacional. Francisco de Oliveira aponta o que ele considera uma limitação nesta relação tal qual estabelecida por Coutinho: faltar-lhe-ia, “para se igualar à teorização do subdesenvolvimento [da primeira CEPAL], [apontar] as específicas condições latino-americanas, vale dizer, o estatuto de ex-colônias, que lhe dá especificidade política, e o estatuto rebaixado da questão da força de trabalho, escravismo e *encomiendas*, que lhe confere especificidade social” (OLIVEIRA, 2003b). O assunto, interessantíssimo e da maior importância, é vastamente discutido na literatura sobre a formação do Brasil, e não nos será possível aprofundá-lo aqui.

<sup>177</sup> ROUSSEFF, 2010.

<sup>178</sup> NETTO, 2007.

<sup>179</sup> Chico de Oliveira define a modernização conservadora brasileira como “uma revolução produtiva sem revolução burguesa” (OLIVEIRA, 2003, p. 131). Esta definição é discutível, mas traz consigo algo de *essencial*. Parece, por um lado, que o mais adequado seria afirmar que a *revolução burguesa brasileira* foi uma *revolução produtiva conduzida pelo alto* – tendo resultado na reorganização do conjunto das relações sociais estabelecidas, fenômeno que caracteriza uma revolução –, na qual a classe trabalhadora foi convidada a participar apenas como *legitimadora* de um projeto que não o seu. Consideramos *temerário* afirmar que isso *não é* uma revolução burguesa. Entretanto, a ideia tal como expressa por Oliveira continua a reter algo de fundamental: é que a burguesia brasileira *nunca foi revolucionária*. Isso, aliás, é inapelavelmente explicado por Florestan FERNANDES ([1975] 2006). A revolução, aqui, deve ser debitada muito mais na conta dos “ardis da história” que de qualquer vontade de transformação social da burguesia ou das elites brasileiras – se dependesse destas, talvez estivéssemos afundados em café e cana-de-açúcar até hoje... Ou seria em soja, álcool, minérios e petróleo?

<sup>180</sup> OLIVEIRA, [1995] 2000.

outrora arduamente combatida(s), e o *projeto de país*<sup>181</sup> em cuja construção está empenhado o atual governo, que defendem; em terceiro lugar, a perspectiva, outrora compartilhada por parte deles, de que só é possível enfrentar de forma consequente as expressões deletérias do atual ordenamento societário (no sentido amplo da palavra, abrangendo o conjunto da vida social, ou seja, *humana*) a partir da perspectiva de superação desta mesma ordem em seu conjunto, a admitindo como *historicamente constituída* e, portanto, historicamente superável.

Faz-se necessário determo-nos, ainda que não muito demoradamente, em cada um destes pontos, de modo a travejarmos convenientemente a localização e os limites do referido projeto para o Brasil, ora em curso adiantado. Após o exame inicial de cada um dos pontos levantados, discutiremos justamente este projeto: o “novo desenvolvimentismo” brasileiro, tal como se apresenta no governo Lula.

## 2.2 Através do espelho nada mais é como antes: a crise e a saída capitalista para a crise

*E embora se ouça a sombra de um suspiro  
A estremecer no meio dessa estória,  
Pelos “dias felizes” consumidos  
E do verão a esvaecida glória,  
Turvar não quero, com hálito enfadonho,  
Todo o prazer deste conto-sonho*  
Lewis Carrol, Prefácio do Autor [a Alice através do espelho]

Partamos, em primeiro lugar, de uma definição sintética do que podemos, *imediatamente*, perceber como neoliberalismo: ele nos *aparece* como “uma teoria das práticas político-econômicas” que afirmam que o bem-estar humano depende essencialmente das “liberdades e capacidades empreendedoras individuais”, estimuladas “no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada” garantindo livres mercados e livre comércio. Para isso, o papel do Estado é “criar e preservar uma estrutura institucional adequada a estas práticas”, bem como “estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar [...] o funcionamento apropriado dos mercados”<sup>182</sup>. No mais, deve estimular – ou forçar – o surgimento de mercados onde estes não existem.

Supondo-se que esta definição fosse suficiente – o que não é o caso –, caberia ainda assim pôr a pergunta: como é que um conjunto de crenças que apareceram como inicialmente

<sup>181</sup> A expressão é esta mesmo... Trata-se de um projeto que tem dimensão econômica, política, social, cultural: um projeto *totalizante* – ainda que esta totalidade seja articulada de maneira *bizarra* (devemos o termo a Werneck VIANNA, 2007) – de país.

<sup>182</sup> HARVEY, [2005] 2008, p. 12.

mais ou menos exóticas, sustentadas por uns poucos teóricos agrupados em torno de um “ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como ameaça letal à liberdade” econômica e política, tendo inicialmente por alvo o Partido Trabalhista inglês às vésperas das eleições de 1945 – que este partido venceu – e tendo sido postuladas *antes mesmo do início da construção do Estado de Bem-Estar nos países centrais*, pois bem, como é que este conjunto de crenças pôde, contra ventos e marés, tornar-se hegemônico no pensamento burguês *trinta anos após* sua formulação inicial<sup>183</sup>? Esta pergunta se torna ainda mais interessante se considerarmos que o centro dos ataques neoliberais desde 1944<sup>184</sup>, a intervenção do Estado na economia de maneira a, através de medidas anticíclicas, garantir o processo de acumulação capitalista, foi amplamente hegemônica no pensamento burguês durante estes trinta anos em que o neoliberalismo permaneceu à sombra.

Aceitamos a hipótese – e por isso a menção à *aparente* ou *imediate* veracidade do conceito tal como formulado por Harvey no texto citado, que carece de grande *debilidade explicativa*, mantendo-se no terreno superficialmente *fenomênico* do *processo* em curso – de que as pressões em direção à refuncionalização neoliberal do Estado capitalista estão articuladas a uma reação burguesa à crise do capital que se inicia nos anos 1970<sup>185</sup>. Assim, o pensamento neoliberal ganha força *quando ele se torna necessário* – em vista da referida crise e da conseqüente queda das taxas de lucro do capital tomado globalmente<sup>186</sup> –, não para *explicá-la* ou fornecer elementos para sua superação no interesse de todos, mas para fornecer à *saída capitalista para a crise* uma base programática sólida. Sabe-se, ademais, que este conjunto de ideias está inextricavelmente relacionado a um processo de *ajuste estrutural*<sup>187</sup> que vigorou, especialmente nos anos 80 e 90, em grande parte do mundo, desbordando fronteiras entre países centrais e periféricos e tendo sido aplicado em muitos dos enquadrados nas duas categorias<sup>188</sup> – processo este que se expressa no que BEHRING ([2003] 2008)

<sup>183</sup> As indicações históricas enumeradas aqui estão em ANDERSON ([1995] 2000, p. 9).

<sup>184</sup> O marco inicial é o livro *O caminho da servidão*, de Friedrich von Hayek.

<sup>185</sup> NETTO, 1993 e 2007; BEHRING, [2003] 2008.

<sup>186</sup> MANDEL, [1972] 1985 e 1990.

<sup>187</sup> Cf. BEHRING, *idem*, cap. 1 e SOARES (2001 e [2000] 2009).

<sup>188</sup> Note-se que o “receituário neoliberal” foi aplicado de maneira muito diversa nos países centrais e nos periféricos, tendo contado, nestes, com as pressões exercidas através dos organismos de “solidariedade internacional” (FMI, BIRD etc.) – que passou a ser condicionada à adesão ao dito ajuste – e tendo tido neles, ao que parece, efeitos mais deletérios, considerando que a própria estrutura estatal que ali se atacou já era muitíssimo mais precária que aquelas existentes nos países centrais. Chegou a ser considerada, no caso da América Latina, típica de um “Estado de Bem-Estar restrito” ou “incompleto” (LAURELL, 1995, p. 160), e, em contundente ironia referente ao caso brasileiro, um “Estado de Mal-Estar Social” (a expressão provém de uma anotação de aula sobre Políticas Sociais ministrada, no Programa de Pós-Graduação ao qual estamos vinculados, pela professora Laura Tavares Soares – autora de dois dos livros citados na nota anterior –, com quem tivemos o privilégio de estudar e discutir a matéria. A origem da expressão pode ser encontrada em SOARES, 2001, p.

nomeou a *contrarreforma* neoliberal do Estado.

Precisamos, a partir desta relação inicial, pôr outra pergunta: se o pensamento neoliberal ganha força a partir do momento em que se torna a programática para uma *saída capitalista para a crise*, em que consistiria, então, esta saída?

Sendo direto: trata-se da recuperação das taxas de lucro anteriores à crise através de um “roubo, [de um] assalto ao fundo público, financiado pela dívida interna e pelo uso dos instrumentos mais poderosos da centralização de capitais [como por exemplo, no caso brasileiro, o BNDES]”<sup>189</sup>. Isto se desdobra em um “assalto às experiências de *Welfare*”<sup>190</sup> e às políticas sociais a elas relacionadas, nos marcos mais gerais de uma verdadeira pilhagem<sup>191</sup> de dinheiro público e transferência de renda dos estratos que compõem a classe trabalhadora aos grandes capitalistas através do Estado<sup>192</sup>.

Primeiramente é necessário ressaltar, com NETTO (2007, pp. 145-146) que o *Welfare State* não expressa um *desenvolvimento* “normal” ou necessário do capitalismo – como tanto se quis apregoar quando ele servia de legitimação do projeto capitalista contra o socialismo vigente no Leste (burocraticamente deformado ou o que seja, mas que *exigia* este tipo de resposta por parte da burguesia ocidental). As experiências de Bem-Estar, ao contrário, “constituíram uma excepcionalidade (cronológica, espacial e sociopolítica) na processualidade multissecular do capitalismo”, não tendo sido mais que “episódios, descartados após uma curta existência de três décadas”, e, ainda assim, restrita a espaços bem delimitados do globo.

Aprofundemos um pouco a exposição sobre as *causas* do processo em tela, de *desmonte* do “Bem-Estar” e destruição das garantias e conquistas que haviam sido

344). Além disso, nestes países o ajuste em questão redundou em vultosas transferências de recursos para os países centrais. Quanto a estes dois pontos, cf. NETTO (2007, pp. 148-151). Com todas as diferenças, entretanto, MONTES nos lembra que nos anos 90 mais de oitenta países se submetiam aos planos de ajuste neoliberal (1996, *apud* BEHRING, *idem*).

<sup>189</sup> OLIVEIRA, 2010.

<sup>190</sup> Cf. NETTO, 2007, p. 146. Para interessante definição e tipologia dos Estados de Bem-Estar Social, ou *Welfare States*, ver ESPING-ANDERSEN, 1990.

<sup>191</sup> Exemplo cabal – e de dramáticas consequências – desta pilhagem foi o processo de privatizações ocorrido no Brasil na década de 90. Cf. BEHRING, [2003] 2008, pp. 228-247. Note-se algo interessante: todo um corpo de intelectuais rigorosos, com respeitável carreira acadêmica, não consegue se referir ao processo em curso – dada sua gravidade extrema – a não ser com palavras duríssimas como *roubo*, *pilhagem*, *assalto* etc.

<sup>192</sup> A expressão “transferência de renda” tem sido utilizada com sinal oposto ao que ora apresentamos: afirma-se que, através de programas assistenciais como o Bolsa-Família, opera-se nos últimos anos no Brasil uma “revolucionária” transferência de renda em favor dos estratos mais empobrecidos da população... É quase o milagre da multiplicação da classe média brasileira. Pois bem: este argumento é *completamente ideológico e/ou equivocado*. Retornaremos ao assunto adiante: por ora, recorde-se apenas que o Brasil **subiu** no *ranking* das desigualdades sociais da ONU (registradas nos RDHs, a que fizemos breve referência no capítulo 1) do ano passado para cá, voltando da décima pior à oitava ou sétima pior posição, e que nos últimos dez anos o país tem permanecido na faixa das dez piores distribuições de renda do mundo. Isso *não está mudando* – pelo contrário, do ano passado para cá *piorou*. Mais uma vez, a *verdade* ou *essência* é diferente (no caso, contrária) do que se expressa dela através do *fenômeno* ou *aparência*.

arduamente arrancadas pela classe trabalhadora: durante o que se convencionou chamar de *três décadas de ouro* do capitalismo (período que se estende de meados da década de 40 à primeira metade dos anos 70), ao crescimento econômico *nos países centrais*<sup>193</sup> esteve ligada a diminuição da pobreza absoluta e das desigualdades<sup>194</sup>. Isto aconteceu a partir de condições muito precisas, tendo constituído uma excepcionalidade na processualidade multissecular do sistema. Podemos encontrar três causas principais para tal desvio<sup>195</sup>: altas taxas de crescimento econômico associadas a altas taxas de lucro<sup>196</sup>, garantidas pela *onda longa expansiva*<sup>197</sup> na economia, ocorrida neste lapso temporal<sup>198</sup>; alto nível de organização da classe trabalhadora (com destaque para o operariado *strictu sensu*) através do movimento sindical e de seus partidos políticos (comunistas, socialistas, social-democratas), e sua mobilização pela ampliação de direitos sociais ou “direitos de terceira geração”<sup>199</sup>; o “perigo vermelho” (o perigo representado pelo comunismo), que “fez com que as burguesias [...] se dispusessem a admitir a legitimidade de várias demandas do ‘seu’ proletariado” nacional.

Este processo gerou, inclusive, certa euforia e a retomada de confiança nas possibilidades progressistas do capitalismo, após o massacre – uma demonstração de até onde pode chegar a *barbárie capitalista* – ocorrido na II Grande Guerra<sup>200</sup>. Nos anos 1974/1975,

<sup>193</sup> Nunca é demais lembrar que para o “bem-estar” experimentado nos países centrais durante os *trinta anos de ouro* foi fundamental a drenagem de recursos da periferia do sistema através de diversos expedientes, sendo talvez o mais famoso deles o que foi chamado de “deterioração dos termos de troca” pela teoria cepalina do subdesenvolvimento.

<sup>194</sup> Este processo se iniciou antes na Europa nórdica, ainda na década de 30, em decorrência da crise de 29 (NETTO, 2007, p. 145), e está longe de ser natural: a planetarização do capital, desde o seu início, tem sistematicamente reproduzido, em escala ampliada, as desigualdades sociais.

<sup>195</sup> *Ibidem*.

<sup>196</sup> Crescimento econômico aqui se refere ao crescimento do PIB dos países capitalistas – principalmente, neste caso, das potências imperialistas. Já taxa de lucro se refere, do ponto de vista do capitalista, à relação entre seus investimentos totais adiantados e os lucros auferidos após a rotação de seu capital – e é bom lembrar que estes lucros são sempre, de maneira mais ou menos mediada, provenientes de *acréscimos de valor* ao resultado da produção de bens *fruto da atividade do trabalhador*. Marx define a taxa de lucro sinteticamente da seguinte maneira: “A taxa de mais-valia medida segundo capital variável se denomina taxa de mais-valia; a taxa de mais-valia medida segundo o capital global se denomina taxa de lucro”. Cf. MARX ([1894] 1988, vol. 4, seção I – trata-se do Livro III, tomo I, seção I), bem como NETTO e BRAZ (2006, pp. 142-144).

<sup>197</sup> Este termo pode ser definido sumariamente como segue: durante uma onda longa expansiva, “os períodos cíclicos de prosperidade serão mais longos e mais intensos, e mais curtas e mais superficiais as crises cíclicas de superprodução”. Inversamente, “nas fases da onda longa em que prevalece a tendência à estagnação, os períodos de prosperidade serão menos febris e mais passageiros, enquanto os períodos das crises cíclicas de superprodução serão mais longos e mais profundos” (MANDEL, [1972] 1985, p. 85).

<sup>198</sup> MANDEL (1990) localiza seu início em 1940 nos Estados Unidos; em 1948 na Europa Ocidental e no Japão; e seu fim na virada dos anos 60 para os 70. As *causas* desta onda longa expansiva estão explicadas em MANDEL ([1972] 1985), notadamente nos caps. 4 e 5, e estão resumidas entre as pp. 125-126 do livro.

<sup>199</sup> Os direitos sociais são assim classificados a partir da tipologia estabelecida por MARSHALL ([1949] 1967), que, a partir do desenvolvimento histórico inglês, estabelece uma sequência entre direitos civis, políticos e sociais.

<sup>200</sup> O que ocorreu nestas décadas gerou ou alimentou a ilusão, em setores localizados tanto à esquerda quanto à direita no espectro político, de que o capitalismo poderia realizar o programa da modernidade, o projeto iluminista – de que o capitalismo poderia, de um jeito ou de outro, realizar o projeto da emancipação humana tal como posto por aquele programa (note-se que não inscrevemos Marx entre seus defensores. Apesar de

entretanto, o castelo de cartas sobre o qual se apoiava a euforia e o “bem-estar” começou a desabar. As recessões generalizadas de 1974/75 e de 1980/82 marcam o fim da referida “onda longa expansiva” e o início de uma “onda longa de estagnação”<sup>201</sup>. Ela é resultado, até certo ponto, da combinação dos próprios elementos que haviam levado àquele “ciclo virtuoso” – e excepcional – de crescimento econômico combinado a diminuição da pobreza absoluta e das desigualdades<sup>202</sup>.

Em poucas palavras, com a recessão de 74/75, que atingiu simultaneamente a *todos* os principais países capitalistas, caíram o ritmo do crescimento econômico e as *taxas de lucro*. O problema é que ao capitalista interessa apenas o lucro – ele não se importa com o crescimento econômico e nem mesmo com a produção em si, *desde que suas taxas de lucro sejam preservadas*<sup>203</sup> –, e este é determinado, em última instância, pelo quanto de mais-valia se consegue extrair do trabalhador no processo de produção<sup>204</sup>.

O *máximo* de lucro corresponde ao *mínimo físico dos salários*, e uma das partes aumentará sempre na mesma proporção em que a outra diminuir<sup>205</sup>. Os salários, entretanto, não são determinados apenas por este mínimo físico: ele representa apenas seu *limite mínimo*. Na determinação de quanto do excedente cabe aos trabalhadores, é necessário considerar o *padrão de vida tradicional* em cada país, não se tratando “apenas da vida física, mas também de certas necessidades que emanam das condições sociais em que vivem e se criam os

---

obviamente legatário dele, o que Marx inaugura é *a crítica ao programa da modernidade*, que aponta para o *único projeto societário capaz de realizar plenamente aquilo que de melhor tal programa encerra*, superando-o). Os que apostaram nisso receberam como prêmio nada mais que uma grande desilusão: e assim não poderia deixar de ser, dada a incapacidade *estrutural* deste sistema para realizar sequer suas promessas, sua redundância em frustrar as esperanças que engendra. Como lembrou Ellen Wood, aliás, não é à toa que o capítulo sobre a “Era de Ouro” está espremido, no livro de Hobsbawm que aborda o assunto, entre a “Era da catástrofe”, que abrange o período compreendido entre 1914 e o fim da II Guerra, e o “Desmoronamento” pós-crise dos 70 (WOOD, 1996; HOBBSAWM, [1994] 2003).

<sup>201</sup> NETTO e BRAZ (2006, p. 214) a nomeiam *onda longa recessiva*. A definição sumária que apresentamos das “ondas longas” em nota anterior não apanha o rigor metodológico do autor, que para defini-las conjuga explicações teóricas anteriores à sua ao movimento concreto da economia capitalista, alcançando fortíssimo nível explicativo para a dinâmica de desenvolvimento do sistema e sendo capaz de realizar previsões que estão se realizando até os dias que correm com exatidão impressionante. Não nos alongamos explicando o *conceito em seu desenvolvimento* porque isso cansaria inutilmente o leitor, e representaria desvio demasiado do tema que ora abordamos. Recomenda-se, então, a leitura do livro citado (MANDEL, [1972] 1985), que aliás consideramos *fundamental* para a compreensão do mundo contemporâneo. Estes termos estão definidos em seu cap. IV.

<sup>202</sup> A explicação para a reversão da onda longa expansiva em uma onda longa de estagnação aberta pela crise de 74/75, bem como para as causas desta crise e as características do capitalismo contemporâneo (que Mandel nomeia *capitalismo tardio*), estão em MANDEL, ([1972] 1985 e 1990). Aqui, teremos que partir delas quase como *dadas*, tratando de tema tão delicado apenas com a atenção necessária ao prosseguimento da argumentação.

<sup>203</sup> “A tarefa da administração é fazer dinheiro, e não aço”, segundo anunciou James Roderick, presidente da *US Steel*, em 1979 (*apud* HARVEY, [1989] 2007, p. 150).

<sup>204</sup> É claro que nem todo capitalista tem envolvimento direto com a produção. Entretanto, os capitalistas *enquanto classe* extraem seus lucros da repartição da mais-valia extraída dos trabalhadores *enquanto classe* no processo de produção. Quanto a isso, cf. MARX, [1894] 1988, vols. IV-V (ou livro III), seções IV (cap. XVII) e V (caps. XXI e XXII); NETTO e BRAZ, 2006, cap. IV, item 4.7 e cap. IX, item 9.5.

<sup>205</sup> MARX, [1865/1898] s. d., vol. 1, pp. 366, 374-375.

homens”<sup>206</sup>. Ou seja: o salário sobe para mais perto de seu máximo hipotético (em que todo o excedente caberia aos trabalhadores) ou desce ao seu mínimo (em que os trabalhadores conseguem apenas permanecer vivos), a depender da correlação de forças na luta entre capital e trabalho, e das vitórias que este consegue arrancar àquele.

Pois bem: a partir da recessão de 74/75, a *saída capitalista para a crise* foi, de diversas maneiras, deslocar para a classe capitalista o fiel daquela balança. Para isso, ela teve que expropriar da classe trabalhadora as conquistas que esta havia obtido nos “trinta anos dourados”, o que foi feito através de processos simultâneos e imbricados que resultaram na mudança radical, a partir principalmente dos anos 80, das condições de vida e das relações sociais em todo o mundo. Estes processos foram, de acordo com BEHRING ([2003] 2008, pp. 33-34): o *ajuste estrutural*, ou seja, o desmonte do Estado de Bem-Estar e das políticas sociais, acompanhado por “um novo perfil de políticas econômicas e industriais desenvolvidas pelos Estados nacionais”; “a revolução tecnológica e organizacional na produção”, conhecida como *reestruturação produtiva*; a reformulação das estratégias das empresas e dos países no âmbito do mercado mundial, implicando num aprofundamento da divisão internacional do trabalho e numa relação centro/periferia diferenciada do período anterior, ligadas ao processo de *financeirização do capital*.

Para compreendermos os marcos em que se insere o Programa Cultura Viva, bem como a orientação mais geral do governo Lula – a partir do qual ele é formulado e implementado –, é indispensável abordar, ainda que rapidamente, as dimensões daquela *saída capitalista para a crise*: a *reestruturação produtiva*, o *ajuste neoliberal* e a *financeirização do capital* – dimensões que se relacionam organicamente à consolidação da *planetarização do capital*. Isso, entretanto, não poderá ser feito exaustivamente: assim, abordaremos a dimensão da *reestruturação produtiva* com foco na reconfiguração do mercado de trabalho (ou em certas “transformações no mundo do trabalho”), a discussão sobre o *ajuste neoliberal* será mais voltada para a retirada de direitos e desresponsabilização do Estado por certas áreas do tratamento das refrações da “questão social” – e na consequente transferência da responsabilidade por estas áreas para organizações da “sociedade civil” – e a *financeirização do capital* será discutida sob o ângulo da alteração das relações centro-periferia decorrente.

[ou ainda, misturando-se àquelas duas]

Já foi fartamente analisada – e com pertinência – a programática neoliberal em suas múltiplas dimensões, bem como seu percurso no Brasil, na América Latina e nos países

---

<sup>206</sup> MARX, [1865/1898] s. d., vol. 1, p. 374.



centrais. A partir das referências de que dispomos, cabe-nos traçar um rápido esboço de algumas das principais determinações do que foi definido como a “ofensiva neoliberal”, bem como sua determinação por um conjunto de transformações profundas na ordem do capital, de maneira a travejar apropriadamente as tendências presentes no campo econômico-social a partir dos anos 70 no mundo inteiro, e que rebatem de maneiras específicas sobre a América Latina e sobre o Brasil em particular.

A seguir, discutiremos os diferentes *aspectos do neoliberalismo* enquanto momento do capitalismo que conjuga dimensões ideológicas, políticas, econômicas, sociais, culturais<sup>207</sup>.

### 2.2.1 Financeirização e planetarização do capital

O termo *financeirização* vem sendo utilizado por diversos analistas<sup>208</sup> para fazer referência a importante processo em curso no *capitalismo tardio*: o controle crescente<sup>209</sup> do *capital financeiro*<sup>210</sup> sobre o processo de acumulação de capital<sup>211</sup>. Este controle se tornou possível a partir do grande crescimento da massa de capital-dinheiro não investida produtivamente, obtendo seus ganhos (juros) apenas através da repartição da mais-valia global<sup>212</sup>. O processo tem suas raízes na superacumulação ocorrida no período anterior,

<sup>207</sup> Numa lista que não será nem de longe exaustiva: quanto às origens *ideológicas* da corrente neoliberal, cf. ANDERSON ([1995] 2000); quanto às causas de sua paulatina hegemonia no pensamento burguês pós-70, cf. ANDERSON ([1995] 2000), BEHRING ([2003] 2008, cap. 1), NETTO (2007, pp. 144-151); quanto às suas determinações econômicas, cf. MANDEL ([1972] 1985; 1990), HARVEY ([1989] 2007, especialmente a Parte II), HUSSON (1999); quanto a suas relações com transformações no campo da cultura, cf. HARVEY ([1989] 2007) JAMESON ([1991] 2007), EAGLETON ([1996] 1998); quanto à relação entre ofensiva neoliberal e crise do ‘socialismo real’, ver NETTO (1993); quanto à relação entre projeto neoliberal, “questão social” e políticas sociais, cf. LAURELL (1995), SOARES (2001 e [2000] 2009), NETTO ([1995] 2000, 2007), MONTAÑO (2002). Para uma abordagem bastante informada da história e de algumas das consequências do neoliberalismo, cf. HARVEY ([2005], 2008), de cuja interpretação do fenômeno em questão, entretanto, **discorda-se** neste trabalho.

<sup>208</sup> Cf. CHESNAIS (2010a, 2010b), MARQUES (2010), BEHRING, ([2003] 2008), NETTO e BRAZ (2006), FERREIRA (2010), LEITE (2010).

<sup>209</sup> Há quem o considere absoluto, como SAMPAIO JR (2010, p. 41).

<sup>210</sup> O conceito de capital financeiro refere-se, geralmente, “à fração do capital que se reproduz principalmente na esfera financeira, no âmbito da acumulação fictícia, podendo assumir várias formas institucionais”. É neste sentido que o termo será usado no presente trabalho. Uma definição mais precisa – e também mais restrita – é dada por Hilferding, para quem o capital financeiro “resulta da fusão ou integração (aliança orgânica) entre o capital bancário e o capital industrial, com a dominação do primeiro”, sendo “a expressão maior da fase monopolista e imperialista do capitalismo, que se iniciou no último quarto do século XIX”. Hobson, por sua vez, o define como a articulação “entre o capital industrial e o capital bancário, sem haver, necessariamente, uma fusão ou integração orgânica”. Devemos estas definições, tais qual apresentadas aqui, aos professores Reinaldo Gonçalves e Luiz Filgueiras (GONÇALVES e FILGUEIRAS, 2007, anexo IV, p. 249).

<sup>211</sup> Há polêmica quanto a esta hipótese. Cf. CIPOLLA e PINTO, 2010. Os autores põem em questão este controle, recolocando a ênfase da análise sobre o processo de produção e enxergando a “financeirização” como resultado previsível dos ciclos de valorização do próprio capital. Nos parece que esta crítica, apesar de ter pontos de interesse (por exemplo, o fato de remeter o tempo todo ao processo real de valorização), tem duas limitações importantes: primeiro, não consegue apreender a *especificidade* do descolamento entre *capital fictício* e *riqueza real* em curso no *capitalismo tardio*, e como ele determina as próprias decisões capitalistas em termos de investimentos e garantias à acumulação; segundo, não apresenta nenhuma explicação extrínseca à mera dinâmica dos ciclos, sendo que o processo em curso conforma claramente tendências *transcíclicas*.

<sup>212</sup> Cf. NETTO e BRAZ, 2006, item 9.5.

combinada à queda das taxas de lucro<sup>213</sup> dos investimentos industriais registrada entre os anos 70 e meados dos 80<sup>214</sup>.

A acumulação de capital<sup>215</sup> vem se deslocando, a partir de meados dos anos 60 (e este deslocamento se acelerou a partir dos anos 80), do setor da produção para a concentração de títulos financeiros, bônus do tesouro, títulos da dívida pública, notas promissórias, crédito bancário, que têm em comum o caráter de direitos a receber uma fração dos lucros referentes à apropriação de valores ou mais-valia presentes ou futuros<sup>216</sup>. Esta marcha teve alguns curtos momentos de desaceleração, como a crise financeira asiática de 97-98, que, entretanto, serviram apenas para confirmar a tendência geral de aceleração da migração do capital em direção a sua modalidade financeira: após a referida crise, combinada à quebra (ou, como alguns analistas eufemisticamente a chamam, “correção”) da Nasdaq em 2000<sup>217</sup>, políticas monetárias e políticas sociais de habitação nos EUA possibilitaram a rápida retomada da acumulação financeira mediante o crédito hipotecário – sendo as consequências disso, aliás, amplamente conhecidas a partir da “crise dos *subprimes*”<sup>218</sup> de 2007-2008.

Já mencionamos que ao capitalista interessa apenas o lucro. Isto tem duas implicações imediatas: que ele, se não obtiver lucro, prefere simplesmente *não produzir*, por um lado, mas também que ele está sempre em busca das maiores taxas de lucro, *independente de em que setor elas se localizem*, por outro. Pois bem: como nos lembra o professor François Chesnais, “os mercados financeiros parecem dotados da capacidade não somente de sugar valor e mais-valia da economia ‘real’, como aparentam ‘criar valor’ por si mesmos”<sup>219</sup>. Neles não há, *imediatamente*, a restrição imposta ao processo de valorização real em que dinheiro deve ser investido na aquisição de um conjunto de mercadorias, que será transformado no processo

<sup>213</sup> HARVEY ([1989] 2007, pp. 136-137) caracteriza o período 1969-1973 como um em que “o mundo capitalista estava sendo afogado pelo excesso de fundos” e nos mostra que, simultaneamente, a taxa de lucro nos países capitalistas centrais caiu de aproximadamente 20% em 1950 para em torno de 10% em 1974.

<sup>214</sup> NETTO e BRAZ, *idem*, p. 231. Este processo é exaustivamente analisado por MANDEL ([1972] 1985 e 1990), sendo também discutido por HARVEY ([1989] 2007, caps. 9-11), e BEHRING ([2003] 2008, cap. 1).

<sup>215</sup> O *processo de acumulação* é explicado no Livro I d’*O Capital*, seção VII (MARX, [1867] 1988, vol. 2, seção VII). Para uma exposição didática, cf. NETTO e BRAZ, 2006, cap. V.

<sup>216</sup> CHESNAIS, 2010.

<sup>217</sup> “O índice do Nasdaq saltou de 2600 pontos em Abril de 1999 para mais de 5132,52 pontos no pico histórico durante a sessão de *trading* de 10 de Março de 2000. Depois desceria, mas voltaria a subir até aos 5040 pontos a 27 de Março, criando a ilusão de que a derrocada inicial teria sido passageira, em ‘V’. Mas, mortiferamente, a partir de 28 de Março voltaria a cair espetacularmente até 14 de Abril. [...] A quebra seria de 56% em apenas dez meses, enquanto, no mesmo período na crise de 1929/1930, a queda seria de 31% e entre Outubro de 2007 e Julho de 2008, na primeira fase da crise recente, foi apenas de 18%. Dez anos depois, o Nasdaq ainda está abaixo dos 2300 pontos, no patamar em que fechou o ano de 2000” (RODRIGUES, 2010).

<sup>218</sup> Os *subprimes* são empréstimos concedidos a pessoas que têm um histórico de crédito ruim (por exemplo, tendo contraído dívidas excessivas, não as tendo pago etc.) ou não têm como comprovar sua renda. Vão desde empréstimos em dinheiro a pessoas de baixa renda a hipotecas, e possuem caracteristicamente alto risco de inadimplência.

<sup>219</sup> CHESNAIS, 2010. Tradução nossa.

produtivo em outro conjunto de mercadorias com valor acrescido em relação ao primeiro, e que deve ser vendido pelo novo valor, só então encerrando-se o ciclo e realizando-se a valorização (D-M-P-M'-D'). Na situação apontada de ausência de demanda solvável (superprodução incapaz de ser absorvida *lucrativamente* pela demanda), a saída encontrada pelo capitalista foi buscar romper os *limites reais* ou *físicos e temporais* impostos pelo ciclo completo de valorização de seu capital inserindo-o, cada vez mais, num circuito em que, *aparentemente*, dinheiro se torna mais dinheiro sem mediações (D-D'). Isto levou à hipertrofia do mercado bursátil, criando vultosos montantes de *capital fictício*, ou seja, capital que não tem lastro real a não ser a expectativa de recebimento de certa taxa de juros sobre uma renda futura<sup>220</sup>.

Os limites *físicos e temporais* do processo de acumulação se manifestam, entretanto, mediamente de diversas formas, e com toda força nas *crises* – que, aliás, afetam desastrosamente o setor *real* da economia, restringindo postos de trabalho, acentuando a inadimplência, incidindo sobre os preços etc. As medidas adotadas pelos Bancos Centrais para evitar sua eclosão têm driblado a desvalorização do capital fictício (a “correção” de seu valor *nominal* para mais próximo dos valores *reais* que ele representa, já que o processo especulativo o infla em relação à riqueza real representada) transferindo parte dele aos Estados e aos Bancos Centrais, produzindo como efeito a aceleração do *endividamento* dos principais Estados capitalistas<sup>221</sup>.

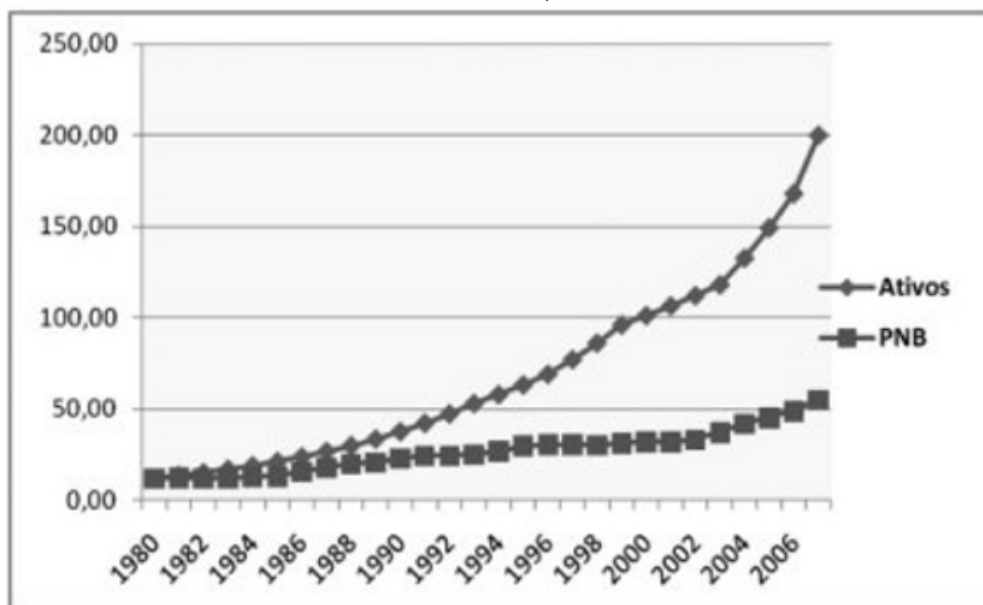
A partir da referida tumefação tem havido um *descolamento* cada vez mais acentuado entre quanto se produz em termos reais e o valor *fictício* (baseado em *expectativas futuras*) das empresas responsáveis por esta produção – na riquíssima imagem formulada por David Harvey, introduz-se o tempo futuro no tempo presente de maneiras estarrecedoras. Os dois movimentos aludidos (a migração do capital produtivo para a modalidade financeira e a dessimetria entre valores reais de produção e valor fictício das empresas) são ilustrados pelos gráficos a seguir:

---

<sup>220</sup> Há um grupo de economistas que têm desenvolvido o conceito de *capital fictício* a partir das indicações deixadas por Marx, buscando manter fidelidade ao espírito do pensamento marxiano. Dentre estes podemos enumerar François Chesnais, e, no Brasil, Marcelo e Reinaldo Carcanholo, Paulo Nakatani e Rosa Marques. José Paulo Netto e Marcelo Braz também apresentam o conceito em seu manual de (Crítica da) Economia Política (NETTO e BRAZ, 2006).

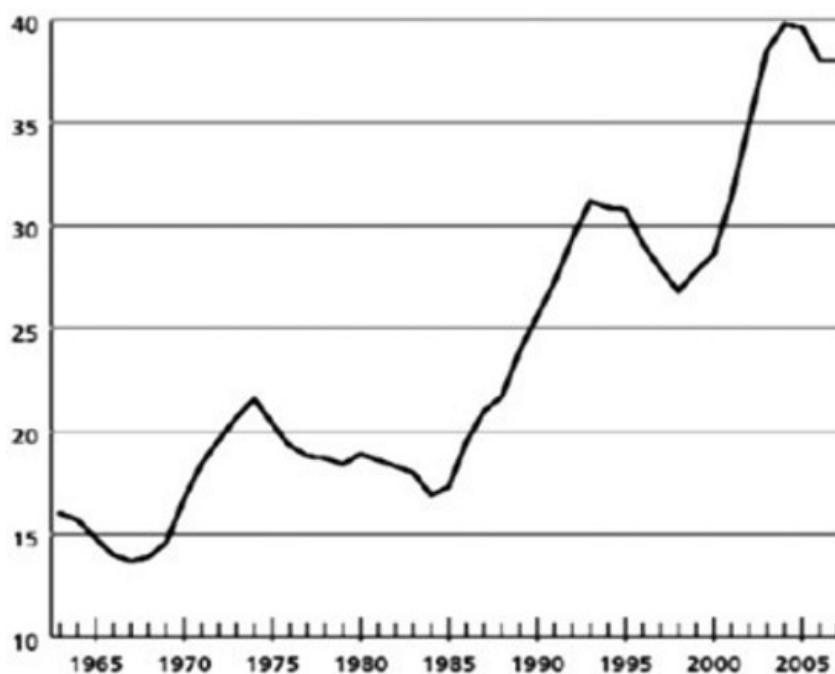
<sup>221</sup> Cf. NAKATANI e HERRERA, 2010. Mesmo de acordo com estimativas conservadoras, os países centrais não atendem mais aos critérios de convergência do Tratado de Maastricht, ultrapassando o limite de endividamento em 60% do PIB. “Segundo o FMI, a dívida bruta do governo norte-americano é de 84,8% do PIB, a do [...] japonês é de 218,6%, a do [...] italiano é de 115,8%, a do [...] alemão é de 78,7%, a do [...] francês é de 76,7%, [...], a do Reino Unido é de 68,7%. O crescimento, entre 2007 e 2009, foi de 22,9 pontos [...] para os Estados Unidos, 31,0 [...] para o Japão, 12,3 [...] Itália, 15,3 [...] Alemanha, 12,9 [...] França, [...] e 24,6 [...] Reino Unido”.

**GRÁFICO 2.1**  
**Valor bursátil das ações cotadas mundialmente e produção mundial (em trilhões de dólares)**



Fonte: CHESNAIS, 2010, a partir de Leda Paulani.

**GRÁFICO 2.2**  
**Relação entre lucros financeiros e total de lucros nos EUA**



Fonte: CHESNAIS, 2010.

Essa alteração no arranjo do capital – bem como seus desdobramentos – tem consequências adversas sobre a classe trabalhadora. As taxas de crescimento *real* da

economia não são suficientes para absorver o exército industrial de reserva, com o capital se dirigindo para a rentabilidade e não para o atendimento de necessidades sociais. Este fator, combinado às tecnologias capital-intensivas que aumentam a produtividade por trabalhador empregado, resultam naquilo que Ricardo Antunes designou como *desemprego estrutural*<sup>222</sup>. Este, por sua vez, conjuga-se à expansão aparentemente sem limites das diversas modalidades de crédito – e aqui entram com toda força o crédito consignado, garantido junto à própria fonte de renda do devedor, mas também os créditos de alto risco, em que não se leva em conta as possibilidades reais de pagamento por parte dele (como no caso dos clientes “*ninja*” dos *subprimes* norte-americanos<sup>223</sup>) –, o que resulta no progressivo *endividamento* de parcelas cada vez maiores da classe trabalhadora, que apenas mediante este expediente consegue garantir o acesso a certos bens de consumo. O endividamento crescente dos Estados nacionais, por sua vez, é utilizado pelos capitalistas para *sugar recursos públicos* através do pagamento de juros, operando *forte redistribuição da renda em favor da classe capitalista*, e, assim, ampliando a desigualdade social.

A alteração em sua composição está relacionada, ainda, ao processo de *mundialização* ou *planetarização do capital* – viabilizando seu atual estágio e sendo, por outro lado, consequência dele. O ciclópico desenvolvimento dos meios de comunicação a partir da II Guerra, acelerado a partir da “terceira revolução tecnológica” dos anos 50-60, possibilitou a completa reorganização do sistema financeiro global – que, por outro lado, era uma exigência da crescente “desterritorialização” ou “deslocalização” de capitais – e a ampliação espetacular da capacidade de coordenação financeira.

Harvey nos lembra que na medida em que a informação e a capacidade de tomar decisões rápidas num ambiente incerto, efêmero e competitivo se tornaram cruciais para a sobrevivência das empresas e a garantia de seus lucros, uma grande corporação bem organizada em bases supranacionais leva vantagem evidente sobre pequenos negócios locais. Ela pode acessar informações precisas e atualizadas – bem como dados dispersos úteis às decisões empresariais, coletados e analisados instantaneamente por equipes de consultoria – sobre as tendências do mercado, essenciais à tomada de decisões bem-sucedida<sup>224</sup>.

Numa economia mundial fortemente hierarquizada, coordenada via telecomunicações instantâneas, articulada de maneira desigual e combinada dos pontos de vista econômico e

---

<sup>222</sup> Cf. ANTUNES, 1995.

<sup>223</sup> “*Ninja*” é acrônimo de *no job, no income, no assets* (sem emprego, sem renda, sem propriedade), o tipo de cliente preferencial das emprestadoras *subprime* norte-americanas. Sua inadimplência foi um dos *detonadores* da crise de 2007-2008 (trata-se apenas disso: um detonador. A crise tem causas muito mais profundas, relacionadas à própria dinâmica de reprodução e acumulação do capital, que não poderemos discutir aqui).

<sup>224</sup> Cf. HARVEY ([1989] 2007).

político, liberalização e desregulamentação tornaram-se vitais para o movimento dos oligopólios (decidido, é claro, a partir de centros precisos), alçando a grau planetário sua liberdade de ação, organização da produção e discriminação entre “vantagens comparativas” – liberdade esta que, cada dia mais, escapa às possibilidades de controle dos Estados nacionais (e, assim, do poder *público*), reféns da necessidade de criação de condições de redução da volatilidade dos nexos do capital transnacionalizado com o espaço econômico nacional.

Assim, “em um contexto de extrema liberdade de movimento dos capitais, a necessidade de transformar o espaço nacional em uma área ‘diferenciada’ estabelece uma lógica predatória de concorrência entre as economias”. Nesta batalha competitiva, “o fortalecimento relativo de alguns espaços econômicos como campo estratégico de valorização [de certos setores] do capital tem como contrapartida necessária a degradação relativa de outros”<sup>225</sup>.

Este curso implica em um *reforço da heterogeneidade estrutural* entre os espaços econômicos componentes do sistema capitalista planetarizado, em que setores do capital afluem a certas regiões atraídos por suas vantagens comparativas *para o capital*, benefícios estes que costumam exprimir enormes “*desvantagens comparativas*” *para o trabalho*, ou melhor, compõem um mosaico bastante real de problemas nas vidas dos trabalhadores que habitam a região – e, por vezes, não só destes, tendo repercussões em nível internacional.

Tomemos como exemplo as “vantagens comparativas” chinesa e indiana: a competitividade destas duas economias é fortemente determinada pela possibilidade de altíssimo nível de exploração da força de trabalho, que representa um benefício grandemente atrativo *ao capital*. Ali, as condições de trabalho e a remuneração dos trabalhadores são infinitamente piores do que em outros países: enquanto o custo médio da hora do trabalhador industrial é de US\$ 0,60 na China, ele é de US\$ 24 na Alemanha e US\$ 17 na França<sup>226</sup>.

China e Índia, por outro lado, ostentam alguns dos menores índices de desemprego do mundo. Isso poderia levar a crer que, trocando menor renda por mais postos de trabalho, no fundo os trabalhadores chineses e indianos estariam “levando vantagem” na acirrada competição internacional entre os trabalhadores. Mas a história é muito diferente desta...

Elídio Marques demonstra, a partir de minucioso estudo de dados divulgados pela Organização Mundial do Trabalho através de seu relatório *Global Employment Trends* de 2006, que apenas um analista muito *interessado* pode considerar vantajosa a situação dos indianos e dos chineses. Os dados para trabalhadores *empregados* vivendo abaixo das linhas

---

<sup>225</sup> SAMPAIO JR. (2010, p. 44).

<sup>226</sup> Cf. MARQUES, 2009.

de “indigência” (US\$ 1 por dia por pessoa) e de “pobreza” (US\$ 2 por dia por pessoa) na Ásia Meridional, onde está localizada a Índia, não são exatamente um feito a se comemorar: em 2005 nada menos que 87% dos trabalhadores *empregados* nesta região estava em “situação de pobreza”, enquanto ao menos 35% se encontravam em “situação de indigência”. Neste ano, aproximadamente 48% das pessoas empregadas no mundo viviam recebendo menos de US\$ 2 por dia por pessoa da família<sup>227</sup>.

A transição ordenada para o capitalismo na China – cujo marco conclusivo pode ser considerado sua incorporação à OMC em 2001 – e o aumento da abertura da Índia ao capital estrangeiro alocaram 1,4 bilhão de trabalhadores no mercado mundializado de força de trabalho. Para o autor, seria simplesmente *impensável* o *agravamento* das condições de trabalho (precarização, flexibilização, intensificação etc.) e a *baixa relativa dos salários* nos últimos 20 anos, bem como a tendencial homogeneização (*relativa* às condições anteriores em cada local, é claro), dessa degradação entre continentes e países, *no nível em que estes fenômenos ocorreram*, sem a entrada deste 1,4 bilhão de trabalhadores *superexplorados* no mercado de trabalho planetarizado, forçando o conjunto dos salários e das condições de trabalho *de todos* para baixo. Ou seja: as “vantagens comparativas” chinesas e indianas significaram *desvantagens para os trabalhadores do mundo todo – incluindo os próprios indianos e chineses, que, mesmo empregados, passam fome!*<sup>228</sup> Entretanto, *para o capital* foi muito bom: o crescimento do PIB da Ásia Meridional nos últimos dez anos foi de mais de 72%, mais de 42% por empregado – a quantidade de “pobres”, enquanto isso, diminuiu apenas 4%<sup>229</sup>...

Uma das mais importantes características da planetarização do capital corresponde justamente à contradição “entre o aumento da mobilidade do capital e a manutenção dos mecanismos de controle sobre a mobilidade dos trabalhadores”<sup>230</sup>, em que a “deslocalização” de unidades produtivas funciona como ameaça permanente de desemprego aos trabalhadores em todo o mundo, deixando o terreno livre para a retirada de direitos e garantias trabalhistas em nome da manutenção da empresa em determinado local, por vezes contando com o consenso dos trabalhadores, temerosos de perderem o ganha-pão. Isso explica, em parte, a ofensiva generalizada contra os direitos trabalhistas por parte do capital, em nome da “competitividade internacional”, *no mundo todo* – inclusive em países em que estes direitos nunca foram assim tão generosos.

<sup>227</sup> MARQUES (2006, pp. 182-188).

<sup>228</sup> Cf. CHESNAIS (2009, p. XII).

<sup>229</sup> Cf. MARQUES, 2006. Mesmo este número de 4% é *superestimado*, já que com tal crescimento do PIB a “linha de pobreza” também deveria ter sido corrigida, passando de US\$ 2 a US\$ 3,44.

<sup>230</sup> *Ibid.*

Há ainda outro problema relacionado às “vantagens comparativas”: elas vêm expondo as economias “semiperiféricas” – ou seja, aquelas em que houve, ao longo do século XX, um processo de industrialização e de certa melhora em relação à “deterioração dos termos de troca” com os países centrais – a um processo que Sampaio Jr. chamou de *reversão neocolonial*, caracterizado pela *reprimarização* de suas economias. Este caminho vem sendo particularmente notável na América Latina.

A planetarização do capital, comandada pelo imperialismo<sup>231</sup> das potências centrais (lideradas pelos EUA enquanto principal potência econômica e militar planetária), reforça a divisão internacional do trabalho (DIT), “condenando as economias latino-americanas a [re]especializarem-se na produção de mercadorias de baixíssimo conteúdo tecnológico”<sup>232</sup>. Isto porque se tornaram dominantes na concorrência intercapitalista em nível planetário: o bloqueio do acesso a novas tecnologias; o controle privilegiado sobre a informação e a inovação científica e técnica<sup>233</sup>; o deslocamento de unidades produtivas para regiões onde se aproveitam as “vantagens comparativas”, “naturais”<sup>234</sup> ou de base histórica, e, principalmente, se paga menos pela força de trabalho – onde a *exploração* pode ser maior. A inovação velocíssima, aliada a concentração e centralização de capitais, resultou em grande aumento da composição orgânica do capital, elevando as exigências técnicas e financeiras para o país que queira saltar por sobre o abismo – que se alarga – que separa países centrais e periféricos.

Assim, a teoria do comércio internacional das “vantagens comparativas” postula que cada país deve se especializar na produção de bens para os quais tenha “vocação natural”, de modo a ter alargadas suas condições de competitividade no mercado internacional<sup>235</sup>.

Com o atual nível de internacionalização da economia e “divisão de tarefas” entre os países, esboroaram-se os projetos de desenvolvimento de sistemas econômicos nacionais minimamente auto-suficientes. Assim, tem cada vez mais cabido a cada país “aquilo que lhe é próprio” na DIT, definido a partir do legado que lhe deixou a *história* de seu

<sup>231</sup> Entendido aqui como “conjunto de políticas levadas a cabo pelos governos dos países capitalistas centrais no sentido de perseguir a prevalência dos interesses históricos de suas classes dominantes em nível mundial” (MARQUES, 2006).

<sup>232</sup> SAMPAIO JR., 2010, p. 45.

<sup>233</sup> Estes itens, na verdade, já fazem parte da concorrência intercapitalista desde seu surgimento, como já bem o sabia o próprio Marx. Entretanto, o que é novo é a *enorme discrepância tecnológica* que se instala entre os países centrais e os periféricos a partir da terceira revolução tecnológica.

<sup>234</sup> “Naturais” está entre aspas para destacar o *cariz ideológico* que este termo assume tal como apresentado nesta teoria – como se existissem ainda condições naturais não modificadas pelo homem na economia –, que serve apenas para justificar, *naturalizando-as*, as desigualdades entre os países/entre os espaços econômicos nacionais.

<sup>235</sup> A proposta do Banco Mundial para o Brasil é explicitada em documento de 1989 intitulado “*Trade policy in Brazil: the case for reform*”. Ali, se defende *explicitamente* que a inserção de nosso país no mercado mundial seja feita através de uma revalorização da agricultura de exportação. Na avaliação de Paulo Nogueira Batista, embaixador brasileiro com proeminente carreira diplomática, isto era claramente “uma sugestão de volta ao passado, de inversão do processo nacional de industrialização, como se a vocação do Brasil, às vésperas do século XXI, pudesse voltar a ser a de exportador de produtos primários, como o foi até 1950” (BATISTA, 1994).



(sub)desenvolvimento em termos de “vantagens” e “fraquezas” nos marcos da inserção numa economia capitalista mundializada. Isto tem significado, nos ditos países semiperiféricos, a desmontagem do incipiente parque industrial alcançado a partir do esforço da industrialização por substituição de importações, o que acentua as tendências ao desemprego e à inserção cada vez mais subordinada destas economias em nível internacional.

### 2.2.2 Reestruturação produtiva e transformações no mundo do trabalho

Difundiu-se, a partir dos anos 70/80, um novo modelo de acumulação capitalista, a *acumulação flexível*, baseada no que poderíamos chamar de um *padrão flexível de produção* (o toyotismo ou ohnismo), que envolve a *flexibilização* dos processos e do mercado de trabalho, bem como dos produtos e do padrão de consumo. O padrão flexível de produção em que se baseia a acumulação flexível *não substitui* o padrão rígido anterior (o fordismo), articulando-se com ele e estabelecendo relações de contraditoriedade e de complementaridade – já que as empresas fordistas não desaparecem, sendo obrigadas a integrar-se “a toda uma rede de subcontratação e de ‘deslocamento’ para [obter] maior flexibilidade diante do aumento da competição e dos riscos” subjacente ao novo padrão de acumulação<sup>236</sup>.

Isto é importante porque, segundo Harvey, a tensão que acompanha o desenvolvimento do capitalismo “entre monopólio e competição, entre centralização e descentralização de poder econômico, está se manifestando de modos fundamentalmente novos”. Ao contrário do que se apregoa equivocadamente, o capitalismo *nunca esteve tão organizado*, e ele consegue isso *através* de uma *aparente* desorganização, “da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, [...] tudo isso acompanhado por pesadas doses de inovação tecnológica”. O controle dos “interesses corporativos descentralizados” é, em níveis sem precedentes, centralizado<sup>237</sup>.

<sup>236</sup> “A atual conjuntura se caracteriza por uma combinação de produção fordista altamente eficiente (com frequência nuançada pela tecnologia e pelo produto flexível) em alguns setores e regiões (como os carros nos EUA, no Japão ou na Coreia do Sul) e de sistemas de produção mais tradicionais (como os de Singapura, Taiwan ou Hong Kong) que se apoiam em relações de trabalho ‘artesaniais’, paternalistas ou patriarcais (familiares) que implicam mecanismos bem distintos de controle da força de trabalho”. Cf. HARVEY ([1989] 2007, pp. 135-162, p. 179).

<sup>237</sup> Quanto a isto, é elucidativa a seguinte nota: “Dados reunidos em matéria do *Brasil de Fato* (São Paulo, ano 4, n. 160, mar. 2006) mostram que *grupos de monopólios* comandam, em escala mundial, os seguintes setores: *biotecnologia* (Amgen, Monsanto, Genentech, Serono, Biogen Idec, Genzyme, Applied Biosystems, Chiron, Gilead Sciences, Medimmune); *produtos veterinários* (Pfizer, Merial, Intervet, DSM, Bayer, BASF, Fort Dodge, Elanco, Schering-Plough, Novartis); *sementes* (Monsanto, DuPont, Syngenta, KWS Ag, Land O’Lakes, Sakata, Bayer, Taikki, DLF Trifolium); *agrotóxicos* (Bayer, Syngenta, BASF, Dow, Monsanto, DuPont, Koor, Sumitomo, Nufarm, Arysta); *produtos farmacêuticos* (Pfizer, GlaxoSmithKline, Johnson & Johnson, Merck, Astra Zeneca, Hoffman-La Roche, Novartis, Bristol-Meyers Squibb, Wyeth); *alimentos e bebidas* (Nestlé, Archer Daniel Midlands, Altria, Pepsico, Unilever, Tyson Foods, Cargill, Coca-cola, Mars, Danone). A mesma concentração verifica-se no circuito de distribuição, com redes comerciais de amplitude mundial, onde os grupos dominantes são: Wal-Mart, Carrefour, Metro AG, Ahold, Tesco, Kroger, Costco, ITM Enterprises, Albetson’s e

Behring, a partir de Tauille, nos mostra que o padrão flexível de produção se engendra a partir da introdução, ali, de uma nova base técnica, caracterizada pela microeletrônica, em que se acoplou o computador à máquina ferramenta universal e introduziu-se o controle numérico. A máquina-ferramenta de controle numérico aumenta a precisão na produção, ao mesmo tempo em que *dispensa força de trabalho humana* – é, do ponto de vista do capitalista, “poupadora de mão-de-obra”<sup>238</sup>.

A partir daí, pode-se observar no mundo do trabalho do capitalismo contemporâneo (a que Mandel chama o *capitalismo tardio*) uma múltipla e contraditória processualidade: o trabalho industrial ou fabril é *desproletarizado*, havendo uma diminuição da classe operária tradicional<sup>239</sup>, o que resulta num *desemprego estrutural* neste setor; umbilicalmente articulados a isto, estão a expressiva *expansão do trabalho assalariado*<sup>240</sup>, a partir da ampliação do assalariamento no setor de serviços<sup>241</sup>, e o fenômeno que ele nomeia *subproletarização*, caracterizado pela expansão do *trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, terceirizado*. A força de trabalho passa por um processo de heterogeneização,

Edeka Zentrale. Os movimentos de concentração e centralização do capital revelaram-se intensíssimos nos últimos trinta anos *em todos os ramos e setores econômicos [...]* (NETTO e BRAZ, 2006, p. 223).

<sup>238</sup> Cf. TAUILLE, *apud* BEHRING ([2003] 2008, pp. 34-35). É interessante notar que para o capitalista o trabalhador ideal é apenas suas mãos (daí mão-de-obra) – ou seja, a parte que trabalha para ele –, sendo sua *humanidade* não só desprezada, mas *indesejável*. Marx, em manuscrito de sua juventude, põe a questão a nu: “É evidente que a [economia política] considere apenas como *trabalhador* o *proletário* [...]. Ela pode, por isso, estabelecer a proposição de que ele, *tal como todo cavalo*, tem de receber o suficiente *para poder trabalhar*. Ela não o considera como homem no seu tempo livre-de-trabalho, mas deixa, antes, essa consideração para a justiça criminal, os médicos, a religião, as tabelas estatísticas, a política e o curador da miséria social” (MARX, [1844] 2008, p. 30 – grifos nossos).

<sup>239</sup> Há polêmica sobre se isto já é válido, enquanto realidade factual (e não apenas enquanto tendência sistêmica, em relação à qual parece haver certo consenso), *em nível planetário* ou se é ainda decorrente da *relocalização de unidades e forças produtivas*, situação em que a demanda por força de trabalho que deixa de existir em um país ou setor em que a produção é capital-intensiva e “poupadora de mão-de-obra” poderia ser “compensada”, em valores *absolutos*, em outro país ou setor mais “atrasado” e demandador de grande contingente de trabalhadores. Antunes fala, em outros termos, no deslocamento de demanda de força de trabalho a setores onde predomina a *subproletarização*. Este conjunto de questões foi colocado recentemente em palestra proferida pelo prof. Mauro Iasi na Escola de Serviço Social da UFRJ.

<sup>240</sup> Esta observação ganha relevo particular nos dias que correm, já que o governo Lula “redescobriu” os empregos com carteira assinada no Brasil e apresenta seu crescimento como um triunfo e um indício da reversão de rumos do país em direção ao aludido “futuro promissor”. Ele trata este crescimento como se fosse a reversão de uma tendência ao desemprego... Como aprendemos com Antunes, este tipo de emprego está *perfeitamente* articulado ao processo mais geral de precarização das condições de trabalho e flexibilização deste.

<sup>241</sup> O peso crescente dos serviços na economia do *capitalismo tardio* fez com que alguns analistas declarassem apressadamente que estaríamos ingressando em uma sociedade “pós-industrial”, com a economia organizada em torno das atividades do “setor terciário”. NETTO e BRAZ (2006, p. 222) argumentam, quanto a isso, que trata-se de um equívoco, sendo que a essência do fenômeno em questão aponta justamente em sentido contrário: “*controlados pelo grande capital, os serviços passam a obedecer a uma lógica industrial* – primeiro, porque ‘não há crescimento de atividades de serviço [...] sem crescimento de atividades industriais’ (LOJKINE, *apud* NETTO e BRAZ, 2006); segundo, porque os serviços agora se desenvolvem sob uma *industrialização generalizada*: ‘a mecanização, a padronização, a superespecialização e a fragmentação do trabalho, que no passado determinaram apenas o reino da produção de mercadorias na indústria propriamente dita, penetram agora todos os setores da vida social’” (MANDEL, *apud* NETTO e BRAZ, 2006).

fragmentação e complexificação<sup>242</sup>.

Harvey, desenvolvendo ideia similar, fala sobre a “radical reestruturação” por que passou o mercado de trabalho<sup>243</sup>. Ele detecta a tendência à redução do emprego regular, sendo este substituído largamente pelo trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado. A partir daí, apresenta uma tipologia em que os trabalhadores estão divididos em *centro* e *periferia*<sup>244</sup>. No *grupo central* estão os empregados “em tempo integral, condição permanente e posição essencial para o futuro de longo prazo da organização”. Estes trabalhadores gozam de certa segurança no emprego, perspectivas de promoção e investimento da empresa em qualificação, e de outras vantagens como seguro etc. Estes trabalhadores devem ser adaptáveis, flexíveis, e em caso de necessidade geograficamente móveis, sendo que os custos em caso de dispensa são tão altos para a empresa que a tendência é que se subcontrate até para funções de alto nível, mantendo o grupo central o menor possível. Na *periferia* há dois grupos distintos: o *primeiro grupo periférico* consiste em “empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, como pessoal do setor financeiro, secretárias etc.” – este grupo tende a se caracterizar por alta taxa de rotatividade; o *segundo grupo periférico* “oferece uma flexibilidade numérica ainda maior e inclui empregados em tempo parcial, empregados casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporários, subcontratação” etc. Harvey nos mostra que esta última categoria tem apresentado crescimento significativo desde os anos 80.

Deste modo, desenvolve-se uma antinomia entre seguridade e insegurança a partir da reestruturação produtiva, acompanhada por novo regime de regulamentação das relações de trabalho. A *insegurança* manifesta-se das seguintes formas: *insegurança no mercado de trabalho*, com o abandono da ideia de pleno emprego como objetivo de governo, a eliminação de postos de trabalho mesmo em momentos de expansão da economia (sobretudo no setor industrial), redução dos benefícios sociais aos desempregados; *insegurança no emprego*, com a redução da estabilidade e o processo de *flexibilização* das contratações; *insegurança na renda*, com crescimento da pobreza e da desigualdade social; *insegurança na contratação do trabalho*; *insegurança na representação do trabalho*, com a redução nos níveis de sindicalização e o transformismo das direções sindicais<sup>245</sup>.

<sup>242</sup> Cf. ANTUNES (1995, pp. 39-55).

<sup>243</sup> Cf. HARVEY ([1989] 2007, pp.135-162).

<sup>244</sup> É interessante notar como a divisão entre um “centro privilegiado” e uma “periferia subalterna” é uma tendência *estrutural* do sistema capitalista, comparecendo nas relações entre os países, entre as regiões em um mesmo país, dentro destas entre as capitais e as demais cidades, dentro das cidades entre as zonas privilegiadas e as periferias, dentro de cada uma destas zonas entre certos locais mais “valorizados” e outros menos, e ainda entre os próprios membros da classe trabalhadora a partir de sua posição no mercado de trabalho.

<sup>245</sup> Cf. Mattoso (*apud* BEHRING, [2003] 2008).

Esta múltipla processualidade que afeta no nervo a “forma de ser” da classe trabalhadora (ou, como quer Antunes, da “classe-que-vive-do-trabalho”) é central para explicar a *crise sindical*, marcada por intensa diminuição das taxas de sindicalização em muitos países e pela perda generalizada de força dos sindicatos, ocorrida a partir dos anos 80 – isso sem falar no *transformismo* das direções sindicais, que discutiremos adiante. Antunes explica que um elemento decisivo na consolidação e no aprofundamento desta crise é justamente “o fosso existente entre os trabalhadores ‘estáveis’, de um lado, e aqueles que resultam do trabalho precarizado etc., de outro”<sup>246</sup>. O poder dos sindicatos esteve historicamente vinculado aos trabalhadores “estáveis”, e estas organizações (ligadas a um “sindicalismo vertical”) não vêm sendo capazes de organizar os trabalhadores *em seu conjunto*, “desde os ‘estáveis’ até os precários, vinculados à economia informal etc.”<sup>247</sup>.

As referidas “transformações no mundo do trabalho”, combinadas à crise sindical, minam uma das bases mais importantes sobre as quais se assentaram as conquistas da classe trabalhadora ao longo dos “trinta anos gloriosos”, qual seja: sua capacidade de luta por direitos – sem falar nas lutas anti-sistêmicas – e de resistência à retirada destes. Este será elemento fundamental a possibilitar aquela *saída capitalista para a crise*, materializada na *ofensiva neoliberal* dos anos 80/90.

### 2.2.3 Ajuste estrutural

O *ajuste estrutural* relaciona-se organicamente aos pontos levantados até aqui. Baseia-se na ideia (neo)liberal de que apenas o livre jogo das forças do mercado, sem interferências externas, é capaz de garantir uma distribuição racional dos recursos disponíveis (sempre tratados *teoricamente* como “escassos”, mesmo em casos de superabundância indiscutível<sup>248</sup>)

<sup>246</sup> Cf. ANTUNES (1995, pp.61-62).

<sup>247</sup> É importante notar que o fenômeno não é novo, o que é novo é sua *extensão no pós-guerra* – esta diferença, é claro, imprime a ele caráter completamente diverso. Ainda assim, vale lembrar que Rosa Luxemburgo (1871-1919) já alertava para problema da mesma ordem: “[...] o exército industrial de reserva dos desempregados impõe o que pode ser denominado uma restrição espacial no efeito dos sindicatos: somente a camada superior dos trabalhadores mais bem colocados, para os quais o desemprego é apenas periódico [...], tem acesso à organização sindical e a seu efeito. As camadas inferiores do proletariado, integradas por trabalhadores não qualificados [...], já se mostram bem menos aptos à organização sindical [...]. Finalmente, as camadas mais baixas do exército industrial de reserva, os desempregados que encontram algum trabalho ocasional, os empregados domésticos e, além disso, os pobres que vez por outra arranjam empregos temporários encontram-se completamente fora do alcance da organização. Em termos gerais, quanto maior a miséria e as dificuldades em determinada camada do proletariado, menores serão as possibilidades de um sindicalismo efetivo” (LUXEMBURGO, *apud* MANDEL, [1972] 1985, p. 107). O trecho citado dá o que pensar: estamos, de certo modo, retomando, *em nível bastante superior de barbárie, de capacidade de manipulação das vontades, de possibilidades destrutivas*, questões que o capitalismo dos “anos dourados” parecia, para alguns, haver superado.

<sup>248</sup> Não será possível aprofundar o assunto. Por ora, basta-nos dizer que na base deste procedimento *teórico* está uma artimanha *ideológica*: a generalização, ao conjunto da sociedade (que é vista como apenas um amontoado de indivíduos atomizados), de um comportamento voraz, ávido, que é comum à *classe capitalista enquanto “capital personificado”*, viabilizada pela vinculação entre *saciabilidade e renda* que torna todo indivíduo

entre os agentes econômicos, enxergando neste espaço, pois, a suprema manifestação do “reino da liberdade” – visão obviamente antagônica à nossa: enxergamos no mercado *capitalista*, se ele é o “reino” de algo, apenas o *reino da modalidade de coerção peculiar a este sistema*.

As políticas de ajuste *fazem parte do movimento de ajuste global* que se desenvolve no contexto de “globalização financeira e produtiva”<sup>249</sup> (ao qual, nesta dissertação, nos referimos como de *planetarização* – ou *mundialização* – **do capital** justamente para nos diferenciarmos da definição supostamente neutra de “globalização”), marcada por um “rearranjo nas relações econômicas e políticas internacionais”<sup>250</sup>, feito sob a égide de uma doutrina [...] gestada na capital política do mundo capitalista, denominada *Consenso de Washington*”<sup>251</sup>. Este, de acordo com John Williamson<sup>252</sup>, consistiu em “uma lista de 10 reformas específicas que [...] em 1989 quase todo mundo em Washington acreditava [que] eram necessárias em quase todos os países da América Latina”. Estas reformas foram: disciplina fiscal; mudança nas prioridades para despesas públicas; reforma tributária; liberalização do sistema financeiro; taxa de câmbio “competitiva”; liberalização comercial; liberalização da entrada do

---

*tendencialmente insaciável*, desde que disponha dos meios para tal. Há ainda, na base do referido engenho, uma questão de ordem técnica. Agradecemos muito ao amigo querido, o professor Sandro Sacchet de Carvalho, economista, que após ler esta nota em versão preliminar enriqueceu-a com o deslindamento desta questão. Explica-nos: “A teoria de preços dos marginalistas [que se apresenta como alternativa à teoria do valor-trabalho] se baseia na hipótese de que mais é melhor. Sem escassez (ou melhor, desejos ilimitados) não há como a utilidade determinar o preço. Se eu gosto mais de um bem do que você, eu deveria estar disposto a pagar mais por ele e assim estarei maximizando minha utilidade, mas sem a escassez do bem, o preço ficaria indeterminado, pois meu maior desejo por ele não impediria você de consumi-lo. De fato a teoria neoclássica atual (derivada da escola marginal), que está na base de quase toda teoria econômica, não considera a possibilidade de *saciabilidade no consumo*. Além de ser uma posição ideológica sobre um suposto comportamento tipicamente capitalista da natureza humana como você colocou, há também um problema técnico. Se há *saciabilidade na função de utilidade*, esta deixa de ser representada por uma função matemática bem comportada, e portanto, não será possível maximizá-la com as ferramentas tradicionais, praticamente inviabilizando a análise matemática em um modelo estático. Apenas em modelos dinâmicos (onde, por hipótese, a *saciabilidade* diminui ao longo do tempo) é que se trata do assunto, mas esses modelos são muito pouco utilizados” (grifos nossos).

<sup>249</sup> SOARES (2001, p. 19).

<sup>250</sup> O que se quer dizer é que o *ajuste estrutural* corresponde, no plano econômico, a uma *adaptação das economias ao papel que se espera que desempenhem no novo mercado planetarizado* e regido pela lei das “vantagens comparativas”.

<sup>251</sup> Paulo Nogueira Batista o definiu como segue: “Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados [...] especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro [...] era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. [...] também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. Às conclusões desta reunião é que se daria [...] a denominação informal de ‘Consenso de Washington’. Nessa avaliação [...] ratificou-se [...] a proposta neoliberal [...] como condição para conceder cooperação financeira externa, bilateral ou multilateral. [...] O valor do Consenso de Washington está em que reúne, num conjunto integrado, elementos antes esparsos e oriundos de fontes diversas [...]” (BATISTA, 1994, p. 11). Atente-se para o momento da reunião: 1989, ano da queda do muro de Berlim.

<sup>252</sup> Cf. WILLIAMSON (2003). Ele é o criador da expressão “Consenso de Washington”. Economista britânico, ex-consultor econômico do tesouro britânico e ex-consultor do FMI, hoje trabalha no IIE (o *Peterson Institute for International Economics*, um *think tank* especializado em políticas econômicas internacionais – foi este Instituto que convocou a reunião referida na nota anterior) e tem sido um dos principais formuladores das ideias que circulam pelos mais altos espaços “multilaterais” (bem como pelas bocas de grandes capitalistas) sobre a América Latina.

investimento direto externo – IDE; privatização das empresas estatais; desregulamentação; direitos da propriedade assegurados.

O que se coloca aqui é a seguinte pergunta: *por que* “quase todo mundo em Washington” acreditava que eram necessárias? E *por que*, por outro lado, na América Latina, mesmo quando implementadas “democraticamente”<sup>253</sup>, *elas enfrentaram forte oposição popular?*

Dado o lugar *específico* que se espera, de acordo com a doutrina neoliberal (e suas variantes), que a América Latina ocupe na DIT, faz-se necessário tratar de seu processo de ajuste *separadamente* daquele operado nos países centrais, de maneira a ressaltar suas especificidades<sup>254</sup>. Pode-se proceder a semelhante tratamento sem perder de vista a necessária interconexão entre o fenômeno tal qual se manifestou por cá e suas vinculações a processos planetários desde que se remeta, como temos tentado fazer, a certas *características gerais* comuns à ofensiva neoliberal onde quer que esta se manifeste, articulando ao aspecto *universal* do processo em análise seus momentos constitutivos *particulares*.

Na prática o que esteve (ou melhor, está até hoje) em pauta neste tipo de ajuste, segundo, é, a curto prazo, a diminuição do déficit fiscal *reduzindo o gasto público*, por um lado, e a aplicação de política monetária restritiva para combater a inflação e fazer “prevalecer uma taxa de juros ‘real positiva’ e um tipo de câmbio ‘real adequado’”, por outro. No médio prazo “os objetivos seriam transformar as exportações no motor de crescimento; liberalizar o comércio exterior; atenuar as regulações estatais atribuindo o papel de regulador ao *mercado*; concentrar o investimento no setor privado, reduzindo a presença do setor estatal; e promover uma estrutura de preços sem distorções”<sup>255</sup>.

A partir destes objetivos, o que se propõe (e que de fato *se executou* em diversos países da América Latina) é a *desregulamentação* dos mercados, a *abertura* comercial e financeira aos capitais externos, a *privatização* do setor público e a *redução [seletiva] do*

<sup>253</sup> Apenas no sentido estrito de terem sido implementadas por governos eleitos por sufrágio universal. É sempre bom lembrar que este não foi sempre o caso, sendo que o principal e pioneiro laboratório de teste neoliberal foi a autocracia sanguinária comandado por Augusto Pinochet no Chile a partir de 1973. Já discutimos, no capítulo 1, os diferentes sentidos atribuídos a este conceito. Pois então: mesmo quando aplicadas por “governos democráticos”, estes apenas podem ser tidos enquanto tal do ponto de vista *liberal-democrático*. Vale lembrar que os governos que conduziram as reformas neoliberais na América Latina agiram, em geral, no sentido de *massacrar, desmontar, “quebrar a espinha”* (esta expressão fortíssima não é nossa, e sim do MPE do RS, referindo-se ao MST) dos movimentos sociais em seus respectivos países, e *nunca* se dispuseram a ouvi-los *sobre nenhum assunto* e a aceitar *nenhuma* de suas reivindicações.

<sup>254</sup> Existem diferenças significativas entre as propostas de ajuste para os países (semi)periféricos e os países centrais, por isso a delimitação geopolítica. Um exemplo: a proposta neoliberal, para a América Latina, de liberalização comercial e financeira *a todo custo* entrou em aberta contradição com o *protecionismo* que os países centrais vinham praticando *no mesmo momento* em que os ajustes – resultando na *abertura* ao capital estrangeiro – eram aqui implementados (SOARES, 2001, p. 19). Estas diferenças resultam, mais uma vez, da visão das economias latino-americanas como espaços *subalternos* de valorização do capital.

<sup>255</sup> SOARES (2001, p. 18).

*Estado.*

Quanto a este último ponto, espécie de resumo e suprema realização dos outros três, desentretecer seu verdadeiro significado requer levar em conta que enquanto ao movimento do capital repugna qualquer regulação socialmente consciente, externa ao “livre” jogo de forças do mercado, ele, por outro lado, guarda uma *dependência imanente* do Estado como garantidor da preservação do espaço do mercado da intervenção social (*manu militari*, quando necessário), bem como, em sua fase monopolista – notadamente em sua fase *tardia* –, da transferência de renda dos trabalhadores ao capital por outros mecanismos que não a exploração direta através do processo de trabalho, bem como de suas taxas de lucro. Assim, “o Estado mínimo que [o grande capital] defende [para os trabalhadores] equivale a um Estado máximo para o capital”:

Na ofensiva desatada pelo capital a partir dos anos 70, não se trata de “diminuir” o Estado, mas de *amputar as funções democrático-reguladoras* que a pressão das organizações de operários e de trabalhadores conseguiu inscrever no Estado burguês até a sexta década do século passado (NETTO, 2007, p. 146 – grifo nosso).

Quanto ao Estado, é verdade que o período neoliberal envolveu profundas modificações. Porém, contrariamente ao apregoado, não para reduzi-lo [...]. Tratou-se [...] de fortalecer o Estado para sustentar o capital, reduzindo todas as adiposidades que representavam as conquistas populares. O uso da violência – destruição de greves e de sindicatos combativos, estruturas policiais reforçadas, blindagem de setores estratégicos da economia, criminalização de movimentos populares – se fez ao lado de formas intensificadas de convencimento, *reconfigurando e limitando o alcance das democracias recém-conquistadas* (FONTES, 2010, p. 17 – grifo nosso).

Para interpretarmos corretamente os resultados disso, sugerimos partir da proposição – amplamente demonstrada desde Marx e Engels – de que sempre há, numa sociedade dividida em classes, interesses gerais antagônicos entre *proprietários* de meios de produção fundamentais (e, a partir desta condição, apropriadores de excedentes econômicos que não são produzidos diretamente por eles) e *produtores* diretos. Procedendo assim, podemos formular *dois* roteiros de respostas àquela pergunta que formulamos acima, cada um partindo de um destes pontos de vista de classe.

*Do ponto de vista dos trabalhadores*, reformas eram, sim, necessárias. Esta necessidade decorria de problemas que os afligiam diretamente, tais como: elevadíssimos índices de *desigualdade social*; *heteronomia* de seus países em matéria econômica e política; *exploração* que sofriam enquanto produtores diretos, vendo os PIBs de alguns dos países da região saltarem a taxas vigorosas durante anos enquanto suas condições econômicas

estagnavam ou “avançavam em direção ao passado”<sup>256</sup>; *articulação* interna perversa entre “*progresso*” e “*atraso*”<sup>257</sup>, característica que neste conjunto de países adquire peculiaridades importantes devido a particularidades históricas, principalmente a partir do desenvolvimento da “industrialização por substituição de importações”.

*Do ponto de vista dos capitalistas*, as motivações para “reformas” eram bem outras: por um lado, num plano mais global que obviamente teve rebatimentos também sobre a classe capitalista latino-americana, *a queda da taxa de lucros*, que fez com que os grandes proprietários no mundo todo precisassem operar aquele “deslocamento no fiel da balança” em seu favor; por outro, o fato de que a relação entre países centrais/países periféricos sempre se fundamentou sobre a *assimetria*, em que estes sempre levaram desvantagem econômica nas relações com aqueles; e, finalmente, como síntese das duas motivações anteriores, *o momento preciso de consolidação da planetarização do capital*, que transformava a modalidade específica através da qual se estabelecia esta dupla relação das burguesias periféricas de *subalternidade para fora/superioridade e dominação para dentro*.

As motivações dos capitalistas, no caso, foram as que prevaleceram. Assim, foram componentes do ajuste a *privatização* de empresas estatais, a *desregulamentação* de direitos sociais e trabalhistas e a *flexibilização* do processo de trabalho e da relação capital-trabalho (com o trabalho, é claro, levando a pior), realizados em nome da *competitividade internacional* e do *respeito aos compromissos financeiros* (ou seja, ao pagamento pontual e generoso dos juros da dívida pública).

Quanto a este último, “são dois pra lá, dois pra cá”: tanto as burguesias periféricas quanto aquelas dos países centrais se beneficiaram enormemente do pagamento dos juros por parte dos países periféricos – até porque, *elas é que emprestaram o dinheiro aos Estados*, e, assim, são *elas* que recebem os juros, que se constituem numa *brutal transferência de renda do trabalho para o capital*, já que, é claro, o dinheiro para pagar estes juros sai de impostos pagos grandemente pelos trabalhadores! Impostos estes que, ao invés de irem financiar serviços públicos destinados a estes mesmos trabalhadores, vai direto para os cofres de “suas” burguesias e daquelas dos países centrais (cofre este que já recebe torrentes de lucro decorrente da exploração destes mesmos trabalhadores). No caso destas últimas, beneficiam-

---

<sup>256</sup> No Brasil, a partir de levantamento realizado por pesquisador do IPEA em 42 setores produtivos, constatou-se que, apesar de a produtividade do trabalho ter aumentado nos anos 90, a participação dos salários no PIB havia caído de 45% para 37% (NETTO, 2007).

<sup>257</sup> Conjugação esta muito bem assinalada por OLIVEIRA (2003b), SCHWARZ (1999, [1969] 2005, [1987] 2006) e CANDIDO (2004 e 2006).



se *duplamente*: sugam recursos dos Estados daqui<sup>258</sup> e dacolá, pois, como mostramos em ponto anterior, os países centrais também se encontram endividados até seus pescoços pátrios<sup>259</sup>...

Quanto à “competitividade internacional”, em seu nome retiraram-se direitos trabalhistas, enxugaram-se empresas, elevou-se a taxa de juros para atrair investimentos, favoreceu-se o agronegócio. *Para o capital*, diminuíram os encargos envolvidos na contratação de um trabalhador, os salários diretos e os indiretos, reduzindo-se então o custo de “um dos fatores de produção”<sup>260</sup>. *Para o trabalho*, isso significou crescente *desproteção e insegurança*. *Para o capital*, as demissões e o aumento da produtividade significaram garantia de lucros. *Para o trabalho*, desemprego e aumento da exploração. *Para o capital* (neste caso, ao menos para os setores *financeiros* hegemônicos<sup>261</sup>), a elevação da taxa de juros significou maiores somas recebidas em pagamento a juros das dívidas privadas e pública, bem como a criação de “paraísos de investimento especulativo” onde, “em se plantando, dinheiro dá” (ou parece dar até a próxima crise). *Para o trabalho*, aumento do endividamento privado e da parcela de sua renda, extraída mediante impostos, que é transferida ao capital via pagamento de juros pelo Estado, além de deterioração da qualidade dos serviços públicos – cada vez mais destinados apenas a eles (quem pode pagar migra, quando possível, para modalidades privadas, que inclusive dependem em grande parte de subsídios públicos para sobreviver) – devida ao subfinanciamento decorrente da decisão política do emprego dos recursos disponíveis no pagamento dos encargos, e não nos gastos sociais. *Para o capital*, aumentou a fronteira agrícola, a produtividade no campo, receberam-se subsídios e incentivos,

<sup>258</sup> O que torna patético, para qualquer analista razoável, o prolapado discurso sobre a importância da “ajuda humanitária” dos países centrais aos países periféricos – a não ser que se queira, como no exemplo de Marx, pedir a um homem que dê um soco em outro e o proteja ao mesmo tempo. Os países periféricos chegaram, numa situação que apenas *parece* paradoxal, a se constituir como *exportadores de capital* aos países centrais através dos pagamentos destes juros – suas dívidas aumentaram 32 vezes entre 1970 (quando eram de US\$ 62 bi) e 1996 (quando eram de US\$ 2 trilhões!). Cf. NETTO (2007, pp. 148-149).

<sup>259</sup> O que, aliás, tem dado aos grandes detentores de capitais financeiros e bancários, enquanto credores, enorme poder para ditar rumos e políticas de seus governos devedores (CHOSSUDOVSKY, *apud* NETTO, 2007, p. 148).

<sup>260</sup> Vale assinalar: para o capital, a “mão-de-obra” é *mais um fator de produção*, assim como água, energia elétrica, terra etc. Não passa pela cabeça do capitalista *enquanto capitalista* (no processo de produção o capitalista não é “pai de família”, “filósofo moral” ou qualquer outra coisa, mas apenas *capital personificado*, e se ele não agir assim é *destruído* pela concorrência – ou seja, *não* estamos aqui no terreno da *moral*) que o trabalhador seja *um homem como ele*. O trabalhador, no processo de trabalho, aparece ao capitalista como *apenas mais uma coisa* usada para produzir.

<sup>261</sup> É óbvio que há setores do capital que *não têm interesse* na manutenção da taxa de juros tão elevada. Trata-se daqueles que não estão predominantemente associados a rendimentos bancários/financeiros e que dependem da diminuição da taxa para o crescimento do consumo – no crediário – e dos juros que eles mesmos pagam. Setores a que comumente se chama – numa visão um tanto idealizada, diga-se – *capital produtivo* (gostaríamos, para não perder a ocasião, de lembrar que *o trabalho* é que produz, por mais que esteja *subsumido* ao capital). Estes setores, entretanto, obviamente não são hegemônicos hoje: e talvez nunca mais na história do capitalismo venham a ser, dada a tendência, que tem se mostrado irresistível, do ingresso de *todos* os capitais no circuito financeiro – que finalmente desemboca na dita *financeirização*.

aumentaram-se as “vantagens comparativas” dos produtos primários. *Para o trabalho*, florestas estão sendo desmatadas, culturas dissipadas, a Terra aquecendo (de modo, talvez, irreversível), não há terra para plantar e a comida encarece devido às pressões dos preços internacionalizados<sup>262</sup>.

É, portanto, partindo da distinção entre os interesses *do capital* e os *do trabalho* que podemos perceber que a *vitória* do capital em implementar *suas* reformas (no sentido de “*aperfeiçoamentos*” destinados a manter seus lucros) significa, *para os trabalhadores* – para a *imensa maioria* das populações destes países, portanto –, uma enorme *derrota*, ou melhor, uma autêntica *contra-reforma*<sup>263</sup> que implica em: *retirada de direitos*; *agravamento das desigualdades sociais*; *privatização dos ganhos* (pífios, como reconhecido até mesmo pelos partidários do Consenso<sup>264</sup>) e *socialização das perdas* (enormes, e muito difíceis de reverter<sup>265</sup>) resultantes do ajuste; *agravamento da heteronomia* dos países latino-americanos; *reprimarização da economia* com o conseqüente *reforço dos aspectos mais deletérios daqueles “progresso” e “atraso”*; *aumento do nível de exploração* a que estão submetidos os trabalhadores latino-americanos.

Como não se põe em questão, no modelo neoliberal<sup>266</sup>, a desigualdade, mas também não é possível ocultar as conseqüências sociais deletérias dos processos em exame, dirige-se o *foco de afirmação da legitimidade* social do Estado para o *enfrentamento da pobreza absoluta* através de um redesenho das políticas sociais marcado pelas seguintes características: *desresponsabilização do Estado* e do setor público com a articulação entre políticas de redução da pobreza absoluta e outras políticas sociais, como políticas de saúde, previdência,

<sup>262</sup> É claro que algumas das conseqüências deletérias do processo ora em estudo atingem também os capitalistas *enquanto homens*, o que poderia levar alguns a objetarem que o curso que têm tomado a história recente também não seria do interesse deles. Quanto a isso, duas observações: a primeira é que, como já explicamos acima, *no processo de valorização do capital os capitalistas não agem enquanto homens, mas enquanto “capital personificado”*; a segunda, decorrente da primeira, é que, como propõe Michael Löwy, para podermos enxergar estas conseqüências do ponto de vista do conjunto da humanidade, precisamos nos posicionar no “mirante mais alto” ao qual só se ascende através da adoção do ponto de vista da classe trabalhadora (LÖWY, 1990). Por exemplo: não há preservação do meio-ambiente sem diminuição da taxa de lucro. O trabalho está disposto a aceitar este fato. Já o capital, não – o que interessa a ele é o lucro, acima de tudo... Inclusive da vida.

<sup>263</sup> Optou-se aqui pela categoria de contra-reforma porque as reformas estão historicamente ligadas a *conquistas* da classe trabalhadora, seja do ponto de vista econômico, político ou social, e não à *deterioração objetiva de suas condições de vida* tal como operada através das *contra-reformas* em discussão.

<sup>264</sup> Cf. WILLIAMSON, 2003.

<sup>265</sup> Cf. BEHRING ([2003] 2008) e SOARES (2001 e [2000] 2009).

<sup>266</sup> Isto, na verdade, não é privilégio do proselitismo neoliberal: *não há capitalismo sem desigualdade*, como inclusive *reivindicam* seus defensores. Para eles, a desigualdade é um *dado natural*, e não há porque suprimi-la, já que é ela que garante que os *melhores* sejam recompensados *de acordo com seus méritos*. O máximo que se pôde conseguir sob o domínio do capital foi – como mostramos – alguma diminuição da desigualdade em situações histórico-espaciais muito precisas, relacionadas ao enfrentamento do “perigo comunista” e à manutenção do “bom funcionamento” do sistema – encarnado, é claro, nas taxas de remuneração do capital através de lucros e juros. Tanto é assim que *nenhum* documento do Banco Mundial, do FMI, da UNESCO etc. fala em resolver o problema da desigualdade rumo à igualdade: eles falam em buscar *maior equidade*, ou seja, *mais oportunidades a um conjunto maior de pessoas para que compitam entre si!*

emprego etc.; conjugado a esta, o *desfinanciamento* ou o *enxugamento dos gastos sociais*, o que obviamente resulta na *deterioração* da qualidade de serviços públicos essenciais e no *sucateamento* do equipamento social existente (hospitais, escolas etc.), incidindo diretamente na *diminuição* da parcela da renda nacional destinada à classe trabalhadora através das políticas sociais<sup>267</sup> – o que possibilita o aumento da parcela destinada ao capital através de juros etc.; conjugada à deterioração e ao sucateamento aludidos, a *constituição de sistemas duais de seguridade social*, com o *deslocamento de serviços públicos essenciais para a esfera privada/mercantil* (“privatização sem privatização”), para todo aquele que possa pagar por eles – situação em que o sistema público/estatal torna-se dirigido apenas aos mais pobres entre os cidadãos; daí, a *focalização* da política social, que tem seu caráter universal progressivamente esvaziado, sendo dirigida apenas aos setores *mais pobres* e com necessidades emergenciais; a *transferência da responsabilidade propriamente assistencial às “organizações da sociedade civil”*, notadamente ONGs e OSCIPs.

Esperamos ter conseguido, até aqui, traçar um esboço geral do “admirável mundo novo” que nos legou a *ofensiva neoliberal* dos anos 70/90. É *neste mundo*, e não em qualquer outro, que se apresentam, a partir dos anos 90/2000, as propostas de “superação” da ortodoxia neoliberal, a partir dos desastrosos resultados sociais obtidos com sua aplicação.

---

<sup>267</sup> Vale lembrar, aqui, que há uma diferença – notada, por exemplo, por MARSHALL ([1949] 1967) – entre quanto recebe um indivíduo diretamente e sua renda total se considerarmos este *quantum inicial* somado ao *quantum* da renda nacional que lhe transfere o Estado através das políticas sociais. Assim, *diminui* a renda total dos trabalhadores com o desfinanciamento às políticas de saúde, educação etc.

### 2.3 “Era Vargas um neoliberal”? O “novo desenvolvimentismo” brasileiro

*Bom, os livros são mais ou menos parecidos com os nossos, só que as palavras estão ao contrário.*  
Lewis Carrol [Alice através do espelho]

Postas, ainda que ligeiramente, as balizas demarcatórias da localização brasileira e latino-americana no contexto internacional marcado pela ofensiva neoliberal e pelo regime de acumulação flexível característico do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo – o capitalismo tardio –, podemos prosseguir com a caracterização mais precisa do governo Lula, remetendo-nos à herança com a qual se deparou de início – o desastre neoliberal, discutido anteriormente – e ao projeto de país que, desde então, vem edificando.

Iniciemos com o exame daquilo em que os próprios membros do governo, bem como os intelectuais a ele vinculados, consideram consistir este projeto. A inspeção é requerida porque não há, *à primeira vista*, identidade total entre o que postulam os apoiadores e membros do governo – que, apesar disto, tem uma orientação geral que amalgama setores contraditórios na mesma construção.

Principiemos, então, por este nível, o da orientação geral: trata-se, aqui, do erguimento de “um Brasil para todos”, de “um país para 190 milhões de brasileiros”<sup>268</sup> ou de uma “sociedade justa, solidária, soberana e humanista”<sup>269</sup>, que foi *retomado*<sup>270</sup> nos dois mandatos do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Isto, é claro, ainda diz muito pouco, mas nesta “insuficiência” reside um dos fundamentos do programa. Dilma Rousseff<sup>271</sup> destaca ainda, avaliando os mandatos dos quais fez parte, que “o programa de reforma agrária do governo Lula”, com centro na agricultura familiar, “não tem sido contraditório com o avanço dos segmentos exportadores do agronegócio”, e que, “do ponto de vista social, o resultado de [suas] ações foi, primeiramente, transformar os setores mais pobres da população em atores políticos e sujeitos sociais” através de programas como Bolsa Família e Luz Para Todos, considerados “instrumentos modernos e efetivos de transferência de renda”, sendo impessoais, tratando as pessoas com dignidade e, assim, ajudando na “formação de uma consciência cidadã”.

Em relação à política econômica, o eixo seria a relativização da importância do capital financeiro, com o deslocamento, estimulado por investimentos do Estado, do centro dinâmico

<sup>268</sup> ROUSSEFF (2010). As citações nesta sub-seção serão deste texto, salvo indicação contrária.

<sup>269</sup> SADER e GARCIA (2010).

<sup>270</sup> O erguimento deste projeto, segundo proeminentes intelectuais vinculados ao governo, teria sido iniciado por Vargas. Retomaremos o assunto adiante.

<sup>271</sup> Dilma Rousseff filiou-se ao PT em 2001, após haver militado contra o regime autocrático civil-militar em organizações clandestinas, e no PDT. Foi ministra do governo Lula, tendo ocupado cargo central de organização do governo, a chefia da Casa Civil. É a atual candidata a presidência da república pelo PT.

da economia para o setor produtivo, levando à consecução de dois objetivos: primeiro, “o desenvolvimento com distribuição de renda, tanto da renda das famílias como da renda regional”; segundo, “a universalização dos serviços públicos”, com destaque para a energia elétrica, o saneamento e a habitação, conduzindo a “inclusão social e distribuição de renda com mobilidade social ascendente”. Neste sentido, o atual governo teria relançado as bases para a construção daquele Brasil inclusivo, tendo “invertido o jogo”: “aquilo que ocorreu na ditadura, de forma descendente para grandes parcelas, agora ocorre de forma ascendente”. Para tudo isso teria sido fundamental – “um momento decisivo para essa construção” – a política econômica praticada entre 2003 e 2005, que deu ao governo “um novo grau de liberdade”, tendo gerado frutos “no início de 2006 e [mostrado] plenamente os resultados em 2007”, quando foram lançados todos os “grandes programas”, como o PAC, a partir da compreensão de que entre as tarefas rumo ao novo patamar brasileiro de desenvolvimento estariam “a universalização do esgoto sanitário, da coleta e do tratamento de água; as creches; as Unidades de Pronto Atendimento na Saúde (UPAs); a segurança pública; o combate às drogas; as ferrovias, rodovias, hidroelétricas etc.”.

### 2.3.1 No meio do caminho tinha uma pedra...

Emir Sader<sup>272</sup>, ao proceder à *historicização* do projeto<sup>273</sup> – em texto sugestivamente intitulado “Brasil, de Getúlio a Lula” –, vai longe: a construção de um “país justo, democrático, soberano”, teria sido iniciada por Vargas (!) e interrompida por “algumas inflexões” como o “golpe militar de 1964”, que significou “uma ruptura com o processo gradual (*sic!*) de democratização social, política, econômica e cultural” então em curso, impondo “um modelo centrado na exportação e no consumo de luxo, associado a uma feroz repressão aos sindicatos e aos movimentos populares, com a correspondente superexploração do trabalho”. Para ele, a “redemocratização [...] não rompeu com as bases econômicas e sociais do poder monopólico”, já que “os poderes dos bancos, da terra, da grande mídia privada, dos grandes monopólios nacionais e internacionais foram fortalecidos”, não tendo sido objeto de democratização. Esta continuidade constituiria a base da funcionalidade ao modelo neoliberal da “democracia pós-ditadura”, interessado em sepultar a obra de Getúlio<sup>274</sup>. Entretanto, na última década teriam surgido movimentos na América Latina que “rejeitam aquele modelo [neoliberal] e buscam formas de superá-lo”. Neste ponto, o pensador paulista

<sup>272</sup> Emir Sader é intelectual histórico do PT. Cientista político e professor da USP, é secretário-executivo da CLACSO e diretor do Laboratório de Políticas Públicas (LPP) da UERJ.

<sup>273</sup> Cf. SADER, 2010. As citações nesta sub-seção serão deste texto, salvo indicação contrária.

<sup>274</sup> Neste ponto da argumentação (p. 14), Sader cita textualmente a afirmação de Fernando Henrique Cardoso de que seu governo “viraria a página do getulismo”.

arremata: “Pela primeira vez, desde os governos de Getúlio Vargas, por dois mandatos consecutivos, forças do campo popular dirigem o país num caminho aberto pelo governo Lula [...]”.

Lançando-se à busca do “fio condutor” que articularia “o movimento popular brasileiro desde suas origens contemporâneas, na Revolução de 1930 (*sic!*)”, ao período atual em que as forças populares “voltam ao poder” com Lula (após o interregno aberto com o golpe de 64 e encerrado com a vitória eleitoral das “forças populares” em 2002), o pensador encontra uma resposta que tem tanto de engenhosa quanto de profundamente problemática. A controvérsia assume tão largo alcance que o mais sensato é citar literalmente, evitando quaisquer dúvidas quanto à fidelidade na reprodução das ideias do importante intelectual:

*A Revolução de 1930 deu início ao que seria o movimento popular brasileiro nas décadas seguintes; um movimento centrado no nacionalismo como ideologia, em um bloco de forças entre o empresariado brasileiro, o movimento sindical urbano e as classes médias, comandadas pelo novo Estado brasileiro, o primeiro Estado com dimensão e ideologia nacional. Pela primeira vez, o Brasil se pensava como nação e dispunha de um projeto nacional. [...]*

O governo Lula [representa] uma nova expressão do campo popular, que teve nos governos de Getúlio Vargas e de João Goulart seus antecedentes mais próximos. Governos de coalizão de classes, pluriclassistas [...]. há uma linha de continuidade que permite dizer: a luta de hoje é, essencialmente, a mesma iniciada há oito décadas, quando o Brasil contemporâneo começou a ser construído.

Pode-se dizer que as forças que levaram Getúlio Vargas ao suicídio, que golpearam o governo Jango e, hoje, se opõem ao de Lula são as mesmas forças de direita, aquelas hegemônicas durante a ditadura militar e promotoras do neoliberalismo no Brasil. Sobrevivem porque são os mesmos que ganham com a hegemonia do capital financeiro, com o agronegócio, com a mídia oligárquica.

Também podemos afirmar que o povo trabalhador é o mesmo [...].

Hoje, em resumo, o futuro do povo brasileiro e do Brasil está em uma encruzilhada, que dependerá de duas condições: se o governo Lula será um parêntese na dominação das elites tradicionais – as mesmas que fizeram com que o Brasil configurasse na lista dos países mais injustos e mais desiguais do mundo – ou uma ponte que abrirá caminho para a saída do modelo neoliberal. Se vencedora a última possibilidade, teremos o início da real construção de um país democrático econômica, social, política e culturalmente. Enfim, um país para todos – na continuidade da luta que terá nos conduzido de Getúlio a Lula [!] (SADER, 2010, pp. 15-29 – grifos nossos).

Nesta argumentação, as “inflexões” seriam a autocracia burguesa civil-militar (que o autor nomeia “ditadura militar”, ladeando o caráter *classista* do referido regime<sup>275</sup>) e os governos neoliberais de Collor/Itamar e Fernando Henrique Cardoso. O governo Lula estaria aí justamente para, em nome das “forças populares” brasileiras, resgatar o desafio perdido

<sup>275</sup> Não se trata de mera questão acadêmica ou de preciosismo referente à nomenclatura. O problema é que ao elidir o caráter autocrático *burguês* daquele regime, estes intelectuais podem manter válido o “projeto popular” (ou “democrático-popular”, em variação mais sofisticada) de Brasil – que já foi desmentido pela história com o golpe de 64, em que a burguesia brasileira mostrou a que veio –, insistindo na construção, como nos ensina Emir Sader (não à toa, um dos formuladores deste grave engano...), de um “movimento popular” que assuma a “bandeira nacionalista e social”, constituído “por uma aliança de classes entre o grande empresariado nacional, setores das classes médias e o movimento sindical” capitaneados pelo Estado, com Lula (ou, após ele, Dilma) à frente. Saudades dos tempos de Getúlio, quando o Brasil era moderno...

latino-americano, reverter o rumo da dependência, apontando para um Brasil desenvolvido, uma potência soberana (capitalista, mas quem se importa?) respeitada internacionalmente.

### 2.3.2 Em busca do tempo perdido

Continuando o raciocínio, e apresentando como o *processo de construção* do referido projeto nacional veio transcorrendo até aqui, escrevem Nelson Barbosa<sup>276</sup> e José Antonio Pereira de Souza<sup>277</sup> que o Brasil, durante o governo Lula, teria iniciado uma nova fase de *desenvolvimento*, combinando *crescimento econômico e redução das desigualdades sociais*. O governo teria *retomado* o papel do Estado no estímulo ao desenvolvimento e no planejamento de longo prazo, acelerando o crescimento do PIB ao mesmo tempo em que haveria tirado milhões de pessoas da pobreza, tendo-as alçado à classe média e as colocado na “economia formal” e no “mercado de consumo de massa”. Isso tudo com manutenção da estabilidade macroeconômica, controle da inflação, redução do endividamento do setor público e diminuição da vulnerabilidade externa do país<sup>278</sup>.

Para que tudo isso fosse possível, o primeiro passo teria sido, ainda em 2003, “estabelecer um ajuste macroeconômico sólido para retomar o controle da situação monetária, fiscal e cambial do país”, combinado a uma “minirreforma tributária que elevaria a receita da união nos anos seguintes”, e à “reforma da Previdência que estabilizaria o peso da Previdência dos servidores públicos no orçamento da União”<sup>279</sup>.

Tomadas estas providências, no biênio 2004-2005 o governo teria, então, iniciado a retomada do desenvolvimento brasileiro – com redução das taxas básica e real de juros, redução da inflação, crescimento das exportações e recuperação do consumo –, recuperando o crescimento real do salário mínimo (de 3,7% em 2004 e 7,0% em 2005), aumentando as transferências de renda às famílias mais pobres (através “da integração das diversas ações de combate à pobreza em um único programa, o Bolsa Família”, que atingiu, ao final de 2005, 0,3% do PIB, “beneficiando 8,7 milhões de famílias”), expandindo a concessão de crédito: teriam sido lançadas, neste biênio, as “linhas mestras de política econômica que iriam consolidar-se nos anos seguintes”<sup>280</sup>.

<sup>276</sup> Professor do Instituto de Economia da UFRJ e atual secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (MF). Durante o governo Lula, foi chefe adjunto da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) em 2003 e assessor da presidência do BNDES entre 2005 e 2006.

<sup>277</sup> Economista do BNDES, atualmente é assessor da secretaria de Política Econômica do MF.

<sup>278</sup> Cf. BARBOSA e SOUZA, 2010. As citações nesta sub-seção serão deste texto, salvo indicação contrária.

<sup>279</sup> Diga-se de passagem, todas medidas constantes no receituário neoliberal discutido anteriormente.

<sup>280</sup> Estamos, aqui, simplificando o argumento apresentado pelos dois autores, esforçando-nos por capturar apenas as linhas ou tendências gerais expressas por eles em sua avaliação da política econômica dos dois governos do presidente Lula. Para maiores detalhes e conhecimento das nuances – que existem e têm interesse – recomenda-se a leitura do texto.

Entretanto, a queda do nível da atividade econômica no fim de 2005 teria gerado “um impasse entre os compromissos sociais do governo Lula e a estratégia de política econômica adotada até aquele momento”, precipitado pela quitação da dívida com o FMI e consubstanciado no contraste entre duas visões de política econômica na equipe do governo: a “*visão neoliberal*” e a “*visão (neo)desenvolvimentista*”.

Os liberais desejariam uma aceleração do crescimento econômico “buscada principalmente por intermédio de ‘reformas estruturais’ pró-mercado, isto é, reformas nas leis e nas instituições da sociedade para diminuir a interferência do governo em decisões privadas”. Para os partidários desta visão, o melhor que o Estado poderia fazer seria “adotar uma postura minimalista [...]”, já que “o mercado livre de intervenções tende a remunerar cada fator de produção de acordo com [...] uma remuneração ‘justa’ do ponto de vista estritamente econômico”. Já os desenvolvimentistas, em contraponto à visão neoliberal, teriam adotado “uma postura pragmática em torno da defesa de três linhas de atuação para o governo federal”, com vistas a impulsionar um “círculo virtuoso de desenvolvimento”, tendo sido estas: a primeira, “adoção de medidas temporárias de estímulo fiscal e monetário para acelerar o crescimento e elevar o potencial produtivo da economia”; a segunda, “aceleração do desenvolvimento social por intermédio do aumento nas transferências de renda e elevação do salário mínimo”; a terceira, “aumento no investimento público” e “recuperação do papel do Estado no planejamento de longo prazo”.

Assim, para os “desenvolvimentistas” do governo Lula o Estado poderia acelerar o crescimento econômico brasileiro simplesmente “com base na adoção de alguns estímulos fiscais e monetários”, combinados a “transferências de renda” que “constituíam [...] um instrumento de expansão da demanda agregada e da elevação dos salários reais da economia”. Esta transferência de renda far-se-ia basicamente através da elevação real do salário mínimo (que tem impactos também na previdência social, ou seja, sobre a renda de aposentados e pensionistas) e de programas assistenciais como o Bolsa Família.

No mais, acordo com os liberais<sup>281</sup>: “os investimentos em infra-estrutura poderiam ser feitos tanto pelo Estado quanto pelo setor privado, mediante concessões ou parcerias” – no caso do Estado, poderiam ser feitos mediante receitas tributárias ou emissão de títulos da dívida pública, não necessariamente incompatível “com a meta global de redução da relação dívida/PIB do setor público brasileiro”, já que “tal investimento resultaria na elevação da própria taxa de crescimento do PIB”; as agências reguladoras deveriam ter papel ativo na

---

<sup>281</sup> Veremos adiante que esta polarização entre desenvolvimentistas e liberais no governo Lula é, na verdade, em grande medida uma *falsa polarização*..



regulação dos mercados no interesse do Estado e dos consumidores, “em contraponto à ênfase excessiva nos interesses de investidores”; “o governo deveria prosseguir seu esforço na melhoria do ambiente de negócios e no aperfeiçoamento do funcionamento dos mercados”; as metas de resultado primário continuariam, apesar de passar a contar uma “meta de resultado primário sem investimentos”, “retirando os investimentos mais estratégicos do cálculo do resultado primário do governo federal”.

Os neoliberais teriam sido hegemônicos na condução do MF de 2003 a 2005. Os (neo)desenvolvimentistas, de 2006 em diante. Desde então, estaríamos assistindo ao que o presidente da república chamou, num arroubo de entusiasmo, de “o espetáculo do crescimento”. Os números apresentados por Barbosa e Souza parecem falar por si: o crescimento anual médio do PIB subiu de 3,2%, em 2003-2005, para 5,1%, em 2006-2008; o reajuste real do salário mínimo foi de 14,1% em 2006 (aumentou de R\$ 300,00 para R\$ 350,00), 6,0% em 2007 (para R\$ 380,00) e 3,1% em 2008 (para R\$ 415,00), tendo atingido entre 2006-2008 reajuste acumulado real de 24,7%, contra meros 11,7% no período 2003-2005; os investimentos por parte da União passaram de uma média de 0,4% do PIB no período 2003-2005 para 0,7 do PIB entre 2006 e 2008; ainda assim, a queda no resultado primário foi de apenas 0,2 p. p., de 2,5% do PIB em 2003-2005 para 2,3% em 2006-2008; a dívida líquida do setor público caiu de 48,0% do PIB, no fim de 2005, para 40,8%, em agosto de 2008, tendo se mostrado a evolução da dívida consistente com as expectativas dos “desenvolvimentistas”; o estoque de reservas sob controle do Banco Central passou de US\$ 55 bi, ao final de 2005, para US\$ 207 bi, ao final de 2008; o mercado de crédito explodiu, “com emissões primárias totalizando praticamente R\$ 400 bilhões no período”, tendo crescido o crédito habitacional, agrícola etc.

Este “crescimento sustentado” da economia brasileira a teria preparado para o teste da crise de 2008, da qual ela teria saído sem maiores problemas. Após enfrentar recessão técnica – dois trimestres consecutivos de queda do PIB –, ela voltou a crescer sadiamente apenas “um ano após a quebra do Lehman Brothers e diversas ações do governo federal”, praticamente tendo ignorado o que ocorria em diversos outros países do mundo às voltas com suas trágicas consequências. Isto teria sido conseguido graças a “uma sequência de medidas [monetárias e fiscais anticíclicas] sem precedentes na história recente do Brasil”, adotadas pelas autoridades brasileiras com o objetivo de evitar que a crise internacional “contaminasse o sistema financeiro brasileiro”, ao mesmo tempo em que se trabalhava para recuperar o nível de

atividade econômica “o mais cedo possível”.

Daí os autores terminarem o texto (auto-)congratulando o governo do qual fazem parte: “o governo Lula demonstra, no âmbito da política econômica, as imensas oportunidades abertas ao desenvolvimento nacional por meio de uma experimentação responsável”, e concluindo que “a análise do período evidenciou [...] que o país tem grande capacidade de escapar das limitações auto-impostas”. Veremos, em breve, o outro lado desta história.

### 2.3.3 A estrada do sol

*Quero que você  
Me dê a mão  
Vamos sair por aí  
Sem pensar  
No que foi que sonhei  
Que chorei, que sofri  
Pois a nova manhã  
Já me fez esquecer  
Me dê a mão  
Vamos sair pra ver o sol*

Tom Jobim e Dolores Duran [A estrada do sol]

Até aqui avaliamos a contribuição de intelectuais e membros do governo que diagnosticaram os problemas com os quais ele tinha de lidar à partida, apontaram genericamente para o projeto com o qual está comprometido e mapearam o que tem sido feito para que se chegue a este projeto. Mas ainda não se divisou mais claramente *de que* projeto estamos falando, apesar de já termos claras algumas de suas características.

Marcio Pochmann<sup>282</sup> e Guilherme Dias<sup>283</sup> discutem “a sociedade pela qual se luta”<sup>284</sup> no governo do presidente Lula. Partem da mesma constatação de Emir Sader, ou seja, de que “na passagem para o século XXI, o projeto de desenvolvimento [brasileiro] foi [novamente] interrompido”, tendo o país, por meio de políticas neoliberais, enveredado “para a construção de uma nação para poucos, em que muitos permaneceram à margem, considerados inempregáveis ou vagabundos”. E notam que mais recentemente se tem construído aqui um novo projeto de “sociedade para todos”. Assentadas estas traves iniciais, se engajam os autores na prospecção de quais seriam as características desta sociedade futura em cuja construção estaria engajado o governo atual<sup>285</sup>.

Em primeiro lugar, estaria posta no mundo e no Brasil a possibilidade da superação da

<sup>282</sup> Economista, professor livre-docente da UNICAMP e presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

<sup>283</sup> Advogado com pós-graduação em direito econômico pela Universidade de Coimbra.

<sup>284</sup> POCHMANN e DIAS, 2010. As citações nesta sub-seção serão deste texto, salvo indicação contrária.

<sup>285</sup> O texto contém ainda indicações sobre a formação do Brasil contemporâneo, bem como comentários agudos sobre a história econômica recente do Brasil que vale examinar.

sociedade industrial rumo a uma *sociedade pós-industrial*, um estágio civilizatório superior que permitiria a reconstrução da sociabilidade perdida nas sociedades industriais, “bem como a liberação do homem do trabalho heterônomo” que as caracteriza. A factibilidade deste novo nível societário dever-se-ia a que, desde o último quarto do século XX, estaria em curso um conjunto de profundas e complexas mudanças tecnológicas, econômicas, laborais e demográficas, “impondo o avanço da sociedade [...] com predomínio do setor terciário das economias (trabalho imaterial)”. Esta sociedade pós-industrial seria constituída a partir de certas aquisições civilizatórias mínimas: “ingresso no mercado de trabalho aos 25 anos (e não aos 16), educação ao longo da vida (ao contrário de atender apenas crianças, adolescentes e jovens), permanência de 12 horas semanais no local de trabalho (em lugar de 44 horas) e expansão de atividades ocupacionais socialmente úteis [...]”, além da perspectiva de expressiva ampliação da expectativa de vida e de redução do percentual da vida ativa dedicado àquele trabalho heterônomo.

Afirmam os autores que a base material para a sustentação deste padrão de sociabilidade (ou “patamar civilizatório”, como o nomeiam) já existe, “tendo em vista o crescente ganho de produtividade (física e imaterial) oriundo do capitalismo pós-industrial do começo do século XXI”.

Para se ascender a ele, entretanto, seria necessário “o avanço em novos modos de regulação, que potencializem a elevação da produtividade e seu repasse *equânime* a toda a população”<sup>286</sup>. Para isso, propõem a formação de uma nova maioria política, capaz de integrar um espectro amplo de interesses sociais vinculados de algum modo aos estratos sociais de baixa renda e de nível médio, que seriam em geral resistentes ao projeto neoliberal “dos ricos e poderosos”. No interesse desta nova maioria reorientar-se-ia o fundo público, descomprometendo-o com a “improdutividade do circuito da financeirização da riqueza” e vinculando-o novamente “às receitas originárias”, reconfigurando-o em direção às atividades produtivas com redistribuição de renda e de riqueza, que, acompanhada por “democratização das estruturas de poder, produção e consumo, permitiria ampliar o componente estratégico definidor” daquela nova maioria política. Para a consolidação desta maioria – que, ao que tudo indica, seria constituída *com a intervenção do Estado* – permaneceria, ainda, o desafio da “incorporação dos novos contingentes sociais incluídos nos últimos cinco anos e que ainda

---

<sup>286</sup> Note-se que não se fala, aqui, de *igualdade*, mas sim de *equanimidade*, ou seja: do respeito à igualdade *de direito* ou *de oportunidade* de cada um, competindo uns com os outros no mercado em busca da satisfação de seus interesses. É interessante notar como mesmo a oposição “novo-desenvolvimentista” ao neoliberalismo não consegue romper as cadeias que atrelam regulação social e mercado, ainda que apostem num “mercado regulado”.

parecem manter baixo poder de pressão”<sup>287</sup>.

Seria necessária, ainda, a superação dos “traços autoritários” que marcariam nossa cultura, provenientes de nossa “contida experiência com a democracia” e responsáveis por dois fenômenos que afastariam a sociedade da política no Brasil: primeiro, “o surgimento de um desencanto precoce com a forma de poder político regido pelo regime democrático, mesmo que ainda faltem avanços em termos de maior participação”; segundo, “a existência de certo sinal de descrédito da sociedade diante do poder transformador da realidade por meio da ação política”<sup>288</sup>.

Para isto, dever-se-ia, segundo os autores, discutir o tema da “inovação das instituições sociais e sua co-responsabilidade por implementar, monitorar e avaliar o conjunto das políticas públicas”, avançando nos canais de transmissão institucional entre a população e os poderes instituídos. Precisaria ser inovada a *saída participativa*, “capaz de aprofundar as relações entre a sociedade e o governo, entre o Estado e o mercado [!], revitalizando a democracia no Brasil”. Em termos de ações concretas, os autores apoiam iniciativas como o Orçamento Participativo e a instalação de conselhos populares, ressaltando como estes últimos têm sido importantes no governo Lula, tratando de temas centrais vinculados às políticas públicas e às demandas sociais, e, portanto, fortalecendo e aprofundando a *democracia representativa*<sup>289</sup> e alçando as próprias políticas públicas a um patamar superior, “em que a articulação, as consultas e a deliberação são sempre acompanhadas por avaliação, monitoramento e correção de rumos”. Sendo assim, “a determinação do governo Lula de envolver a sociedade é um exemplo da responsabilidade e da capacidade do Estado de combater a herança dos regimes autoritários [...] por intermédio de 63 conselhos de caráter deliberativo e/ou consultivo [...]” que têm funcionado regularmente. Vale notar que, apesar destes conselhos terem “funcionado tão bem”, medidas que desequilibrassem de algum modo a “conciliação de contrários” peculiar ao governo Lula não foram sequer tentadas, apesar de todas as reivindicações da “sociedade civil”. Os exemplos cabais são a reforma agrária, no plano econômico-social, e a abertura dos arquivos referentes ao período autocrático burguês,

---

<sup>287</sup> Apesar da linguagem cifrada, os autores parecem estar se referindo aos beneficiários do Bolsa Família e ao contingente que tem ascendido à “classe média” durante os dois mandatos do presidente Lula, organizados em um tipo de maioria política *através do Estado!* Isto é bastante coerente com a visão histórica do Emir Sader e com os elementos de continuidade que ele estabelece entre Vargas e Lula, apresentados acima.

<sup>288</sup> Vale lembrar que já discutimos o mesmo assunto no âmbito desta dissertação, indicando referências que apontam para muito mais que a “contida experiência democrática” como causas para os referidos fenômenos – até porque, neste caso cai-se numa tautologia: a contida experiência democrática gera um descrédito precoce com a democracia, que por sua vez alimenta uma contida experiência democrática etc. A questão é se indagar *por que e de que maneiras* cada fenômeno, *historicamente*, se manifestou, e *que processos sociais profundos* ele expressou.

<sup>289</sup> Cf. o cap. 1.

no plano político.

Na mesma linha da ampliação da participação escreve Luiz Soares Dulci<sup>290</sup>, que explica que desde 2003 a democracia participativa passou a ser adotada em âmbito federal, através, por exemplo, das “63 conferências nacionais que mobilizaram diretamente, em suas várias etapas, mais de 4,5 milhões de pessoas em cerca de 5.000 municípios brasileiros”, versando sobre temas diversos como desenvolvimento, emprego e renda, inclusão social, saúde, educação, meio ambiente, juventude, segurança pública, igualdade racial, direitos das mulheres, democratização da cultura etc. Assim, decisões fundamentais viriam sendo tomadas pelo governo em diálogo direto (?) com os movimentos sociais, “mudando para melhor a vida de dezenas de milhões de brasileiras e brasileiros”<sup>291</sup>.

O governo do presidente Lula estaria, assim, construindo “uma nova relação do Estado com a sociedade, mediante vasta e substantiva participação social na definição das políticas públicas”, realizando desta forma um dos objetivos históricos fundantes do projeto político petista, assentado, desde sua fundação em 1980<sup>292</sup>, na *democracia plena*, uma *combinação* entre *democracia representativa* e *democracia participativa*. Esta, para o secretário-geral, exige uma profunda *socialização da política*, garantindo ao “cidadão comum” o direito de *opinar* sobre decisões que afetam sua vida cotidiana.

Há mais: “sem a participação social, sem a cidadania organizada e ativa, as próprias instituições representativas correm o risco de *perder legitimidade*”<sup>293</sup>. As eleições, apesar de condição necessária, não são suficientes “para assegurar a vitalidade da democracia”: para garanti-la é indispensável “aproximar o cidadão do Estado, criando canais e instrumentos para que ele acompanhe, fiscalize, [...] interfira [...], *opinando* sobre as decisões do governo também fora dos períodos eleitorais”<sup>294</sup>. Neste sentido é que a democracia participativa, para nosso autor, “longe de competir com as instituições representativas, pode contribuir – e muito – para enriquecê-las e *torná-las mais respeitadas*”.

Esta nova relação do Estado com a sociedade, esta democracia participativa, deve, ainda, garantir “a mais ampla e diversificada mobilização dos indivíduos e grupos sociais, de modo a criar uma correlação de forças favorável às reformas pretendidas” pelo governo,

---

<sup>290</sup> Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República e dirigente histórico do PT. É um dos seis integrantes da coordenação do governo Lula, sendo responsável pela interlocução política do governo com organizações e movimentos sociais.

<sup>291</sup> DULCI, 2010, p. 136.

<sup>292</sup> O partido foi reconhecido oficialmente pelo TSE em 11 de fevereiro de 1982. Entretanto, o Manifesto de Fundação, assinado pelo Movimento Pró-PT, data de 10 de fevereiro de 1980, tendo sido publicado no DOU em 21 de outubro do mesmo ano.

<sup>293</sup> *Ibid.*, p. 134 – grifo nosso.

<sup>294</sup> *Ibid.*, p. 135 – grifo nosso.

respaldando-as. Dulci percebe que para um “governo transformador” não é suficiente, apesar de ser imprescindível, a governabilidade política, na esfera parlamentar. Ele supõe também “aquilo que poderíamos chamar de *governabilidade social*, ou seja, *o respaldo ativo, militante*” às iniciativas do governo que possam encontrar resistências em setores considerados “do *status quo*” ou interessados em garantir seus privilégios etc.

Finalmente, a “ação estatal de novo tipo”, que deve contribuir na criação das condições efetivamente adequadas ao avanço do “novo patamar civilizatório”, estará, desde já, comprometida com a defesa do espaço nacional, através da exploração plena de sua capacidade econômica, do fortalecimento da iniciativa privada (!) com novas regras que permitam ampliar a competição (!) e, assim, garantir o desenvolvimento econômico sustentável com inclusão social e respeito ao meio ambiente, baseado no valor ético fundante da nova sociedade, “motor indispensável quando se decide o futuro das ações humanas e dos Estados nacionais”: a solidariedade<sup>295</sup>.

#### 2.4 Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal...

*Guitarras e sanfonas  
Jasmins, coqueiros, fontes  
Sardinhas, mandioca  
Num suave azulejo  
E o rio Amazonas  
Que corre trás-os-montes  
E numa pororoca  
Deságua no Tejo  
Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal  
Ainda vai tornar-se um império colonial  
Chico Buarque [Fado Tropical]*

No Brasil, ouve-se mais uma vez o tanger das cordas da guitarra (já um pouco desafinada, mas ainda toca...), e o repisado fado tropical outra vez assoma. O *suposto* novo desenvolvimentismo brasileiro, que agrega uma justificativa modernizadora a processos econômicos de grande concentração de capitais já em curso, tem um paradoxal sabor duplo, futurista e passadista, “sugerindo discreta ou abertamente uma retomada da década de 1950, considerada um período no qual os rumos de um capitalismo autônomo teriam sido truncados pelos golpes militares da década seguinte e pela intervenção estadunidense”<sup>296</sup>. Este tipo de argumento, em suas diversas gradações, vem se tornando “uma espécie de senso comum”, se apresentando de modo bastante apaziguador já que aparentemente se contrapõe a situações com a qual boa parte da população, notadamente entre os assim chamados formadores de

<sup>295</sup> Não é brincadeira. Antes fosse... A linha de raciocínio é exatamente esta. Cf. POCHMANN e DIAS, 2010.

<sup>296</sup> Cf. Virgínia FONTES (2010).

opinião, criticou asperamente – como a autocracia burguesa civil-militar, o neoliberalismo, as privatizações –, e acena “com perspectivas respeitadas e apreciadas – como o desenvolvimento, o aumento do consumo, a democracia, o emprego”<sup>297</sup>.

Tudo muito bom, tudo muito bem: entretanto, com este tipo de argumentação

forja-se uma espécie de historiografia mitológica e simplificada cujas linhas fundamentais rezam que, nas décadas de 1960 e 1970, ditaduras militares (apoiadas pelos Estados Unidos) teriam esmagado o projeto desenvolvimentista impulsionado pela aliança entre o Estado e as burguesias industriais nacionais, *mas dificultado por um esquerdismo radical*. Para essa linha de raciocínio, sob a vigência de democracias em todos os países, trata-se de voltar ao tempo perdido e retomar o fio da meada. Seja como resultado das ditaduras ou das democracias, foi descartado o risco maior – o dos grupos “extremistas” que queriam um socialismo impossível e historicamente derrotado (FONTES, 2010, p. 14 – grifo nosso).

Esta explanação da história, na metáfora da autora, apresenta-nos um “copo meio cheio que permanece meio vazio”. Isto porque, se é verdade que os regimes autocráticos burgueses (insistimos, mais uma vez, na especificação *de classe* dos referidos regimes) latino-americanos, implantados nas décadas de 60 e 70, contaram comprovadamente com o apoio dos Estados Unidos, e também que estes regimes eliminaram impulsos *efetivamente democratizantes*, os quais se vinham impondo às respectivas formações nacionais através de reivindicações de reformas *universalizadoras e substantivas* – como a reforma agrária, a educacional, a dos sistemas de saúde, a regulamentação das remessas de lucro ao exterior etc. –, *também é verdade* que a maioria destes regimes autocráticos impôs “a ferro e fogo” a modernização conservadora, a chegada à força ao estágio monopolista do capitalismo, *em nome dos interesses das respectivas burguesias nacionais*, que “não foram vítimas desses golpes, mas *suas beneficiárias e suas cúmplices*”, tendo convocado “as esmagadoras forças estadunidenses contra seus próprios povos”<sup>298</sup>.

Pitoresco nesta insistência num projeto “popular” (ou, na variante petista nossa velha conhecida – e ora devidamente esterilizada – “democrático-popular”...) de “desenvolvimento” constituído através da aliança entre setores médios, camadas subalternas eventualmente “hostis ao neoliberalismo dos ricos e poderosos” e o empresariado nacional produtivo, “interessado no crescimento do país” – aliança esta conduzida pelo Estado capitaneado por um líder capaz de amalgamar interesses *essencialmente* diversos (hoje, o presidente Lula) – é que *o golpe de 64 mostrou de forma transparente a que veio nossa burguesia “nacional”*, como explicitado *de maneira cabal* no livro – *seminal* para a compreensão do Brasil contemporâneo, muitíssimo citado pelos intelectuais membros do atual governo, mas

---

<sup>297</sup> *Ibid.*

<sup>298</sup> *Ibid.*, p. 14.

aparentemente bem pouco levado a sério por eles próprios – *A revolução burguesa no Brasil*, escrito pelo professor Florestan Fernandes como resultado de dezenas de anos de estudo metuculoso, rigoroso e engajado. Professor, aliás, que muitos deles ainda reivindicam como mestre – em nome de um projeto que definitivamente não é o dele<sup>299</sup>.

Elemento notável no plano teórico deste “novo desenvolvimentismo”<sup>300</sup> é a *total obliteração da luta de classes* (ou das “lutas populares” – ao menos todas as que se desenrolam *extra-esfera institucional*) do debate. Seus partidários parecem valorizar este tipo de lutas apenas quando elas são empreendidas contra as “ditaduras”<sup>301</sup> ou contra o neoliberalismo. Quando se chega a um governo “popular”, como o de Vargas (!) ou Lula (!), a classe trabalhadora se transforma em “povo”, conjugação de “setores médios, movimentos sociais e empresários interessados no desenvolvimento inclusivo”, que deve docilmente “opinar sobre as decisões governamentais que afetem as vidas cotidianas”, no caminho da construção de “um Brasil para 190 milhões”, grande fraternidade em que todos, independentemente de sua posição na pirâmide social, são fiadores do mesmo “sonho brasileiro”...

A referida obliteração, na verdade, deita raízes *objetivas* na própria *composição de contrários* sobre a qual assenta o governo Lula. Werneck Vianna argumenta que, “agora que se vê conduzido por um projeto pluriclassista e com a definida intenção de favorecer uma reconciliação política com a história do país, contrariamente à administração anterior [de FHC]”, o capitalismo brasileiro “encontrou um caminho de expansão e intensificação da sua

---

<sup>299</sup> Infelizmente não discutiremos aqui o indispensável livro, ficando nesta dissertação apenas algumas referências rápidas a ele. Isto contraria nossa intenção inicial, que era de abordá-lo pormenorizadamente, mas tal desdita se deve a um motivo muito feliz: é que assinamos embaixo da apresentação e discussão deste texto fundamental realizada por Elaine Behring em sua tese de doutorado – transformada em livro citado inúmeras vezes ao longo da presente dissertação –, e, com certa ponta de “inveja boa”, reconhecemos, ao relê-lo *durante a redação da dissertação*, que não faria sentido algum *tentar* repetir a excelente realização da autora nestas páginas. O leitor atento e conhecedor do livro de Fernandes perceberá a mão do autor em posições defendidas por nós no presente trabalho. Não poderia ser diferente, já que esta leitura exerceu influência profunda sobre nós nos estudos que precederam a redação. Recomenda-se, ademais, enfaticamente a leitura de BEHRING ([2003] 2008, cap. 2, especialmente o item 2).

<sup>300</sup> O termo – a não ser quando precedido por expressões que deixem claro seu caráter *ideológico e mistificador* – virá sempre cercado por aspas: afinal, não tem nada de novo, a não ser a data da “ressurreição” e o caráter abertamente mistificador que o diferencia do desenvolvimentismo original. Quanto a este, VIANNA (2008) explica que “em razão da carga ideológica trazida pela Guerra Fria e pela própria debilidade do capitalismo brasileiro de então, a expressão de um projeto de desenvolvimento autônomo, em que o Estado se comportasse como agência indutora e de direção política, continha um potencial conflitivo desconhecido nos dias presentes”.

<sup>301</sup> Que não se confunda o motivo destas aspas: enquanto a Folha e outros que tais (baseados num revisionismo historiográfico que tem entre seus expoentes o jornalista Elio Gaspari e o historiador Daniel Aarão Reis, que apesar de se colocarem contra o referido regime muito têm contribuído, ao explicarem o golpe por um suposto desapego democrático tanto da direita quanto da esquerda, para a atual onda de apoios aos governos que teriam debelado o mal maior – quanto a isso, cf. MELO, 2009 e MAESTRI e JAKOBSKIND, 2003) as põe pela direita, em nome da “ditabranda” *apoiada, aliás, pela mesma Folha*, nós as colocamos aqui pela esquerda, para lembrar que o uso deste termo *faz desaparecer o caráter de classe destes regimes*, que deve *sempre* ser lembrado por nós se não quisermos que se repita a longa noite de torturas e assassinatos perpetrados pelo Estado.



experiência”<sup>302</sup>. No governo Lula se encontram, ocupando ministérios estratégicos, lideranças de todas as frações da burguesia brasileira (financeira, agrária, comercial, industrial – cada vez mais entrelaçadas uma à outra, aliás), lado a lado com lideranças sindicais e intelectuais vinculados a expressivos movimentos sociais, de tal maneira que as aspirações de cada um destes setores passam a ser arbitradas no interior do Estado, “onde todos [ – que o autor exemplifica através dos “capitalistas do agronegócio, MST, empresários, sindicalistas” – ] se fazem representar” e que se torna o lugar por excelência para a expressão do conflito. Cria-se assim, no interior das agências do Estado, um *parlamento paralelo* “onde classes, frações de classes, segmentos sociais têm voz e oportunidade no processo de deliberação das políticas que diretamente os afetam”. Isto nos remete à proposta expressa por Luiz Dulci e apresentada acima de garantia da *governabilidade social* mediante o *respaldo ativo e militante* dos movimentos “populares” ao projeto governamental, que se dá através de sua incorporação ao espaço político estatal.

Uma pequena, mas necessária, ressalva: parece-nos necessário matizar este apontamento, que é correto, tendo-se em conta o caso do MST (e, por extensão, da Via Campesina<sup>303</sup>). Este movimento, ao contrário de outros dos que mantêm laços históricos de solidariedade com o PT, insistiu, não só no discurso *como na prática*, na tática de “forçar uma ida à esquerda” do governo Lula através da *pressão através da mobilização social combinada ao diálogo* e, inicialmente, em certo respaldo ao governo como maneira de fortalecer este canal. Portanto, não aceitou a estagnação através da incorporação por este *Estado de compromisso*, sendo sua relação com o governo tensa e contraditória.

O movimento, que não deixou de tecer críticas ao processo de “reforma agrária” em curso, vem, há algum tempo (um limite poderia ser posto na transição do primeiro para o segundo mandato de Lula), se distanciando do governo. Lendo-se os dados *absolutamente pífios* em relação à reforma agrária durante os dois mandatos de Lula, entende-se parte da explicação para certa escalada de radicalização da organização a partir daquele marco: neste setor, devido a suas especificidades e à peculiaridade da questão da terra no Brasil, *tem se mostrado impossível conciliar os contrários*<sup>304</sup>. Assim, o governo, em nome de benefícios ao

---

<sup>302</sup> Cf. VIANNA, 2007.

<sup>303</sup> A Via Campesina é uma articulação internacional dos movimentos sociais do campo que tem no MST um de seus pilares de apoio. No Brasil é composta pelos seguintes movimentos: Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Brasil – além, é claro, do MST.

<sup>304</sup> João Pedro Stedile, em entrevista em 8 de abril de 2010 (STEDILE, 2010), caracterizou a reforma agrária do governo Lula como uma *contrarreforma agrária*, explicando que “em ambos os governos [Lula e FHC], não houve desconcentração da propriedade da terra, o que é o fundamental”, permanecendo intocada a situação em

agronegócio e do aumento (!) da concentração de terras no país<sup>305</sup> – como se esta fosse pouca –, cumpriu *uma única vez a (já baixa) promessa anual de famílias assentadas*, em 2005<sup>306</sup>, e tem sistematicamente realizado seus *poucos* assentamentos na região amazônica (!), sem infra-estrutura nem perto de adequada (fornecimento deficiente de água, esgoto, energia elétrica, estradas) e longe das bases acampadas do MST – daí a caracterização da *contrarreforma agrária*<sup>307</sup> feita por Stedile e referida acima. Enquanto isso, as melhores terras do país são reservadas à expansão do agronegócio, de maneira a “aproveitar as vantagens comparativas brasileiras” na produção de soja e demais monoculturas. A postura a se adotar em relação ao governo Lula tem, assim, sido objeto de polêmica internamente ao movimento – afinal os governos FHC criaram condições para a repressão física exponenciada dos movimentos sociais que resultou, por exemplo, no massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996, e no governo Lula “há mais diálogo” e “nunca houve repressão por parte do governo federal”<sup>308</sup>. Enquanto isso, Dilma Rousseff faz questão de insistir em que “o programa de reforma agrária do governo Lula não tem sido contraditório com o avanço dos segmentos exportadores do agronegócio”. É claro...

Retomando o raciocínio anterior: a composição pluriclassista do governo se traduz em um tipo de *Estado de compromisso*, que alberga em seu interior forças sociais contraditórias entre si, comprometidas, entretanto, com a continuidade do que se considera um ciclo virtuoso de desenvolvimento do capitalismo brasileiro (de *modernização*) em uma situação política de *estabilidade democrática* – fato que diferencia esta experiência histórica dos momentos anteriores de intensificação da modernização brasileira, notadamente o Estado Novo e a autocracia civil-militar iniciada com o golpe de 64. Tal situação conduz à despolitização da resolução dos conflitos em favor da negociação entre grupos de interesse.

---

que 15 mil fazendeiros com mais de 2 mil ha. controlam nada menos que 98 milhões de ha., e 50 mil fazendeiros com mais de 1 mil ha. controlam 146 milhões de ha. – nada menos que 43% de todas as terras agricultáveis no Brasil!

<sup>305</sup> Um exemplo individual notório deste aumento é o de Kátia Abreu. “Combativa líder classista” (é assim que ela é definida em seu sítio na rede – da *classe* dos capitalistas e latifundiários, é claro...), foi a primeira mulher brasileira a comandar uma entidade ruralista, sendo atualmente presidente da CNA e senadora (membro da bancada ruralista, é óbvio) do DEM pelo TO. Sendo hoje uma das mais proeminentes porta-vozes públicas *contra* o MST, esta figura foi das principais beneficiadas por um processo de desapropriação e grilagem deslavada, *através do Estado*, de 150.000 ha. de terras na região de Campos Lindos, *roubando* as terras de 80 famílias que viviam há mais de 40 anos na região e ali cultivavam. “Detalhe”  *muito interessante*: após este processo, a produção de soja em Campos Lindos explodiu de 9,3 mil toneladas em 1999 para 127,4 mil em 2007, ao mesmo tempo em que sua população foi lançada na miséria – dados do IBGE de 2007 põem o município como o mais pobre do país, com 84% da população vivendo abaixo da linha de pobreza e 62,4% (!!!) abaixo da linha de indigência. Cf. a edição de *Carta Capital* de 26 de novembro de 2009.

<sup>306</sup> Cf. SCOLESE, 2010.

<sup>307</sup> É interessante notar como todas as bandeiras históricas da classe trabalhadora têm, ao longo deste governo, *se convertido em seu contrário*, num processo que poderíamos chamar de “negação da negação sem afirmação” ou, nas palavras de Werneck Vianna, uma “dialética sem síntese brasileira”.

<sup>308</sup> De acordo com STEDILE (2010).

Com esse movimento, o Estado avoca a sociedade civil para si, inclusive movimentos sociais como os de gênero e os de etnias. Tudo que é vivo gira e gravita em torno dele. Boa parte das Organizações Não-Governamentais (ONGs) são dele dependentes e sequer lhe escapam os setores excluídos, difusamente distribuídos no território do país, os quais incorpora por meio de programas de assistência social, como o bolsa-família, com o que se mantém capilarmente articulado à sua sociedade (VIANNA, 2007).

No que tange à incorporação destes setores mais pobres à base de sustentação do governo, a interpretação a que se procedeu até aqui é enriquecida através da interessante discussão, proposta por André Singer<sup>309</sup> – aliás, estrela de primeira grandeza na constelação petista – sobre as razões da formação do que se tem chamado de “lulismo”<sup>310</sup>, que consistiria no deslocamento da base eleitoral de Lula em direção ao “subproletariado”<sup>311</sup> – ou seja, exatamente aos setores aos quais Werneck Vianna se referiu como “excluídos”. Ele propõe que este deslocamento se fundamenta *na expressão* – através da constituição, pelo governo Lula, de “um Estado suficientemente forte para diminuir a desigualdade, mas sem ameaçar a ordem estabelecida” – *dos interesses daquela fração de classe pelo atual governo*, através do amálgama sincrético de elementos “de esquerda e de direita”<sup>312</sup>.

Apoiado em farto material fruto de pesquisa empírica a partir dos resultados eleitorais e de pesquisas de intenção de voto relacionadas à posição de cada candidato no espectro político, o autor sustenta que, até as eleições de 2006, os extratos posicionados no nível mais baixo da pirâmide social *não* votavam em Lula, tendendo a apoiar candidatos mais conservadores (tendo sido, por exemplo, fundamentais na eleição de Collor em 1989). Justamente estas duas eleições, a de 1989 e a de 2006, foram “polarizadas por renda”, sendo que no segundo turno da primeira Collor levava vantagem de 10 pontos percentuais sobre Lula entre o eleitorado que ganhava até dois salários mínimos, e Lula obtinha a mesma vantagem no segmento cujos proventos eram superiores a 5 salários mínimos. Nas eleições de 2006, já como decorrência do “lulismo”, a tradicional base petista ligada aos setores médios e “formadores de opinião” diminuiu, ao mesmo tempo em que se alargou grandemente a base

<sup>309</sup> Jornalista e cientista político, foi porta-voz e secretário de imprensa da presidência da república durante o primeiro mandato de Lula. É professor de Ciência Política na USP (FFLCH).

<sup>310</sup> Uma definição com laivo apologético do fenômeno pode ser encontrada em Gilney VIANA (2007): “o lulismo é um sentimento de identificação, de representação e delegação de poder de uma grande parcela da população com e para a liderança política de Lula; pela sua história de vida, sua luta sindical e política”. Outra definição, mais afim a nossa própria posição, é dada por IASI (2010): o termo “lulismo” designaria uma expressão particular do fenômeno universal da “liderança pessoal que age sobre as massas sem a mediação política de partidos e propostas fundadas nos reais interesses da classe que se diz representar”. Iasi afirma, aliás, que foi através desta mesma forma política que Getúlio Vargas impôs, com o apoio dos trabalhadores, uma política contrária a seus interesses.

<sup>311</sup> O subproletariado é definido, a partir de Paul Singer, como “aqueles que ‘oferecem a sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais’” (SINGER, *apud* SINGER, 2009).

<sup>312</sup> Cf. SINGER, 2009.

de apoio do candidato entre a fração de classe constitutiva do majoritário “subproletariado”, entre os segmentos *mais pobres* da população trabalhadora.

Anteriormente, “a base social de Lula e do PT expressavam as características da esquerda em uma nação cuja metade mais pobre pendia para a direita”, o que só se modificou em relação a Lula (a base social do PT permaneceu, em grande medida, a mesma) *ao longo de seu primeiro mandato presidencial*, durante o qual ocorreu uma transformação na base social e ideológica de apoio *ao presidente*. Esta modificação é atribuída a um conjunto de fatores identificados como parte de um *programa de “combate à desigualdade dentro da ordem”*.

As bases materiais para tal programa residiriam na “diminuição da pobreza a partir de 2004” a partir, basicamente, das seguintes iniciativas “redistributivas”<sup>313</sup>: *crescimento da importância do Bolsa Família* como “uma espécie de renda mínima para todas as famílias brasileiras que comprovassem situação de extrema necessidade”, tendo seu orçamento saltado de R\$ 570 milhões para R\$ 7,5 bilhões entre 2003 e 2006 (um salto de quase quinze vezes), com o número de famílias atendidas chegando a 11,4 milhões no momento da entrada no segundo processo eleitoral a ser disputado pelo presidente Lula; *aumento real do salário mínimo de 24,25% durante o primeiro mandato*, que pode ter tido incidência até maior que a do Bolsa Família considerando que, além de beneficiar o conjunto dos assalariados empregados, também significa reajustes em aposentadorias e pensões; *expansão explosiva do crédito consignado*<sup>314</sup>, ligado a outras iniciativas destinadas a expandir o “consumo popular”<sup>315</sup> que têm em comum o atrelamento de parcelas cada vez maiores da classe trabalhadora aos grilhões do crédito<sup>316</sup>.

Para conseguir garantir o compromisso das classes dominantes brasileiras com esta redução da pobreza teria sido, segundo Singer, necessário a Lula *manter a ordem herdada*, ou seja: “o governo preferiu conter a subida dos preços [garantindo o maior poder de compra do

<sup>313</sup> O termo está entre aspas porque ele é comumente empregado como algo inequivocamente positivo e dirigido à redução das desigualdades sociais através da redistribuição da renda. Sustentamos que o que está em curso no Brasil hoje é exatamente o contrário: uma redistribuição da renda *a favor dos que têm as maiores rendas, dos capitalistas*. Nesse sentido, talvez fosse mais correta, assim como em relação às contrarreformas, falar em medidas *contrarredistributivas*.

<sup>314</sup> Criado em 2004, o crédito consignado permitiu aos bancos descontarem empréstimos diretamente da folha de pagamento do assalariado ou aposentado em parcelas mensais. A redução do risco decorrente do *pagamento garantido* acarretou uma notável queda da taxa de juros cobrada nestes empréstimos, o que levou a uma brutal expansão da modalidade creditícia. Para se ter uma ideia, já “em 2005, depois de crescer quase 80%, o crédito consignado colocava em circulação dezenas de bilhões de reais, usados, em geral, para o consumo popular” (SINGER, 2009, p. 93).

<sup>315</sup> Curioso: antes no PT se falava em *consulta popular*... Agora só se fala em *consumo popular*.

<sup>316</sup> Nunca é demais lembrar que a “venda de dinheiro a juros” faz a alegria não só do sujeito que pega um empréstimo para comprar sua geladeira, mas também – e em *crescente* escala social – do emprestador, que através dos juros (o “preço” deste dinheiro) *eleva a parcela de excedente que extrai da classe trabalhadora endividada*. Cf., poucas páginas adiante, nota sobre a *quintuplicação* dos lucros dos bancos no governo Lula (!) em relação ao governo FHC, baseada em parte no que os “especialistas” chamaram de “a explosão do crédito”.

subproletariado] pelo caminho ortodoxo, aprofundando as receitas neoliberais”, tendo sido a continuidade do pacote FHC “posta pela burguesia como condição de não haver ‘guerra’ de classes e consequente risco de o governo ser acusado de destruir o Real”. Aceitando esta continuidade, segundo o autor, Lula teria estabelecido “uma ponte *ideológica* com os mais pobres”<sup>317</sup>.

A partir destas duas dimensões, a ideológica (amalgamando ideias de esquerda e de direita, aceitando como dada a manutenção da ordem) e a material (redução da pobreza), Lula *viria conseguindo realizar um programa de classe* (!), o programa do subproletariado...

Apesar do grande interesse que tem o artigo em questão, e da propalada honestidade intelectual de seu autor, não nos é possível *em hipótese alguma* concordar com esta tese. O primeiro e mais imediato motivo para isso é que o autor, para afirmar que o programa *representaria os interesses de classe objetivos do subproletariado*, simplesmente ignora as implicações envolvidas no trato com uma categoria central desenvolvida com maestria em texto que ele próprio cita em seu artigo (*O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, de Marx): a categoria de *ideologia*. É necessário tratar, ainda que superficialmente, deste ponto.

Quanto ao conceito de ideologia, um marco é, sem dúvida, *A Ideologia Alemã*, escrito por Marx e Engels entre 1845 e 1846 e publicado postumamente. Neste texto, o sentido do conceito é abertamente negativo, significando ideologia uma forma de falsa consciência, de mistificação, correspondendo esta a interesses de classe. Com este significado o conceito se refere, assim, ao conjunto das idéias especulativas e ilusórias que os homens formam sobre a realidade (bem como sobre si próprios e sobre sua própria consciência), através da religião, da filosofia, da moral etc., idéias estas que são reflexo, no pensamento, de determinações sociais.

Assim, os autores afirmam, n’*A Ideologia Alemã*, que em toda ideologia os homens e as suas relações nos aparecem “colocados de cabeça para baixo”, como numa câmara escura, decorrendo esse fenômeno do seu processo de vida histórico (MARX e ENGELS, [1846] 2007).

Esta abordagem do conceito de ideologia é a mais presente nas obras de Marx e Engels, e prossegue n’*O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. Neste livro, dirá Marx:

“Sobre as diferentes formas de propriedade, sobre as condições de existência social, se eleva toda uma superestrutura de impressões, de ilusões, de formas de pensar e de concepções filosóficas particulares. A classe inteira as cria e as forma sobre a base destas condições materiais e das relações sociais correspondentes...” (MARX, *apud* LÖWY, 1990, p. 178).

---

<sup>317</sup> O sentido de “ideológica” neste autor *não é* o mesmo que comumente o autor desta dissertação atribui ao conceito, qual seja, o de *mistificadora da realidade*.

A partir do aprofundamento da divisão social do trabalho, e da conseqüente divisão da sociedade em classes sociais, as ideologias passam a estar diretamente relacionadas a estas classes, sendo um reflexo, no pensamento, dos interesses materiais e da situação social de determinada classe. Elas não precisam ser produzidas por integrantes destas classes, sendo muitas vezes resultado do trabalho intelectual de “ideólogos” que, sem estarem diretamente vinculados a elas, “não podem superar os limites que [ela] não supera em sua vida”. No mesmo *O Dezoito Brumário*, mais adiante, lemos então:

“Não é necessário supor que os representantes democratas são todos *shop-keepers* ou que eles se entusiasмам por estes últimos. Eles podem, pela sua cultura e sua situação pessoal, ser separados destes por um abismo. O que os faz representantes da pequena burguesia é que suas cabeças não podem superar os limites que a própria pequena burguesia não supera em sua vida e que, por conseqüência, eles são teoricamente impulsionados para os mesmos problemas e para as mesmas soluções às quais o seu interesse material e a situação social impulsionam na prática os pequeno-burgueses. Tal é, de uma forma geral, a relação que existe entre os *representantes políticos e literários* de uma classe e a classe que eles representam” (MARX, *apud* LÖWY, 1990, p. 178).

Isto é possível, dentre outros motivos, porque

“as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que tem a força *material* dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes na época” (MARX e ENGELS, [1846] 2007, p. 47).

Para além desta compreensão de ideologia, *há outra* muito importante para o pensamento marxista posterior, a partir, principalmente, do sentido que a ela deu Lênin<sup>318</sup>. No Prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política*, publicado por Marx em 1859, temos um *significado ampliado e positivo* do termo ideologia, designando este “as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em suma, as formas ideológicas sob as quais os homens tomam consciência deste conflito [de classes] e o levam até o fim”.

O termo se torna mais amplo porque, abrangendo as formas através das quais todos os homens tomam consciência do conflito entre as classes, passa a dizer respeito também à visão

<sup>318</sup> Nossa apresentação desta *abordagem positiva* do conceito está baseada em COUTINHO, 2008.

de mundo do próprio proletariado – à forma como *o proletariado* também chega a esta consciência, que nosso autor considera como *avessa à mistificação* e ao ocultamento da realidade (donde o caráter positivo).

Assim, neste trecho o termo ideologia *não* é usado com referência apenas às visões de mundo mistificadoras, às falsas consciências. Num esforço de reinterpretação do texto citado d’*O Prefácio* à luz da enunciação precisa e rica que Marx nos apresenta n’*O Dezoito Brumário*, poderíamos chegar à seguinte proposta: ideologia, na forma ampliada e positiva do conceito, se refere a um conjunto de idéias – um campo de questões e de respostas a estas questões –, que será posto (criado, formado) a partir dos interesses materiais e da situação social de determinada classe, e sistematizado por seus intelectuais (“representantes políticos e literários”), que gozam de relativa autonomia – podendo estar vinculados a tal ou qual classe apenas pelas idéias que produzem. Isso será verdade para todas as classes.

Seguindo este caminho é que se pode, como muitos marxistas efetivamente o fizeram (outro grande exemplo, além do de Lênin, é o do marxista italiano Antonio Gramsci), falar em uma ideologia proletária, designando com isto o conjunto de idéias capaz de levar o proletariado a tomar consciência de sua situação de classe e, a partir daí, a buscar apreender a dinâmica do movimento da totalidade social concreta.

O conceito marxiano de ideologia carrega necessariamente consigo, então, um conjunto de determinações conexas. Para Marx e Engels, a sociedade está em permanente movimento, e *é este movimento que interessa explicar* – para eles, a realidade *é movimento*, sendo as categorias apenas cristalizações na mente de momentos do jorrar contínuo do real. É por isso que seu conceito de ideologia está, desde a partida, vinculado àquele de classes sociais, necessariamente em oposição umas às outras – sendo as lutas entre elas justamente as principais responsáveis pelo movimento das sociedades humanas até aqui, enquanto a humanidade não for capaz de orientá-lo conscientemente (o que só acontecerá na “sociedade regulada”, no comunismo).

Após esta digressão, podemos retornar a Singer e explicar: o que o autor atribuiu, mecanicamente, à expressão dos interesses objetivos de classe do subproletariado brasileiro – qual seja, a *redução da desigualdade dentro da ordem através da combinação de elementos à esquerda e à direita do espectro político* (algo como um programa nem de esquerda, nem de direita, mas de “endireita”, como se tem dito por aí hoje em dia) –, consubstanciado no “lulismo”, nada mais é que a *expressão dos interesses de classe do grande capital em direção*

ao “aprofundamento de sua experiência” tal como referido por Vianna, *mediado* pelo atendimento perfunctório a aspirações à subsistência básica deste subproletariado, que tem atendidas necessidades mínimas através de programas como o Bolsa Família.

Remetendo ao debate sobre ideologia, fica claro que aquilo que o autor está tratando, partindo do conceito ampliado, como atendimento ao interesse objetivo *de classe* do subproletariado nada mais é que a acomodação, por parte do governo, à manutenção pura e simples do favorecimento aos mais fortes interesses em presença no Brasil (os dos bancos, do agronegócio, dos conglomerados produtivo-financeiros) *em detrimento do conjunto da classe trabalhadora – incluído aí o subproletariado*.

Afirmar que este Estado está *protegendo* os mais pobres quando desmonta serviços públicos essenciais e transfere os recursos outrora aí aplicados aos bancos, em troca da garantia de uma refeição ou duas por dia, é, *no mínimo*, um grande equívoco... Trata-se, na verdade, de *desumanizar* ou *bestificar* esta enorme parcela da população, que teria como *programa de classe* (a expressão é usada pelo próprio Singer...), ou seja, *como projeto político de sociedade*, comer duas refeições ao dia e sobreviver!

O governo Lula, ao contrário do que afirma Singer, não se tornou, *a não ser em aparência*, um “árbitro acima das classes”<sup>319</sup>: com a transferência escancarada do fundo público aos banqueiros brasileiros (associados ao capital bancário transnacional) *ele assumiu um lado na luta de classes*, o lado da burguesia ou das classes proprietárias<sup>320</sup>. A questão toda é que, através destes mecanismos de “redistribuição de renda” (que tem se dado, *na verdade, da classe trabalhadora para o grande capital*) ou de “garantia ao consumo dos mais pobres”, ele consegue *controlar e manipular* muito melhor este “subproletariado” – que no Brasil constitui parcela expressiva da população – garantindo, enquanto se arroga como seu legítimo

<sup>319</sup> Cf. SINGER (2009, p. 102).

<sup>320</sup> No *exato momento* em que finalizávamos a redação desta dissertação, lemos a seguinte notícia no insuspeito jornal *O Globo*: “**Lucros dos 3 maiores bancos do país somam R\$ 167 bi na era Lula, alta de 420% sobre gestão FH: A exuberância do setor financeiro, evidenciada nos recentes balanços divulgados, ganha contornos mais visíveis quando analisado o desempenho das instituições nos últimos 15 anos. Dados da consultoria Econômica, levantados a pedido do GLOBO, revelam que o lucro líquido dos três maiores grupos do país - Banco do Brasil (BB), Itaú Unibanco e Bradesco, que respondem hoje por quase 80% do mercado - saltou quase 420% entre os oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e os sete anos e meio da gestão Luiz Inácio Lula da Silva (2003-1 semestre de 2010). Os ganhos dessas instituições somaram R\$ 167,471 bilhões desde 2003, contra R\$ 32,262 bilhões no governo anterior. Os valores estão corrigidos pelo IPCA. Segundo especialistas, os bancos conseguiram quintuplicar seus ganhos, sobretudo com a explosão do mercado de crédito [...]. – ‘O cenário macroeconômico no governo Lula é o melhor possível. O nível de renda e emprego melhorou muito e vimos uma explosão no mercado de crédito e de capitais. Os bancos foram procíclicos - diz o economista-chefe da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Rubens Sardenberg’**” (O GLOBO, edição de 22 de agosto de 2010. A notícia parece confirmar o teor do debate no qual nos empenhamos na presente seção, confirmada também por esta: **Setor bancário brasileiro é o mais lucrativo no 2º tri, mostra estudo da Econômica**, na edição online de 23 de agosto do mesmo veículo.



representante, aquilo que Luiz Dulci reputou como a “governabilidade social”. Vejamos, então, como isto se dá.

## 2.5 Meu pirão primeiro: a economia política do novo desenvolvimentismo brasileiro

*O que adianta eu trabalhar demais  
se o que eu ganho é pouco,  
se cada dia eu vou mais pra trás  
nessa vida levando soco,  
e quem tem muito tá querendo mais,  
e quem não tem tá no sufoco...  
Vamos lá rapaziada, tá na hora da virada!  
Vamos dar o troco.  
Beth Carvalho [Virada]*

Como afirmou o próprio André Singer no texto citado, Lula manteve basicamente a mesma política econômica do segundo governo Cardoso – o que significa adoção das metas de inflação, do ajuste fiscal permanente e do câmbio flutuante, características do modelo neoliberal, ou, mais especificamente em nosso caso, do modelo *liberal periférico*. Já discutimos o papel que cumpre, em contexto neoliberal, o tipo de política pública assistencial focalizada representado aqui pelo Bolsa Família como *elemento de legitimação* de um Estado que se torna mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital, e que através de uma política como esta é capaz de *aparentar estar redistribuindo renda em direção aos “de baixo” quando, na verdade, o que se faz é justamente o contrário* – a verdade é que através do pagamento bilionário de juros e compromissos da dívida pública (trilionário, aliás, como veremos), bem como de financiamentos para fusões e aquisições (para “o desenvolvimento”) via BNDES, entre outros mecanismos, se *concentra a renda no país*, ou se quisermos dizer de outro modo: *o que se realiza hoje no Brasil é uma contrarredistribuição da renda*, uma redistribuição às avessas.

Luiz Filgueiras<sup>321</sup> e Reinaldo Gonçalves<sup>322</sup> mostram como a evolução tida como favorável da dívida pública líquida brasileira<sup>323</sup> ao longo do primeiro mandato do presidente

<sup>321</sup> Professor associado da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA, é pós-doutor em Economia pela Universidade de Paris XIII.

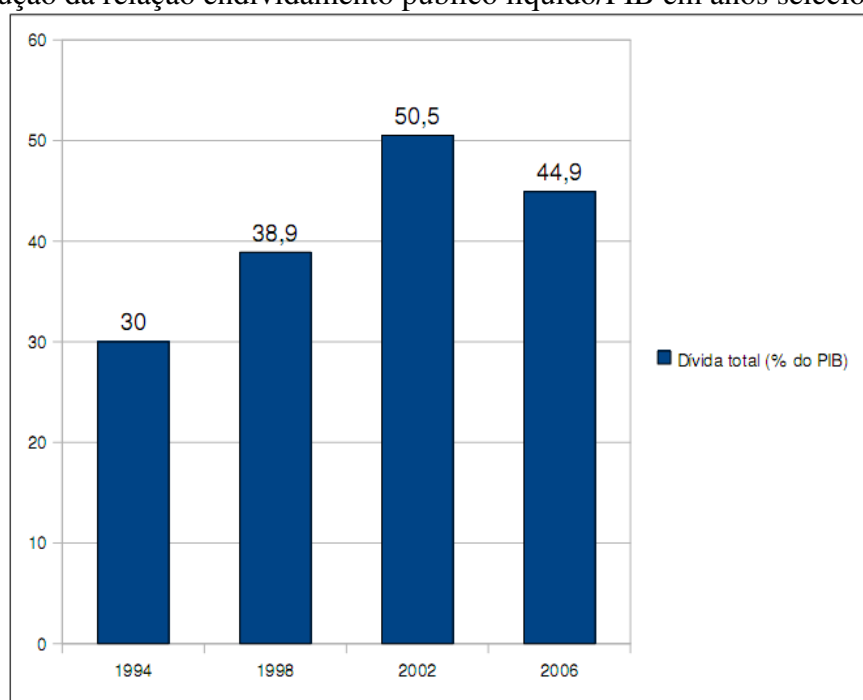
<sup>322</sup> Professor titular de Economia Internacional do Instituto de Economia da UFRJ, é livre-docente em Economia Internacional pela UFRJ e doutor em Economia pela University of Reading. Autor de centenas de trabalhos publicados na área de Economia e ganhador de diversos prêmios na área.

<sup>323</sup> Dívida líquida do setor público: “Corresponde ao saldo líquido do endividamento do setor público não-financeiro e do Banco Central com o sistema financeiro (público e privado), o setor privado não-financeiro e o resto do mundo. Entende-se por saldo líquido o balanceamento entre as dívidas e os créditos do setor público não-financeiro e do Banco Central” (BACEN, 2008). “Consideram-se setor público não-financeiro as administrações diretas federal, estaduais e municipais, as administrações indiretas, o sistema público de previdência social e as empresas estatais não-financeiras federais, estaduais e municipais, além da Itaipu Binacional. Incluem-se também [...] os fundos públicos [...] cuja fonte de receita é constituída de contribuições fiscais ou parafiscais” (BACEN, 2008).

Lula decorre justamente da *manutenção e aprofundamento da política econômica* de corte *neoliberal* herdada de Fernando Henrique Cardoso – ligada ao ajuste estrutural que se caracteriza pelo enxugamento dos gastos sociais do governo. Num cenário internacional extremamente favorável, com superávits na balança comercial, a manutenção da política de obtenção de altos superávits fiscais primários levou à redução, entre 2002 e 2006, de 5,6 pontos percentuais da dívida líquida total do setor público em relação ao PIB (de 50,5 % para 44,9 % do PIB), como podemos observar no gráfico a seguir:

**Gráfico 2.3**

Evolução da relação endividamento público líquido/PIB em anos selecionados:



Fonte: elaboração do autor, a partir de dados disponíveis em FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007.

Entretanto, esta redução relativa da dívida total “se deve à redução sistemática da dívida externa em todos os anos, tanto em valores absolutos como proporção do PIB”, sendo que “isto ocorre porque a dívida interna, depois de uma pequena redução como proporção do PIB em 2004, continuou crescendo aceleradamente, no seu montante absoluto [...] e também como proporção do PIB”. Se observamos a tabela e o gráfico a seguir, fica claro que a evolução não é assim tão favorável – já que a tendência ao aumento muito forte do endividamento interno contra-arresta a tendência positiva de diminuição da dívida total, *ainda mais se levamos em consideração que a dívida interna é rolada a prazos menores e taxas de juros mais elevadas*:

**Tabela 2.1**

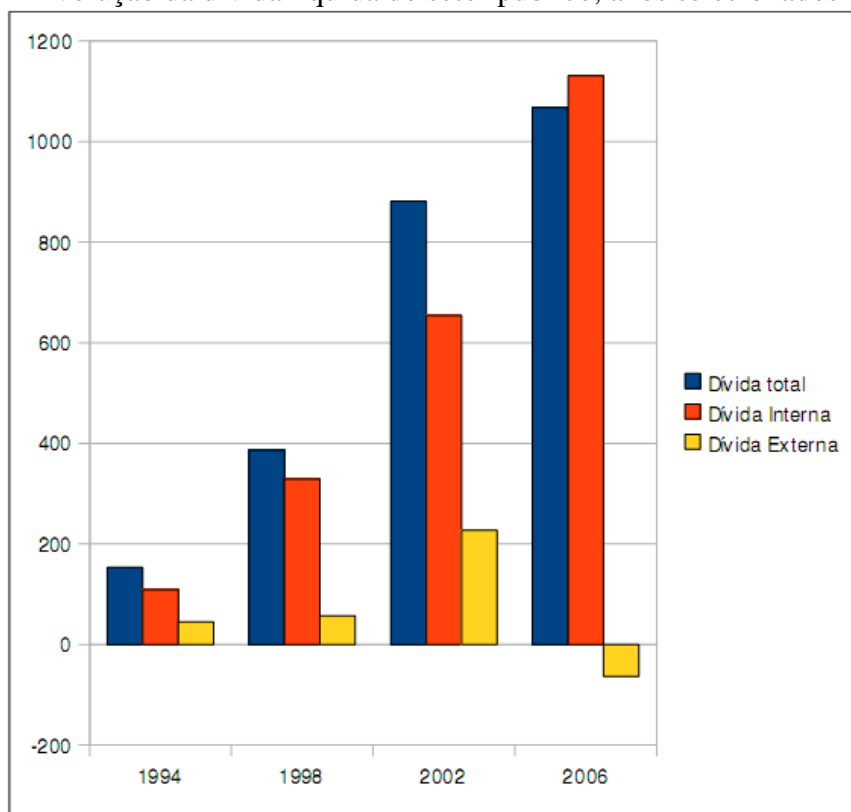
Dívida líquida do setor público, anos selecionados: 1994-2006 (em R\$ bilhões)

ANO	DÍVIDA TOTAL		DÍVIDA INTERNA		DÍVIDA EXTERNA	
	R\$ BILHÕES	% DO PIB	R\$ BILHÕES	% DO PIB	R\$ BILHÕES	% DO PIB
1994	153,2	30	108,8	21,3	44,4	8,7
1998	385,9	38,9	328,7	33,2	57,2	5,8
2002	881,1	50,5	654,3	37,5	226,8	13
2006	1.067,4	44,9	1.130,9	47,6	-63,5	-2,7

Fonte: FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p. 106, a partir de dados obtidos junto ao Banco Central.

**Gráfico 2.4**

Evolução da dívida líquida do setor público, anos selecionados

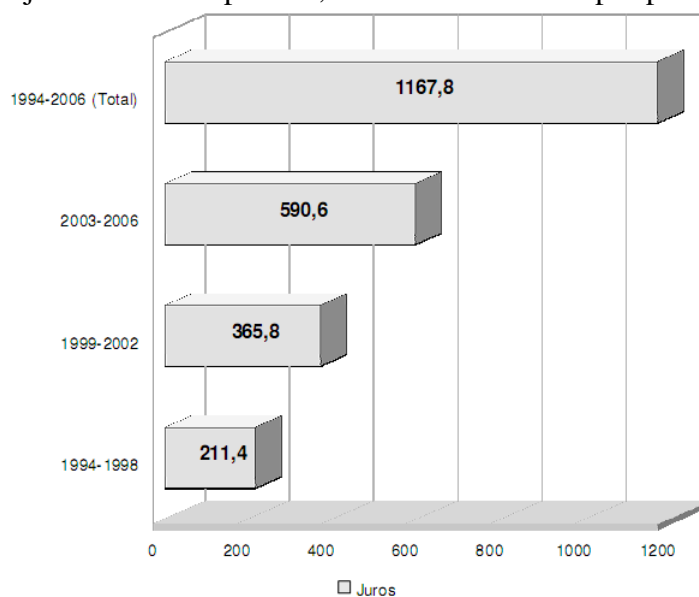


Fonte: elaboração do autor, a partir de dados disponíveis em FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007.

Mesmo com o enorme acúmulo de reservas (R\$ 330,9 bi, contra 165,3 no governo FHC) decorrente da política de altos superávits primários adotada entre 2003 e 2006, *a dívida pública líquida medrou de R\$ 881 bi em 2002 para mais de R\$ 1 trilhão (!) em 2006!* Além disso, os governos Cardoso e Lula proporcionaram ao capital financeiro o lucro fácil de mais de R\$ 1 trilhão só em juros da dívida pública, o que correspondeu, em média, a 8% do PIB no segundo mandato de Cardoso e a 8,2% no primeiro mandato de Lula. O problema é ainda maior caso consideremos o montante de juros pagos – maior à medida que aumenta a dívida. E fica *ainda maior* caso comparemos este montante com o gasto social do governo e confirmamos os montantes *radicalmente discrepantes* destinados ao pagamento de juros da dívida pública brasileira e aqueles destinados, por exemplo, à saúde no país. Vejamos:

**Gráfico 2.5**

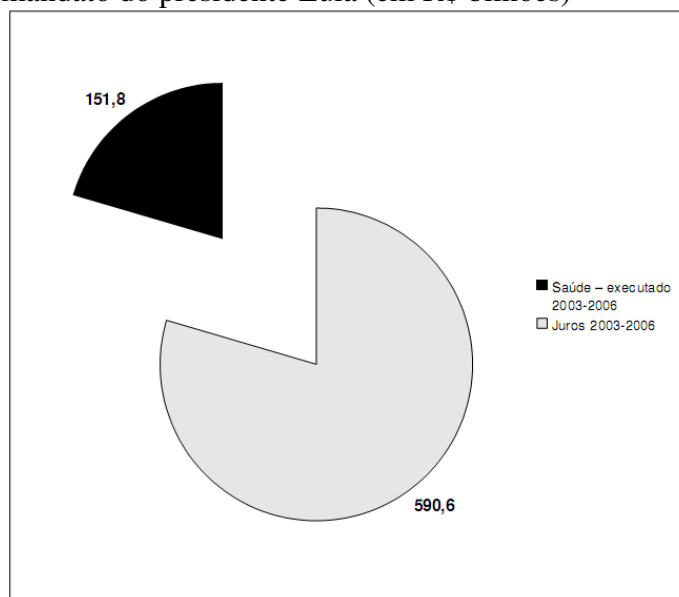
Pagamento de juros da dívida pública, valores acumulados por período (em R\$ bilhões)



Fonte: elaboração do autor, a partir de dados disponíveis em FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007.

**Gráfico 2.6**

Dotação orçamentária executada pelo Ministério da Saúde e juros da dívida pagos no primeiro mandato do presidente Lula (em R\$ bilhões)<sup>324</sup>



Fonte: elaboração do autor a partir de dados em CGU, 2004-2007 e FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007.

Aliás, quanto à situação do financiamento à saúde vale conferir o que foi constatado pelo boletim especial do IPEA avaliando os 20 anos da Constituição de 1988:

Os valores alocados pelas três esferas do governo ao sistema de saúde corresponderam a 44,1% do gasto total com saúde no país em 2006, percentual próximo ao apresentado pelos Estados Unidos, onde o sistema público destina-se à parcela reduzida da população. Em países com sistemas universais, em 2005, o gasto público correspondia sempre a percentuais muito superiores do gasto total: Canadá (70,3%), Itália (76,6%), Reino Unido (87,1%), França (79,9%), e Portugal (72,3%) [os dados são da Organização Mundial de Saúde].

Ainda segundo estimativas da OMS, o gasto público *per capita* no Brasil era, em 2005, 333 dólares. Este valor corresponde a menos que a metade do valor *per capita* do gasto público da Argentina (US\$ 672,00), a 23% do de Portugal (US\$ 1472,00), a 15% do gasto da Inglaterra (US\$ 2261,00), a 14% do alocado pelo Canadá (US\$ 2402,00) [...] nesse ano (IPEA, 2009, p. 150).

Vale lembrar: o montante da dívida só tem aumentado nos últimos anos, e aumentou ainda mais por conta da “espetacular” saída brasileira da crise de 2008. De acordo com Editorial de *O Globo* de 18 de maio de 2010, a dívida bruta brasileira pode chegar a 64,4% do PIB (R\$ 2,2 trilhões!) até o fim do ano – atingindo o maior patamar em 10 anos e significando

<sup>324</sup> Em relação à discrepância evidenciada pelo gráfico anterior, é importante notar que nele os gastos públicos em saúde estão subestimados, considerando que a responsabilidade por esta área é compartilhada entre União, estados e municípios. Ainda assim, insistimos nele devido a dois motivos: o primeiro é que, ainda que com esta distorção, aponta para a disparidade entre a prioridade concedida pelo governo federal ao pagamento de juros aos banqueiros em relação às *vidas dos trabalhadores que dependem do SUS*; o segundo é que mesmo que extrapolemos o percentual gasto pela União em 2006, em relação a estados e municípios, para os outros anos (sendo que ele foi *maior* em 2006), obtendo assim uma estimativa *por cima* dos gastos em saúde das três esferas governamentais, encontraremos a cifra de R\$ 325 bi ( $x=151,8*0,52/0,48$ ), ainda *bastante inferior* àquela destinada ao pagamento de juros da dívida.

um avanço de 8 (!) pontos percentuais desde 2008 (quando ela representava 56,4% do PIB). Pelos padrões brasileiros, o governo Lula é responsável pela maior relação dívida interna/PIB da história. A relação *média* é de 7,5%, enquanto a dívida líquida está, hoje, *aparentemente* sob controle na faixa dos 40%. Já a dívida bruta saltou, como vimos, e vem chamando a atenção dos estudiosos da área<sup>325</sup>.

A discrepância se deve a uma “mágica contábil” realizada pelo governo, que emite títulos do Tesouro Nacional para “financiar os financiamentos” do BNDES, através de “empréstimos” que não aparecem na dívida líquida. Isto, no ano de 2009, chegou a R\$ 100 bi (2/3 do orçamento executado pelo Ministério da Saúde em *todo* o primeiro mandato), tendo o desembolso do Banco chegado a R\$ 137,4 bi<sup>326</sup>. Há dois “detalhes” notáveis examinando as referidas notícias: o primeiro é que a diferença entre os juros que o Estado paga para se endividar e sustentar a emissão destes títulos (9,5%) e a taxa de juros cobrada nos financiamentos do Banco (6%) acaba sendo paga com dinheiro *público* – ou seja, a conta da festa fica nas costas da classe trabalhadora que não se beneficia destes financiamentos; o segundo é que parte deste dinheiro destinado ao “desenvolvimento do país”, da “potência Brasil”, é usado para financiar fusões e aquisições de empresas por outras (!), a partir do projeto em curso de criação de “gigantes” em diversas áreas de maneira a tornar o Brasil um “ator global” na economia mundial.

Este ponto merece ser examinado com alguma minúcia, porque permite esclarecer *para quem* está orientada a epopeia do “novo desenvolvimento” brasileiro. De acordo com a *Folha Online* de 04 de outubro de 2009, o BNDES havia investido em 18 meses, entre 2008 e 2009, R\$ 5,1 bi (6% de seu orçamento em 2008) para “estimular a formação de grandes grupos”. Foram R\$ 2,5 bi para a compra da Brasil Telecom pela Oi<sup>327</sup>, R\$ 405 mi para a compra da Datasul pela Totvs (que é agora a maior companhia nacional do setor de *software*, fato atribuído em revistas empresariais à “grande habilidade e visão” de seus gestores), R\$ 580 mi para a fusão entre Aracruz e Votorantim Celulose (complementados por mais R\$ 661 mi para expansão do novo grupo, o Fibria, totalizando R\$ 1,241 bi para os pobres grupos Votorantim e Aracruz!), R\$ 400 mi para a formação da Brasil Foods entre Sadia e Perdigão (agora temos a maior processadora de frangos do mundo...) e por aí vai.

As justificativas são: primeira, que “com isso, as empresas criam empregos e favorecem a inovação, o que é bom para o país” – argumento este que já examinamos através

<sup>325</sup> Cf. O GLOBO, 2010a.

<sup>326</sup> *Idem*, 2010b.

<sup>327</sup> Quanto ao “grande negócio” que resultou desta operação, cf. a revista Carta Capital, edições de 21 de julho (pp. 40-42) e 4 de agosto (pp. 18-22) de 2010 (respectivamente: FREITAS JR., 2010a e 2010b).

da análise do processo de reestruturação produtiva na presente dissertação e que, portanto, sabemos que *é falso; segunda, e mais importante, segundo o próprio BNDES*, que informou à Folha que “o desenvolvimento de companhias competitivas e de classe mundial é um dos objetivos da política de desenvolvimento produtivo” em setores “em que o Brasil tem excelentes condições de competitividade” (como o de frango!). Como se vê, trata-se de desenvolver gigantes com capacidade de competir no tumultuoso mercado mundial, aproveitando nossas “vantagens comparativas” (“desvantagens comparativas” para os trabalhadores, não custa lembrar), ou seja: *trata-se do Estado, com dinheiro público, facilitando o processo de concentração e centralização de capital.*

Finalmente, encerrando o assunto da dívida: de acordo com a Rede Jubileu Sul Brasil<sup>328</sup>, em 2009, enquanto estavam previstos R\$ 234 bi apenas para pagamento de juros da dívida (computando os gastos com a “rolagem” este valor chegaria a R\$ 756 bi!), *para toda a folha de pessoal estavam previstos apenas R\$ 169 bi!* Ou seja: R\$ 234 bi para banqueiros contra R\$ 169 bi *para todos os professores, enfermeiros, médicos, auditores, promotores e todos os outros servidores públicos ativos, aposentados e pensionistas*<sup>329</sup>. Detalhe: quando ocorreu queda na arrecadação em 2009 por causa da crise, o que o governo fez? Anunciou um corte de R\$ 21 bi *na previsão de gastos com o funcionalismo!* Ainda: aqueles gastos com a dívida, que estavam previstos para R\$ 234 bi, acabaram atingindo R\$ 380 bi; como o Bolsa Família gastou R\$ 12,189 bi no mesmo ano, o gasto com o “Bolsa-Banqueiro” superou 31 vezes (!) o gasto com o Bolsa Família<sup>330</sup>.

O resumo da ópera é que boa parte do gasto público no Brasil, hoje, é destinado ao pagamento de juros / “rolagem” da dívida pública e a financiamentos de mega-operações que interessam unicamente aos acionistas e controladores de grandes grupos econômicos, com a conta sendo paga *sempre* pelo conjunto dos trabalhadores brasileiros. Tem ocorrido, desta forma, *efetiva transferência de renda da classe trabalhadora brasileira para o capital*, tanto em sua face financeira quanto em qualquer outra delas, até porque estas estão mais imbricadas do que nunca. Esta *contrarredistribuição da renda* se evidencia através da análise cuidadosa dos indicadores e índices<sup>331</sup> de desigualdade social no Brasil.

<sup>328</sup> O Jubileu Sul é uma ampla rede de movimentos pelo cancelamento e o repúdio às dívidas internas e externas e pela reparação do dano social que estas têm causado. Existe na América Latina e Caribe, África e Ásia, sendo no Brasil constituída por MST, PACS, Conlutas, Pastorais Sociais da CNBB, Intersindical, Marcha Mundial de Mulheres entre outros movimentos sociais.

<sup>329</sup> Cf. JUBILEU SUL, 2009.

<sup>330</sup> JUBILEU SUL, 2010.

<sup>331</sup> Há discussão – e certa confusão – sobre as diferenças entre índice e indicador na obtenção e análise de informações sobre a realidade. Em linhas gerais: o termo *indicador* refere-se a um *parâmetro* selecionado a ser tratado isoladamente ou em combinação com outros indicadores; já o *índice* é o valor agregado final de um procedimento de cálculo onde se utilizam indicadores como *variáveis componentes*, referindo-se a um *sistema*

Recorramos em primeiro lugar ao Índice de Gini, largamente utilizado pela pesquisa acadêmica, institutos de pesquisa, agências multilaterais etc. Este índice, de acordo com o IPEADData, mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos *segundo a renda domiciliar per capita*<sup>332</sup>. “Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula)”<sup>333</sup>.

Apesar do problema referido em nota anterior (ele expressa em grande medida as diferenças de renda *no interior da própria classe trabalhadora*), este índice é muito fácil de entender e nos dá com aceitável eficiência um primeiro panorama sobre as desigualdades de distribuição de renda. No Brasil, o Índice de Gini se apresentou como no gráfico na página a seguir<sup>334</sup>:

---

ou *fenômeno* considerado em sua totalidade parcial e exprimindo-o sintética ou numericamente, de maneira a possibilitar comparações que, de outro modo, não seriam possíveis. Para mais, ver SICHE *et alii* (2007) e PNUD (2000).

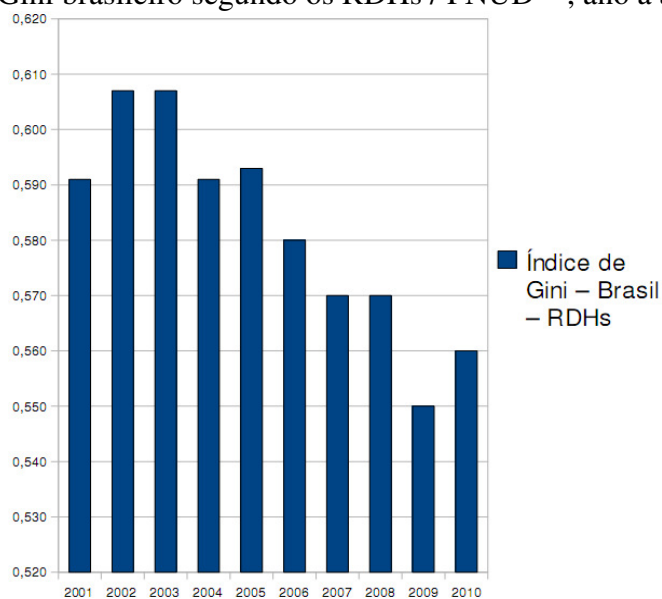
<sup>332</sup> Este, na verdade, é um dos *problemas* deste índice. Como ele mede a desigualdade baseado na renda domiciliar *per capita* – no caso brasileiro aferida pela PNAD, do IBGE –, seu resultado apresenta uma grave distorção: ele “subestima a renda do capital (juros, lucros e aluguéis) e mostra, principalmente, a distribuição dos rendimentos recebidos por trabalhadores assalariados e autônomos. Portanto, o coeficiente de Gini expressa, em grande medida, a distribuição intra-salarial da renda” (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007).

<sup>333</sup> IPEADData, 2010.

<sup>334</sup> Realizamos a mesma compilação a partir dos dados disponibilizados pelo IPEADData – ligeiramente diferentes daqueles constantes nos RDH. Os resultados partindo desta outra base de dados foram, no geral, muito semelhantes a estes colocados no corpo do texto, e, por isso, evitamos anexá-los ao presente trabalho. Escolhemos trabalhar com os dados divulgados pelo PNUD porque através deles pudemos fazer comparações entre países a partir de uma única fonte de dados. Pequenas variações nos dados apurados por PNUD e IPEA não comprometem os resultados e conclusões a que se chega aqui – pelo contrário, mostram a consistência das estimativas.



**Gráfico 2.7**  
Índice de Gini brasileiro segundo os RDHs / PNUD<sup>335</sup>, ano a ano



Fonte: elaboração do autor, a partir dos Relatórios de Desenvolvimento Humano do PNUD/ONU de 2001 a 2010<sup>336</sup>

Pode ser observada a *tendência à queda* do Índice de Gini no Brasil, o que confirma inclinação que vem desde 1995 – compensando grande aumento do Índice entre a metade da década de 1980 e a de 1990, período durante o qual ele ultrapassou 0,600. Dentre os fatores explicativos para esta tendência à queda podemos destacar: taxas de inflação relativamente baixas; incrementos do salário mínimo; benefícios da Previdência Social (afetados por estes incrementos); políticas focalizadas de transferência de renda.

Esta queda, que pode ser considerada positiva à primeira vista, mascara, entretanto, dois problemas principais (além daquele já aludido de que expressa grandemente a desigualdade interna à classe trabalhadora): o primeiro é que como este índice só leva em conta a renda diretamente percebida pelo pesquisado, *ele desconsidera as perdas na renda real advindas do sucateamento dos serviços públicos*<sup>337</sup> – sua lógica é completamente orientada para o indivíduo e para o mercado (pode-se falar, mesmo, numa lógica liberal), em

<sup>335</sup> Os Relatórios de Desenvolvimento Humano são publicações anuais em que o PNUD faz um grande balanço geral sobre a situação do “desenvolvimento humano” (medido por um índice, cuja delimitação e metodologia de construção pode ser encontrada em PNUD, 2000) no mundo e em países ou regiões selecionadas, apresentando coligidos em anexos certos indicadores e índices para a maior parte dos países do mundo. Foi a partir destes anexos que compilamos os dados a partir dos quais construímos as tabelas e os gráficos a seguir.

<sup>336</sup> Não tivemos acesso ao de 2010 diretamente, e sim através do jornal *O Globo*, edição de 23 de julho de 2010 (cf. BRÍGIDO, 2010), em matéria na qual há algumas imprecisões e um erro de classificação que não discutiremos aqui por fugir ao tema. De todo modo, o erro que notamos na reportagem está *corrigido* aqui.

<sup>337</sup> Cabe um exemplo para explicitar o que se quer dizer com isto: imaginemos que o governo deixe de investir R\$ 100,00 na saúde ou na educação e invista R\$ 1,00 no Bolsa Família. Os indivíduos beneficiários do Programa estarão desassistidos em áreas essenciais, o que vai levá-los a enfrentar problemas e, se puderem, a *pagar por estes serviços* fornecidos na iniciativa privada. Entretanto, *nas estatísticas que partem da renda recebida diretamente, eles estarão mais ricos* (ou melhor, menos pobres).

que o que é avaliado é a condição de cada um de *pagar por serviços*, que podem perfeitamente ser oferecidos “gratuitamente” pelo Estado, mas que, neste caso, simplesmente não entram nesta conta; o segundo é que para se interpretar corretamente esta tendência à queda é importante comparar a evolução do Índice brasileiro com os do resto do mundo, de maneira a inferir se o país tem melhorado ou piorado *relativamente*. Este segundo problema foi enfrentado por nós e resultou na tabela e no gráfico comparativo a seguir:

**Tabela 2.2**

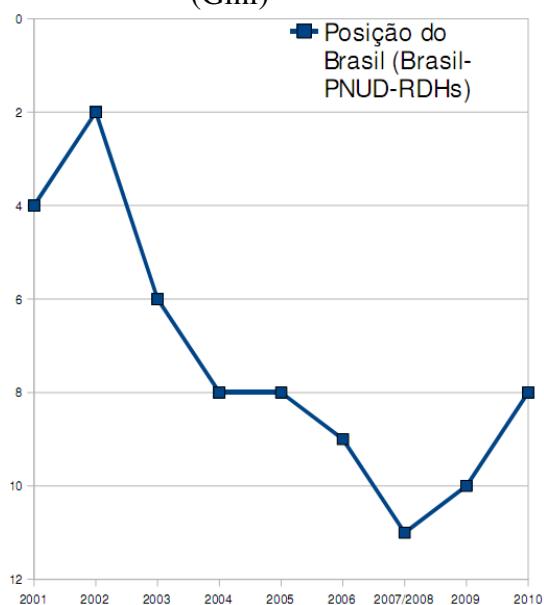
Posição do Brasil em relação aos demais países do mundo – desigualdade social (Gini)

Ano	Posição do Brasil
2001	4
2002	2
2003	6
2004	8
2005	8
2006	9
2007/2008	11
2009	10
2010	7 ou 8

Fonte: elaboração do autor a partir dos Relatórios de Desenvolvimento Humano 2001/2010.

**Gráfico 2.8**

Evolução da posição do Brasil em relação aos demais países – desigualdade social (Gini)

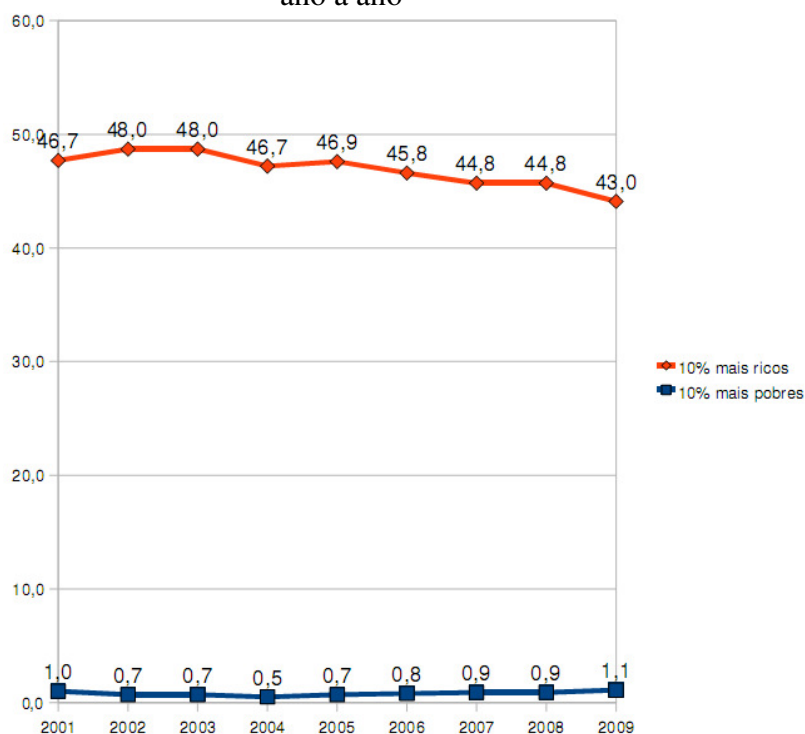


Fonte: elaboração do autor a partir dos Relatórios de Desenvolvimento Humano 2001/2010.

Nota-se, pela tabela e pelo gráfico, que a tendência à queda do Índice de Gini brasileiro não foi capaz, por enquanto, de reverter o triste histórico do país de figurar entre os campeões da desigualdade no mundo – algo, aliás, amplamente confirmado pela experiência cotidiana dos brasileiros, e sugerido pelo gráfico a seguir, ilustrativo da *alarmante* concentração de renda no país:

**Gráfico 2.9**

Rendimento dos 10% mais pobres e dos 10% mais ricos em relação à renda total no Brasil, ano a ano<sup>338</sup>



Fonte: elaboração do autor a partir dos Relatórios de Desenvolvimento Humano 2001/2010.

Ainda, e talvez o mais importante: há maneiras de se medir as desigualdades *entre as diferentes classes sociais*, superando os limites postos pelo índice utilizado anteriormente. Nesse sentido, como nos lembram Gonçalves e Filgueiras, “o fundamental é verificar a distribuição entre, de um lado, os trabalhadores e, de outro, os capitalistas (que recebem lucros e aluguéis) e rentistas (que recebem juros)”<sup>339</sup>. Estes autores realizaram criteriosa análise da distribuição funcional da renda no país a partir de diversos indicadores, chegando a importantes conclusões, algumas das quais: a relação salário/PIB no Brasil tem tendido a diminuir, baixando de 32,1% em 2000 para 30,8% em 2004; ao mesmo tempo, a participação de apenas três grandes bancos no PIB não pára de subir, sendo de 11,6% entre 1995 e 1998,

<sup>338</sup> Vale lembrar que estes números carecem dos mesmos limites apontados em relação ao Índice de Gini, ou seja: expressam grandemente a desigualdade *interna* à classe trabalhadora brasileira por subestimarem juros, lucros e aluguéis.

<sup>339</sup> Cf. FILGUEIRAS e GONÇALVES (2007, p. 209).

17,2% entre 1999 e 2002 e chegando a 19,3% entre 2003 e 2006 (enquanto isso, a participação dos salários *de todos os trabalhadores do país* ficava em torno de 30%, e caindo); a elevação do emprego não compensava, no período analisado (2003-2006), as perdas salariais anteriores, de modo que a massa salarial crescia muito mais lentamente que o emprego e que o PIB do país (o que resulta provavelmente de mais empregos *precários e mal-remunerados*).

Estes dados são amplamente confirmados pelo que vimos até aqui.

Por último: tal modelo de desenvolvimento orientado para o grande capital tem consequências desastrosas, ao contrário do que apregoam seus arautos, também para o emprego. De acordo com Frederico Barbosa<sup>340</sup>, 52% da população economicamente ativa (PEA) era, entre 2007 e 2008, constituída de trabalhadores sem vínculo formal com o mercado de trabalho – os chamados “informais”<sup>341</sup>.

Para além disso, o país possui taxas de desemprego altíssimas, como podemos observar na tabela e no gráfico a seguir:

**Tabela 2.3**  
Taxa de desemprego – Média das 6 RMs pesquisadas, ano a ano (%)

Ano	Média das 6
1998	19,37
1999	21,35
2000	19,92
2001	19,98
2002	20,12
2003	21,78
2004	20,57
2005	18,97
2006	17,93
2007	16,5
2008	15,15
2009	14,93

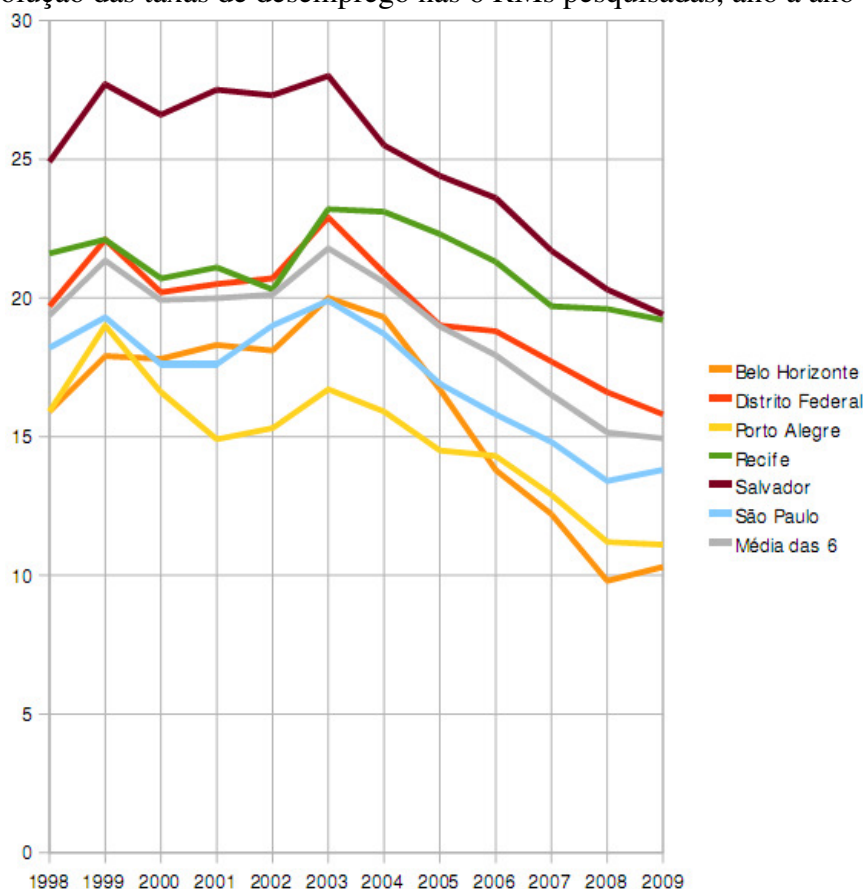
Fonte: elaboração do autor, a partir de dados disponibilizados pelo DIEESE.

<sup>340</sup> Economista do IPEA, membro da Diretoria de Estudos Sociais (Disoc) e um dos responsáveis pelo estudos sobre políticas culturais do Instituto.

<sup>341</sup> Cf. BARBOSA, 2010.

**Gráfico 2.10**

Evolução das taxas de desemprego nas 6 RMs pesquisadas, ano a ano (%)



Fonte: elaboração do autor, a partir de dados disponibilizados pelo DIEESE.

Para concluir este capítulo, pedimos licença a certo professor para apresentar dois fragmentos de texto, um dos quais ele mesmo costuma citar, e que nos dizem algo sobre como estão as coisas no atual estágio do capitalismo, no Brasil e no mundo.

A tendência à formalização das relações salariais estancou nos anos 80, e expandiu-se algo que ainda é impropriamente chamado de trabalho informal [...]. Terceirização, precarização, flexibilização, desemprego [...], e não tão contraditoriamente como se pensa, ocupação, e não mais emprego: grupos de jovens nos cruzamentos vendendo qualquer coisa, entregando propaganda de novos apartamentos, lavando-sujando vidros de carros, ambulantes por todos os lugares; os leitos das tradicionais e bancárias e banqueiras ruas Quinze de Novembro e Boa Vista em São Paulo transformaram-se em tapetes de quinquilharias; o entorno do formoso e iluminadíssimo Teatro Municipal de São Paulo [...] exhibe o teatro de uma sociedade derrotada, [...], milhares de vendedores de coca-cola, guaraná, cerveja, água mineral, nas portas dos estádios duas vezes por semana.

Em todas as grandes cidades [...] podemos ver uma multidão de pessoas [...] que sobrevivem graças a pequenos ganhos ocasionais. É espantoso ver as ocupações a que esta população supérflua recorre. [...] A grande maioria dos desempregados torna-se vendedores ambulantes. [...] Fitas, rendas, galões, frutas, bolos, em resumo, todos os artigos imagináveis são oferecidos por homens, mulheres, crianças [...]. Fósforos e outras coisas deste gênero [...] constituem também artigos de venda. Outros ainda circulam pelas ruas tentando encontrar alguns trabalhos ocasionais.

Que resta a estas pessoas, quando não encontram trabalho e não querem se revoltar contra a sociedade, senão mendigar? Não nos espantamos ao ver esta multidão de mendigos, com quem a polícia sempre tem contas a ajustar e que, na sua maior parte, são homens em condições de trabalhar. [...] Às vezes erram, em companhia da família, cantando lamúrias na rua ou apelando para a caridade dos transeuntes com algum pequeno discurso. [...] Ou então toda a família se instala silenciosamente na calçada de uma rua animada, e deixa, sem dizer nada, que o seu aspecto indigente por si só produza efeitos.

O primeiro trecho está em Chico de Oliveira, escrito em 2003 e referindo-se a São Paulo. O segundo está em Friedrich Engels, escrito em 1845 e referindo-se a Londres<sup>342</sup>.

---

<sup>342</sup> Cf. OLIVEIRA (2003b, pp. 142-143) e ENGELS (*apud* NETTO, 2007, p. 155).

### 3 Políticas públicas e democratização da cultura no governo Lula<sup>343</sup>

Seguindo a linha argumentativa articulada na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural<sup>344</sup>, bem como pistas encontradas em Gramsci<sup>345</sup> e Marcuse<sup>346</sup>, pode-se depreender que “cultura” é uma categoria que pretende dar conta de uma dimensão da vida social que abrange todo o conhecimento sobre a realidade exterior e interior e as maneiras através das quais ele é expresso ou objetivado<sup>347</sup>. Assim, ter contato com determinada cultura é humanizar-se nela<sup>348</sup>, aprender como em sua particularidade se manifestam certas relações sociais, bem como valores universais determinantes do que é humano: valores sociais, históricos, éticos e artísticos.

Os bens culturais, portanto, corporificam o referido conjunto de conhecimentos e os referidos valores – sendo, por isso mesmo, determinantes na reprodução e na criação do conhecimento social em suas diversas formas de manifestação. Por outro lado, nas sociedades capitalistas modernas são produzidos em situação em que o principal meio de circulação de todos os tipos de bens é o mercado – e também os bens culturais, neste caso, tornam-se passíveis de mercantilização. Quando o bem cultural se torna mercadoria numa sociedade capitalista – em que se produz, de modo geral, com o único objetivo de se obter lucro –, manifesta-se inevitavelmente uma contradição entre sua determinação enquanto *bem especificamente cultural* – corporificação das diversas modalidades de conhecimento social e peça-chave em sua reprodução – e enquanto *bem-mercadoria* – mero *meio* para a obtenção de *lucro* por parte daqueles que o produzem e/ou comercializam.

Assim, deixar entregue ao mercado a ordenação da produção, da circulação e do consumo dos bens culturais implica na reprodução, no terreno do acesso a estes bens

---

<sup>343</sup> O fulcro da presente investigação está nas políticas públicas ligadas ao acesso (em sentido amplo, como definido a seguir) aos bens culturais, pois é esta a dimensão mais diretamente ligada ao debate sobre a democratização da cultura. Deixaremos de lado, portanto, o debate sobre a preservação do patrimônio cultural.

<sup>344</sup> Cf. UNESCO, 2002.

<sup>345</sup> Cf. GRAMSCI, [?] 1985.

<sup>346</sup> Cf. MARCUSE, [1937] 2004, pp. 7-68.

<sup>347</sup> Esta é uma definição geral de cultura posta diuturnamente em questão pelo estatuto que à cultura confere a divisão sociotécnica do trabalho nas sociedades capitalistas contemporâneas, como já anotado por nós. A maior precisão no trato com este conceito será objeto de estudos posteriores por parte do autor. Por ora devemos enfatizar que, ponderando a dimensão econômica potencial inerente aos próprios bens culturais nas sociedades capitalistas modernas, é necessário entender a cultura não apenas em termos de criação simbólica, mas também “em termos das atividades econômicas que a compõem” (cf. a clara, ainda que breve, Introdução a IBGE, 2007). Apesar do estudo desta dimensão estar longe de ser aprofundado na presente dissertação, procuramos abordar pelo menos alguns aspectos básicos do financiamento às *políticas culturais* e à *produção cultural*.

<sup>348</sup> É importante ressaltar, quanto a isto, que não é *qualquer* tipo de contato que produz este resultado. O turismo, por exemplo – atividade em efervescente crescimento nas últimas décadas, e, hoje, considerado um dos ramos da economia que pode associar “cultura” e “desenvolvimento” –, não necessariamente os produz. Para abordagem genérica de parte da problemática relacionada ao tema hoje, com indicações bibliográficas que permitem partir para estudo aprofundado do assunto, cf. os interessantes artigos de DOS SANTOS (2010) e CASTRO (2010).

(entendido em sentido amplo, que compreende os três momentos mencionados), das desigualdades que o caracterizam. Isto é particularmente problemático no caso brasileiro, considerando que a distribuição de renda do país – e, portanto, o próprio “acesso ao mercado” – é, como vimos, uma das mais desiguais do mundo.

As políticas culturais podem atuar no sentido de adversar esta tendência<sup>349</sup>. Seguindo o disposto no artigo 215 da Constituição da República, devem procurar garantir o direito de todos ao conhecimento social em suas diversas formas de manifestação e aos valores expressos na cultura de determinada sociedade, bem como à sua memória cultural e à possibilidade de produção e criação de bens culturais.

Vale lembrar que o artigo 216 de nossa CR determina que “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”.

Os legisladores chegaram ao ponto, aliás, de levar tão a sério esta formulação que o § 5º determina o tombamento de *todos* os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, o que obviamente tem causado problemas com grileiros e posseiros irregulares das terras em que eles estão situados, mesmo quando estes são grandes empresários, empresas do ramo do agronegócio ou políticos influentes<sup>350</sup>.

Entretanto, com o fortalecimento paulatino do mecanismo de isenção fiscal como o principal meio de financiamento da política cultural em nosso país (situação em que os grandes produtores atuantes no mercado tornar-se-iam o mais importante público-alvo da política ministerial, com capacidade de mobilizar recursos para apresentar projetos aparentemente interessantes aos gestores públicos, e, assim, garantir recursos públicos para suas produções<sup>351</sup>), certa distorção sempre presente em nossa política cultural ganhou nova

---

<sup>349</sup> Cf. os artigos de Lia Calabre e Alexandre Barbalho em BARBALHO e RUBIM (orgs.), 2007.

<sup>350</sup> O tema da propriedade da terra – que no presente caso tem *tudo* a ver com cultura – também é muito atual e está diretamente ligado àquele outro da pirataria, já que tanto os quilombolas quanto os “piratas” põem – guardadas as devidas proporções e os modos de lutar de cada grupo – em questão a propriedade privada dos meios de produção como um entrave ao exercício dos direitos culturais.

<sup>351</sup> Pois é disso que estamos tratando quando nos referimos à renúncia fiscal, como inclusive o próprio Estado faz questão de deixar claro na Portaria nº 46 do Ministério da Cultura, de 13 de março de 1998. O artigo 30 desta Portaria é cristalino: “Art. 30. Os recursos incentivados, decorrentes da renúncia fiscal, são recursos públicos e a sua não aplicação ou aplicação incorreta ensejam as imediatas providências”.



roupagem: trata-se do privilégio, no acesso aos recursos públicos para a área da cultura, a pequenos grupos (que poderíamos chamar de uma elite cultural). Neste caso, acrescido do agravante de que o Estado foi, a pouco e pouco, se tornando ele próprio um “mercado cultural”, já que é a ele que os produtores culturais têm de recorrer para serem capazes de viabilizar suas produções – o retorno do mercado propriamente dito vem depois, *quando vem*.

É neste contexto, e assumindo um discurso desconforme com esta situação – bem como o compromisso manifesto com sua reversão –, que aparece, na atual gestão do MinC, a proposta do Programa Cultura Viva. O compromisso assumido pelo Ministério com este Programa se dá tanto do ponto de vista de redirecionar os recursos públicos alocados à área da cultura (no sentido de combater o privilégio aos pequenos grupos de produtores no acesso aos montantes de dinheiro público) quanto daquele de dinamizar uma economia da cultura que seja, segundo se advoga, capaz de articular “inclusão social” com diversidade cultural em “bases solidárias”<sup>352</sup>. Apresentemo-lo.

### 3.1 O programa Cultura Viva e a política cultural brasileira

No dia 06 de julho de 2004, o Ministério da Cultura, por meio da Portaria nº 156, criou o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva<sup>353</sup>. Trata-se, como veremos, da iniciativa mais importante encetada pelo Ministério na gestão de Gilberto Gil – sendo, vale ressaltar, apontada enquanto tal pelo próprio MinC em documentos, bem como no discurso de membros do governo<sup>354</sup>.

Podemos dizer, em linhas muito gerais, que o Programa se destina basicamente a fomentar as manifestações culturais da sociedade promovidas por agentes que não têm acesso, ou o têm de maneira entendida como deficiente, ao mercado cultural<sup>355</sup> – seja no momento da produção, seja no da difusão do que foi produzido, seja no do consumo de bens culturais considerado necessário ao próprio estabelecimento de canais entre estas práticas e o conjunto de manifestações no campo da cultura. Este objetivo do Programa se relaciona a duas outras motivações iniciais: ele pretende atuar tanto em termos de um projeto de democratização da

---

<sup>352</sup> Este termo remete à experiência na área da “economia solidária”, que desde 2003 está articulada institucionalmente em torno da Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego e tendo à frente o economista Paul Singer.

<sup>353</sup> Atualmente o programa se chama Arte, Educação e Cidadania – Cultura Viva.

<sup>354</sup> Cf. CGU, 2007 e os discursos do então ministro Gilberto Gil e do presidente Lula por ocasião do lançamento do Programa Mais Cultura (BRASIL, 2007b e 2007c).

<sup>355</sup> Parte-se do pressuposto de que ter acesso ao mercado é necessariamente positivo. Já pusemos este pressuposto em questão nos capítulos anteriores. Entretanto, é necessária uma ressalva: enquanto permanecermos neste sistema em que vivemos, no capitalismo, *repudiar o mercado só é consequente se repudiamos seu papel como mediador universal das relações entre os homens*. Ou seja: repudiá-lo efetivamente só é possível através do comprometimento com a *superação* deste sistema.

cultura – no sentido de uma distribuição mais equitativa dos bens culturais – quanto no da consolidação de uma “democracia cultural” – no sentido da valorização das diferenças e especificidades culturais.

Através do Cultura Viva, o MinC vem apoiando projetos “desenvolvidos em comunidades que se encontram em situação de pobreza ou de vulnerabilidade social”<sup>356</sup>. A principal ação do Programa, os Pontos de Cultura, “nada mais são que a certificação ou reconhecimento pelo Estado da importância”<sup>357</sup> de manifestações culturais que estão fora do mercado de “bens culturais”<sup>358</sup>. Nesse sentido, o Ministério não chamou para si a responsabilidade de criar projetos de “inclusão”<sup>359</sup>, mas de contemplar iniciativas já existentes. “Uma vez transformadas em Pontos, essas iniciativas passam a contar com recursos públicos regularmente, ampliando o alcance de seus trabalhos e incrementando suas ações em favor das comunidades em que estão inseridas”<sup>360</sup>.

Estes projetos, que não são criados pelo governo, mas previamente existentes, tornam-se Pontos de Cultura, considerados o “carro-chefe balizador de todas as ações do programa”<sup>361</sup> (CGU, 2005). Concedamos ao próprio governo federal a possibilidade de nos apresentar a iniciativa:

“O MinC, desde o final de 2004, vem apoiando projetos desenvolvidos em comunidades que se encontram em situação de pobreza ou de vulnerabilidade social. Vale observar que o Ministério não chamou para si a responsabilidade de criar projetos de inclusão, mas de contemplar iniciativas já existentes, no intuito de ampliar seu alcance junto às camadas sociais beneficiadas. (...) Muitas iniciativas inovadoras surgem do esforço de lideranças ou de grupos organizados que se dedicam voluntariamente a trabalhos culturais grandiosos, que têm por finalidade criar melhores condições de vida e gerar expectativa de futuro para adolescentes e jovens, e esses projetos existem aos milhares em todo o país.

Nesse contexto, o MinC desenvolveu os Pontos de Cultura, que nada mais são que a certificação ou reconhecimento pelo Estado da importância de muitos desses projetos. Uma vez transformadas em Pontos, essas iniciativas passam a contar com recursos públicos regularmente, ampliando o alcance de seus trabalhos e incrementando suas ações em favor das comunidades em que estão inseridos” (CGU, 2006).

Ou ainda:

“O programa Cultura Viva atinge cerca de 433 ‘pontos de cultura’ [hoje já são mais de 2000], espalhados por diversas regiões brasileiras. A partir de uma relação mais equilibrada entre Estado e Sociedade, os pontos de cultura representam justamente a diversidade das manifestações de inúmeros grupos culturais. É por

<sup>356</sup> Cf. CGU, 2007.

<sup>357</sup> Idem.

<sup>358</sup> A expressão “bens culturais” é usada aqui no mesmo sentido que tem em UNESCO, 2002.

<sup>359</sup> O porquê destas aspas está explicado no capítulo 1.

<sup>360</sup> Cf. CGU, 2008.

<sup>361</sup> Neste documento, referente ao ano de 2004, o governo está se referindo ao Programa Cultura, Identidade e Cidadania, um dos nomes anteriores do programa em discussão.

meio da arte-educação que sua intervenção na sociedade se consolida, já que os Pontos de Cultura oferecem perspectivas de remuneração e profissionalização a partir das expressões culturais mais caras às comunidades e à sociedade” (OEA, 2006).

Este reconhecimento pelo Estado se dá mediante repasses de recursos ao Ponto de Cultura – que pode ser encarado, então, como uma iniciativa cultural de pequeno porte reconhecida como tal e estimulada pelo Estado brasileiro através do Ministério da Cultura – em torno de R\$ 180 mil, divididos em três a cinco parcelas, para investir conforme projeto apresentado<sup>362</sup>. Parte do incentivo recebido na primeira parcela, no valor mínimo de R\$ 20 mil (vinte mil reais), deve ser utilizada “para aquisição de equipamento multimídia em software livre (...), composto por microcomputador, mini-estúdio para gravar CD, câmera digital, ilha de edição e o que for importante para o Ponto de Cultura”. O acesso ao Programa se dá por meio de Edital que convida “organizações não governamentais de caráter cultural e social, legalmente constituídas a apresentarem propostas para participação e parceria nas diferentes ações do mesmo”.

O Programa se desdobra ainda, para além dos Pontos de Cultura (ação em torno da qual se articulam as demais), em ações conjugadas das quais vale destacar as principais: Agente Cultura Viva<sup>363</sup>, visando a despertar no jovem em “situação de risco social” ou de “vulnerabilidade social”<sup>364</sup> o interesse em iniciar, futuramente, uma profissão relacionada à cultura; Cultura Digital, de inclusão digital e visando à construção de uma rede entre os usuários do Programa, capaz de ativar a circulação dos bens culturais produzidos entre eles e para além; Escola Viva, no sentido de articular Pontos de Cultura a escolas da rede pública de ensino; e Griôs, parte de uma política de valorização da tradição oral no Brasil, que visa a estimular e sistematizar o vínculo entre contadores de histórias, educadores populares e as comunidades em que vivem. Vale ressaltar que duas destas ações, a “Griôs” e a “Agente Cultura Viva”, consistem em auxílio financeiro individual (bolsa) no sentido de garantir a intervenção do agente cultural em sua comunidade.

---

<sup>362</sup> Hoje, ao mesmo tempo em que se consolida a descentralização do Programa (através de convênios firmados com prefeituras e governos de estados interessados), também se fixa a preferência pelo repasse em três parcelas, como pode ser facilmente conferido através da leitura dos Editais mais recentes de ingresso no Programa.

<sup>363</sup> A primeira etapa da ação “Agente Cultura Viva” se desenvolveu através de parceria entre o Programa Cultura Viva e o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Jovens estudantes de 16 a 24 anos, com renda familiar menor ou igual a meio salário mínimo, receberam, durante seis meses, auxílio financeiro de R\$ 150 (cento e cinquenta reais) para desenvolver ações culturais dentro das atividades do Ponto de Cultura. Na primeira etapa esta ação teve 10.800 jovens inscritos por 197 Pontos de Cultura. Esta etapa está encerrada, e não encontramos indicações disponíveis de quando se pretende iniciar a implementação da próxima etapa (estas informações estão todas disponíveis em MinC, 2010). Ela pode, ainda assim, ser considerada entre as mais importantes do Programa por articular dimensão fundamental pertinente a este, qual seja: *o foco na juventude “vulnerável” ou “em situação de risco”*.

<sup>364</sup> Os conceitos são usados pelo MinC e serão discutidos adiante.

Em síntese: os objetivos declarados do Cultura Viva são a promoção do acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, bem como o estímulo “às energias sociais e culturais, visando à construção de novos valores de cooperação e solidariedade”<sup>365</sup>; o Programa se destina a populações de baixa renda, estudantes da rede básica de ensino, comunidades indígenas, rurais e quilombolas, agentes culturais, artistas, professores e militantes que desenvolvem ações no combate à exclusão social e cultural; a adesão à rede de Pontos de Cultura é voluntária e dar-se-á a partir de chamamento público, por edital; no que diz respeito à gestão, “um aspecto que será comum a todos [os Pontos de Cultura] é o compartilhamento entre os diversos níveis de poder público envolvidos e a comunidade local”; a idéia-motriz do Programa é a de “inclusão por meio da cultura” através do reconhecimento e do estímulo à diversidade cultural brasileira e da ativação de uma rede de emprego e geração de renda baseada na dimensão econômica da cultura como alternativa de inserção sócio-profissional em um mercado de trabalho que passou, nas últimas décadas, por acentuado processo de flexibilização e precarização<sup>366</sup> – e, nesse sentido, esperamos demonstrar que ele se relaciona por diferentes caminhos com os programas de transferência de renda do atual governo<sup>367</sup>.

Do ponto de vista institucional, o Programa Cultura Viva está sob a responsabilidade da Secretaria de Cidadania Cultural (SCC-MinC)<sup>368</sup>, criada em 2009 – compondo a nova

---

<sup>365</sup> Este texto consta da Portaria ministerial que cria o Programa. Cf. BRASIL, 2004.

<sup>366</sup> “A nova diretriz do MinC baseou-se em uma concepção mais ampliada de Cultura, considerando-a em suas três dimensões: produção simbólica (foco na valorização da diversidade, das expressões e dos valores culturais), direito e cidadania (foco nas ações de inclusão social por meio da Cultura), e economia (foco na geração de empregos e renda, fortalecimento de cadeias produtivas e regulação), que passaram a nortear as ações do MinC, como tripé fundamental para o desenvolvimento das novas políticas culturais sob responsabilidade do Órgão” (CGU, 2006). Quanto à reconfiguração do mercado de trabalho no capitalismo tardio e sua apresentação específica no caso brasileiro, cf. o cap. 2 da presente dissertação.

<sup>367</sup> Nossa pesquisa confirmou algo que era, inicialmente, uma intuição: a hipótese de que o Programa Cultura Viva opera, com a cultura como veículo, certo tipo de política social seletiva. Nesse sentido, ele teria importantes pontos de contato com o campo da Seguridade Social, notadamente com seu componente assistencial. Discutiremos a hipótese em questão nas seções seguintes do presente trabalho.

<sup>368</sup> Anteriormente Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC), órgão do MinC criado em 2004 e cujas finalidades eram, de acordo com seu Regimento Interno: “I – elaborar, executar e avaliar programas e projetos estratégicos necessários à efetiva renovação da política cultural; II – instituir programas de fomento estratégicos necessários à efetiva renovação da política cultural; III – planejar, coordenar e executar as atividades relativas à recepção, análise, controle, aprovação, acompanhamento e avaliação de projetos culturais estratégicos necessários à efetiva renovação da política cultural” (BRASIL, 2007a). Até sua transformação em SCC, era ela a responsável pela implementação do Cultura Viva – que foi, inclusive, gestado em seu interior, tendo como principal idealizador o ex-secretário Célio Turino (que permaneceu no cargo de 2004 a 2010, tendo se desincompatibilizado em 31 de março deste ano para se lançar candidato a deputado federal pelo PCdoB de São Paulo). No período compreendido entre 2004 e 2009 o principal compromisso da Secretaria era com a *renovação* da política cultural brasileira. Este continua sendo um compromisso, mas hoje também está presente a preocupação com a *consolidação* do que são considerados avanços importantes, dentre os quais o principal é o Programa Cultura Viva.

estrutura regimental do Ministério –, cujas competências, estabelecidas pelo Decreto nº 6835<sup>369</sup> de 30 de abril de 2009, são:

I - elaborar, instituir, executar e avaliar programas, projetos e ações estratégicos necessários à promoção da cidadania cultural e à renovação da política cultural;

II - planejar, coordenar e executar as atividades relativas à recepção, análise, controle, aprovação, acompanhamento e avaliação de projetos culturais estratégicos necessários à renovação da cidadania cultural;

III - executar as atividades relativas à celebração e à prestação de contas dos convênios, acordos e outros instrumentos congêneres, que envolvam a transferência de recursos do Orçamento Geral da União, no âmbito de sua área de atuação; e

IV - gerar informações que possibilitem subsidiar o monitoramento e acompanhamento dos programas, projetos e ações culturais.

Embora a implementação do Programa tenha sido costurada por uma equipe de intelectuais nesta Secretaria a partir da proposta inicial do ex-secretário, desde a primeira fase da execução seus rumos são definidos a partir do diálogo entre o MinC (via antiga SPPC, atual SCC) e os Pontos de Cultura<sup>370</sup>, caracterizando a referida busca pelos meios de “gestão compartilhada”.

Apesar do compromisso com democratização da cultura<sup>371</sup> – bem como, mais recentemente, com a “democracia cultural”<sup>372</sup> – e “inclusão social” através da mesma, a SCC-MinC não põe em questão se os objetivos do Programa são mesmo os mais adequados à dita democratização e à garantia dos direitos culturais assegurados por nossa Constituição (que o Programa reafirma), nem tampouco se a estratégia de implementação é a mais consonante com a difusão das diversas manifestações culturais e com a proteção das mais ameaçadas de esmagamento por serem menos adequadas ao mercado enquanto mecanismo de mediação universal para o fazer cultural.

Ou seja: entre os formuladores, os gestores, e mesmo entre os estudiosos deste Programa, raramente se coloca o problema de se a “inclusão social” mediada pela ativação de um mercado cultural baseado na economia solidária pode culminar na diversidade e proteção aludidas, ou se ela se esgota em si mesma – mera inclusão em um mercado super seletivo, *uma espécie de política de geração de emprego (precário, já que não conta com nenhuma das garantias trabalhistas asseguradas por nosso ordenamento jurídico-político, e temporário, já que o apoio às iniciativas selecionadas tem seu prazo determinado de antemão) e renda via*

<sup>369</sup> Este decreto “aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Cultura, e dá outras providências”.

<sup>370</sup> Cf. DOMINGUES, 2008.

<sup>371</sup> Remetemos o leitor à primeira seção do capítulo 1 desta dissertação, em que os termos “democratização da cultura” e “democracia cultural” são, ainda que muito rapidamente, postos em discussão. Ademais, os conceitos de democracia e democratização são o objeto de debate de *todo* o cap. 1.

<sup>372</sup> Cf. BARBOSA e ARAUJO (orgs.), 2010.

*cultura*, em meio a toda a precariedade, desemprego, flexibilização e perda de direitos discutidas no capítulo anterior.

Têm faltado ao Programa Cultura Viva, deste modo, investigações que ponham em questão seus objetivos mesmos, sua própria *essência*, confrontando-a com os princípios que ele reafirma, e, a partir daí, avaliando-o sob um escopo mais amplo, que leve em consideração que não é possível avaliar qualquer política de um governo sem proceder-se ao levantamento das principais linhas de força que determinam o sentido geral do próprio governo que a formula e do Estado através do qual se a implementa. O espaço acadêmico de pesquisa nos apareceu como o *locus* adequado para a materialização de um esforço deste tipo, a serviço do qual se encontra a presente dissertação.

Para que possamos enquadrar adequadamente a gama de problemas com os quais o Programa pretende se defrontar e que se nos têm apresentado ao longo da inquirição, é necessário contextualizar histórica, espacial e socialmente a política cultural em nosso país<sup>373</sup>.

### 3.1.1 Apontamentos iniciais sobre a seletividade do Programa

A importância política deste Programa para a atual gestão do MinC, bem como para o governo Lula, pode ser estimada por seu objetivo de reverter uma característica histórica marcante da política cultural no Brasil: o fato de ela ser elaborada e implementada pelo Estado – que, em alguns momentos-chave, absorveu importantes intelectuais em sua estrutura para formular os projetos para a área –, deixando de fora de seus processos de formulação e de gestão o conjunto da intelectualidade do país e as classes subalternas<sup>374</sup>. Este fenômeno se relaciona organicamente com o caminho, perfunctoriamente abordado no capítulo anterior, através do qual ocorreu a *modernização* brasileira – através das “revoluções pelo alto” ou “revoluções sem revolução”, processo político decisivo tanto na consolidação do Estado brasileiro como na conformação de nossa identidade nacional.

Como pode ser depreendido da restrita apresentação anterior, o Programa Cultura Viva é um programa seletivo – trata-se, portanto, de uma política pública que visa a um público-alvo delimitado. Discutimos no capítulo anterior o papel de *legitimação* – no sentido de garantir a *governabilidade social* ou o *respaldo ativo* da sociedade civil ao governo – que cumprem as políticas sociais focalizadas no modelo *liberal periférico*.

---

<sup>373</sup> Do ponto de vista histórico, decidimos pôr o limite inicial desta contextualização no ano de 1985 – já que é este o ano da fundação do Ministério da Cultura, importante marco na política cultural brasileira.

<sup>374</sup> Cf. CANDIDO, 2006; COUTINHO, 2005; DÓRIA, 2003; DOMINGUES, 2008; FERNANDES, 2006; SCHWARZ, 2005. Quanto ao conceito de classes subalternas, cf. COUTINHO, 2008.

Partindo de uma concepção ampliada do Estado tal como formulada por Gramsci<sup>375</sup>, em que a sociedade civil aparece como esfera de mediação entre a infra-estrutura econômica e o Estado em sentido estrito<sup>376</sup>, assim como esfera onde se estabelece a hegemonia, temos que ela se constitui em *locus* privilegiado de intervenção de políticas públicas no sentido de garantir a manutenção da coesão social.

Na interação trans-histórica entre coerção e estabelecimento de consensos no desenho da intervenção do Estado na vida social, o momento consensual ganhou importância crescente a partir do processo de socialização da política ocorrido entre os séculos XIX e XX<sup>377</sup>. A partir de então, tornou-se fundamental ao gestor público ser capaz de conjugar, de maneira a assegurar o “desenvolvimento econômico e social” (termo cujo sentido muda a depender da quadra histórica, como vimos) em bases estáveis, iniciativas comprometidas com metas de crescimento econômico a projetos de legitimação *política* do Estado incorporando sujeitos sócio-políticos, tanto no nível da democratização do acesso a bens de consumo (incluindo-se aqui os bens culturais, é claro) quanto do acesso a direitos e garantias cívicas e sociais, o que lhe permite organizar um consenso que assegura seu desempenho<sup>378</sup>. *Isto é válido tanto para as políticas sociais quanto para as políticas culturais.*

A seletividade do Programa Cultura Viva tem pontos de contato decisivos com aquela outra, e dados os *compromissos* e o *projeto de país* do governo em que ele é gestado e implementado, não poderia ser diferente. Insistimos: não é possível, sob pena de se incorrer em sérios equívocos e nadar em mar de ilusões, avaliar *qualquer* política pública sem um enquadramento geral minimamente consistente<sup>379</sup>.

Por outro lado, a política pública seletiva *não deve ser encarada como um mal em si*. Ela é um mal – ou melhor, ela se constitui em uma orientação geral precária do Estado no enfrentamento das refrações da “questão social”<sup>380</sup> – a partir do momento em que se substituem políticas universais garantidoras de direitos por políticas focais de caráter meramente legitimador e mistificador.

No caso do Programa, por estar na área da Cultura, o tipo de seletividade “inovadora” através da qual ele é implementado guarda especificidades, *aparecendo* ao público-alvo e ao gestor público como essencialmente diferente daquela praticada no campo das políticas

<sup>375</sup> Cf. GRAMSCI, 1978.

<sup>376</sup> COUTINHO, 2007.

<sup>377</sup> *Idem*, 2008.

<sup>378</sup> Cf. NETTO, 2005.

<sup>379</sup> Esperamos ter compensado a brevidade da avaliação à qual procedemos no capítulo anterior indicando boas fontes e referências. Apontamos, presos por nossas limitações, para aquilo que nos parecia o fundamental na definição do caráter do governo e do atual modelo de Estado brasileiro.

<sup>380</sup> Sobre a “questão social” e o porquê destas aspas, cf. o apêndice a NETTO, 2005 (pp. 151-162).

sociais. Para que se entenda isso, é necessário proceder a breve histórico das políticas culturais no Brasil recente. Antes, porém, de maneira a termos bem achados os termos em que discutiremos o assunto, apresentaremos rapidamente como se processa seu financiamento – até porque, ao contrário do que apregoam alguns partidários do enxugamento máximo do Estado, políticas públicas não se fazem apenas com criatividade, boas ideias e eficiência, mas também com recursos.

### 3.1.2 Fontes de custeio da produção cultural

São três as fontes de custeio da produção de bens culturais: receita direta; apoio do Estado; apoio privado<sup>381</sup>.

A receita direta é o montante auferido através da *comercialização* de ingressos, obras, direitos etc. Em geral, no caso brasileiro, como apontam as pesquisas recentes do IBGE e do MinC<sup>382</sup>, apenas a receita direta não é capaz de custear a produção cultural. Assim, *a realização da produção de bens culturais apenas em função de sua viabilidade mercadológica poderia acarretar no fim de grande parte das manifestações culturais brasileiras*. Isso porque, como apontado acima, deixar livremente ao mercado a determinação das diferentes dimensões do acesso aos bens culturais implica na reprodução, no campo da cultura, das desigualdades que caracterizam o mercado capitalista<sup>383</sup>.

O apoio do Estado pode ocorrer de diversas formas: criando política fiscal que traga incentivos para a produção cultural; criando fundos que a subsidiem; comprando obras; criando e mantendo instituições diretamente vinculadas à cultura (de formação profissional em áreas relacionadas, capacitação de produtores culturais entre outras); estabelecendo diretrizes e orientando a produção cultural; condicionando a produção cultural a certas exigências ou critérios.

O apoio privado pode vir de pessoas físicas (indivíduos) ou de pessoas jurídicas (organizações ou empresas). No caso de pessoa física, pode se constituir de dinheiro do próprio artista ou de doações – nos EUA, ainda de acordo com Olivieri, as doações de indivíduos responderam, em 1998, a 39% do custeio de organizações artísticas sem fins

---

<sup>381</sup> Cf. OLIVIERI, 2004.

<sup>382</sup> Cf. IBGE (2007) e BRASIL (2009).

<sup>383</sup> Estão nos referidos documentos algumas das dessimetrias referentes ao acesso a equipamentos culturais, à produção e ao consumo de bens culturais e à parcela da renda destinada a este fim pelos brasileiros. Em termos de hábitos de consumo cultural dos brasileiros, há ainda a pesquisa realizada pela Ipsos Public Affaris a pedido da FECOMERCIO-RJ (FECOMERCIO-RJ, 2010) e o instigante trabalho, ainda em momento inicial, de SIQUEIRA (2010) a partir dela.



lucrativos. No caso de pessoas jurídicas (organizações ou empresas), pode se constituir de doações<sup>384</sup> ou de patrocínios<sup>385</sup>.

Ele pode, ainda, ser estimulado pelo Estado via leis de incentivo, caso em que pode ser entendido como parcialmente resultante da política cultural do Estado, que estaria assim atendendo a uma parcela das manifestações culturais. Estas leis de incentivo têm uma história, e é à sua *historicização* que precisamos proceder para compreendermos de onde vem a *aspiração profunda, no campo da cultura, a um programa como o Cultura Viva*.

Atualmente, os recursos para o financiamento das políticas culturais no Brasil podem ser divididos em dois tipos: créditos orçamentários e recursos financeiros<sup>386</sup> alocados no Orçamento Geral da União (OGU), que incluem os recursos destinados diretamente ao MinC, bem como os do Fundo Nacional de Cultura (FNC) criado pela Lei Rouanet; recursos não-orçamentários, ou seja, que não se vinculam a dotações no OGU (basicamente recursos provenientes de incentivos fiscais, do “mecenato”<sup>387</sup>).

A lei 8313/91 enumera as seguintes fontes de receita para o FNC: recursos do Tesouro, doações, legados, subvenções e auxílios de entidades, saldos não utilizados na execução de projetos financiados pelo Fundo, devolução de projetos financiados pelo Fundo mas não iniciados ou interrompidos, 1% da arrecadação de fundos de investimentos regionais, 1% da arrecadação bruta das loterias federais, reembolso das operações de empréstimo realizadas através do Fundo, resultados das aplicações em títulos públicos federais, saldos de exercícios anteriores, recursos de outras fontes, conversão de percentual de dívidas externas de países devedores ao Brasil. Ainda de acordo com esta lei, o Fundo só poderia financiar até 80% dos custos do projetos apoiados. O Programa Cultura Viva vem utilizando os recursos do FNC de maneira inovadora, trabalhando com aportes de recursos mediante prêmios e concessões de valores fixos em dinheiro mediante aprovação em edital.

---

<sup>384</sup> A doação para a cultura já esteve, em nosso país, ligada ao prestígio político e social pelo apoio à produção artística. Entretanto, com o advento do marketing cultural as empresas, hoje, patrocinam as artes com a expectativa de retorno em termos de valorização e divulgação de sua marca ou para atingir de outras formas seu público-alvo. Cf. OLIVIERI, *op. cit.*

<sup>385</sup> De acordo com o Decreto 5761/2006, doação é “a transferência definitiva e irreversível de numerário ou bens em favor de proponente, pessoa física ou jurídica sem fins lucrativos, cujo programa, projeto ou ação cultural tenha sido aprovado pelo Ministério da Cultura”, enquanto patrocínio é definido como “a transferência definitiva e irreversível de numerário ou serviços, com finalidade promocional, a cobertura de gastos ou a utilização de bens móveis ou imóveis do patrocinador, sem a transferência de domínio, para a realização de programa, projeto ou ação cultural que tenha sido aprovado pelo Ministério da Cultura”.

<sup>386</sup> A distinção entre crédito orçamentário e recurso financeiro é explicada pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) da seguinte maneira: “o CRÉDITO é orçamentário, dotação ou autorização de gasto ou sua descentralização, e RECURSO é financeiro, portanto, dinheiro ou saldo de disponibilidade bancária” (SIAFI, 2010).

<sup>387</sup> Haveria, de acordo com esta lei, outra fonte de recurso não-orçamentário, o FICART, mas este até hoje não se viabilizou – e não será, por isso, considerado.

### 3.1.3 A Lei Sarney e o “modelo dos compadres”

No governo Sarney, em 1986, foi aprovada a Lei 7505/86 (conhecida como Lei Sarney), que estabelece o meio da renúncia fiscal como “forma de patrocínio e promoção da cultura” – apontando numa direção que seria seguida pelos governos subseqüentes (ainda que com meios de controle mais rigorosos, como veremos). O mecanismo é velho conhecido, a partir da experiência prática, de boa parte daqueles que atuam na área da cultura no Brasil – tenham acesso a ele ou não. Na Lei Sarney, em seu Artigo 1º, este modelo de financiamento de política cultural se apresenta como segue: “o contribuinte do imposto de renda poderá abater da renda bruta, ou deduzir com despesa operacional, o valor das doações, patrocínios e investimentos inclusive (*sic!*) despesas e contribuições necessárias à sua efetivação, realizada (*sic!*) através ou a favor de pessoa jurídica de natureza cultural, com ou sem fins lucrativos, cadastrada no Ministério da Cultura (...)”.

Esta lei **não** exigia a prévia aprovação dos projetos a serem beneficiados pelo governo com a isenção. Assim, o controle de parte considerável do financiamento público (pois, como explicado anteriormente, é disso que estamos tratando quando nos referimos à renúncia fiscal) à cultura ficava completamente nas mãos da iniciativa privada: ou seja, dos próprios beneficiários da isenção – os proponentes de projetos e as empresas “doadoras, patrocinadoras ou investidoras”. Devido ao pendor evidentemente patrimonialista de uma lei com tais características, o modelo de financiamento público por ela instituído foi apelidado de “modelo dos compadres”<sup>388</sup>. Os seguintes trechos da Lei em questão quase falam por si mesmos:

“Art. 8º As pessoas jurídicas beneficiadas pelos incentivos da presente Lei deverão *comunicar, para fins de registro*, aos Ministérios da Cultura e da Fazenda, os aportes recebidos e enviar comprovante de sua devida aplicação.

(...)

Art. 12. As doações, patrocínios e investimentos, de natureza cultural, mencionados nesta Lei serão *comunicados* ao Conselho Federal de Cultura, para que este *possa acompanhar e supervisionar as respectivas aplicações*, podendo, em caso de desvios ou irregularidades, serem por ele suspensos.

(...)

Art. 13. A Secretaria da Receita Federal, no exercício das suas atribuições específicas, *fiscalizará a efetiva execução desta Lei, no que se refere à realização das atividades culturais ou à aplicação dos recursos nela comprometidos*”. (BRASIL, 1986 – os grifos são nossos).

### 3.1.4 Em busca de (algum) controle público sobre os incentivos fiscais: a Lei Rouanet<sup>389</sup>

Com a Lei 8313/91 (conhecida como “Lei Rouanet”), que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), recupera-se a idéia presente na Lei Sarney do

<sup>388</sup> Cf. DÓRIA, 2006. A argumentação desenvolvida a seguir é aprofundada também em DÓRIA, 2003.

<sup>389</sup> Cf. BRASIL, 1991.

financiamento à produção cultural mediante incentivos fiscais<sup>390</sup>. As referidas “outras providências”, no entanto, a começar pela própria criação do Fundo Nacional de Cultura (o qual tencionamos abordar pormenorizadamente em um momento posterior de nossa pesquisa, e não no presente projeto), alçam-na a um patamar superior enquanto política de Estado que visa a estimular a iniciativa privada no setor cultural via Ministério da Cultura.

O PRONAC surge manifestando a intenção de canalizar recursos para o “desenvolvimento do setor cultural, com as finalidades de: estimular a produção, a distribuição e o acesso aos produtos culturais (...); proteger e conservar o patrimônio histórico e artístico; estimular a difusão da cultura brasileira e a diversidade regional e étnico-cultural, entre outras”<sup>391</sup>. Com ele, os incentivos fiscais continuam a ser parte importante do montante a ser investido no financiamento público à área cultural – notadamente à iniciativa privada, o que tem sua razão de ser (como veremos) –, mas agora com uma importante novidade: o Estado se coloca como “incentivador indireto da cultura e incentivador direto da própria doação”<sup>392</sup>.

Incentivador indireto da cultura na medida em que, tendo sido regulamentada em 1995, já no governo de Fernando Henrique Cardoso, a Lei Rouanet estava separada da Lei Sarney pelo desmonte das instituições culturais tradicionais pelo governo Collor de Mello – instituições estas que não foram retomadas pelos governos posteriores. O Estado, neste ínterim, se retirou da esfera da produção e da circulação de bens culturais, tendo transferido a responsabilidade por tais momentos da atividade cultural para o mercado – ao qual caberia conceder incentivos de maneira a viabilizar seu interesse pelo investimento na área.

Assim, apesar do aumento do controle público sobre a destinação dos recursos incentivados<sup>393</sup>, com ampla (e crescente até os dias de hoje) regulamentação sobre o processo de seleção de beneficiários e incentivadores<sup>394</sup>, persiste o espírito de colocar os fundos

---

<sup>390</sup> No *caput* da referida peça legislativa lê-se: “Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. *Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) e dá outras providências*” (grifo nosso).

<sup>391</sup> Texto disponível em <<http://www.cultura.gov.br/site/2007/11/25/mecanismos-de-apoio/>>.

<sup>392</sup> DÓRIA, *op. cit.*

<sup>393</sup> Para a constatação inequívoca deste crescimento do controle público na área referida, basta cotejar a Lei 7505/86 com a Lei 8313/91, e, a partir desta última, com a legislação dedicada a regulamentá-la, modificá-la, aperfeiçoá-la. A título de exemplo do último caso, ver o minucioso Decreto Presidencial 5761/2006 e a detalhada Portaria 46/98 do Ministério da Cultura.

<sup>394</sup> De acordo com o Decreto 5761/2006, beneficiário é “o proponente de programa, projeto ou ação cultural favorecido pelo PRONAC”, enquanto incentivador é “o contribuinte do Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer natureza, pessoa física ou jurídica, que efetua doação ou patrocínio em favor de programas, projetos e ações culturais aprovados pelo Ministério da Cultura, com vistas a incentivos fiscais, conforme estabelecido na Lei nº 8.313, de 1991”. Doação é “a transferência definitiva e irreversível de numerário ou bens em favor de proponente, pessoa física ou jurídica sem fins lucrativos, cujo programa, projeto ou ação cultural tenha sido aprovado pelo Ministério da Cultura”, enquanto patrocínio é definido como “a transferência definitiva e irreversível de numerário ou serviços, com finalidade promocional, a cobertura de gastos ou a utilização de bens

públicos oferecidos à manipulação do mercado como o *principal fator* de articulação da cultura<sup>395</sup>.

Sobre as conseqüências desta política cultural estruturada a partir da compreensão da cultura como atividade eminentemente voltada à produção de bens para circulação no mercado e consumo através deste, vale refletir sobre o seguinte trecho:

Destruidas as instituições culturais, a cultura definida pela Constituição de 1988 ficou no ar. Em seu socorro vieram as novidades da Lei Rouanet (Pronac), que podem ser assim resumidas:

- a) a necessidade de aprovação prévia dos projetos junto ao Ministério antes de “irem ao mercado” à busca de mecenas;
- b) a limitação anual dos valores de renúncia fiscal, subordinando o próprio mecenato ao controle do orçamento público;
- c) a autorização de inclusão de custos de intermediação (captação) e auditoria no montante a ser pago com a renúncia fiscal.

Essa estatização do “modelo dos compadres” deslocou a relação produtora de cultura para, de um lado, o mercado e, de outro, os agentes empresariais cooptados pelas regras do Ministério, que passou a conceder o “direito à captação” por um prazo limitado. Num certo sentido, deu-se uma inversão, pois o próprio Estado passou a se servir dos produtores culturais para “captar” para as suas políticas os recursos necessários segundo metas estipuladas.

Se a Lei Sarney nunca estabeleceu limites para a captação foi porque, de fato, não eram relevantes, pois a liberdade se exercia dentro da estreiteza do compadrio. Agora, frente ao “mercado”, era necessário algo “objetivo”. Pelo vulto que a captação tomou – superior à destinação orçamentária para o funcionamento do Ministério – ela funcionou também como dique das pressões por mais recursos para a administração direta da cultura. Em outras palavras, *o Pronac se tornou o projeto estratégico do Ministério, fazendo do descaso e do abandono da infra-estrutura cultural algo aparentemente menor* (DÓRIA, 2006 – grifos nossos).

É neste cenário, marcado pelo tratamento absolutamente mercantil da cultura – não à toa, o nome da cartilha lançada pelo MinC na gestão de Francisco Weffort em que se indicava a linha do Ministério para a produção cultural era “Cultura é um bom negócio”<sup>396</sup> – e pela visão do Estado como mero financiador de decisões relativas à área tomadas em âmbito privado, pois bem, é neste cenário que se inicia o governo Lula. Isto será decisivo para a aparência do Programa Cultura Viva como verdadeiro raio em céu azul e, sendo assim, para a eufórica celebração que se estabeleceu em boa parte da área cultural<sup>397</sup> a partir de sua criação.

### 3.1.5 Acesso aos “bens culturais” no Brasil contemporâneo

Conectado ao movimento que ora ocorre em boa parte do mundo – movimento este

móveis ou imóveis do patrocinador, sem a transferência de domínio, para a realização de programa, projeto ou ação cultural que tenha sido aprovado pelo Ministério da Cultura”.

<sup>395</sup> DÓRIA, op.cit.

<sup>396</sup> Há diversas referências a esta cartilha em BARBALHO e RUBIM, 2007.

<sup>397</sup> Com este termo nos referimos a produtores culturais, intelectuais e pesquisadores vinculados a estudos sobre cultura e políticas culturais no Brasil, “ativistas culturais” (por exemplo, militantes de ONGs vinculadas a cultura, ensino de arte etc.), e mesmo artistas.

estimulado inclusive por agências multilaterais<sup>398</sup> –, o presente governo vem pondo ênfase especial no campo da cultura e da política cultural. Não por acaso, na ocasião do lançamento do Programa Mais Cultura<sup>399</sup>, no fim de 2007, membros do primeiro escalão governamental afirmaram e reafirmaram que nunca neste país se havia tido política cultural, e que agora, sim, a política para a cultura seria tratada como política de Estado<sup>400</sup>.

Esta ênfase, que abordaremos com mais detalhe adiante, para além do notável aumento de recursos no financiamento às entidades da administração pública direta e indireta que atuam no campo da cultura – a começar pelo MinC, que vem observando o persistente crescimento de sua dotação –, vem produzindo um efeito muito importante para aqueles que querem se dedicar aos estudos da cultura no país. É que vêm sendo produzidas análises estatísticas como até há pouco quase não se via neste campo, e em quantidade crescente.

Estas análises, é claro, têm um limite – enquanto meramente estatísticas – de partida ao tratar de um campo como o da cultura: elas precisam quantificar suas aferições numericamente, de modo a construir indicadores que permitam que se tracem metas nas políticas públicas, que se planeje a intervenção econômica sobre o campo em estudo etc – elas tendem a definir a cultura “em termos das atividades econômicas que a compõem”.

Assim, Maurício SIQUEIRA (2010) adverte que “a própria ideia de cultura [...] permite largo espectro de entendimento, e, conseqüentemente, de construção de indicadores que se refiram a ela”, lembrando-nos também que indicadores apenas indicam, não substituindo os conceitos que lhes servem de referência. Esta observação, na medida em que estes indicadores se remetam a aspectos intangíveis da realidade, se torna ainda mais importante, como assinalado pelo próprio autor.

Apesar de entender este limite, apresentaremos a seguir um conjunto de dados gerados exatamente por este tipo de pesquisa como meio para contextualizar o surgimento do Programa Cultura Viva como proposta de promoção da democratização do acesso ao mercado cultural. Isso porque temos a certeza de que, apesar de rigorosamente insuficientes para a compreensão de uma área como a da cultura – tão essencialmente impregnada de atributos não quantificáveis –, dados e indicadores como os que aduziremos nas próximas páginas constituem um momento importante da compreensão do fenômeno em estudo.

Os cadernos da “Coleção Cadernos de Políticas Culturais”, produzida por parceria entre o Ministério da Cultura e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)<sup>401</sup> trazem,

---

<sup>398</sup> Cf. UNESCO, 2002. Ver também BANCO MUNDIAL, 2004.

<sup>399</sup> Cf. nota a seguir.

<sup>400</sup> Cf. BRASIL, 2007d e 2007e.

<sup>401</sup> Cf. BRASIL, 2007d.

notadamente no volume 3, dados interessantes no sentido a que aludimos anteriormente – ou seja, no sentido de “contextualizar o surgimento do Programa Cultura Viva como proposta de promoção da democratização do acesso ao mercado cultural”.

Observando a **tabela 3.1** a seguir, nota-se quase imediatamente a grande assimetria entre o consumo cultural das classes A e B *vis-à-vis* aquele das classes D e E. Isto porque enquanto as primeiras correspondem a apenas 12% das pessoas, ocupando 13% dos domicílios – contra 62% das pessoas e domicílios ocupados pelas classes mais baixas – seu consumo cultural corresponde a 47% do total – contra apenas 23% do consumo no outro extremo da tabela. Se observamos os indicadores de consumo cultural para cada 100 domicílios ou aqueles para cada 100 pessoas, nos deparamos com uma disparidade da ordem de 10 vezes entre o consumo das classes situadas nos extremos da tabela.

O mesmo Caderno nos mostra que esta assimetria não se manifesta apenas quantitativamente, mas qualitativamente na capacidade de consumo das diferentes classes – incidindo no tipo de bem cultural que cada uma delas alcança e constituindo padrão de consumo diferenciado de acordo com a renda. Indicação qualitativa da assimetria referida encontra-se no gráfico 3.1 a seguir. Vale notar que a classe C está mais próxima, em termos da composição de sua cesta de produtos culturais (guardadas, é claro, as devidas proporções), das classes A e B do que das D e E agregadas. A tabela reproduzida a seguir, enriquece estas observações.

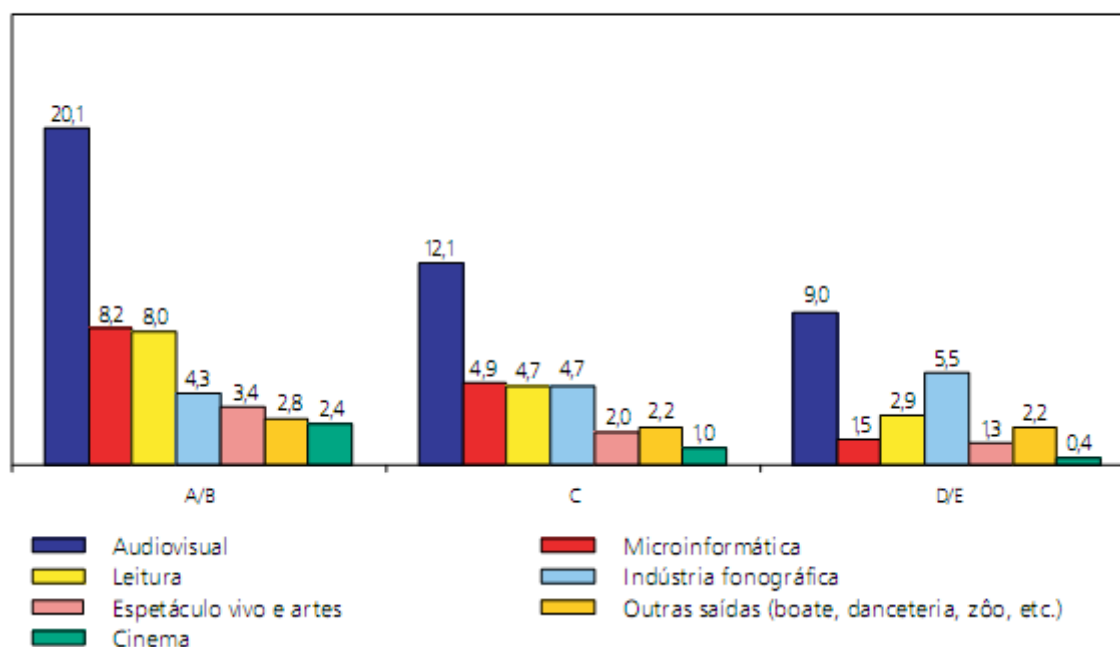
**TABELA 3.1**  
**Dispêndio cultural por classe de renda**

Itens de despesa cultural	A/B	%	C	%	D/E	%	Total
Consumo cultural	14.951.833.514	47%	9.793.961.720	31%	7.207.567.833	23%	31.953.363.068
Nº de domicílios	6.109.555	13%	12.525.117	26%	29.899.966	62%	48.534.638
Nº de pessoas	21.886.942	12%	44.555.039	25%	109.403.982	62%	175.845.964
Consumo cultural para cada 100 domicílios	244.729	372%	78.195	119%	24.106	37%	65.836
Consumo cultural para cada 100 pessoas	68.314	376%	21.982	121%	6.588	36%	18.171
Participação dos dispêndios culturais das famílias no total	3,5	115%	3,1	102%	2,3	77%	3,0

Fonte: Coleção Cadernos de políticas culturais, vol. 3. IPEA/MinC, 2007.

**GRÁFICO 3.1**

Composição do consumo cultural por estrato de renda  
(Em %)



Fonte: Coleção Cadernos de políticas culturais, vol. 3. IPEA/MinC, 2007.

**TABELA 3.2**

Equipamentos culturais de uso doméstico  
por classe de renda  
(Em %)

Bens duráveis	A/B	C	D/E	Total
Televisão em cores	99,6	99,0	74,0	85,5
Televisão em preto e branco	5,6	4,9	11,0	8,4
Conjunto de som acoplado	86,0	72,7	40,5	58,1
Gravador e toca-fitas	14,9	9,7	14,6	13,6
Rádio de mesa	29,3	20,8	13,2	18,5
Rádio portátil	33,0	21,6	14,7	20,4
Microcomputador	60,8	17,2	1,4	18,3
Vídeocassete	87,4	60,6	6,7	37,1
Toca-discos a laser	14,0	6,2	2,8	6,1
DVD	19,4	3,2	0,1	5,1

Fonte: Coleção Cadernos de políticas culturais, vol. 3. IPEA/MinC, 2007.

Como sabemos, a “questão social” no Brasil não pode ser reduzida à desigualdade entre as classes sociais – não o pode em qualquer lugar do mundo, o que um observador atento percebe sem dificuldades. Principalmente se a abordagem que se estiver dando ao conceito de classe social for aquela baseada no pensamento weberiano<sup>402</sup>, que compreende a classe social a partir da posição de seus membros no acesso aos bens via mercado<sup>403</sup>. Sendo assim, achamos por bem trazer alguns dados que reforçam algo que não se pode menoscar: a marcante disparidade entre as regiões Sul/Sudeste de um lado, e as Norte/Nordeste de outro.

Este é um antigo problema brasileiro, que permanece e se manifesta com força também no campo cultural – para se ter uma ideia, enquanto São Paulo possui 722 salas de cinema em seu território, o Rio de Janeiro 280 e Minas Gerais 192, chegando os três estados com mais salas de cinema a 1194 salas, o Amapá possui 3 salas, o Acre 2 e Roraima 2, totalizando 7<sup>404</sup>...

No presente caso esta será indicada relativamente à presença de equipamentos culturais nos municípios, por região e UF, nas tabelas e gráficos a seguir.

Vale observar: é claro que a simples presença de um equipamento cultural não resolve o problema da disparidade de acesso à cultura<sup>405</sup> – apesar disso, é um pré-requisito para que ele seja solucionado. Além disso, a apresentação destes dados é importante porque nos ajuda a perceber tendências no campo tanto do consumo cultural quanto das políticas culturais.

---

<sup>402</sup> Para a discussão sobre o conceito de classes sociais em Weber e em Marx, cf. o capítulo anterior.

<sup>403</sup> Trabalhamos com esta abordagem porque é com ela que trabalham as pesquisas a que nos referimos. O assunto foi abordado na abertura do capítulo anterior.

<sup>404</sup> Estas informações estão detalhadas em BRASIL, 2009.

<sup>405</sup> Hugo Achugar, coordenador do primeiro estudo no campo do imaginário e do consumo dos cidadãos na área de cultura no Uruguai, lembra corretamente que medir consumo não significa medir cultura (*apud* SIQUEIRA, 2010).



TABELA 3.3

<b>Municípios, total, por tipo e número de meios de comunicação existentes, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação – 2006</b>									
Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios								
	Total	Tipo e número de meios de comunicação							
		Jornal impresso local	Revista impressa local	Rádio AM local	Rádio FM local	Rádio comunitária	TV comunitária	Geradora de TV	Provedor de internet
<b>Brasil</b>	<b>5 564</b>	<b>2 049</b>	<b>426</b>	<b>1 178</b>	<b>1 908</b>	<b>2 704</b>	<b>128</b>	<b>533</b>	<b>2 538</b>
<b>Norte</b>	<b>449</b>	<b>95</b>	<b>20</b>	<b>69</b>	<b>133</b>	<b>186</b>	<b>12</b>	<b>110</b>	<b>192</b>
Rondônia	52	15	6	10	19	31	2	9	34
Acre	22	10	3	6	7	8	1	7	11
Amazonas	62	7	1	13	21	31	5	40	32
Roraima	15	1	-	2	2	2	-	2	4
Pará	143	36	7	24	62	85	3	39	75
Amapá	16	6	1	3	5	13	1	8	7
Tocantins	139	20	2	11	17	16	-	5	29
<b>Nordeste</b>	<b>1 793</b>	<b>392</b>	<b>81</b>	<b>272</b>	<b>576</b>	<b>1 059</b>	<b>32</b>	<b>109</b>	<b>646</b>
Maranhão	217	34	8	35	81	159	10	55	81
Piauí	223	18	8	33	33	170	4	8	14
Ceará	184	50	8	49	90	121	3	8	80
Rio Grande do Norte	167	38	6	22	18	82	2	5	36
Paraíba	223	43	7	21	34	106	2	4	49
Pernambuco	185	60	12	31	118	126	3	11	111
Alagoas	102	13	3	10	28	61	3	1	21
Sergipe	75	17	3	10	15	32	-	1	24
Bahia	417	119	26	61	159	202	5	16	230
<b>Sudeste</b>	<b>1 668</b>	<b>859</b>	<b>174</b>	<b>378</b>	<b>712</b>	<b>797</b>	<b>58</b>	<b>178</b>	<b>888</b>
Minas Gerais	853	331	49	149	362	421	17	68	358
Espírito Santo	78	51	12	15	43	35	2	16	57
Rio de Janeiro	92	75	25	32	51	61	9	17	47
São Paulo	645	402	88	182	256	280	30	77	426
<b>Sul</b>	<b>1 188</b>	<b>530</b>	<b>110</b>	<b>354</b>	<b>337</b>	<b>451</b>	<b>17</b>	<b>79</b>	<b>571</b>

Paraná	399	157	25	128	127	141	5	33	251
Santa Catarina	293	133	28	82	84	112	5	19	119
Rio Grande do Sul	496	240	57	144	126	198	7	27	201
<b>Centro-Oeste</b>	<b>466</b>	<b>173</b>	<b>41</b>	<b>105</b>	<b>150</b>	<b>211</b>	<b>9</b>	<b>57</b>	<b>241</b>
Mato Grosso do Sul	78	39	7	29	25	49	1	9	44
Mato Grosso	141	56	12	34	53	66	3	36	114
Goiás	246	77	21	41	71	95	5	11	82
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	-	1	1
Grandes Regiões e Unidades da Federação	Total	Jornal impresso local	Revista impressa local	Rádio AM local	Rádio FM local	Rádio comunitária	TV comunitária	Geradora de TV	Provedor de internet
		Tipo e número de meios de comunicação							
	Municípios								

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006.

**TABELA 3.4**

<b>Municípios, total e com existência e quantidade de canais de TV aberta captados no município, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2006</b>								
Grandes Regiões e Unidades Federação	Municípios							
	Total	Com existência e quantidade de canais de TV aberta captados no município						
		Total	Um	Dois	Três	Quatro	Cinco	Mais de cinco
<b>Brasil</b>	<b>5 564</b>	<b>5 292</b>	<b>603</b>	<b>950</b>	<b>1 086</b>	<b>971</b>	<b>615</b>	<b>1 067</b>
<b>Norte</b>	<b>449</b>	<b>392</b>	<b>106</b>	<b>113</b>	<b>68</b>	<b>49</b>	<b>16</b>	<b>40</b>
Rondônia	52	34	14	9	3	2	-	6
Acre	22	22	4	5	4	2	2	5
Amazonas	62	58	13	18	12	8	-	7
Roraima	15	11	6	3	-	1	-	1
Pará	143	123	38	35	17	15	5	13
Amapá	16	14	7	3	1	-	2	1
Tocantins	139	130	24	40	31	21	7	7
<b>Nordeste</b>	<b>1 793</b>	<b>1 719</b>	<b>223</b>	<b>413</b>	<b>445</b>	<b>352</b>	<b>153</b>	<b>133</b>
Maranhão	217	203	43	49	47	40	12	12

Piauí	223	216	34	73	67	32	7	3
Ceará	184	169	12	40	49	32	14	22
Rio Grande do Norte	167	163	21	41	43	32	14	12
Paraíba	223	215	14	47	72	57	17	8
Pernambuco	185	181	23	41	42	27	22	26
Alagoas	102	101	21	28	29	21	2	-
Sergipe	75	68	13	15	18	19	2	1
Bahia	417	403	42	79	78	92	63	49
<b>Sudeste</b>	<b>1 668</b>	<b>1 637</b>	<b>39</b>	<b>126</b>	<b>226</b>	<b>302</b>	<b>285</b>	<b>659</b>
Minas Gerais	853	842	16	87	170	185	156	228
Espírito Santo	78	77	3	10	17	25	14	8
Rio de Janeiro	92	90	3	2	10	15	14	46
São Paulo	645	628	17	27	29	77	101	377
<b>Sul</b>	<b>1 188</b>	<b>1 111</b>	<b>189</b>	<b>204</b>	<b>227</b>	<b>178</b>	<b>108</b>	<b>205</b>
Paraná	399	371	13	62	79	76	54	87
Santa Catarina	293	272	40	63	72	52	22	23
Rio Grande do Sul	496	468	136	79	76	50	32	95
<b>Centro-Oeste</b>	<b>466</b>	<b>433</b>	<b>46</b>	<b>94</b>	<b>120</b>	<b>90</b>	<b>53</b>	<b>30</b>
Mato Grosso do Sul	78	75	6	19	22	14	8	6
Mato Grosso	141	120	23	23	30	27	11	6
Goiás	246	237	17	52	68	49	34	17
Distrito Federal	1	1	-	-	-	-	-	1
Grandes Regiões e Unidades da Federação	Total	Total	Um	Dois	Três	Quatro	Cinco	Mais de cinco
		Com existência e quantidade de canais de TV aberta captados no município						
	Municípios							

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006.

TABELA 3.5.1

Municípios, total e com existência e quantidade de equipamentos culturais, com indicação dos mantidos pelo poder público municipal, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2006										
(continua)										
Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios									
	Total	Com existência e quantidade de equipamentos culturais, com indicação dos mantidos pelo poder público municipal								
		Bibliotecas públicas			Museus			Teatro ou salas de espetáculos		
		Total	Quantidade	Algum mantido pelo poder público municipal	Total	Quantidade	Algum mantido pelo poder público municipal	Total	Quantidade	Algum mantido pelo poder público municipal
<b>Brasil</b>	<b>5 564</b>	<b>4 955</b>	<b>7 048</b>	<b>4 847</b>	<b>1 219</b>	<b>2 222</b>	<b>967</b>	<b>1 181</b>	<b>2 495</b>	<b>905</b>
<b>Norte</b>	<b>449</b>	<b>379</b>	<b>659</b>	<b>365</b>	<b>40</b>	<b>83</b>	<b>23</b>	<b>65</b>	<b>114</b>	<b>37</b>
Rondônia	52	45	46	45	7	7	4	5	6	3
Acre	22	16	36	12	5	11	2	9	12	6
Amazonas	62	37	48	35	5	20	4	7	16	1
Roraima	15	10	11	9	1	1	-	4	4	3
Pará	143	130	236	129	14	32	9	32	51	19
Amapá	16	14	41	14	2	4	-	2	18	-
Tocantins	139	127	241	121	6	8	4	6	7	5
<b>Nordeste</b>	<b>1 793</b>	<b>1 530</b>	<b>2 040</b>	<b>1 487</b>	<b>260</b>	<b>456</b>	<b>178</b>	<b>305</b>	<b>524</b>	<b>225</b>
Maranhão	217	167	200	155	13	23	8	20	35	14
Piauí	223	176	292	167	22	30	16	13	25	9
Ceará	184	173	237	172	56	96	37	64	120	55
Rio Grande do Norte	167	158	203	156	25	36	15	21	28	14
Paraíba	223	179	244	174	38	47	26	27	42	16
Pernambuco	185	181	229	180	38	73	29	42	72	32
Alagoas	102	93	115	93	15	24	10	13	24	9
Sergipe	75	68	79	67	9	11	6	8	12	4
Bahia	417	335	441	323	44	116	31	97	166	72
<b>Sudeste</b>	<b>1 668</b>	<b>1 546</b>	<b>2 405</b>	<b>1 516</b>	<b>426</b>	<b>862</b>	<b>342</b>	<b>472</b>	<b>1 174</b>	<b>369</b>
Minas Gerais	853	764	1 029	745	157	267	112	164	320	101
Espírito Santo	78	78	115	77	27	32	19	21	30	15
Rio de Janeiro	92	92	285	90	39	158	28	54	245	45
São Paulo	645	612	976	604	203	405	183	233	579	208
<b>Sul</b>	<b>1 188</b>	<b>1 077</b>	<b>1 441</b>	<b>1 058</b>	<b>429</b>	<b>689</b>	<b>373</b>	<b>274</b>	<b>563</b>	<b>226</b>

Paraná	399	365	616	364	86	151	77	130	265	122	
Santa Catarina	293	269	316	257	114	177	91	49	91	26	
Rio Grande do Sul	496	443	509	437	229	361	205	95	207	78	
<b>Centro-Oeste</b>	<b>466</b>	<b>423</b>	<b>503</b>	<b>421</b>	<b>64</b>	<b>132</b>	<b>51</b>	<b>65</b>	<b>120</b>	<b>48</b>	
Mato Grosso do Sul	78	75	88	75	19	29	14	17	38	15	
Mato Grosso	141	122	134	122	13	17	10	18	25	12	
Goiás	246	225	258	223	31	42	26	29	34	20	
Distrito Federal	1	1	23	1	1	44	1	1	23	1	
Grandes Regiões e Unidades da Federação	Total	Total	Quantidade	Algum mantido pelo poder público municipal	Total	Quantidade	Algum mantido pelo poder público municipal	Total	Quantidade	Algum mantido pelo poder público municipal	
		Bibliotecas públicas			Museus			Teatro ou salas de espetáculos			
		Com existência e quantidade de equipamentos culturais, com indicação dos mantidos pelo poder público municipal									
		Municípios									

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006.

**TABELA 3.5.2**

Municípios, total e com existência e quantidade de equipamentos culturais, com indicação dos mantidos pelo poder público municipal, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2006									
(conclusão)									
Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios								
	Com existência e quantidade de equipamentos culturais, com indicação dos mantidos pelo poder público municipal								
	Centro cultural			Com estádios ou ginásios poliesportivos			Cinemas		
	Total	Quantidade	Algum mantido pelo poder público municipal	Total	Quantidade	Algum mantido pelo poder público municipal	Total	Quantidade	
<b>Brasil</b>	<b>1 378</b>	<b>1 892</b>	<b>1 237</b>	<b>4 584</b>	<b>11 613</b>	<b>4 313</b>	<b>482</b>	<b>1 095</b>	
<b>Norte</b>	<b>108</b>	<b>126</b>	<b>95</b>	<b>289</b>	<b>663</b>	<b>258</b>	<b>25</b>	<b>46</b>	
Rondônia	9	10		9	23	46	22	6	10
Acre	9	11		8	22	90	14	2	3
Amazonas	28	33		26	54	134	48	2	4
Roraima	4	5		3	13	21	10	1	1
Pará	33	39		26	97	184	91	8	17
Amapá	6	8		6	14	88	10	3	5
Tocantins	19	20		17	66	100	63	3	6
<b>Nordeste</b>	<b>360</b>	<b>443</b>	<b>309</b>	<b>1 258</b>	<b>2 371</b>	<b>1 208</b>	<b>60</b>	<b>118</b>	
Maranhão	34	40		30	128	208	123	3	5

Piauí	24	30	20	101	179	96	4	7	
Ceará	63	83	57	149	355	148	7	15	
Rio Grande do Norte	28	32	20	147	280	146	3	5	
Paraíba	26	27	23	177	361	162	5	7	
Pernambuco	52	85	45	149	271	141	15	26	
Alagoas	14	15	13	64	105	60	2	5	
Sergipe	13	13	12	53	108	49	2	5	
Bahia	106	118	89	290	504	283	19	43	
<b>Sudeste</b>	<b>473</b>	<b>750</b>	<b>433</b>	<b>1 490</b>	<b>3 884</b>	<b>1 431</b>	<b>268</b>	<b>649</b>	
Minas Gerais	167	204	142	736	1 731	695	73	117	
Espírito Santo	22	26	19	72	176	69	13	26	
Rio de Janeiro	55	170	51	77	277	69	38	120	
São Paulo	229	350	221	605	1 700	598	144	386	
<b>Sul</b>	<b>354</b>	<b>474</b>	<b>323</b>	<b>1 106</b>	<b>3 699</b>	<b>983</b>	<b>97</b>	<b>223</b>	
Paraná	155	215	149	382	1 183	378	33	67	
Santa Catarina	66	86	53	286	1 118	246	25	47	
Rio Grande do Sul	133	173	121	438	1 398	359	39	109	
<b>Centro-Oeste</b>	<b>83</b>	<b>99</b>	<b>77</b>	<b>441</b>	<b>996</b>	<b>433</b>	<b>32</b>	<b>59</b>	
Mato Grosso do Sul	16	18	12	77	196	77	5	10	
Mato Grosso	25	27	24	130	245	128	9	11	
Goiás	41	45	40	233	450	227	17	18	
Distrito Federal	1	9	1	1	105	1	1	20	
Grandes Regiões e Unidades da Federação	Total	Quantidade	Algum mantido pelo poder público municipal		Total	Quantidade	Algum mantido pelo poder público municipal		
	Centro cultural			Com estádios ou ginásios poliesportivos			Cinemas		
	Com existência e quantidade de equipamentos culturais, com indicação dos mantidos pelo poder público municipal								
	Municípios								

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006.

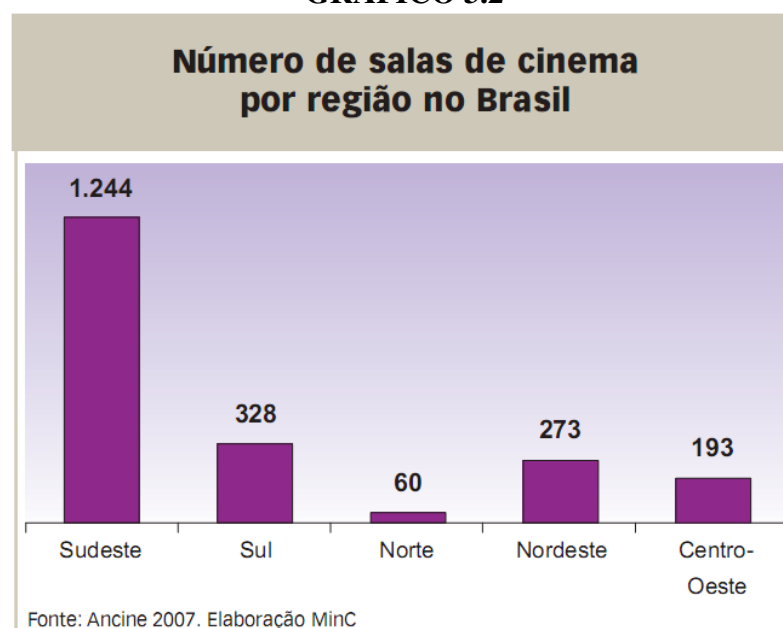
TABELA 3.6

Municípios, total e com existência de equipamentos culturais no município, por tipo, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2006							
Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total	Existência de equipamentos culturais no município, por tipo					
		Unidades de ensino superior	Video-locadoras	Shopping centers	Lojas de disco, CDs, fitas e DVDs	Livrarias	Clubes e associações recreativas
<b>Brasil</b>	<b>5 564</b>	<b>2 212</b>	<b>4 563</b>	<b>391</b>	<b>3 326</b>	<b>1 667</b>	<b>4 041</b>
<b>Norte</b>	<b>449</b>	<b>293</b>	<b>336</b>	<b>15</b>	<b>207</b>	<b>84</b>	<b>259</b>
Rondônia	52	38	44	1	21	14	32
Acre	22	16	19	2	14	4	18
Amazonas	62	43	48	3	31	8	41
Roraima	15	14	8	-	12	2	9
Pará	143	62	126	5	88	37	105
Amapá	16	8	15	1	4	5	12
Tocantins	139	112	76	3	37	14	42
<b>Nordeste</b>	<b>1 793</b>	<b>626</b>	<b>1 469</b>	<b>75</b>	<b>1 120</b>	<b>374</b>	<b>1 167</b>
Maranhão	217	77	169	7	132	55	126
Piauí	223	51	132	5	93	18	137
Ceará	184	92	172	8	136	52	136
Rio Grande do Norte	167	43	119	4	68	16	109
Paraíba	223	42	172	10	163	19	132
Pernambuco	185	65	172	14	160	61	145
Alagoas	102	24	100	2	66	18	73
Sergipe	75	12	64	2	31	13	54
Bahia	417	220	369	23	271	122	255
<b>Sudeste</b>	<b>1 668</b>	<b>655</b>	<b>1 402</b>	<b>186</b>	<b>965</b>	<b>479</b>	<b>1 257</b>
Minas Gerais	853	361	643	43	441	175	559
Espírito Santo	78	36	77	11	61	19	73
Rio de Janeiro	92	55	90	37	77	47	89
São Paulo	645	203	592	95	386	238	536
<b>Sul</b>	<b>1 188</b>	<b>404</b>	<b>961</b>	<b>89</b>	<b>756</b>	<b>594</b>	<b>1 047</b>
Paraná	399	150	346	32	252	206	334

Santa Catarina	293	116	238	24	190	138	264
Rio Grande do Sul	496	138	377	33	314	250	449
<b>Centro-Oeste</b>	<b>466</b>	<b>234</b>	<b>395</b>	<b>26</b>	<b>278</b>	<b>136</b>	<b>311</b>
Mato Grosso do Sul	78	47	70	5	52	28	70
Mato Grosso	141	110	119	8	101	55	97
Goiás	246	76	205	12	124	52	143
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	1
Grandes Regiões e Unidades da Federação	Total	Unidades de ensino superior	Video-locadoras	<i>Shopping centers</i>	Lojas de disco, CDs, fitas e DVDs	Livrarias	Clubes e associações recreativas
		Existência de equipamentos culturais no município, por tipo					
	Municípios						

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006.

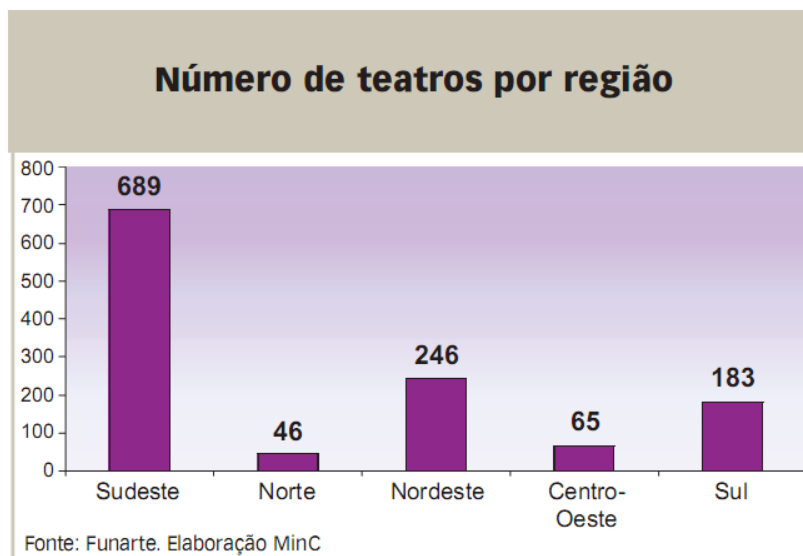
**GRÁFICO 3.2**



Fonte: Cultura em números: anuário de estatísticas culturais. Ministério da Cultura, 2009.



GRÁFICO 3.3



Fonte: Cultura em números: anuário de estatísticas culturais. Ministério da Cultura, 2009.

A importância de se levar, aqui, em consideração esta disparidade regional é a seguinte: *este tipo de problema não tem sido adequadamente enfrentado pelo Estado brasileiro*, que tende a deixar que o mercado se encarregue de resolver a dessimetria nas referidas distribuições espaciais. O problema é que este tipo de desinteresse por parte do gestor público *encontra respaldo em um discurso, muito em voga hoje em dia, de respeito à pluralidade, à diversidade cultural local etc.*, em que não seria assim tão fundamental a preocupação em garantir o acesso a certos equipamentos atrelados à “cultura dominante”, e sim a “valorização” (em abstrato) ou o financiamento a atividades culturais dos próprios grupos locais, comunidades etc<sup>406</sup>. Que fique claro: em nosso entendimento, os dois processos não podem estar *nunca* contrapostos, pois fazem parte de uma mesma e única modalidade da socialidade humana.

Deve-se tomar cuidado para, em nome do respeito à diversidade, à pluralidade e às especificidades culturais, não se *legitimar a falta de acesso a formas que se tornaram universais de expressão/fruição cultural*<sup>407</sup>, naturalizando-se em respeito à “cultura de cada grupo” uma total desigualdade no acesso à “cultura de todos”. Quanto a isso, vale lembrar: numa sociedade globalmente abrangente como a nossa, *qualquer* grupo social, por mais

<sup>406</sup> Há um fundamentado e instigante debate sobre o assunto – com posições com as quais não necessariamente concordamos – em FLEURY, [2006] 2009. O autor discorre baseado no caso francês, mas muitas das observações constantes neste trabalho têm validade para o caso brasileiro e, na verdade, colocam balizas importantes para se pensar políticas culturais em muitas sociedades capitalistas.

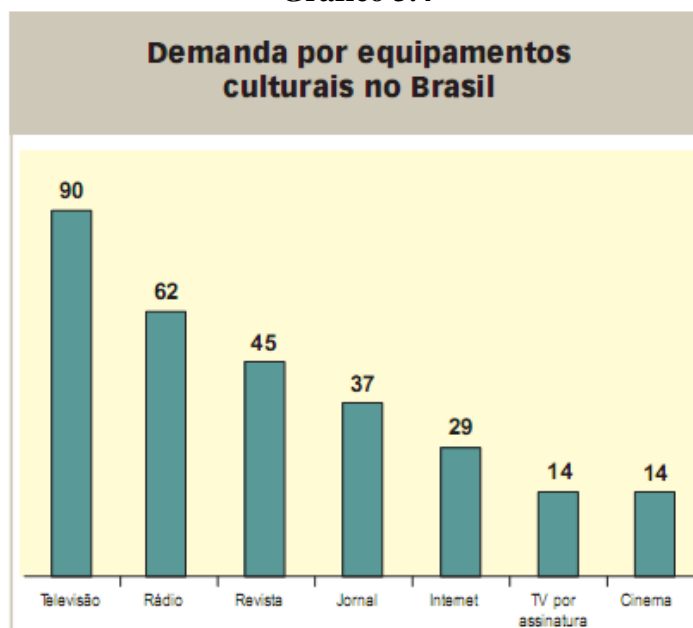
<sup>407</sup> Estas ideias, que ali não se encontram expressas nem desta forma e nem referindo-se exatamente ao mesmo assunto, são elaboradas a partir de EAGLETON, [1996] 1998.

“especificidades culturais” que carregue, *está sujeito aos imperativos da acumulação capitalista e a suas consequências sociais*<sup>408</sup>.

Isto explica, aliás, a tremenda *homogeneidade* quando o assunto é *demanda cultural* – e não só no Brasil, aliás. Ela foi aferida pelo MinC (2009) a partir de duas fontes: base de dados do IBOPE referente ao ano de 2005, a partir de pesquisa realizada em nove capitais brasileiras (Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Fortaleza, Salvador e Distrito Federal), com ênfase nas áreas de economia da cultura, consumo e práticas culturais<sup>409</sup>, abordando a demanda pelos segmentos de cinema, leitura de jornal e revista, rádio, televisão aberta e fechada, internet; Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada pelo IBGE em 2007, referente ao biênio 2002-2003<sup>410</sup>.

A *homogeneidade* referida é indicada pelo gráfico a seguir:

**Gráfico 3.4**



Fonte: Cultura em números: anuário de estatísticas culturais. Ministério da Cultura, 2009.

<sup>408</sup> Este, aliás, é justamente um dos principais motivos do generalizado prosaísmo que se espalha por todo o globo. Ao contrário do que afirma certa “nova” moda acadêmica (uma jovem senhora já em torno de seus 40 anos), que acaba derivando numa *apologia* ao progresso *ainda que se apresente e se compreenda como crítica* a ele, não é possível haver *real* respeito às especificidades culturais quando todos estão sujeitos aos mesmos processos sociais relacionados à produção e reprodução de suas condições de vida em escala global. A discussão deste importante assunto não poderá, infelizmente, ser *sequer iniciada* no âmbito desta dissertação.

<sup>409</sup> Vale ressaltar que estes conceitos são usados bastante inespecificamente... Não é possível compreender em que a dita economia da cultura se diferenciaria da economia em geral, e o termo práticas culturais no texto abrange desde ouvir música e ler um livro até jogar baralho e frequentar academias de ginástica.

<sup>410</sup> Observações metodológicas referentes às duas pesquisas-base podem ser encontradas nos referido anuário estatístico. Para os fins do presente trabalho, o que vale assinalar é que as perguntas referentes à demanda e ao consumo cultural foram elaboradas de forma não-excludente, com cada componente do item tendo sido analisado individualmente. Por exemplo: ao se perguntar sobre demanda por televisão, rádio, revista, jornal etc., o entrevistado poderia apresentar a demanda por todos os itens, cada um deles podendo então variar de 0 a 100%.

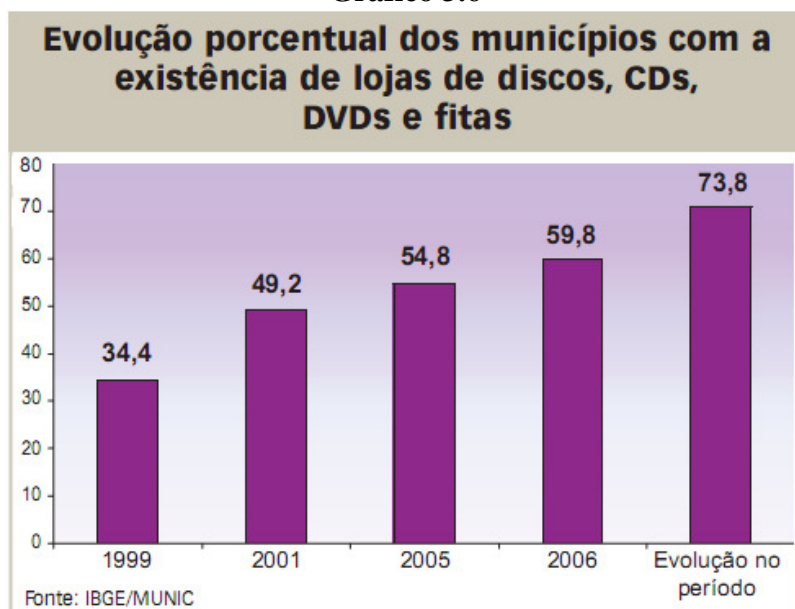
Ainda: estudando estes indicadores percebemos claramente que está em curso no país um fenômeno de *privatização do consumo cultural*, ou seja, de deslocamento do consumo e da fruição cultural a ele associada para o âmbito privado (através de televisores, aparelhos de DVD, de som etc.) e de esvaziamento do espaço público cultural<sup>411</sup> (como praças, jardins, teatros, cinemas etc.). Indicadores deste fenômeno estão nos gráficos e tabelas a seguir<sup>412</sup>:

Gráfico 3.5



Fonte: Cultura em números: anuário de estatísticas culturais. Ministério da Cultura, 2009.

Gráfico 3.6

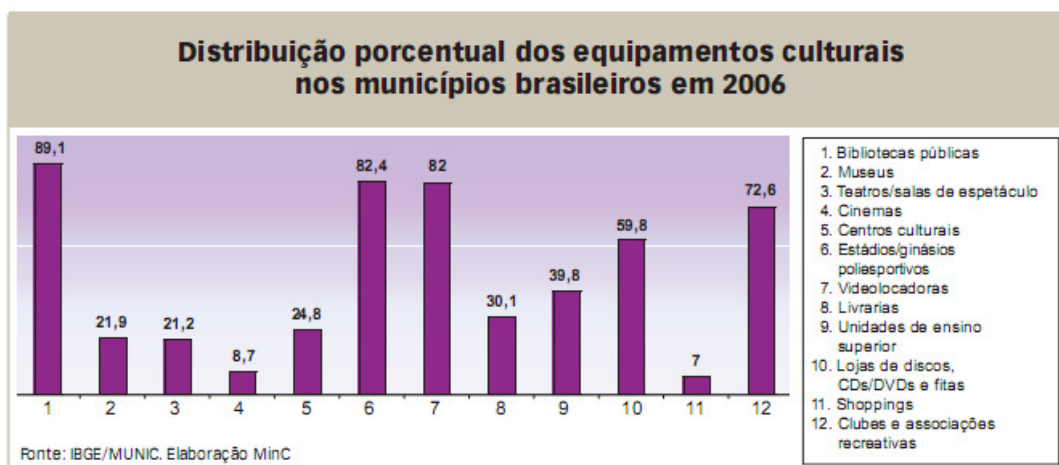


Fonte: Cultura em números: anuário de estatísticas culturais. Ministério da Cultura, 2009.

<sup>411</sup> Processo que é apontado, em nível universal, por HARVEY, [1989] 2007.

<sup>412</sup> No último deles, note-se que o elevado percentual de municípios com clubes e associações recreativas *parece* contra-arrestar esta inferência, demandando reflexão posterior do autor.

Gráfico 3.7



Fonte: Cultura em números: anuário de estatísticas culturais. Ministério da Cultura, 2009.

Tabela 3.7

**Consumo cultural por classe**  
Em percentual

Classe	Jornal	TV aberta	TV por assinatura	Revista	Cinema	Internet	Rádio
A/B	59,0	88,0	32,0	64,0	29,0	61,0	61,0
C	34,0	92,0	7,7	43,0	8,7	21,0	62,0
D/E	18,0	89,0	-	26,0	3,3	5,4	63,0

Fonte: IBOPE

Fonte: Cultura em números: anuário de estatísticas culturais. Ministério da Cultura, 2009.

Tabela 3.8

**Porcentual de municípios que possuem TV aberta por região**

BRASIL	95,11
1 Acre	100
2 Alagoas	99,02
3 Espírito Santo	98,72
4 Minas Gerais	98,71
5 Pernambuco	97,84
6 Rio de Janeiro	97,83
7 Rio Grande do Norte	97,60
8 São Paulo	97,36
9 Piauí	96,86
10 Bahia	96,64
11 Paraíba	96,41
12 Goiás	96,34
13 Mato Grosso do Sul	96,15
14 Rio Grande do Sul	94,35
15 Amazonas	93,55
16 Maranhão	93,55
17 Tocantins	93,53
18 Paraná	92,98
19 Santa Catarina	92,83
20 Ceará	91,85
21 Sergipe	90,67
22 Amapá	87,50
23 Pará	86,01
24 Mato Grosso	85,11
25 Roraima	73,33
26 Rondônia	65,38

Fonte: IBGE/MUNIC 2006. Elaboração MinC

Fonte: Cultura em números: anuário de estatísticas culturais. Ministério da Cultura, 2009.

### 3.2 Enfrentando a “questão social” pela via da cultura: a política cultural como política social focalizada

Planejamos na presente seção, em paralelo à definição de contornos gerais para um esboço de mapa do Programa Cultura Viva, levantar alguns problemas relativos à implementação, tanto em seus aspectos operativos mais gerais como na relação entre os objetivos declarados do Cultura Viva e o que vem sendo sua materialização. Para isso, dispomos de alguns meios para levantamento de dados<sup>413</sup> sobre ele, tais como: a evolução de sua dotação orçamentária; aspectos relativos a sua implementação; as características dos Pontos de Cultura e sua distribuição espacial no território brasileiro.

Entretanto faz-se necessário, anteriormente, um rápido excuroso sem o qual pensamos estar negligenciando elemento determinante para o desenvolvimento de nossa reflexão posterior, e que se não for feito agora pode redundar na impressão, mais para a frente, de que estejamos procedendo a circunlóquios desnecessários que atrapalham o bom encadeamento expositivo.

Recorreremos a breve citação dos objetivos da “Avaliação-piloto do Programa Cultura Viva”<sup>414</sup>, empreendida pelo Laboratório de Políticas Públicas da UERJ (LPP-UERJ)<sup>415</sup> – a serviço da SPPC/MinC –, como ponte para nos conduzir à questão mais geral que queremos levantar, relativa ao que se tem até agora em termos de avaliação do Programa (e que, posta em patamar mais elevado, põe em questão o modo de se fazer “ciência social objetiva” sob encomenda<sup>416</sup>).

Vamos então aos referidos objetivos da Avaliação-Piloto:

“O projeto desenvolvido tem como objeto central a avaliação e o monitoramento do Programa Cultura Viva. Além de fornecer uma relevante base de informações sobre o funcionamento dos Pontos de Cultura, sua meta é compreender o alcance e impacto da iniciativa promovida pela Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC) do MinC. Para tanto, definiram-se os objetivos específicos abaixo relacionados:

<sup>413</sup> Estes meios consistem basicamente de material bibliográfico publicado recentemente (pois o próprio Programa é bem recente, datando de 2004), como: IBGE, 2007; IPSO, 2008; LPP-UERJ, 2006; BRASIL, 2007b; IPEA, 2010.

<sup>414</sup> Publicada em Setembro de 2006.

<sup>415</sup> “A avaliação piloto do Programa Cultura Viva envolveu a aplicação de um extenso questionário em 100 Pontos de Cultura e visitas técnicas em 20. Optou-se, num primeiro momento, por contratar uma avaliação externa como forma de garantir a isenção da avaliação e facilitar o levantamento de dados junto aos Pontos de Cultura. A intenção realmente é que os resultados da avaliação sejam apropriados por todos os atores envolvidos, permitindo melhorias. A contratação do Laboratório de Políticas Públicas (LPP), ligado à Universidade Estadual do Rio de Janeiro (*sic!*), mostrou-se uma opção acertada pelo encaminhamento democrático e participativo da avaliação e pela qualidade dos resultados apresentados”. Texto disponível no sítio do Ministério da Cultura, no endereço eletrônico abaixo:

<[http://www.cultura.gov.br/programas\\_e\\_acoes/cultura\\_viva/gerencia\\_de\\_planejamento\\_orcamento\\_e\\_acoes/avaliacao/](http://www.cultura.gov.br/programas_e_acoes/cultura_viva/gerencia_de_planejamento_orcamento_e_acoes/avaliacao/)>

<sup>416</sup> Para aprofundamento sobre o tema da objetividade nas ciências sociais, cf., entre outros: ADORNO e HORKHEIMER, 1985; GOLDMANN, 1967; LÖWY, 1990.

a) Estabelecer um marco analítico para o melhor entendimento do processo de implementação e desenvolvimento dos Pontos de Cultura, que possibilite a verificação da consonância dos projetos em curso com as metas, concepções, linhas de ação e atuação definidas pelo Programa Cultura Viva.

b) Fornecer dados e indicadores (quantitativos e qualitativos) que permitam apreciar a dinâmica e modalidades de implementação e desenvolvimento dos Pontos de Cultura.

c) Elaborar e testar metodologias de avaliação processual que forneçam subsídios analíticos e estratégicos significativos para o fortalecimento do trabalho nos Pontos de Cultura e na gestão do Programa Cultura Viva.

d) Elaborar subsídios teóricos que permitam apoiar a gestão e execução do Programa Cultura Viva, no contexto de uma política pública de cultura inclusiva e democrática.

e) A formulação de alternativas destinadas a fortalecer sua eficiência, eficácia e efetividade social”. (LPP-UERJ, 2007).

Atentemos para o seguinte limite colocado pelos objetivos em questão: esta avaliação se destina, em linhas gerais – explícita ou implicitamente isso está presente em todos os pontos –, a apoiar, fortalecer, aperfeiçoar o Programa. Nesse sentido, ela tem o foco orientado para “a formulação de alternativas destinadas a fortalecer sua eficiência, eficácia e efetividade social”. Trocando em miúdos: se a execução do Programa está empregando adequadamente os recursos alocados, se os resultados estão de acordo com os objetivos a serem alcançados, se o impacto social é o esperado. Isto se repete na avaliação do Programa recém-publicada pelo IPEA, sendo que neste caso é bastante compreensível: trata-se, afinal, de um Instituto governamental, tendo como um de seus objetivos justamente o aperfeiçoamento das políticas públicas através deste tipo de estudo.

Este tipo de pesquisa não põe em questão se os objetivos do Programa são mesmo os mais adequados à democratização da cultura e à garantia dos direitos culturais assegurados por nossa Constituição (que o Programa reafirma), ou se a estratégia de implementação é a mais consonante com a difusão das diversas manifestações culturais e com a proteção das mais ameaçadas de esmagamento por serem menos adequadas ao mercado enquanto mecanismo de mediação universal para o fazer cultural. Ou seja, se a “inclusão social” mediada pela ativação de um mercado cultural baseado na economia solidária pode culminar na diversidade e proteção aludidas, ou se ela se esgota em si mesma – mera inclusão em um mercado super seletivo, uma espécie de política de geração de emprego (precário, já que não conta com nenhuma das garantias trabalhistas asseguradas por nosso ordenamento jurídico-político, e temporário, já que o apoio às iniciativas selecionadas tem seu prazo determinado de antemão) e renda via cultura.

Esta constatação está longe de qualquer intenção de empanamento dos resultados da

referida pesquisa, bem como de deslustre do competente esforço profissional da equipe a cargo de sua realização. A ressalva vai no sentido de que uma pesquisa contratada para aferir *resultados*, eficiência, impacto social etc. de determinada política social não pode colocar em questão os itens levantados no parágrafo anterior simplesmente porque eles estão postos fora, de antemão, pela demanda do contratante – e isto é tanto menos revogável quanto os resultados são esperados pelo próprio contratante para corrigir os rumos da política em implementação.

Assim, o que estamos brevemente levantando aqui é que, apesar da evidente importância dos dados que aduziremos de ora em diante ao texto, vêm faltando ainda ao Programa Cultura Viva avaliações que ponham em questão seus objetivos mesmos, sua própria essência, confrontando-a com os princípios que ele reafirma, e, a partir daí, avaliando-o sob um escopo mais amplo. Esperamos, é claro, que esta dissertação se constitua numa contribuição inicial – e, ainda, bastante limitada – para preencher esta lacuna<sup>417</sup>.

Até porque existe outro problema, decorrente deste levantado acima. É que boa parte dos estudos, artigos, pesquisas, dissertações e teses produzidos sobre o Programa ou sobre a política cultural brasileira, baseando-se nestes estudos, vai incorporando deles as características de *naturalização do objeto*, programa ou política em estudo, que é posto como dado, fechando-se o pesquisador às múltiplas dimensões que o coloca a própria processualidade de seu objeto a partir do momento em que este com ele toma contato. O alcance *crítico* de tais exames fica irrevogavelmente comprometido.

Assim, tem-se na academia produzido bastante sobre estes assuntos de alguns anos para cá. O grosso desta produção é, entretanto, direta ou indiretamente apologética.

### **3.2.1 Arranjo espacial dos Pontos de Cultura: nova política cultural e velhas desigualdades regionais**

Os dados disponíveis sobre os Pontos de Cultura até o início de abril de 2009 apontavam-nos como 824, e eles se distribuíam pelo território brasileiro como se pode observar no cartograma 1<sup>418</sup>. Note-se que a mancha de disposição espacial dos Pontos remete

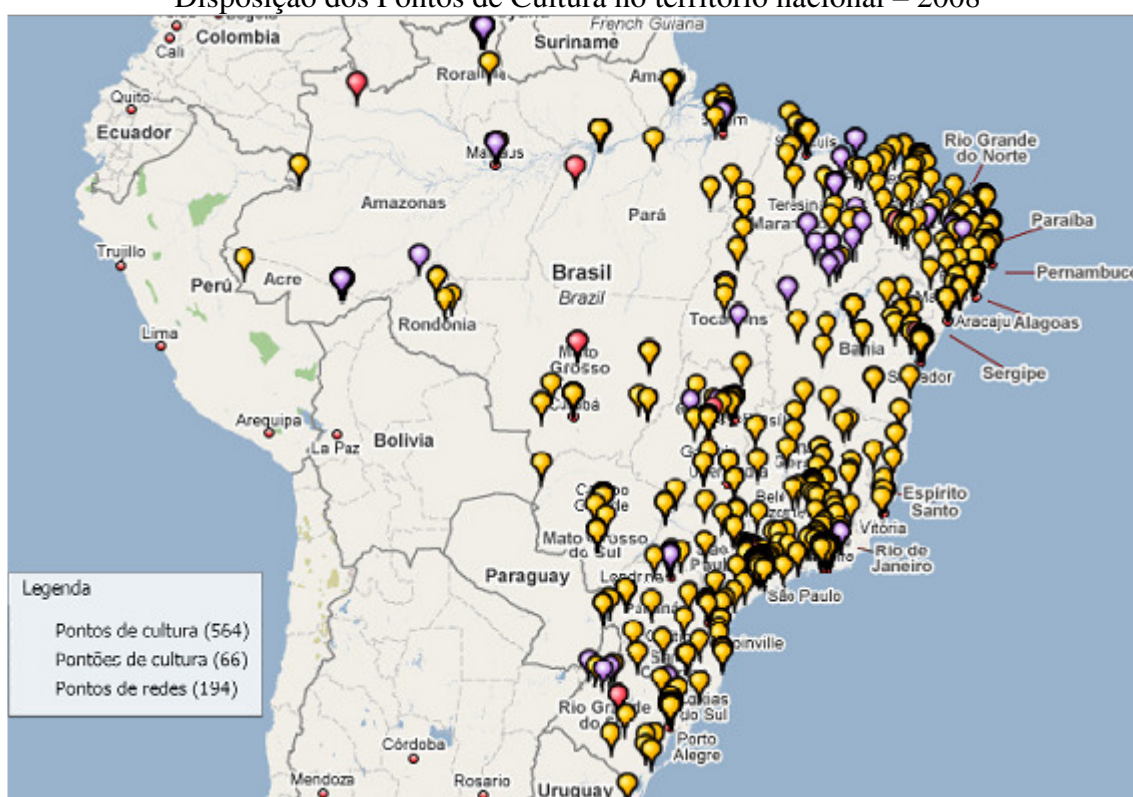
<sup>417</sup> Já é ampla – e crescente – a produção acadêmica destinada a pensar o Cultura Viva em diversos de seus aspectos. Está disponível um banco de dissertações, teses e artigos sobre o programa em <http://pontoporpono.org.br/pesquisadores-do-cultura-viva>. Abordagens anteriores do programa pelo autor podem, ainda ser encontrada em DOMINGUES e SOUZA (2009) e SOUZA (2010).

<sup>418</sup> Na Prestação Anual de Contas do Presidente da República, publicada no dia 31 de março, está a informação de que o número de Pontos de Cultura saltou, ao longo do ano de 2008, dos 824 Pontos mencionados para nada menos que 2466! Este dado é confirmado por Célio Turino (TURINO, 2009), que esperava que os Pontos atingissem mais de 3000 em 2010. Sinal da precariedade da comunicação entre os mecanismos de avaliação e controle do Programa de que dispõe o próprio MinC – que vem optando por realizar estas duas atividades importantíssimas através do estabelecimento de convênios, como veremos adiante – é que nos espaços oficiais

diretamente à distribuição espacial da população brasileira (ver cartograma 3.2, que retrata tal distribuição), com grande concentração dela nas zonas de litoral e progressivo espaçamento à medida que se caminha rumo ao centro-norte. O mencionado arranjo populacional tem razões de ordem histórica, e se estabelece a partir do processo de ocupação colonial de exploração do território, por parte do colonizador português, que priorizou sensivelmente a ocupação das zonas litorâneas – a não ser em situações que não constituem a regra do processo de povoamento brasileiro (PRADO JR., [1942] 2007).

### CARTOGRAMA 3.1

Disposição dos Pontos de Cultura no território nacional – 2008



Fonte: Instituto de Pesquisas e Projetos Sociais e Tecnológicos / MinC – Secretaria de Programas e Projetos Culturais, 2008.

Do ponto de vista dos gestores do Programa, a concentração notada pode apontar para que o Programa precisa atingir maior nível de descentralização em direção à região Norte e ao interior do Nordeste, de maneira a chegar a um grupo populacional que compõe boa parte de seu público-alvo (cf. cartograma 3.3) – sem que se esqueça, no entanto, que parte

---

de publicização de mapas do Programa ainda constam os 824 pontos do início de 2008. O cartograma 3.1 apresentado está, então, defasado, mas havemos por bem reproduzi-lo porque a *proporção* na distribuição dos Pontos permanece, hoje como então, praticamente a mesma. Assim, o mapa dá uma boa ideia da distribuição espacial dos Pontos, que permanece atual. A pesquisa do IPEA sobre o Cultura Viva, publicada no ano corrente (2010) confirma a justeza desta extrapolação.



considerável deste se encontra, hoje em dia, espalhada pelos bolsões de pobreza nas grandes cidades brasileiras (e que 92% dos Pontos de Cultura localizam-se em zonas urbanas, em boa parte com o foco justamente neste público-alvo urbano). Em nossa pesquisa, entretanto, tal assimetria foi levada em consideração na medida em que auxilia a compreensão da relação entre os objetivos do Programa e sua implementação efetiva, sem que isso tenha nos conduzido a apontamentos prescritivos.

**CARTOGRAMA 3.2**  
Municípios, segundo a concentração da população – Brasil – 2006



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006.

### CARTOGRAMA 3.3

Municípios, segundo a renda média das pessoas de referência do domicílio – Brasil – 2006



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006.

### 3.2.2 Construindo um mercado cultural solidário ou gerando empregos precários?

#### Relações de trabalho e apontamentos sobre a economia dos Pontos de Cultura

De acordo com o Instituto de Programas e Projetos Sociais e Tecnológicos (IPSO)<sup>419</sup> – entidade conveniada com o MinC para, durante três anos, coletar, mapear e sistematizar dados e informações colhidas junto aos Pontos de Cultura em todo o território nacional<sup>420</sup> –, 99 Pontos têm como público-alvo afro-descendentes, 7 caiçaras, 349 crianças e jovens, 34 LGBTs, 34 índios, 81 mulheres, 39 pessoas com necessidades especiais, 187 jovens em situação de risco social, 53 população rural, 64 terceira idade, 107 população urbana (IPSO, 2008).

Quanto a estes primeiros dados, é forçoso notar que a categoria de “*jovens em situação de risco social*”, também usada pelo MinC, é uma categoria bastante discutível. Afinal, o que é estar em risco social? Esta “categoria”, normalmente, quer se referir a jovens

<sup>419</sup> “O Instituto de Pesquisas e Projetos Sociais e Tecnológicos - IPSO foi fundado em 25 de março de 1993, e é uma entidade civil sem fins lucrativos e apartidária. O Instituto tem como finalidade a realização de estudos, pesquisas e projetos que contribuam para a formulação e o conhecimento de novos paradigmas do pensamento e da ação, no âmbito dos desafios político-econômicos que acompanham as transformações tecnológicas em curso e o seu impacto sobre as formas de organização social, cultural e do trabalho” (IPSO, 2008).

<sup>420</sup> O IPSO também faz parte da rede nacional do programa Cultura Viva. É sede do Ponto de Cultura Vila Buarque, por convênio com o MinC. Ele é responsável, oficialmente, por mapear os Pontos em todo o território nacional, como afirmamos – *entretanto, também trabalha com aquele dado defasado de 824 Pontos*.

com “potencialidade criminosa”, com probabilidade de entrar em confronto com a lei<sup>421</sup>... Sendo assim, é uma categoria que esconde, por trás de si, pesada carga de preconceito que nada tem de científico ou de esclarecedor – e que, portanto, pode não compor baliza confiável onde se escorem eixos para uma política pública.

A ação implementada na maior quantidade de Pontos de Cultura, segundo a Avaliação do LPP-UERJ, foi a Agente Cultura Viva<sup>422</sup> (operando em 88% dos Pontos). O Agente Cultura Viva constituía, quando da avaliação, o componente que teve maior visibilidade e escala de atuação – o que pode ser explicado pelo fato de ele representar um aporte extra de recursos em forma de bolsas individuais, como explicado na seção 2 (“Apresentação”) do presente projeto. Houve, entretanto, problemas com sua implementação: atraso no pagamento das bolsas, que ocasionou dificuldades nas dinâmicas de funcionamento dos Pontos (ex: evasão de alunos etc.), bem como problemas no relacionamento entre os participantes e a equipe de coordenação e entre as entidades com o MinC, já que o número de bolsas individuais era restrito e, em Pontos onde a quantidade de aspirantes a elas ultrapassavam o número de bolsas, a seleção devia ser feita pela própria equipe de coordenação do Ponto, o que acarretou em dificuldades internas (desmotivação de jovens preteridos, evasão).

Em relação ao processo de seleção, 41% dos Pontos tiveram dificuldades para apresentar os documentos requeridos no edital. Este dado aponta para uma dificuldade na implementação deste tipo de política: a grande dessintonia entre um Estado burocraticamente distante e exigente do ponto de vista técnico e um público-alvo desassistido, pouco instruído e que mantém relações apenas esparsas com a máquina pública.

Quanto às comunicações com o MinC, as motivações dos contatos estabelecidos entre os Pontos de Cultura e o Ministério respondiam às seguintes questões: 84% para esclarecimento de dúvidas sobre o Agente Cultura Viva; 41% para consultar sobre o repasse de verbas; 39% para consultar sobre a prestação de contas; 32% para consultar sobre questões vinculadas ao convênio; 29% para consultar sobre o Kit Digital; 14% para consultar dúvidas sobre o Programa. Enquanto 56% dos Pontos de Cultura mantinham contatos semanais com o

---

<sup>421</sup> Como podemos comprovar de modo cristalino no seguinte trecho, em que lemos praticamente um enredo imperioso da vida do jovem exposto às assim referidas privações: “Por situação de risco, entende-se a condição de crianças que, por suas circunstâncias de vida, estão expostas à violência, ao uso de drogas e a um conjunto de experiências relacionadas às privações de ordem afetiva, cultural e socioeconômica que desfavorecem o pleno desenvolvimento bio-psico-social. Esta situação de risco acaba se traduzindo por dificuldades na frequência e no aproveitamento escolar, nas condições de saúde de forma geral e nas relações afetivas consigo mesmo, com sua família e com o mundo, tendo como conseqüências à exposição (*sic!*) a um circuito de sociabilidade marcado pela violência, pelo uso de drogas e pelos conflitos com a lei. Muitas vezes estas experiências de vida facilitam dinâmicas expulsivas da família nuclear e da casa e o ingresso no circuito da rua e das instituições de abrigo” (CARNEIRO JR, 2004; SÃO PAULO, 2006). Para mais uma abordagem em direção análoga, ver ABRAMOVAY, 2002.

<sup>422</sup> Lembrando que esta Ação encontra-se em suspensão.

MinC, 34% estabeleciam contatos uma vez ao mês. Estes dados parecem apontar para um problema do Programa relativo ao repasse de recursos do MinC para os Pontos (atraso no repasse), tanto referente às bolsas individuais da ação Agente Cultura Viva quanto às verbas propriamente ditas, destinadas ao funcionamento regular dos Pontos.

Esta interpretação é confirmada pelo dado a seguir, que aponta que 87% dos Pontos declararam que as verbas foram liberadas com atraso. Aqueles que tiveram problemas com os repasses declararam que estes repercutiram negativamente na dinâmica de funcionamento dos Pontos e no clima de trabalho instalado. O atraso dos recursos teria impedido a compra de materiais e insumos, e implicado também atraso no pagamento dos profissionais envolvidos.

Muitos Pontos de Cultura buscam responder à questão do acesso restrito aos equipamentos culturais no contexto brasileiro. Assim, mais da metade (54%) dos Pontos de Cultura apresentaram à pesquisa o simples acesso à cultura como um dos objetivos das ações propostas, sendo que a falta de acesso a bens e produtos culturais era uma motivação para a realização das atividades propostas por 67% dos Pontos – ao mesmo tempo, preservar tradições aparecia como motivação em apenas 14% das iniciativas (disparidade esta que chama a atenção, e que devemos explorar melhor nos desdobramentos subsequentes de nossa pesquisa). Ainda no tocante aos objetivos de sua atividade, 32% colocaram a valorização da cultura local como um objetivo e 26% o fortalecimento da identidade (negra, rural, indígena, nordestina, da mulher, social, etc.).

Quanto ao público recebido: em 61% dos Pontos a renda familiar média das pessoas atendidas variava entre R\$ 100,00 e R\$ 300,00; em 19% dos casos ela variava entre R\$ 300,00 e R\$ 500,00; 14% dos Pontos atendiam a pessoas cuja renda familiar era inferior a R\$ 100,00. O grau predominante de escolaridade entre as pessoas atendidas pelos Pontos era o Ensino Fundamental em 51% dos casos, o Médio em 38% e o Superior em apenas 4%. Além disso, 65% das iniciativas declararam atender a pessoas que provêm de bairros de classe baixa, enquanto 57% dos Pontos recebiam pessoas de áreas urbanas ou rurais com condições precárias de moradia, como favelas, povoados e alagados.

Em relação à quantidade de pessoas atendidas, 22% dos Pontos declararam atender *diretamente*, através de suas atividades, entre 21 e 50 pessoas; 15 % entre 51 e 80 pessoas; 9% entre 81 e 100 pessoas; 14% entre 101 e 150 pessoas; 11% entre 151 e 200 pessoas; 28 % a mais de 200 pessoas. *Indiretamente*, os números apresentados foram os seguintes: em 43% dos casos outras pessoas se beneficiavam indiretamente das atividades dos Pontos como

espectadores; em 17% como usuários de equipamentos digitais; em 14% como usuário do acervo do Ponto. Sendo que 29% dos Pontos declararam atender indiretamente a mais de 1000 pessoas, 26% entre 501 e 1000, 24% entre 101 e 500, 16% menos de 100 pessoas. É digno de nota o seguinte: se estes números refletem aproximadamente a realidade dos Pontos de Cultura no país, trata-se de uma política pública de baixíssimo custo comparativamente ao quantitativo humano que atinge direta ou indiretamente. Este é um ponto importante para reflexão ulterior, cabendo agora apenas assinalá-lo.

Ainda sob este aspecto, uma das características mais importantes do Programa aparece se atentarmos bem para ele. Na pesquisa do IPEA publicada em 2010 – realizada entre 2007 e 2008, tendo abrangido 526 Pontos –, aparece uma informação que chama a atenção e que fica clara na tabela a seguir:

**TABELA 3.9**  
Pessoas que participam das atividades dos pontos (total por região)

<b>Região</b>	<b>Pessoas com frequência regular</b>	<b>Quantas são da comunidade</b>	<b>Pessoas com frequência esporádica</b>
Norte	7.150	6.770	44.720
Nordeste	29.814	21.106	148.360
Sudeste	62.072	43.028	787.571
Sul	18.506	8.261	115.320
Centro-Oeste	6.947	6.668	68.190
<b>Total</b>	<b>124.489</b>	<b>85.833</b>	<b>1.164.161</b>

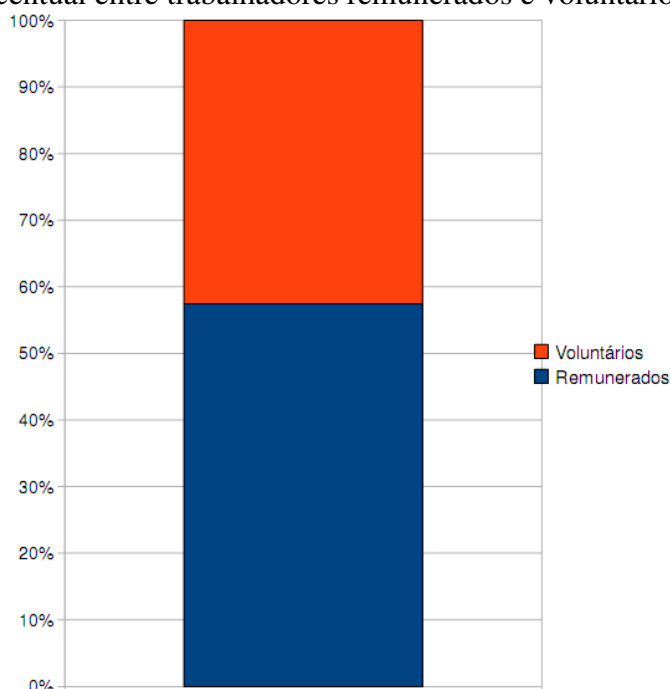
Fonte: IPEA, Avaliação do Programa Arte, Educação e Cidadania (IPEA, 2010).

O interessante é perceber que em apenas 526 pontos o total de pessoas atingidas, ainda que esporadicamente, pelas atividades dos Pontos passava de 1 milhão. Considerando que o programa teve dotação orçamentária na casa dos R\$ 130 milhões em 2008, e que já em 2009 o número de pontos passava de 2000, o que se nota é que trata-se de política extremamente barata para o governo em termos da relação gasto público anual / abrangência de atuação, que pode ter ficado neste período entre R\$ 50,00 e 130,00 por ano por pessoa atingida pelo programa.

É claro: uma “mágica” como esta só é possível à custa de certo nível de precariedade. Indicação deste nível, encontramos-la no gráfico a seguir:

**GRÁFICO 3.8**

Relação percentual entre trabalhadores remunerados e voluntários nos Pontos



Fonte: elaboração do autor, a partir de IPEA, Avaliação do Programa Arte, Educação e Cidadania (IPEA, 2010).

Constata-se, no gráfico acima, o grande percentual (em torno de 40%) de trabalhadores *voluntários* nos Pontos. Indo além: mesmo aqueles que são remunerados o são sem nenhum tipo de vínculo formal. Não há carteira de trabalho e os direitos a ela relacionados neste tipo de emprego, que pode, assim, ser caracterizado como um *subemprego* ou *emprego precário* – que, justamente por não carregar o “fardo” dos direitos trabalhistas saem tão “baratos” para o Estado. Confronte-se isso com a total ausência de concursos públicos para a área da cultura nos últimos anos.

No tocante à infra-estrutura, algumas informações surpreendentes quando se está acostumado ao formato mais usual de centros culturais. É que 43% dos Pontos estavam sediados em locais cedidos. 27% estavam em locais alugados, e apenas 21% em locais próprios. 97% dos Pontos tinham acesso à luz elétrica, 93% à água potável, 80% tinham telefone, 67% deles utilizavam botijões de gás e apenas 9% tinham acesso a gás encanado. Além disso, 62% dos Pontos declararam possuir bibliotecas com disponibilidade de acesso ao público atendido, 51% dispunham de auditório, 45% de sala de exposições, e apenas 10% não disponibilizavam espaços para o público. Quanto aos computadores e ao acesso à internet, ferramentas fundamentais para a constituição da rede pretendida pelo MinC, ainda deixavam a desejar no momento da pesquisa: 15% dos Pontos ainda não tinham nenhum computador e 25%

deles não tinha acesso à internet.

Na esfera da produção de “bens culturais” e de sua comercialização, 27% dos Pontos produziam e comercializavam produtos culturais, 23% prestavam serviços remunerados, 16% produziam e comercializavam outros produtos, 16% utilizavam outros meios para apoiar sua sustentabilidade. Dentre os produtos culturais em questão: 20% destes foram cachês recebidos em apresentações musicais, 18% em apresentações de teatro, e 12% em apresentações de dança; 19% foram artesanato; 18% foram vídeos; 17% foram ingressos vendidos para espetáculos; 14% foram CDs; 12% DVDs; 11% livros. Vale notar aqui um problema na sistematização da divulgação dos dados, já que no levantamento anterior fica indefinido se os percentuais apresentados expressam dinheiro arrecadado ou o “bem cultural” em si – a pesquisa afirma que 20% dos produtos foram “cachês recebidos em apresentações musicais”, e não as apresentações propriamente ditas, mas logo abaixo divulga que “19% foram artesanato; 18% foram vídeos” etc., obscurecendo se trata-se dos recursos oriundos da comercialização destes bens ou não.

Enquanto 39% dos Pontos não produziam ou comercializavam produtos – mas gostariam de fazê-lo –, em 32% dos que produziam a organização do trabalho se dava através de empreendimentos informais, sendo que em 12% das iniciativas esta organização era viabilizada via cooperativas. Ainda: 20% dos Pontos de Cultura utilizavam “formas solidárias” de consumo e comercialização de produtos, com a aquisição e comercialização se dando através de grupos de economia solidária, “comércio justo”, feiras de troca e cooperativas, “onde os ganhos e as decisões são repartidos”<sup>423</sup>.

### **3.2.3 Uma Nova Política Cultural para um Novo Estado: o Cultura Viva e a relação entre Estado e “terceiro setor” no novo desenvolvimentismo brasileiro**

Já afirmamos que o Programa Cultura Viva trata-se da iniciativa mais importante encetada pelo MinC na gestão de Gilberto Gil, sendo reconhecida como tal pelo próprio Ministério. Nos contentamos, até aqui, em sublinhar tal afirmativa remetendo aos discursos oficiais dos membros do governo. Tencionamos agora apresentar sumariamente alguns dados referentes à evolução da dotação orçamentária destinada ao Programa de 2004 para cá, de maneira a robustecer o que pode, em outro momento, ter ficado sem a devida sustentação. Os dados a seguir serão extraídos dos Balaços Gerais da União, os BGUs<sup>424</sup>. Estes são

<sup>423</sup> Não será possível abordar, neste espaço o tema da Economia Solidária – tema que, apesar de sempre presente na elaboração intelectual de e sobre o Programa Cultura Viva, vem perdendo força em sua agenda. Este fato, aliás, talvez se dê à percepção de que esta rede *não tem se mostrado viável*, ao menos até aqui. Cf. IPEA, 2010.

<sup>424</sup> Cf. CGU, 2005, 2006, 2007, 2008.

documentos em que o governo, através da Controladoria Geral da União (CGU), presta contas das principais ações governamentais executadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal (discriminando os respectivos recursos recebidos, acrescidos dos créditos<sup>425</sup> adicionais), bem como da execução dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das Empresas Estatais<sup>426</sup>, a cada exercício financeiro<sup>427</sup>.

Assim, podemos notar nas tabelas de 3.10 a 3.13, bem como no gráfico 3.9, o substancial crescimento da dotação orçamentária destinada ao Programa – que nos mostra que, levando-se em conta apenas o montante destinado a cada um deles, este Programa já havia, ainda em 2007, se tornado o maior do Ministério da Cultura. Repare-se, aliás, o aumento de 1000% (dez vezes!) na dotação orçamentária destinada a ele – considerando-se, a título de correção, que em 2004 o Programa iniciou apenas no segundo semestre. Ainda assim o aumento é expressivo.

**TABELA 3.10**  
**Programas do MinC – exercício de 2004**

RS 1,00

PROGRAMA	LEI + CRÉD. (A)	LIMITE LIBERADO (B)	EMPENHADO (C)	% (D=C/A)	% (E=C/B)
Brasil Patrimônio Cultural	52.531.336	30.447.258	30.354.100	57,8	99,7
Livro Aberto	19.290.743	15.863.340	15.857.575	82,2	100,0
Cinema, Som e Vídeo	23.005.495	20.107.175	20.107.176	87,4	100,0
Museu Memória e Cidadania	17.693.962	16.867.242	16.865.574	95,3	100,0
Cultura Afro-Brasileira	15.490.447	6.626.829	6.503.388	42,0	98,1
Gestão da Política de Cultura	15.924.395	15.013.797	15.000.076	94,2	99,9
Gestão da Participação em Organismos Internacionais	738.300	582.200	582.199	78,9	100,0
Apoio Administrativo	41.101.988	39.840.523	39.817.258	96,9	100,0
Monumenta	24.240.400	22.650.288	22.650.288	93,4	100,0
Ver Cinema, Ser Brasil	31.000.200	20.701.970	20.680.078	66,7	99,9
Cultura, Identidade e Cidadania	14.899.029	4.073.738	4.073.733	27,3	100,0
Engenho das Artes	116.005.189	63.380.537	62.313.913	53,7	98,3
Cultura e Tradições – Memória Viva	3.443.232	2.601.099	2.601.103	75,5	100,0
<b>TOTAL</b>	<b>375.364.716</b>	<b>258.756.000</b>	<b>257.406.460</b>	<b>68,6</b>	<b>99,5</b>

Fonte: “Balanço Geral da União”. Controladoria Geral da União, 2005.

<sup>425</sup> Os documentos contábeis do governo apresentam uma distinção entre recursos e créditos que é explicada em BRASIL, 2008c.

<sup>426</sup> Ver BRASIL, 2008a e BRASIL, 2008b.

<sup>427</sup> “O Art. 34 da Lei 4.320/64 determina que o exercício financeiro coincidirá com o ano civil, e o art. 35 dispõe que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. Assim, no Brasil, o exercício financeiro é o espaço de tempo compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de cada ano, no qual a administração promove a execução orçamentária e demais fatos relacionados com as variações qualitativas e quantitativas que tocam os elementos patrimoniais da entidade ou órgão público” (BRASIL, 2008a).



**TABELA 3.11**  
**Programas do MinC – exercício de 2005**

RS 1,00

PROGRAMA	LEI + CRÉD. (A)	LIMITE LIBERADO (B)	EMPENHADO (C)	% (C/A)	% (C/B)
Brasil Patrimônio Cultural	45.003.802	29.586.210	28.370.816	63,0	95,9
Livro Aberto	43.035.026	32.847.665	32.842.918	76,3	100,0
Brasil, Som e Imagem	48.622.930	45.479.437	45.380.958	93,3	99,8
Museu Memória e Cidadania	21.162.413	21.162.413	20.339.094	96,1	96,1
Cultura Afro-Brasileira	14.397.095	7.981.782	7.934.580	55,1	99,4
Gestão da Política de Cultura	58.000.515	54.186.827	53.540.214	92,3	98,8
Gestão da Participação em Organismos Internacionais	795.821	503.063	503.063	63,2	100,0
Apoio Administrativo	44.157.909	43.445.504	43.200.120	97,8	99,4
Monumenta	47.240.000	37.882.135	37.880.442	80,2	100,0
<b>Cultura, Educação e Cidadania</b>	<b>67.845.311</b>	<b>53.854.365</b>	<b>53.822.384</b>	<b>79,3</b>	<b>99,9</b>
Engenho das Artes	117.810.707	74.736.615	74.603.653	63,3	99,8
Identidade e Diversidade Cultural	4.942.000	4.414.984	4.411.494	89,3	99,9
<b>TOTAL</b>	<b>513.013.529</b>	<b>406.081.000</b>	<b>402.829.736</b>	<b>78,5</b>	<b>99,2</b>

Fonte: “Balanço Geral da União”. Controladoria Geral da União, 2006.

**TABELA 3.12**  
**Programas do MinC – exercício de 2006**

RS 1,00

PROGRAMA	LEI + CRÉD. (A)	LIMITE LIBERADO (B)	EXECUTADO (C)	% (D=C/A)	% (E=C/B)
Brasil Patrimônio Cultural	49.797.940	35.450.173	35.450.173	71,2	100,0
Livro Aberto	18.055.280	11.400.203	11.306.282	63,1	99,2
Brasil, Som e Imagem	59.982.684	50.339.807	50.201.393	98,5	99,7
Museu Memória e Cidadania	29.904.529	26.956.541	26.956.541	90,1	100,0
Cultura Afro-Brasileira	11.762.564	9.217.959	9.199.111	78,2	99,8
Gestão da Política de Cultura	43.395.328	36.455.063	36.455.063	84,0	100,0
Gestão da Participação em Organismos Internacionais	842.460	599.180	599.180	71,1	100,0
Apoio Administrativo	54.491.293	53.600.502	53.201.480	97,7	99,3
Monumenta	71.000.000	56.282.556	56.282.556	79,3	100,0
<b>Cultura, Educação e Cidadania</b>	<b>50.977.644</b>	<b>45.621.413</b>	<b>45.621.413</b>	<b>89,5</b>	<b>100,0</b>
Engenho das Artes	149.272.109	107.799.520	107.393.624	71,9	99,6
Identidade e Diversidade Cultural	5.550.000	4.357.084	4.357.084	78,5	100,0
<b>TOTAIS</b>	<b>544.031.831</b>	<b>438.060.000</b>	<b>437.023.900</b>	<b>80,3</b>	<b>99,8</b>

Fonte: “Balanço Geral da União”. Controladoria Geral da União, 2007.

**TABELA 3.13**  
**Programas do MinC – exercício de 2007**

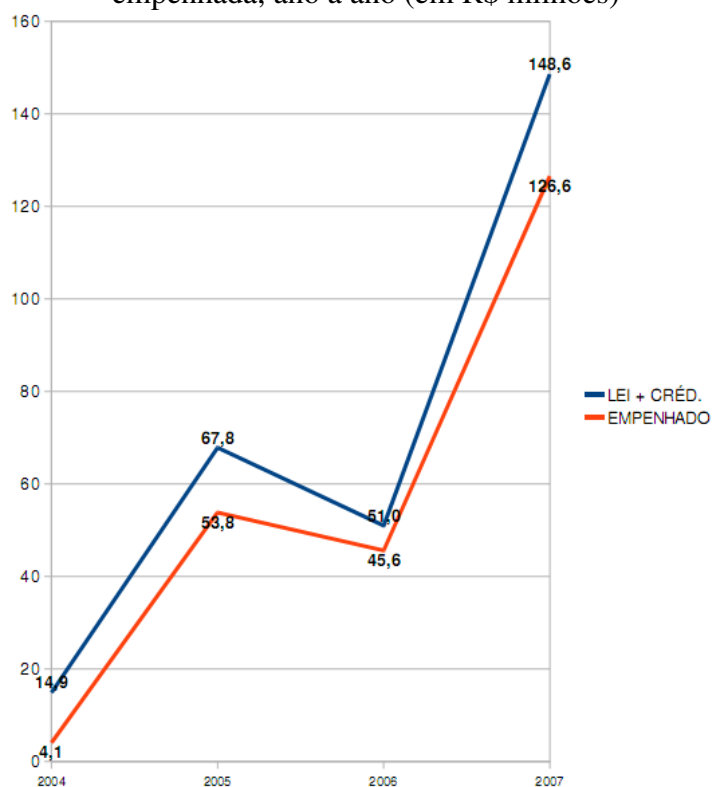
R\$ 1,00

PROGRAMA	LEI + CRÉD. (A)	LIMITE LIBERADO (B)	EXECUTADO (C)	% (E=C/B)
Brasil Patrimônio Cultural	45.784.877	38.238.335	38.077.909	99,6
Livro Aberto	30.298.974	27.671.947	27.644.900	99,9
Brasil, Som e Imagem	67.240.216	66.010.592	65.429.978	99,1
Museu Memória e Cidadania	30.033.447	29.016.093	28.830.656	99,4
Cultura Afro-Brasileira	19.526.335	19.526.335	18.292.983	93,7
Gestão da Política de Cultura	34.567.501	32.715.274	28.862.844	88,2
Gestão da Participação em Organismos Internacionais	760.583	760.583	486.213	63,9
Apoio Administrativo	62.445.079	62.042.973	60.842.148	98,1
Monumenta	76.000.000	70.371.854	69.415.664	98,6
<b>Cultura, Educação e Cidadania</b>	<b>148.585.301</b>	<b>127.333.929</b>	<b>126.550.088</b>	<b>99,4</b>
Engenho das Artes	130.419.765	82.006.370	81.657.895	99,8
Identidade e Diversidade Cultural	7.020.000	6.233.552	6.021.012	96,6
Desenvolvimento da Economia da Cultura	10.600.000	9.711.873	9.511.873	99,6
<b>TOTAIS</b>	<b>663.282.078</b>	<b>571.639.710</b>	<b>561.624.163</b>	<b>98,3</b>

Fonte: “Balço Geral da União”. Controladoria Geral da União, 2008.

**Gráfico 3.9**

Evolução da dotação orçamentária para o Programa Cultura Viva, total e efetivamente empenhada, ano a ano (em R\$ milhões)



Fonte: elaboração do autor, a partir dos Balanços Gerais da União.

Examinando com um pouco mais de cuidado algumas indicações que já temos sobre o “Cultura Viva” e confrontando-as com alguns dos dados produzidos e tornados públicos pelo próprio Executivo através dos BGUs (notadamente aquele referente ao ano de 2006<sup>428</sup>) –, podemos notar com certa nitidez alguns indicativos que sugerem que o dito Programa pode implicar um desdobramento capaz de importar em uma mudança de natureza qualitativa na política deste governo para a área da cultura, aferida em relação aos governos anteriores e mesmo em relação ao que ele próprio realizara até o lançamento da iniciativa – transformação esta que, de fato, aponta para a possibilidade de tratamento da cultura como meio para determinado tipo de política social<sup>429</sup>, articulando outros setores do governo em uma “política de Estado”: uma política bastante bem enquadrada no modelo liberal periférico discutido anteriormente. Vale reforçar que se ela não pode ser compreendida apenas a partir desta delimitação, deve ao menos ser inscrita nestes marcos para que o conjunto de suas implicações possa ser melhor dimensionado.

Esta observação ganha contornos mais nítidos se nos detivermos um pouco na avaliação (ou, no âmbito deste projeto, pelo menos na exposição mais ou menos sistemática) de alguns pontos particularmente importantes do BGU referente ao ano de 2006<sup>430</sup>.

Neste documento nos confrontamos, em primeiro lugar, com a assertiva de que o orçamento do MinC foi o maior desde sua criação, tendo recebido 17,2% a mais de recursos que no ano anterior, e com considerações em que o governo defende que a “Cultura fortaleceu-se dentro da agenda governamental como um dos importantes pilares do desenvolvimento nacional”.

O MinC vinha conduzindo suas iniciativas de “inclusão pela cultura” por meio do Programa Cultura, Educação e Cidadania. Este transferiu, em 2006, recursos da ordem de R\$

---

<sup>428</sup> Isto porque em CGU, 2007 (BGU referente ao ano de 2006) o MinC nos apresenta um tipo de discriminação do direcionamento dos recursos que foi abandonado nos Balanços seguintes. Veremos a seguir a importância deste BGU para o raciocínio cujos alicerces ora começamos a lançar neste e nos próximos parágrafos.

<sup>429</sup> Para apontamentos esclarecedores em relação a este conceito na perspectiva da tradição marxista ver BEHRING, 2002 e BEHRING e BOSCHETTI, 2007.

<sup>430</sup> Enxergamos, é claro, quão limitante é para a fundamentação deste aspecto de nossa análise ficarmos presos a um documento referente a apenas um ano de Programa. Temos, por isso mesmo, buscado outras fontes de informação, que, para além daquelas já mencionadas, incluem documentos governamentais (como, por exemplo, as avaliações e prestações de conta do último PPA, que aduzem informações detalhadas sobre as ações ministeriais), portais de divulgação da alocação de recursos públicos e convênios (“Portal Transparência Brasil” e “Portal dos Convênios”, ambos vinculados ao Poder Executivo) e, recentemente, o contato direto com funcionários da SPPC, que têm começado a nos auxiliar no deslindamento do intrincado balanço contábil do Ministério. Esperamos, assim, poder não só manter como aprofundar esta frente da pesquisa em nossa dissertação, já que sua abertura é resultado de uma das intuições mais instigantes que tivemos ao longo desta pesquisa.

41,1 milhões (CGU, 2007)<sup>431</sup>, distribuídos entre estados (incluindo DF), municípios, instituições privadas sem fins lucrativos e aplicações diretas como segue:

**Tabela 3.14**  
Transferências Regionais Efetuadas em 2006 – Estados e Municípios

Unidade da Federação	Estado	Município	Instituições privadas sem fins lucrativos	Aplicações Diretas	Total
AC	1.050.000	0	359.643	0	1.409.643
AL	0	110.000	733.976	0	843.976
AM	0	0	114.917	0	114.917
AP	0	50.000	350.000	0	400.000
BA	134.240	45.000	2.384.614	0	2.563.854
CE	300.000	277.980	1.111.181	0	1.689.161
DF	0	0	1.122.165	0	1.122.165
ES	0	0	317.500	0	317.500
GO	0	50.000	1.048.106	0	1.098.106
MA	0	21.962	296.860	0	318.822
MG	64.991	642.029	1.691.340	0	2.398.360
MS	500.000	60.000	267.600	0	827.600
MT	0	160.000	345.200	0	505.200
NACIONAL	0	0	1.518.092	1.525.948	3.044.040
PA	0	0	528.165	0	528.165
PB	0	220.000	357.990	0	577.990
PE	0	548.695	1.653.809	0	2.202.504
PI	0	0	570.068	0	570.068
PR	0	790.596	334.170	0	1.124.766
RJ	0	406.170	4.657.036	148.250	5.211.456
RN	0	93.205	867.758	0	960.963
RO	0	0	81.384	0	81.384
RR	0	400.000	39.086	0	439.086
RS	0	307.085	1.218.681	0	1.525.766
SC	0	188.100	454.283	0	642.383
SE	0	250.000	115.000	0	365.000
SP	68.000	3.281.911	5.529.038	1.197.890	10.076.839
TO	0	0	161.000	0	161.000

Esta tabela foi elaborada por nós a partir de dados extraídos de CGU (2007). A assimetria que será destacada no próximo parágrafo foi, na tabela, marcada pelo uso da cor cinza nos totais pertinentes.

<sup>431</sup> É importante notar que, em dois outros momentos do BGU 2006, afirma-se que o programa teria aplicado recursos da ordem de R\$ 45,6 milhões. Esta diferença ainda precisa ser mais bem compreendida por nós. No entanto, o demonstrativo com as transferências regionais efetuadas em 2006, que aparece no Anexo do BGU e do qual extraímos a tabela a seguir, nos apresenta dados confiáveis a partir dos quais é possível fazer algumas ilações iniciais. Esta é uma das dúvidas que esperamos poder esclarecer através do contato direto com a SPPC/MinC.

Salta aos olhos, na tabela acima, a assimetria entre o repasse a “Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos” e aquele feito a unidades constitutivas do Estado ou a aplicação dos recursos financeiros diretamente por parte da União. Tomando em conta os dados da tabela, aproximadamente 62% das transferências regionais relativas ao Programa Cultura, Educação e Cidadania foram feitas mediante repasse para “instituições privadas sem fins lucrativos”, recursos da ordem dos R\$ 25,6 milhões. Já em relação às transferências totais do Ministério, e excluindo aquelas referentes à previdência de inativos e pensionistas da União, este percentual cai para apenas 14,15% (se incluirmos as despesas previdenciárias cai para 12,5%).

Através da análise dos Editais através dos quais se dá a entrada no programa podemos estimar, apesar de o Ministério não mais ter divulgado a discriminação dos repasses tal como aparece na tabela anterior, que o percentual de repasse de recursos a instituições privadas sem fins lucrativos permaneça em torno deste não só no ano em questão, mas também nos seguintes – já que, afinal de contas, a própria natureza dos Pontos de Cultura *exige* que os recursos sejam distribuídos da forma assimétrica mostrada no parágrafo anterior, no momento em que se trata de empreendimento que contempla “iniciativas já existentes, no intuito de ampliar seu alcance junto às camadas sociais beneficiadas”, que “passam a contar com recursos públicos regularmente, ampliando o alcance de seus trabalhos e incrementando suas ações em favor das comunidades em que estão inseridos”.

É claro que isto tem conseqüências político-sociais, e são múltiplas. Podemos agora passar a um breve levantamento de algumas delas, de maneira a darmos um primeiro passo na transformação destas indicações orçamentárias em uma compreensão política do fenômeno em estudo.

Assim, podemos trazer à baila em primeiro lugar a relação entre um programa como este e a direção do governo Lula em relação a políticas sociais em geral. Já discutimos ao longo de todo o capítulo anterior os rumos deste governo, ao insistir em não enfrentar os fundamentos do modelo de Estado – *mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital* – em implantação no Brasil desde meados dos anos 90, no sentido de, como afirmou Laurell<sup>432</sup>, “avançar em direção ao passado” – ou seja, de construir políticas sociais descentralizadas, focalizadas e privatizantes, de forte viés assistencialista e seletivas. No processo, que ainda se encontra em curso, de desmonte do Estado brasileiro e de transferência de suas atribuições à iniciativa privada – e, aqui, como demonstra Montaño<sup>433</sup>, tem força, no campo das políticas sociais, um tipo especial de grupo privado conhecido como “organização

---

<sup>432</sup> *Op. cit.*

<sup>433</sup> Cf. MONTAÑO, 2002.

da sociedade civil”, “organização sem fins lucrativos” ou simplesmente (e o nome diz muito) “organização não-governamental” (mas que assume tarefas que em algum momento já foram consideradas “governamentais”) –, a ênfase no Programa que tem as características que já enunciamos (que, além do mais, repassou na situação demonstrada 62% dos recursos financeiros de sua dotação diretamente às mãos das “instituições sem fins lucrativos”, e vem tendo seu orçamento constantemente aumentado – a ponto de ter nos últimos anos se tornado o principal Programa do Ministério da Cultura, como apontado anteriormente, e que agora se encontra em plena fase de descentralização, aumentando grandemente seu potencial de expansão), representa forte indicativo de que estamos frente à possibilidade de consolidação de uma virada qualitativa deste governo em relação à política cultural.

No caso da cultura, isto pode não significar desmonte do Estado propriamente, já que o mesmo não atuava tão ativamente na área, destinando sempre recursos mais ou menos parcos ao MinC<sup>434</sup>, comparado com outros ministérios, e realmente carecendo de diretrizes mais claras no sentido do tratamento da cultura como alvo de política pública. De qualquer forma, mesmo que o desmonte não se dê *no âmbito do MinC* ou das atribuições culturais do governo, a “nova política cultural brasileira” claramente se articula, e bem, com um processo mais geral de focalização e descentralização – transferência da gestão / administração dos recursos públicos à iniciativa privada, e com a nova noção de “instituições privadas de interesse público”.

Vale também notar que esta política articulada em torno dos Pontos de Cultura apresenta forte viés ideológico, no sentido de apontar para a transformação das comunidades autoras/praticantes de determinado tipo de atividade cultural (ou de membros destas) em verdadeiras produtoras de bens culturais. O viés ideológico aparece, em nosso juízo, quando cotejamos a concepção de “produtor cultural”, tal como a apresenta esta política governamental, com a concepção desenvolvida, em 1934, por W. Benjamin, segundo a qual o autor-produtor é aquele que conhece sua posição no processo produtivo e toma partido no processo de enfrentamento social, orientando sua atividade no sentido da refuncionalização de sua arte, do desvelamento de caminhos para organizar os trabalhadores no próprio processo produtivo e da socialização dos meios de produção intelectual (BENJAMIN, 1994). Entendemos que a concepção defendida pelo MinC vai na contra-mão do pensamento benjaminiano – e a razão que nos ocorre é simples: os parâmetros teórico-ideológicos em que se sustentam ambas as concepções são essencialmente diversos.

---

<sup>434</sup> Isto será discutido, neste capítulo, adiante.

### 3.3 Mudando para não mudar: Nova Política Cultural e velhos problemas da cultura

*É preciso que tudo mude para que tudo permaneça como está.*  
Giuseppe Tomasi di Lampedusa [O Leopardo]

Conectado ao movimento que ora ocorre em boa parte do mundo, o presente governo vem dando ênfase especial no campo da cultura e da política cultural. Este movimento, como referido acima, vem sendo estimulado por agências multilaterais e apoiado por substrato intelectual internacional (cf. a abertura ao cap. 1), através de justificativas como esta:

“Pesquisa recente do IBGE demonstra que o setor cultural emprega 5,7% do pessoal ocupado no Brasil e representa 6,2% do total de empresas em funcionamento no território nacional. Constatou, também, que os rendimentos mensais dos trabalhadores do setor cultural são de 5,1 salários mínimos, contra 3,3 salários mínimos dos demais setores econômicos. As atividades de criação, produção, circulação, difusão, e o consumo de bens e serviços culturais – envolvidos aí a comercialização, o financiamento e a regulação de mercados – é hoje (*sic*) o setor mais dinâmico da economia mundial. Tem registrado crescimento médio de 6,3% ao ano, enquanto o conjunto da economia cresce a 5,7%. O setor já é responsável por 7% do PIB do planeta, segundo estimativa do Banco Mundial” (CGU, 2007).

É interessante: por mais que se critique a mercantilização da cultura e seu tratamento como mero meio para a realização de bons negócios etc., um dos principais motivos apresentados para a recente “valorização” desta esfera no debate político é justamente sua importância econômica. Assim, o debate sobre a importância de se “dar a devida atenção” à cultura geralmente vem acompanhado da lembrança de que: o valor bruto da produção das atividades industriais culturais responde por em torno de 5% do valor bruto da produção da indústria da transformação brasileira; o da produção das atividades de serviços culturais correspondem a mais de 30% do total na área de serviços; os salários e outras remunerações do pessoal ocupado no “setor cultural” da economia brasileira responde por mais de 5% da massa salarial total etc<sup>435</sup>.

Não por acaso, por ocasião do lançamento do Programa Mais Cultura<sup>436</sup>, no fim de 2007, membros do primeiro escalão governamental afirmaram e reafirmaram que nunca neste país se havia tido política cultural, e que agora, sim, a política para a cultura seria tratada como política de Estado<sup>437</sup>.

<sup>435</sup> Cf. BRASIL, 2009.

<sup>436</sup> O Programa Mais Cultura, apelidado de “PAC da Cultura”, é um conjunto de medidas no sentido de estabelecer parcerias entre o MinC, outros ministérios, outras esferas de governo, entidades da sociedade civil e empresas, de modo a potencializar os diversos programas do Ministério da Cultura, aumentando seus recursos financeiros por meio destas parcerias. Para maiores informações, cf. os Decretos 6226 e 6630 da Presidência da República, bem como extenso acervo de notícias de jornais disponíveis em <http://www.cultura.gov.br/site/>.

<sup>437</sup> Cf. os discursos do presidente Lula e do então ministro Gil no referido lançamento, disponíveis na página do MinC na internet: <http://www.cultura.gov.br/site/>. Mais uma vez, recorre-se ao batido argumento que discutimos em outro lugar deste trabalho.

Esta ênfase vem produzindo impacto relevante nas dotações orçamentárias e nos recursos totais para o Ministério da Cultura. Estudando os valores fornecidos por fontes do governo pudemos observar a tendência de crescimento ilustrada na tabela e no gráfico a seguir:

**Tabela 3.15**

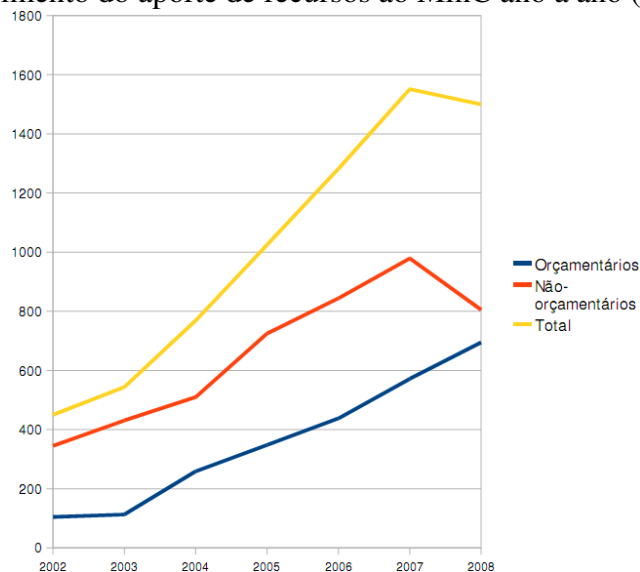
Aportes de recursos orçamentários e não-orçamentários ao MinC e relação entre estes ano a ano (em R\$ milhões)

Ano	Recursos			Relação recursos incentivados / orçamentários
	Orçamentários <sup>438</sup>	Não-orçamentários	Total	
2002	105	345	450	3,3
2003	113	431	544	3,8
2004	259	510	769	2,0
2005	- <sup>439</sup>	725	-	-
2006	438	844	1282	1,9
2007	572	979	1551	1,7
2008	695	805 <sup>440</sup>	1500	1,2

Fonte: Balanços Gerais da União/CGU e SALIC/MinC, elaboração do autor.

**Gráfico 3.10**

Evolução/crescimento do aporte de recursos ao MinC ano a ano (em R\$ milhões)



Fonte: elaboração do autor, a partir de dados constantes nos Balanços Gerais da União e no SALIC/MinC

<sup>438</sup> Os recursos orçamentários considerados são apenas aqueles livres para movimentação e empenho (destinados a despesas discricionárias e descontingenciados) em determinado exercício financeiro. Isto porque quisemos pôr o foco nas despesas finalísticas, de maneira a podermos comparar montantes de recursos orçamentários e não-orçamentários. Quanto a conceituação de “exercício financeiro”: “O Art. 34 da Lei 4.320/64 determina que o exercício financeiro coincidirá com o ano civil, e o art. 35 dispõe que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. Assim, no Brasil, o exercício financeiro é o espaço de tempo compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de cada ano, no qual a administração promove a execução orçamentária e demais fatos relacionados com as variações qualitativas e quantitativas que tocam os elementos patrimoniais da entidade ou órgão público” (PORTAL SIAFI, 2007a).

<sup>439</sup> Com os dados de que dispusemos a partir das fontes citadas não foi possível calcular, para este ano, o montante de recursos orçamentários livres para movimentação e empenho.

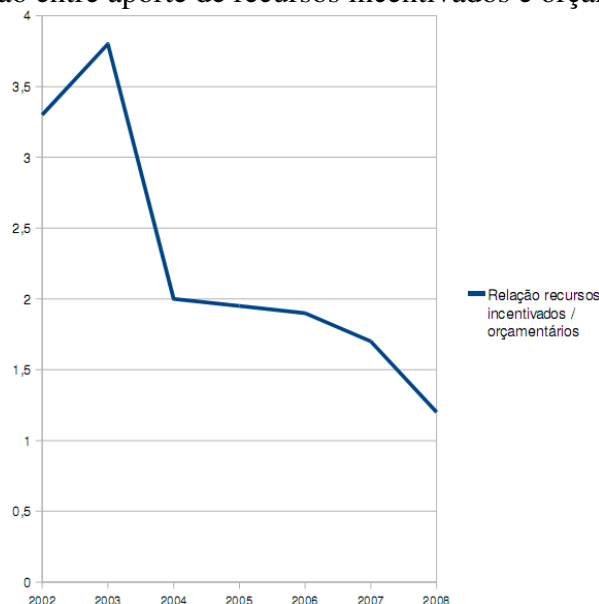
<sup>440</sup> Estes recursos ainda não estão completamente contabilizados, estando subestimados na tabela.



O crescimento dos recursos orçamentários e não-orçamentários destinados ao MinC se deu acompanhado da *diminuição tendencial da relação proporcional entre recursos incentivados e recursos orçamentários* no atual governo<sup>441</sup>, como pode ser visto na tabela anterior e no gráfico abaixo:

**Gráfico 3.11**

Evolução da relação entre aporte de recursos incentivados e orçamentários ao MinC



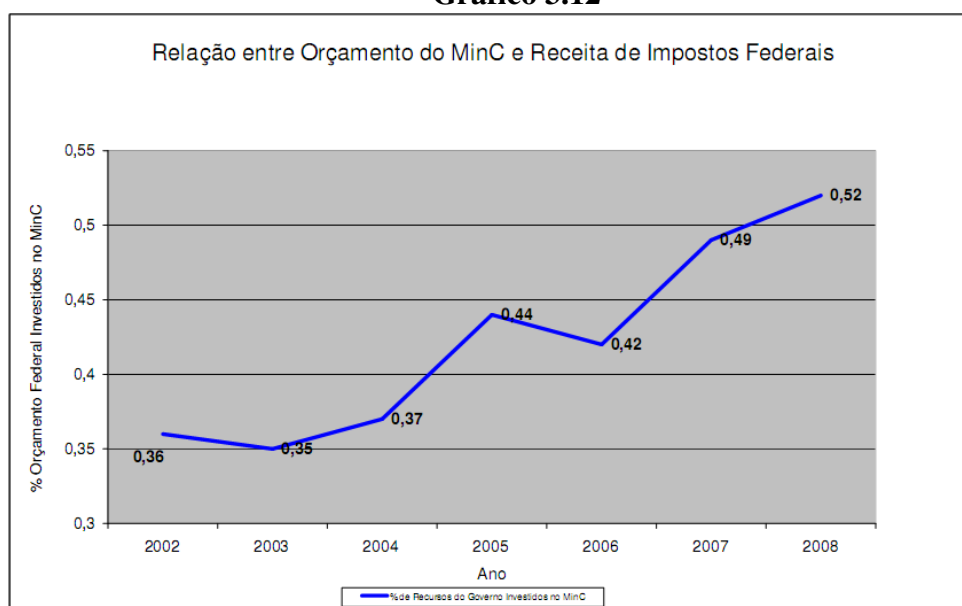
Fonte: elaboração do autor, a partir de dados constantes nos Balanços Gerais da União e no SALIC/MinC

Este é um aspecto marcante da orientação do governo Lula na área do financiamento às políticas culturais, já que tal diminuição aponta no sentido de reduzir a importância dos recursos incentivados em cotejo com os orçamentários destinados à pasta da Cultura, na contramão do que vinha sendo construído no país desde a década de 1980.

De maneira a corrigir eventuais distorções provenientes de uma comparação equivocada entre valores absolutos, considerando que eles só podem ser corretamente dimensionados se temos em conta a relação percentual entre a dotação ao MinC e o volume de recursos fiscais arrecadado pelo governo federal (que poderia ter crescido em proporção muito maior que os aumentos destinados ao Ministério), recorreremos ao gráfico a seguir, que demonstra que o crescimento na dotação ao MinC é *proporcionalmente superior* ao crescimento na arrecadação do governo, apontando para o fortalecimento da percepção de que de fato o atual governo adota política de priorizar a área cultural em relação aos anteriores.

<sup>441</sup> Os Orçamentos de 2002 e 2003 foram elaborados pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

Gráfico 3.12



Fonte: Ministério da Cultura, a partir das Leis Orçamentárias Anuais (LOAs).

Neste caso, vale lembrar também que a possível aprovação da PEC 150/2003 prevê um aumento bastante expressivo na dotação para a área cultural, vinculando para a cultura 2% do Orçamento da União, 1,5% dos estados e 1% dos municípios<sup>442</sup>.

Os dados apresentados, é claro, têm um limite de partida ao tratar de um campo como o da cultura: trata-se de quantificações numéricas, de levantamentos orçamentários que não levam, *per se*, em conta as especificidades da esfera cultural. São, no entanto, fundamentais se quisermos apreender as determinações da política cultural brasileira recente em seus diversos aspectos. Vale insistir: ao contrário do que apregoam alguns partidários do enxugamento máximo do Estado, políticas públicas não se fazem apenas com criatividade, boas ideias e eficiência, mas também com funcionários, recursos materiais, metas, planejamento estratégico a partir de objetivos determinados com clareza e da escolha dos meios eficazes.

Assim, de maneira *aparentemente contraditória*, o governo Lula *augmenta o financiamento público* às políticas culturais, *diminui* a superioridade dos recursos incentivados em relação aos recursos orçamentários como fonte de custeio, mas, ainda assim, tem como principal política cultural uma *política focalizada* que não garante direito algum, operando, *grosso modo*, transferência de recursos do Estado para a (micro) “iniciativa privada”. Resolvamos a *aparente* contradição.

Faz-se necessário, aqui, breve excursão pelo terreno da política social, de maneira a termos recuperados os elementos, abordados menos detalhadamente no capítulo anterior,

<sup>442</sup> Isso parece tender a diminuir ainda mais a preponderância dos recursos incentivados sobre os orçamentários, podendo vir a reverter a assimetria demonstrada.

necessários ao prosseguimento de nosso raciocínio. Pois bem: quanto à seletividade de uma política social<sup>443</sup>, ela é amparada legalmente pela Constituição da República, no artigo 194 do Capítulo II – Da Seguridade Social – do Título VIII – da Ordem Social –, de acordo com os princípios da seletividade e da distributividade na prestação dos benefícios e serviços. Estes princípios apontam para a “possibilidade de instituir benefícios orientados pela ‘discriminação positiva’”<sup>444</sup>.

Apesar deste amparo em nossa Lei Maior, ao longo da década de 90 e de parte do presente decênio os princípios em questão serviram de suporte ao processo de focalização de políticas sociais<sup>445</sup>, em flagrante contradição com outro princípio constante no mesmo artigo constitucional: o da universalidade da cobertura e do atendimento. Este “assegura a política de saúde como direito universal” e “estabelece a assistência como direito aos que dela necessitarem”, apesar de manter a previdência social assentada no princípio do seguro, numa relação em que recebe quando inativo aquele que contribuiu quando estava ativo – sendo que uma importante exceção neste campo (que aponta em direção à universalidade da política pública em questão, superando a mera relação de seguro<sup>446</sup>) é a aposentadoria rural.

É no contexto da já aludida dessimetria no acesso aos recursos públicos destinados à área da cultura, e a partir de um desacordo declarado com esta situação e do compromisso com sua reversão, que aparece a proposta do Cultura Viva na atual gestão do MinC<sup>447</sup>. O Programa nasce, então, tendo como um de seus objetivos declarados algo que poderíamos definir como uma “*focalização contra a focalização*”: focalizar a distribuição dos recursos para aqueles que estão fora do esquema de captação de recursos relacionado à Lei Rouanet como maneira de *reverter a distorção no acesso aos recursos* causada – ou acentuada – pelo próprio modelo de financiamento da política cultural a ela relacionado, e que, por enquanto, não foi reformulado<sup>448</sup>.

---

<sup>443</sup> Já apresentamos a hipótese que ora nos obriga a abordar – ainda que brevemente – o tema das políticas sociais. Fazemos isso apesar de que o objeto da pesquisa seja um programa na área da política cultural, elaborado e implementado pelo MinC.

<sup>444</sup> BEHRING; BOSCHETTI, 2007.

<sup>445</sup> Para abordagem do processo de focalização no terreno das políticas sociais, cf. DRAIBE, 1993.

<sup>446</sup> Sobre a tensa relação entre “seguro” e “seguridade” nas políticas de proteção social, cf. TEIXEIRA, 1990.

<sup>447</sup> Estamos considerando que a saída do ministro Gilberto Gil, seguida por sua substituição por Juca Ferreira, em 2008, não representa descontinuidade na gestão do MinC, que mantém basicamente os mesmos quadros nas mesmas funções e que, para todos os efeitos, continua na mesma linha política.

<sup>448</sup> Está em debate, desde outubro de 2008, a reformulação da Lei Rouanet, com proposta do MinC em processo de consulta pública encerrada em 06 de maio do ano corrente. A proposta de reforma nesta lei está tramitando no Congresso Nacional. Entre os artistas e produtores culturais o assunto é polêmico. Fica a menção de que, assim como ocorreu em relação à proposta de criação da ANCINAV pelo governo Lula, a simples alusão à possibilidade de reformulação do modelo de financiamento à política cultural via incentivo fiscal tem sido alvo, no geral, de ataques por parte dos meios de comunicação. Cf., p. ex., a edição 570, de 18 de abril de 2009, da revista Época. Quanto aos argumentos e objetivos do governo, cf. o documento “Diálogos Culturais”, do MinC, de outubro de 2008.

O problema, aqui, é que o governo, permanecendo fiel à máxima daquela personagem de Lampedusa que afirmou ser preciso que tudo mude para que tudo permaneça como está, resolveu “conciliar os contrários” *também na área da cultura*. Assim, atendem-se certas reivindicações históricas dos ativistas da área da cultura, bem como dos pequenos produtores culturais, *que passam a enxergar esta área como uma área progressista do governo*, enquanto se mantém a estrutura hiper concentradora dos grandes meios de produção e difusão culturais no país, a televisão, o rádio etc., e os vultosos aportes de recursos públicos à iniciativa privada via Lei Rouanet, que, apesar de terem diminuído *em proporção aos recursos orçamentários* destinados ao MinC neste governo, *não deixaram de crescer*. Garante-se, assim, a *governabilidade social*, sem que se enfrentem efetivamente os problemas reconhecidos quase unanimemente pelo pensamento progressista relacionado à área há anos.

O excuro anterior já aponta para uma mudança digna de nota promovida pelo governo Lula no campo do financiamento às políticas culturais – mudança que, como vimos, tende a se acentuar. Novidade também considerável é a referente aos públicos-alvo das políticas públicas relacionadas a produção, difusão e consumo culturais – dimensões fundamentais do acesso à cultura, como já destacamos – neste governo.

Com o Programa Cultura Viva, o governo Lula vem tratando de redirecionar parte dos recursos públicos alocados à área da cultura no sentido de contra-arrestar o privilégio aos pequenos grupos de produtores no acesso aos recursos públicos destinados à produção cultural. Através deste programa o MinC apóia projetos “desenvolvidos em comunidades que se encontram em situação de pobreza ou de vulnerabilidade social”<sup>449</sup>. A principal ação do Programa, os Pontos de Cultura, “nada mais são que a certificação ou reconhecimento pelo Estado da importância”<sup>450</sup> de manifestações culturais que estão fora do mercado de bens culturais. Nesse sentido, o Ministério não chamou para si a responsabilidade de criar projetos de inclusão, mas de contemplar iniciativas já existentes. “Uma vez transformadas em Pontos, essas iniciativas passam a contar com recursos públicos regularmente, ampliando o alcance de seus trabalhos e incrementando suas ações em favor das comunidades em que estão inseridas”. O reconhecimento aludido se dá mediante repasses de recursos ao Ponto de Cultura – que pode ser encarado, então, como uma iniciativa cultural de pequeno porte reconhecida como tal e estimulada pelo Estado brasileiro através do Ministério da Cultura.

Podemos dizer que esta é a principal iniciativa formulada a partir do compromisso direto com a democratização da cultura (no sentido que o governo atribui a este termo) e com

---

<sup>449</sup> Cf. BRASIL, 2007.

<sup>450</sup> Idem.

a “inclusão social” por meio desta – interligando-as organicamente em sua agenda política –, sendo que: seus objetivos declarados são a promoção do acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, bem como o estímulo “às energias sociais e culturais, visando à construção de novos valores de cooperação e solidariedade”<sup>451</sup>; ele se destina a populações de baixa renda, estudantes da rede básica de ensino, comunidades indígenas, rurais e quilombolas, agentes culturais, artistas, professores e militantes que desenvolvem ações no combate à “exclusão social e cultural”; a adesão a ele, através da rede de Pontos de Cultura, é voluntária e feita a partir de chamamento público, por edital; no que diz respeito à gestão, “um aspecto que será comum a todos [os Pontos de Cultura] é o compartilhamento entre os diversos níveis de poder público envolvidos e a comunidade local”; a idéia-motriz do Programa é a de “inclusão por meio da cultura” – e, nesse sentido, pode-se dizer que ele se relaciona por diferentes caminhos com os programas de transferência de renda do atual governo.

O tema da necessidade do estabelecimento de uma política cultural voltou à tona com força em nosso país numa quadra histórica em que instituições multilaterais, tal qual o Banco Mundial, passam a reforçar a importância da cultura (como aludimos acima) para os “países em desenvolvimento” como, por um lado, forma de garantir a coesão social e, por outro, de fomentar o evoluir de um setor da economia com grandes possibilidades mercadológicas. E isso num quadro em que o Brasil, entre vários outros países da América Latina, já pode voltar seus olhos pátrios por cima dos ombros para os três últimos lustros e reconhecer claramente sua trajetória – em termos de políticas públicas (em termos, no geral, de tratamento da relação entre “Estado e sociedade civil”) – neoliberal.

A política cultural que pode responder a uma demanda como esta nos parece ter sua principal expressão, no Brasil e talvez no mundo, no Programa Cultura Viva. Assim, ele hoje são inclusive objeto de apreciação por parte do Parlamento do Mercosul para implementação no conjunto dos países-membro<sup>452</sup>, o que vem sendo festejado como um importante avanço por ativistas da “área cultural” em diferentes países do bloco.

Desde que à cultura, então, passa a ser atribuído peso importante no referido processo de “inclusão social”, e principalmente a partir do lançamento do “Programa Mais Cultura”, que potencializa o processo em questão, a dotação orçamentária da pasta da Cultura é

---

<sup>451</sup> Os trechos entre aspas neste parágrafo constam da Portaria nº 156/2004 do MinC.

<sup>452</sup> A proposta de anteprojeto de norma, de autoria da parlamentar Marisa Serrano, estará em anexo à versão final da dissertação. Notícias sobre o assunto podem ser conferidas em <http://nacaocultural.pe.gov.br/mercosul-cultural-articula-parcerias-com-os-pontos-de-cultura-no-18-fig>, <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2009/outubro/pontos-de-cultura-nos-paises-do-mercosul/>, <http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/artigos/aprovacao-dos-pontos-de-cultura-no-parlasul-passo-a-passo/>.

crescente (sendo aproximadamente vinte por cento dela direcionada ao “Cultura Viva” em 2007 e 2008, de acordo com os Balanços Gerais da União), além da intenção de multiplicação em muitas vezes do número de Pontos em poucos anos (se considerarmos que, no início de 2008, tínhamos algo em torno de 800, que eles hoje já passam de 2.000 e que o número não pára de aumentar<sup>453</sup>). Diga-se que o Ponto de Cultura também é imaginado enquanto potencial espaço (não apenas físico, mas político) catalisador da integração entre os diversos programas do MinC, e entre estes e outros programas sociais do governo.

Os Pontos são iniciativas que, afinal, destinam-se a ter impacto no conjunto da sociedade *através* da multiplicação de iniciativas de impacto local. Vejamos como isso se apresenta no plano das expectativas do governo, dos produtores e agentes culturais e de possíveis desdobramentos de sua implementação.

No plano das expectativas, atribui-se ao Programa um forte potencial para que os indicadores sociais do país (como os relativos a emprego, renda, criminalidade, e, finalmente, acesso a cultura – apresentado como “acesso a bens culturais”) melhorem através da “inclusão pela cultura”<sup>454</sup> – expectativa esta que nos parece, por enquanto, marcadamente ideológica. Não podemos deixar de mencionar também a forte expectativa gerada (e que encontra hoje importante ressonância entre produtores e ativistas culturais mais à esquerda e familiarizados com a discussão sobre política cultural feita no e pelo PT ao longo dos anos 80 e 90) pelo fato de que esta política cultural não é diretamente implementada a partir do Estado, que se coloca como um agente que assegura as condições materiais para a realização das iniciativas culturais oriundas da sociedade civil<sup>455</sup>.

Parece-nos que uma avaliação do Programa, para além dos elementos contextuais levantados até aqui, deveria chamar à atenção um outro aspecto que envolve, influenciando decisivamente em seu direcionamento, a política pública para a área da cultura nos dias de hoje, e não só no Brasil. É a noção, que se espalha e se consolida em todo o mundo, de que não só existe uma “economia da cultura” com forte potencial mercadológico e que carece, para se desenvolver em sua plenitude, de iniciativas de parceria entre o “Estado e a sociedade civil”<sup>456</sup>, como, ainda, de que esta matriz econômica tem função mais abrangente. Ela, associada às outras dimensões específicas da cultura – e que serão mais acessíveis a uma

---

<sup>453</sup> A intenção inicial do MinC era atingir os 10.000 pontos em 2010. Esta meta partiu, evidentemente, de uma sobrestimação.

<sup>454</sup> CGU, 2007.

<sup>455</sup> Não é possível deixar de notar, ainda assim, a diferença entre esta posição que o Estado reivindica para si e a correta colocação do problema por COUTINHO quando afirma que “a tarefa fundamental do Estado é assegurar as condições materiais para que *as políticas culturais oriundas da sociedade civil* possam ser realizadas” (COUTINHO, 2006).

<sup>456</sup> Ver UNESCO, op.cit. Ver também YÚDICE, 2004.

parcela mais ampla das populações locais à medida que a “sociedade” for capaz de generalizar o acesso aos “bens culturais” –, é considerada um vetor dos mais fecundos para, nos países “em desenvolvimento” (assolados por ondas de violência urbana, pela desigualdade na distribuição de renda, pela pobreza de amplos segmentos da população, pelo desencanto com a política e com os políticos), constituir (afora a repressão policial, é claro<sup>457</sup>) um componente na promoção da “coesão social” e, com esta, da possibilidade de “desenvolvimento”<sup>458</sup>.

O próprio governo reproduz o duplo pensamento esboçado agora quando conjuga democratização do acesso ao mercado cultural com “inclusão social” – conjugação esta que aponta para um tipo de “inclusão” necessariamente mediado pelo mercado.

Esta conjugação nos conduz a uma implicação possível: a consolidação da noção de que uma política cultural “eficiente” é aquela que se constrói em parcerias entre Estado e “sociedade civil”. Indo além, estas parcerias deveriam fomentar a expansão do mercado de bens culturais a domínios e práticas, na esfera da cultura, onde ele antes não se encontrava (ou pelo menos onde não era o balizador). Isto pode fortalecer uma tendência a que manifestações culturais anteriormente auto-financiadas – ainda que muito precariamente –, autônomas e não voltadas para a lógica de mercado passem a buscar este reconhecimento do Estado enquanto Pontos de Cultura, garantindo assim um financiamento a suas atividades, mas, ao mesmo tempo, recebendo a imposição da contrapartida de certo grau de institucionalização (no mínimo, para responder às demandas por prestação de contas por parte deste mesmo Estado, quando não para buscar, a partir deste “incentivo”, alcançar o escoamento mais amplo de sua produção cultural através do mercado, garantir a manutenção dos empregos precários gerados por determinado Ponto etc.), e, por que não, de mercantilização – numa situação em que o Estado, através de uma política pública, acaba contribuindo para franquear tais manifestações ao mercado.

Quanto à técnica inovadora de implementação, de adesão e de gestão do Programa Cultura Viva, se por um lado arroga para si o mérito de *combater o privilégio* no acesso ao financiamento público às atividades culturais privadas, por enquanto pára por aí. O Programa direciona os recursos públicos para outro lado, baseado em uma estratégia que quer conjugar “inclusão social” a um possível (se o programa for bem-sucedido) aquecimento do mercado de bens culturais, enquanto mantém, no essencial, algo das Leis Sarney e Rouanet: o Estado

---

<sup>457</sup> Tudo indica que as propostas neoliberais contemporâneas, subseqüentes ao desmonte do Estado de Bem-Estar Social, contemplam, além da “coesão” a resultar da “solidariedade”, uma crescente penalização das “classes perigosas”, configurando a constituição de um verdadeiro “Estado penal”. Cf. WACQUANT, 2003.

<sup>458</sup> Ver BANCO MUNDIAL, 2008.

permanece como um financiador da atividade cultural privada – ainda que agora daquela dos “de baixo” –, almejando que o mercado – ainda que organizado em “bases solidárias” – possa criar soluções para os impasses vividos publicamente no setor. *Trata-se de um tipo de “focalização contra a focalização”*, que é inegavelmente interessante e tem sido muito festejado por aqueles que anteriormente tinham vedado seu acesso a estes recursos – mas que não resolve, por enquanto, o essencial do problema, que apontamos acima.

No caso da cultura, isto não significa que este Programa tenha relação com o processo de desmonte do Estado ocorrido no neoliberalismo à brasileira (aquele do “Estado sim, mas só para os bancos”<sup>459</sup>, discutido no capítulo anterior), já que o MinC atuava com todas as características de focalização que apontamos acima mesmo **antes** do período neoliberal.

Afinal, quando o governo Lula teve início, em 2003, o MinC estava praticamente em frangalhos. Com orçamento reduzidíssimo, politicamente pouco importante, este Ministério cumpria um papel francamente lateral na cena política brasileira – a não ser para uma pequena elite artística / cultural que vertia ali recursos públicos em incentivos à sua produção. No novo governo, este Ministério vem sendo fortalecido: ao mesmo tempo em que vem tendo seu orçamento continuamente ampliado, passa a cumprir papel político mais importante, na medida em que sua ação pode contribuir para um projeto governamental maior: a construção do “Brasil-potência” conjugando “inclusão social” ao aprofundamento do modelo liberal periférico, um modelo de “(novo) desenvolvimento” orientado para a garantia dos lucros do grande capital mantendo-se a governabilidade social, garantindo o respaldo dos mais amplos setores da população.

O interessante – tanto mais interessante quanto mais paradoxal – é que a “nova política cultural brasileira”, que poderíamos considerar a causa primeira do fortalecimento do MinC, pode se articular, e bem, com um processo mais geral de focalização e descentralização de políticas públicas – seletividade do público-alvo combinada a transferência da gestão / administração dos recursos públicos à iniciativa privada – e com a nova noção de “instituições privadas de interesse público”. Esta possível articulação nos fornece outra hipótese a partir da qual temos balizado nossa pesquisa e nossos estudos. Os Pontos de Cultura, afinal, são de certo modo “entidades privadas de interesse público”, e nesse sentido guardam uma ambigüidade intrínseca – ambigüidade esta que **não** vem sendo alvo de preocupação nem dos gestores públicos, nem dos ativistas culturais nos Pontos.

---

<sup>459</sup> Aliás, com a crise econômico-financeira de 2008, sequer é ainda justo se referir a este tipo de neoliberalismo como apenas “à brasileira”, como vimos na corrida dos banqueiros ao Estado nos países centrais, notadamente nos Estados Unidos.



Considerando a necessária transversalidade e inter-setorialidade ao avaliarmos políticas públicas, parece que o mesmo Programa, articulando-se com um conjunto de políticas que caminhasse em direção a uma ampliação dos direitos sociais (a um *efetivo* processo de democratização, em direção a uma *democracia substantiva* tal como a apresentamos no capítulo 1), poderia ter potencializada sua face de interessantíssima política pública capaz de liberar as mais pulsantes energias culturais presentes em nossa sociedade. Entretanto, com a orientação do governo permanecendo qual está – ou se aprofundar-se a orientação que acentua os mecanismos coercitivos do Estado face às possibilidades de consenso baseadas na ampliação da democracia (ampliação esta que passaria, como vimos, por garantia dos direitos sociais, socialização da política e da propriedade) –, o mais provável é que comece a manifestar-se tendência ao engessamento e à institucionalização dos Pontos.

Nesta situação, os Pontos de Cultura podem-se perfeitamente tornar um tipo de clientela tendencialmente permanente do MinC, sempre em busca do recurso público, revelando-se o lado perverso do processo de “focalização contra a focalização”, situação esta que empanará as belas possibilidades que uma iniciativa como o Cultura Viva permitiria, em um contexto social, econômico e político diverso, que se desenvolvam. Esta tendência pode ser observada a partir da recente transformação de alguns dos Editais do Programa em Prêmios, que não ficam sujeitos ao limite temporal de três anos imposto pelos Editais e não demandam prestação de contas por parte dos ganhadores.

Ainda: o atual governo tem empreendido iniciativas de grande visibilidade no sentido da democratização da cultura<sup>460</sup> e da “inclusão social” por meio desta. Estas iniciativas são determinantes no fortalecimento da cultura na agenda governamental, bem como no próprio crescimento do aporte de recursos ao MinC, tendo impacto considerável no financiamento às políticas públicas na área cultural.

Entretanto, quer-nos parecer que tais iniciativas tendem a acumular pouco no caminho em direção a uma *efetiva* democratização da cultura no Brasil (e aqui retomamos o debate aberto na Introdução ao presente artigo), se tomamos em conta o problema dos grandes meios de produção e difusão cultural em nosso país: os meios de comunicação de massa. O compromisso do governo atual com a manutenção da estrutura oligopolista da propriedade e, com ela, do controle destes meios<sup>461</sup> cria um entrave de difícil superação no caminho rumo à alardeada democratização. Entendemos que o enfrentamento ou não deste problema

---

<sup>460</sup> Com o significado que a esta atribui o governo, apresentado no capítulo 1 deste trabalho..

<sup>461</sup> Assumido publicamente e **sem deixar margem a dúvidas** pelo ministro Helio Costa no recentíssimo fórum “Democracia e Liberdade de Expressão”, que contou com as expressivas presenças de Roberto Civita, Otávio Frias Filho e Roberto Irineu Marinho. Cf. MARINGONI, 2010, BARBOSA, 2010, IMIL, 2010.

determina, até certo ponto, o êxito ou o fracasso no médio e no longo prazo de *todas* as iniciativas comprometidas com a democratização da cultura empreendidas pelo atual governo. Isto porque um objetivo arrojado como este só pode ser alcançado mediante a socialização das decisões relativas *ao conjunto* da produção e da circulação culturais no país, para a qual a estrutura dos *media* é um óbice até o momento intransponível.

Tomemos como exemplo a principal das políticas comprometidas com a referida democratização, o Programa Cultura Viva – que podemos considerar, sem forçar a mão, como iniciativa-piloto rumo a uma política cultural brasileira com características inovadoras: ele pretende contrastar com o modelo já clássico de política cultural em que as classes subalternas vêm sendo alijadas não só dos recursos públicos, como também dos processos decisórios e do reconhecimento da importância de sua produção cultural.

Entretanto, pode se articular, e bem, com um processo mais geral de focalização e descentralização de políticas públicas, caracterizado por seletividade do público-alvo combinada a transferência da gestão e administração dos recursos públicos à iniciativa privada. Isto, como assinalamos acima, nos remete à nova-velha noção de “instituições privadas de interesse público”, e o revés, aqui, é que se transforme a necessária defesa da autonomia dos Pontos em simples *transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade civil*.

Ao não se propor a romper com o mercado como principal dinamizador da produção cultural e principal meio para a difusão e circulação da mesma (a não ser que se queira dar ao que faz a TV Globo e ao que faz um Ponto de Cultura na periferia de qualquer grande cidade brasileira a mesma magnitude *em termos de capacidade de reverberação social*, o que não nos parece correto ou mesmo sério<sup>462</sup>), o atual governo acaba com estas políticas tendendo a conjugar “inclusão social” a ampliação do acesso aos bens culturais e inclusão *no mercado cultural*. Um programa inovador como o Cultura Viva acaba mantendo, até certo ponto, determinação essencial das Leis Sarney e Rouanet: o Estado permanece como financiador da atividade cultural privada – ainda que agora daquela dos “de baixo” –, almejando que o mercado, “solidário” ou não, possa criar soluções para os impasses vividos publicamente no setor.

O gestor público se sujeita, em tal situação, a encenar pálida contrafação do espetáculo que anuncia. Sob o arrazoado da busca pela democratização da cultura, procede a uma dupla

---

<sup>462</sup> Vale aqui lembrar o *excelente* comentário feito por um membro da plateia quando apresentávamos resultados parciais desta pesquisa no VI ENECULT, esse ano. Ele lembrou que enquanto o governo banca *2 ou 3 mil Pontos de Cultura*, a Rede Globo penetra nas casas das pessoas através de *100 milhões de aparelhos de televisão*... Já levantamos neste capítulo o problema da *privatização do consumo cultural*, que certamente tem implicações ideológicas da maior importância.

operação: a “focalização contra a focalização”, em que faz convergir a distribuição de parte dos recursos (parcos, apesar de crescentes) para aqueles que estão fora do esquema de captação relacionado à Lei Rouanet como maneira de reverter a distorção no acesso aos provimentos causada pelo próprio modelo de focalização da política cultural a ela relacionado, sem que se altere *na essência* o modelo em questão – que, apesar de estar em plena reformulação, não muda sob o aspecto mencionado; o “empoderamento” de pequenos agentes ou produtores culturais, que passam a receber recursos públicos e a ter suas atividades criativas reconhecidas, além de serem convidados a participar de momentos da gestão tão-somente *do programa de que são beneficiários*, sem que sequer se arranhe a organização marcadamente concentrada da produção e da difusão culturais brasileiras.

### Considerações finais: a democratização da cultura em questão

O atual governo tem empreendido iniciativas de grande visibilidade no sentido da democratização da cultura e da “inclusão social” por meio desta. Estas iniciativas são determinantes no fortalecimento da cultura na agenda governamental, bem como no próprio crescimento do aporte de recursos ao MinC, tendo impacto considerável no financiamento às políticas públicas na área cultural.

Entretanto, tais iniciativas tendem a acumular pouco no caminho em direção a uma efetiva democratização da cultura no Brasil, se tomamos em conta o problema dos grandes meios de produção e difusão cultural em nosso país: os meios de comunicação de massa. O *compromisso* do governo atual com a manutenção da estrutura oligopolista da propriedade e, com ela, do controle destes meios, cria um entrave de difícil superação no caminho rumo à alardeada democratização. Entendemos que o enfrentamento ou não deste problema determina, até certo ponto, o êxito ou o fracasso no médio e no longo prazo de *todas* as iniciativas supostamente comprometidas com a democratização da cultura empreendidas pelo atual governo. Isto porque um objetivo arrojado como este só pode ser alcançado mediante a socialização das decisões relativas ao conjunto da produção e da circulação culturais no país, para a qual a atual organização da cultura (ou melhor, da produção e da difusão culturais) é um óbice até o momento intransponível.

Neste ponto, é necessário lembrar que após a ruptura fundamental entre os projetos societários vinculados à classe trabalhadora, de um lado, e à burguesia, de outro – ou seja, aos produtores diretos e aos proprietários de meios de produção na sociedade capitalista –, cisação esta que se expressou pela primeira vez no plano histórico-universal com as revoluções derrotadas de 1848, lutar *efetivamente* pela democratização, em qualquer plano da vida social, é lutar pelo *comunismo*.

Afinal, dadas as condições a que se chegou de socialização da produção (e do processo de trabalho) em nível planetário, contraposta à apropriação privada – e cada vez mais concentrada – da riqueza socialmente produzida, o atual estágio de desenvolvimento exponenciado das forças produtivas não mais apenas possibilita a supressão da propriedade privada e o advento do comunismo, garantindo a todos abundância material e pleno desenvolvimento espiritual: ele, a partir da planetarização do capital, *exige* esta supressão, se quisermos tornar viável qualquer tipo substantivo de *democracia*, ou uma democracia *em seu*

*sentido forte.*

O apagamento da diferença entre liberdade de mercado e liberdade humana, através da assimilação da *democracia* pelo *liberalismo* – que resultou no esvaziamento do conteúdo social daquela – foi fundamental para a *retração* que se verifica hoje: em primeiro lugar, no projeto de *democratização da cultura* tal como apresentado pelo governo Lula e por agências multilaterais como a UNESCO – como generalização do acesso a bens culturais através de um mercado cultural cujo desenvolvimento deve ser estimulado pelo Estado através de políticas públicas –, ao invés de se apontar para uma *efetiva democratização da cultura* no sentido de procurar garantir o direito *de todos* ao conhecimento social em suas diversas formas de manifestação e aos valores expressos na cultura de determinada sociedade (ou *nas culturas* que, em interação, compõem determinada sociedade<sup>463</sup>), bem como à sua memória cultural e à possibilidade de produção e criação cultural *em sentido amplo* – não apenas de “bens culturais”, mas de *maneiras* ou *modos* de se relacionar, de trabalhar, de conhecer etc.; em segundo lugar, o horizonte da *democracia cultural* tal como apresentado, mais uma vez, pelo atual governo e por intelectuais vinculados ao tema da cultura – em que ela aparece, na melhor tradição liberal, como expressão do respeito à diversidade, às diferenças, às especificidades, à pluralidade –, ao invés de se falar nela como resultado do *processo de democratização* acima descrito, resultando na abolição de todo e qualquer privilégio ou monopólio em matéria de acesso, fruição, produção, criação da cultura em todos os seus aspectos.

Como já afirmamos alhures, deixar entregue ao mercado a ordenação da produção, da circulação e do consumo dos bens culturais implica na reprodução, no terreno do acesso a estes bens (entendido em sentido amplo, que compreende os três momentos mencionados), das desigualdades que o caracterizam. Isto é particularmente problemático no caso brasileiro, considerando que a distribuição de renda do país – e, portanto, o próprio “acesso ao mercado” – é, como vimos, uma das mais desiguais do mundo.

Nas sociedades capitalistas os “bens culturais” são produzidos em situação em que o principal meio de circulação de *todos os tipos de bens* é o mercado – e também este tipo de

---

<sup>463</sup> Esta questão se torna candente se pensamos na violência implicada no processo de formação dos Estados nacionais tais quais os conhecemos hoje. Na verdade, para que cada uma das culturas em questão possa se expressar *plenamente*, se as considerarmos dando conta de uma dimensão da vida social que abrange todo o conhecimento sobre a realidade exterior e interior e as maneiras através das quais ele é expresso ou objetivado – como “cultura” foi definida em outro lugar –, é necessária a *superação* do capitalismo, já que este, ao privatizar a esfera da produção, *a esvazia de sua dimensão socialmente cultural*, privatizando as decisões referentes à maneira como se trabalha e *retirando-as* do controle daquele que exerce o trabalho ou da sociedade em seu conjunto. Isto não poderá ser aprofundado aqui, mas fica a menção: isto nos parece ser uma das causas para a autonomização relativa da esfera cultural sob este sistema.

bem, portanto, torna-se passível de mercantilização. Quando o bem cultural se torna mercadoria numa sociedade capitalista – em que se produz, de modo geral, com o único objetivo de se obter lucro –, manifesta-se inevitavelmente uma contradição entre sua determinação enquanto *bem especificamente cultural* – corporificação das diversas modalidades de conhecimento social e peça-chave em sua reprodução – e enquanto *bem-mercadoria* – mero *meio* para a obtenção de *lucro* por parte daqueles que o produzem e/ou comercializam. O tratamento que vem sendo dado pelo presente governo à área da cultura *não desborda estes limites*, não rompe a gaiola de ferro do mercado, condicionando sempre qualquer sucesso na área cultural *ao sucesso na constituição de um mercado cultural* ou ao aumento do acesso a bens culturais via mercado de bens culturais.

Se pensamos, pra valer (e não apenas no plano de um discurso sem maiores consequências para a interferência na vida social – e, portanto, na *luta social* – concreta), a “cultura” como aquela categoria – correspondente a uma esfera da vida social ontologicamente existente – que pretende dar conta da dimensão da vida social que abrange todo o conhecimento sobre a realidade exterior e interior e as maneiras através das quais ele é expresso ou objetivado<sup>464</sup>, de modo que ter determinados tipos ou níveis de contato com as expressões de certa cultura é humanizar-se nela, aprender como em sua particularidade se manifestam certas relações sociais, bem como valores universais determinantes do que é humano – valores sociais, históricos, éticos e artísticos –, pois bem, se pensamos na cultura *desta forma* e levamos este entendimento *de maneira consequente*, então confiar ao mercado o processo de democratização da cultura *é desumanizar toda a parcela da humanidade alijada do acesso pleno ao acervo cultural universal* devido às desigualdades reproduzidas por este mecanismo.

Foi no contexto da dessimetria no acesso aos recursos públicos destinados à área da cultura, e a partir de um desacordo declarado com esta situação e do compromisso com sua reversão, que apareceu e ganhou fôlego a proposta do Cultura Viva na atual gestão do MinC. O Programa nasceu tendo como um de seus objetivos declarados algo que poderíamos definir como uma *“focalização contra a focalização”*: focalizar a distribuição dos recursos para aqueles que estão fora do esquema de captação de recursos relacionado à Lei Rouanet como

---

<sup>464</sup> Vale lembrar que o artigo 216 da Constituição da República determina que “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”.

maneira de *reverter a distorção no acesso aos recursos* causada – ou acentuada – pelo próprio modelo de financiamento da política cultural a ela relacionado.

No caso deste programa – que podemos considerar a principal das políticas comprometidas com a suposta democratização da cultura em curso, e que se constitui em uma espécie de iniciativa-piloto rumo a uma política cultural brasileira que busca contrastar com o modelo historicamente predominante em que as classes subalternas são alijadas não só dos recursos públicos, como também dos processos decisórios e do reconhecimento da importância de sua produção cultural –, nossos estudos mostraram que ele pode se articular, e bem, com um processo mais geral de focalização e descentralização de políticas públicas, caracterizado por seletividade do público-alvo combinada a transferência da gestão e administração dos recursos públicos à iniciativa privada. Isto nos remete à nova-velha noção de “instituições privadas de interesse público”, e o revés, aqui, é que se transforme a justificável defesa da autonomia dos Pontos de Cultura em simples transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade civil.

O tema da necessidade do estabelecimento de uma política cultural voltou à tona com força em nosso país numa quadra histórica em que instituições multilaterais, tal qual o Banco Mundial, passam a reforçar a importância da cultura (como aludimos acima) para os “países em desenvolvimento” como, por um lado, forma de garantir a coesão social e, por outro, de fomentar o evoluir de um setor da economia com grandes possibilidades mercadológicas. E isso num quadro em que o Brasil, entre vários outros países da América Latina, já pode voltar seus olhos pátrios por cima dos ombros para os três últimos lustros e reconhecer claramente sua trajetória – em termos de políticas públicas (em termos, no geral, de tratamento da relação entre “Estado e sociedade civil”) – neoliberal.

A política cultural que busca responder a uma demanda como esta nos parece ter sua principal expressão, no Brasil e talvez no mundo, no Programa Cultura Viva. Assim, ele hoje é inclusive objeto de apreciação por parte do Parlamento do Mercosul para implementação no conjunto dos países-membros, o que vem sendo festejado como um importante avanço por ativistas da “área cultural” em diferentes países do bloco.

Parece-nos, entretanto, que uma avaliação do Programa deve chamar à atenção um aspecto que envolve, influenciando decisivamente em seu direcionamento, a política pública para a área da cultura nos dias de hoje, e não só no Brasil: a noção, que se espalha e se consolida em todo o mundo, de que não só existe uma “economia da cultura” com forte potencial

mercadológico e que carece, para se desenvolver em sua plenitude, de iniciativas de “parceria” entre o Estado e a “sociedade civil”, como, ainda, de que esta matriz econômica tem função mais abrangente. Ela, associada às outras dimensões específicas da cultura – e que serão mais acessíveis a uma parcela mais ampla das populações locais à medida que a “sociedade” for capaz de generalizar o acesso aos “bens culturais” –, é considerada um vetor dos mais fecundos para, nos países “em desenvolvimento” (assolados por ondas de violência urbana, pela desigualdade na distribuição de renda, pela pobreza de amplos segmentos da população, pelo desencanto com a política e com os políticos), constituir (afora a repressão policial) um componente na promoção da “coesão social” e, com esta, da possibilidade de “desenvolvimento”.

Consolida-se, e a contribuição do Programa Cultura Viva para isto é muito importante no Brasil, a ideia de que uma política cultural “eficiente” é aquela que se constrói em parcerias entre Estado e “sociedade civil”. Indo além, estas parcerias deveriam fomentar a expansão do mercado de bens culturais a domínios e práticas, na esfera da cultura, onde ele antes não se encontrava (ou pelo menos onde não era o balizador). Ganha força nos últimos anos a tendência a que manifestações culturais anteriormente auto-financiadas – ainda que muito precariamente –, autônomas e não voltadas para a lógica de mercado passem a buscar o reconhecimento do Estado enquanto Pontos de Cultura, garantindo assim um financiamento a suas atividades, mas, ao mesmo tempo, recebendo a imposição da contrapartida de certo grau de institucionalização (no mínimo, para responder às demandas por prestação de contas por parte deste mesmo Estado, quando não para buscar, a partir deste “incentivo”, alcançar o escoamento mais amplo de sua produção cultural através do mercado, garantir a manutenção dos empregos precários gerados por determinado Ponto etc.), e, por que não, de mercantilização – numa situação em que o Estado, através de uma política pública, acaba contribuindo para franquear tais manifestações ao mercado.

Quando o governo Lula teve início, em 2003, o MinC estava praticamente em frangalhos. Com orçamento reduzidíssimo, politicamente pouco importante, este Ministério cumpria um papel francamente lateral na cena política brasileira – a não ser para uma pequena elite artística / cultural que vertia ali recursos públicos em incentivos à sua produção. No novo governo, este Ministério vem sendo fortalecido: ao mesmo tempo em que vem tendo seu orçamento continuamente ampliado, passa a cumprir papel político mais importante, na medida em que sua ação pode contribuir para um projeto governamental maior: a construção



do “Brasil-potência” conjugando “inclusão social” ao aprofundamento do modelo liberal periférico, um modelo de “(novo) desenvolvimento” orientado para a garantia dos lucros do grande capital mantendo-se a governabilidade social, garantindo o respaldo dos mais amplos setores da população.

O interessante – tanto mais interessante quanto mais paradoxal – é que a “nova política cultural brasileira”, que poderíamos considerar a causa primeira do fortalecimento do MinC, pode se articular, e bem, com um processo mais geral de focalização e descentralização de políticas públicas – seletividade do público-alvo combinada a transferência da gestão / administração dos recursos públicos à iniciativa privada – e com a nova noção de “instituições privadas de interesse público”. Os Pontos de Cultura, afinal, são de certo modo “entidades privadas de interesse público”, e nesse sentido guardam uma ambigüidade intrínseca: o mesmo Programa, articulando-se com um conjunto de políticas que caminhasse em direção a uma ampliação dos direitos sociais (a um *efetivo* processo de democratização, em direção a uma *democracia substantiva*), poderia ter potencializada sua face de interessantíssima política pública capaz de liberar as mais pulsantes energias culturais presentes em nossa sociedade. Entretanto, com a orientação do governo no sentido de aprofundar no Brasil o modelo *liberal periférico* – que, entre outras coisas, acentua os mecanismos coercitivos do Estado face às possibilidades de consenso baseadas na ampliação da democracia (ampliação esta que passaria, como vimos, por garantia dos direitos sociais, socialização da política e da propriedade) –, o mais provável é que comece a manifestar-se tendência ao engessamento e à institucionalização dos Pontos.

Nesta situação, os Pontos de Cultura podem-se perfeitamente tornar um tipo de clientela tendencialmente permanente do MinC, sempre em busca do recurso público, revelando-se o lado perverso do processo de “focalização contra a focalização”, situação esta que empanará as belas possibilidades que uma iniciativa como o Cultura Viva permitiria, em um contexto social, econômico e político diverso, que se desenvolvam.

Já discutimos o papel de *legitimação* – no sentido de garantir a *governabilidade social* ou o *respaldo ativo* da sociedade civil ao governo – que cumprem as políticas sociais focalizadas no modelo *liberal periférico*, em que se substituem políticas universais garantidoras de direitos por políticas focais de caráter meramente legitimador e mistificador. No caso do Programa Cultura Viva, por estar na área da Cultura, o tipo de seletividade “inovadora” através da qual ele é implementado guarda especificidades, *aparecendo* ao

público-alvo e ao gestor público como essencialmente diferente daquela praticada no campo das políticas sociais – isto devido à situação anterior de “terra arrasada” no campo da cultura. A seletividade do programa, entretanto, tem pontos de contato decisivos com aquela outra. Atendem-se certas reivindicações históricas dos ativistas da área da cultura, bem como dos pequenos produtores culturais, *que passam a enxergar esta área como uma área progressista do governo*, enquanto se mantém a estrutura hiper concentradora dos grandes meios de produção e difusão culturais no país, a televisão, o rádio etc., e os vultosos aportes de recursos públicos à iniciativa privada via Lei Rouanet, que, apesar de terem diminuído *em proporção aos recursos orçamentários* destinados ao MinC neste governo, *não deixaram de crescer*. Garante-se, assim, a *governabilidade social*, sem que se enfrentem efetivamente os problemas reconhecidos quase unanimemente pelo pensamento progressista relacionado à área há anos.

Esta é, no campo da cultura, a manifestação da tônica deste governo de “conciliar os contrários”, de “governar para o banqueiro e para o trabalhador”, em que, em nome da conciliação, transfere-se renda “como nunca antes na história deste país” da classe trabalhadora para a capitalista através de um brutal processo de *contrarredistribuição de renda* enquanto a própria classe prejudicada aplaude o projeto de “novo desenvolvimentismo” ou assiste a tudo calada (ao mesmo tempo em que seus dirigentes históricos buscam obter uma ou outra pequeníssima conquista através da intervenção no interior do aparelho estatal, do *Estado de compromisso* lulista).

O gestor público se sujeita, em tal situação, a encenar pálida contrafação do espetáculo que anuncia. Sob o arrazoado da busca pela democratização da cultura, procede a uma dupla operação: a “focalização contra a focalização”, em que faz convergir a distribuição de parte dos recursos (parcos, apesar de crescentes) para aqueles que estão fora do esquema de captação relacionado à Lei Rouanet como maneira de reverter a distorção no acesso aos provimentos causada pelo próprio modelo de focalização da política cultural a ela relacionado, sem que se altere *na essência* o modelo em questão – que, apesar de estar em plena reformulação, não muda sob o aspecto mencionado; o “empoderamento” de pequenos agentes ou produtores culturais, que passam a receber recursos públicos e a ter suas atividades criativas reconhecidas, além de serem convidados a participar de momentos da gestão tão-somente do programa de que são beneficiários, sem que sequer se arranhe a organização marcadamente concentrada da produção e da difusão culturais brasileiras.

Ao não se propor a romper com o mercado como principal dinamizador da produção

cultural e principal meio para a difusão e circulação da mesma (a não ser que se queira dar ao que faz a TV Globo e ao que faz um Ponto de Cultura na periferia de qualquer grande cidade brasileira a mesma magnitude em termos de capacidade de reverberação social, o que não nos parece correto), o atual governo acaba com estas políticas tendendo a conjugar “inclusão social” a ampliação do acesso aos bens culturais e inclusão *no mercado cultural*. Um programa que se pretende inovador como o Cultura Viva acaba mantendo, até certo ponto, determinação essencial das Leis Sarney e Rouanet: o Estado permanece como financiador da atividade cultural privada – ainda que agora daquela dos “de baixo” –, almejando que o mercado – ainda que organizado em “bases solidárias” – possa criar soluções para os impasses vividos publicamente no setor.

## Referências

ABRAMOVAY, Miriam et alii. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

ALSTON, Philip. *Relatório do Relator Especial de Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias: adendo – missão ao Brasil*. Traduzido e publicado extra-oficialmente pelo Projeto de Execuções Extrajudiciais do Centro de Direitos Humanos e Justiça Global da Universidade de Nova York. Nova York: [s. n.], 2008.

ALVES, Maria Helena M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANDERSON, Perry. *Balanço do neoliberalismo*. In: Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1995.

ARISTÓTELES. *Política*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

BACEN (Banco Central do Brasil). *Dívida líquida e necessidades de financiamento do setor público*. [s. l.]: [s. n.], 2008.

BARBALHO, Alexandre e RUBIM, Antonio A. C. (orgs.). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.

BARBOSA, Bia. *Donos da mídia criticam participação popular e regras para setor*. In: Política, Agência Carta Maior, 05 de março de 2010. Disponível em <<http://www.cartamaior.com.br>>. [s.l.]: Agência Carta Maior, 2010.

BARBOSA, Nelson, e SOUZA, José A. P. *A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda*. In: SADER, Emir e GARCIA, Marco Aurélio (orgs.): Brasil, entre o passado e o futuro, pp. 57-110. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Boitempo, 2010.

BARBOSA, Frederico. *O vale-cultura – quantos trabalhadores serão incluídos?* In: Anais do VI ENECULT, Salvador/UFBA, 2010.

BARBOSA, Frederico e ARAÚJO, Herton E (orgs.). *Cultura Viva: Avaliação do Programa Arte, Educação e Cidadania*. Brasília: IPEA, 2010.

BATISTA, Paulo N. *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. São Paulo: Consulta Popular, 1994.

BEHRING, Elaine R. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2007.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas, vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERLIN, Isaiah. *Two concepts of liberty*. In: BERLIN, I. *Four essays on liberty*. Oxford: Oxford University Press, 1969.

BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. Vols. 1; 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

BOTTOMORE, Tom (ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Portaria nº 46, de 13 de março de 1998*. Disponível em <[www.cultura.gov.br](http://www.cultura.gov.br)>. 1998.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Portaria nº 156, de 6 de julho de 2004*. Disponível em <[www.cultura.gov.br](http://www.cultura.gov.br)>. 2004.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Portaria nº 16, de 25 de abril de 2007*. 2007a.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Discurso do ministro Gilberto Gil no lançamento do Programa Mais Cultura*. Brasília, 04 de outubro de 2007 (2007b).

BRASIL. Ministério da Cultura. *Discurso do presidente Lula da Silva na cerimônia de lançamento do Programa Mais Cultura*. Brasília, 04 de outubro de 2007 (2007c).

BRASIL. Ministério da Cultura. *Economia e Política Cultural: acesso, emprego e financiamento*. Coleção Cadernos de Políticas Culturais, vol. 3. Brasília, 2007d.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Cultura em números: Anuário de Estatísticas Culturais*. Brasília: Ministério da Cultura, 2009.

BRASIL. Ministério da Fazenda, SIAFI. *Execução Financeira*. Brasília: SIAFI. Disponível em <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/SIAFI/>>. Consultado em novembro de 2008 (2008a).

BRASIL. Ministério da Fazenda, SIAFI. *Execução Orçamentária*. Brasília: SIAFI. Disponível em <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/SIAFI/>>. Consultado em novembro de 2008 (2008b).

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 7505, de 02 de julho de 1986*. Disponível em <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>.

BRASIL. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>.

BRASIL. Presidência da República. *Lei 8313 de 23 de dezembro de 1991*. Disponível em <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 5761, de 27 de abril de 2006*. Disponível em <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 6835 de 30 de abril de 2009*. Disponível em <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>.

BRÍGIDO, Carolina. *ONU: Brasil tem 3ª pior desigualdade do mundo*. In: O Globo, ano LXXXV, nº 28.109, 23 de julho de 2010, p. 33. Rio de Janeiro: O Globo, 2010.

CANDIDO, Antonio. *O discurso e a cidade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CARNEIRO JR., Nivaldo et alii. *Jovens em situação de risco social: limites e necessidades da atuação do profissional de saúde*. Resultado da 1ª fase do projeto de pesquisa apresentado à FAPESP. São Paulo: [s. n.], 2004.

CARTA CAPITAL. Edições de 26 de novembro de 2009, 21 de julho e 04 de agosto de 2010.

CASTRO, Janio R. de. *A espetacularização das festas juninas no espaço urbano como estratégia político-administrativa de promoção do turismo cultural no Recôncavo Baiano*. Salvador: Anais do VI ENECULT, 2010.

CGU (Controladoria Geral da União). *Balanço Geral da União – 2004*. Brasília, 2005.

CGU (Controladoria Geral da União). *Balanço Geral da União – 2005*. Brasília, 2006.

CGU (Controladoria Geral da União). *Balanço Geral da União – 2006*. Brasília, 2007.

CGU (Controladoria Geral da União). *Prestação de Contas Presidencial – 2007*. Brasília, 2008.

CHESNAIS, François. *Prefácio*. In: MARQUES, Rosa M. e FERREIRA, Mariana R. J. *O Brasil sob a nova ordem: a economia brasileira contemporânea: uma análise dos governos Collor a Lula, pp. IX-XV*. São Paulo: Saraiva, 2010a.

CHESNAIS, François. *Crisis de sobreacumulación mundial, crisis de civilización*. In: Revista Herramienta Web, nº 5, maio de 2010. Buenos Aires: Herramienta, 2010b.

CLACK, George (ed.). *Outline of US History*. s.l.: United States Department of State, 2005.

CONSTANT, Benjamin. *Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos*. In: Revista Filosofia política, nº 2. Porto Alegre: L&PM, 1985.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 1994 (também foi usada a edição de 2008).

COUTINHO, Carlos Nelson. *Crítica e utopia em Rousseau*. In: *Lua Nova: Revista de Cultura*

e Política, nº 38. São Paulo: CEDEC, 1996.

COUTINHO, Carlos Nelson. O lugar do *Manifesto* na evolução da teoria política marxista. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.): *O Manifesto Comunista 150 anos depois*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Intervenções: o marxismo na batalha das idéias*. São Paulo: Cortez, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DARNTON, Robert e DUHAMEL, Olivier (orgs.) *Democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

DEMOCRATAS. *Um pouco da história do Democratas*. Disponível em <http://www.democratas.org.br/historia.asp>. Último acesso em 18 de maio de 2010.

DÓRIA, Carlos Alberto. *Os federais da cultura*. São Paulo: Biruta, 2003.

DÓRIA, Carlos Alberto. *Os compadres e o mercado*. (2006) Disponível em <<http://pphp.uol.com.br/tropico/html/textos/2749,1.shl>>. Acesso em: 29 nov. 2008.

DOS SANTOS, Pedro L. P. *Cultura e turismo: a hospedagem como definição do lugar*. Salvador: Anais do VI ENECULT, 2010.

DULCI, Luiz S. *Participação e mudança social no governo Lula*. In: SADER, Emir e GARCIA, Marco Aurélio (orgs.): *Brasil, entre o passado e o futuro*, pp. 133-152. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Boitempo, 2010.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.



ESPING-ANDERSEN, Gøsta. *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

EUA. The National Archives and Records Administration. <http://www.archives.gov/>. Consultado em junho de 2010 (2010 a).

EUA. *The constitution of the United States*. Disponível em <http://www.archives.gov/exhibits/charters/constitution.html>. Consultado em junho de 2010 (2010b).

FECOMERCIO-RJ. *Perfil do consumo de cultura no Brasil, 2010*. Disponível em <[www.fecomercio-rj.org.br](http://www.fecomercio-rj.org.br)>. Consultado em agosto de 2010.

FEIJÓ, Martin C. *O revolucionário cordial: Astrojildo Pereira e as origens de uma política cultural*. São Paulo: Boitempo, 2001.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2006.

FERREIRA, Mariana R. J. *Financeirização: impacto nas prioridades de gasto do Estado – 1990 a 2007*. In: MARQUES, Rosa M. e FERREIRA, Mariana R. J. *O Brasil sob a nova ordem: a economia brasileira contemporânea: uma análise dos governos Collor a Lula*, pp. 51-74. São Paulo: Saraiva, 2010.

FREITAS JR., Gerson. *Cadê a supertele?* In: Carta Capital, ano XV, nº 605, 21 de julho de 2010, pp. 40-42. São Paulo: Confiança, 2010a.

FREITAS JR., Gerson. *O conto da supertele*. In: Carta Capital, ano XV, nº 607, 04 de agosto de 2010, pp. 18-22. São Paulo: Confiança, 2010b.

FLEURY, Laurent. *Sociologia da cultura e das práticas culturais*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2009.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Editorial*. 17 de fevereiro de 2009.

FOLHA ONLINE. *PFL aprova mudança no nome para DEM e elege Rodrigo Maia presidente*. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u90718.shtml>>. 28 de março de 2007.

FOLHA ONLINE. *Em 18 meses, BNDES gasta R\$ 5 bi para criar “gigantes”*. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u633240.shtml>>. 04 de outubro de 2009.

FRANÇA. Conseil Constitutionnel. *Constitution du 24 juin 1793*. Disponível em <http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/francais/la-constitution/les-constitutions-de-la-france/les-constitutions-de-la-france.5080.html>. Consultado em março de 2010 (2010a).

FRANÇA. Conseil Constitutionnel. *Constitution du 5 Fructidor An III*. Disponível em <http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/francais/la-constitution/les-constitutions-de-la-france/les-constitutions-de-la-france.5080.html>. Consultado em março de 2010 (2010b).

FRANÇA. Conseil Constitutionnel. *Constitution de 1791*. Disponível em <http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/francais/la-constitution/les-constitutions-de-la-france/les-constitutions-de-la-france.5080.html>. Consultado em maio de 2010 (2010c).

FILGUEIRAS, Luiz e GONÇALVES, Reinaldo. *A Economia Política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FREDERICO, Celso. *O jovem Marx – 1843-1844: as origens da ontologia do ser social*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FROHNEN, Bruce (ed.). *The American Republic: primary sources*. Indianapolis: Liberty Fund, 2002.

GALEANO, Eduardo. *O livro dos abraços*. Porto Alegre: L&PM, 2009.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política, o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

HAMILTON, Alexander, JAY, John e MADISON, James. *The Federalist (The Gideon Edition)*. Indianapolis: Liberty Fund, 2001.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2007.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

HOBBS, Thomas. *Leviathan: or, the matter, form and power of a commonwealth, ecclesiastical and civil*. In: *The English Works of Thomas Hobbes of Malmesbury*, edited by Sir William Molesworth, vol. 3. London: John Bohn, 1839.

HOBBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002a.

HOBBSBAWM, Eric J. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002b.

HOBBSBAWM, Eric J. *A era dos extremos: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HUBERMAN, Leo. *Nós, o povo: a epopéia norte-americana*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

HUSSON, Michel. *Miséria do capital: uma crítica do neoliberalismo*. Lisboa: Terramar, 1999.

IANNI, Octavio. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

IASI, Mauro L. *É triste estarmos falando em lulismo: entrevista a Renato Godoy de Toledo*. *Jornal Brasil de Fato*, 01 de março de 2010. Disponível em <[www.brasildefato.com.br](http://www.brasildefato.com.br)> (2010).

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa de informações básicas municipais: perfil dos municípios brasileiros – Cultura*. Rio de Janeiro, 2007.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Brasília: IBGE, 2010.

IPEA. *Políticas Sociais: acompanhamento e análise*. Brasília: IPEA, 2009.

IPEADData. *Renda – desigualdade – Índice de Gini*. Disponível em <[http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=1684996220&Tick=1282354108192&VAR\\_FUNCAO=Ser\\_Temas%281413839281%29&Mod=S](http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=1684996220&Tick=1282354108192&VAR_FUNCAO=Ser_Temas%281413839281%29&Mod=S)>. Consultado em 20 de agosto de 2010.

IPSO. INSTITUTO DE PESQUISAS E PROJETOS SOCIAIS E TECNOLÓGICOS. (2008) *Mapas da rede*. Disponível em <<http://mapasdarede.ipso.org.br/mapa/>>. Acesso em: 12 de novembro de 2008.

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2007.

JUBILEU SUL. *Crise econômica: é hora de auditar a dívida, não de cortar gastos sociais*. Nota da Auditoria Cidadã da Dívida, 20 de março de 2009. Disponível em <[http://www.divida-auditoriacidada.org.br/noticia/news\\_item.2009-03-20.8325137310](http://www.divida-auditoriacidada.org.br/noticia/news_item.2009-03-20.8325137310)>. Última consulta em julho de 2010. Publicado em 20 de março de 2009.

JUBILEU SUL. *Notícias diárias comentadas sobre a dívida*. 12 de fevereiro de 2010. Disponível em <[http://www.divida-auditoriacidada.org.br/config/artigo.2010-02-23.0899609784/document\\_view](http://www.divida-auditoriacidada.org.br/config/artigo.2010-02-23.0899609784/document_view)>. Última consulta em julho de 2010. Publicado em 12 de fevereiro de 2010.

KARNAL, Leandro et al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.

KONDER, Leandro. *O que é dialética*. Coleção Primeiros Passos, nº 23. São Paulo: Brasiliense, 2004.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LA NACIÓN. *Entrevista de Macarena Gelman a Gabriela Cañas*. 10 de agosto de 2008.

LEITE, Marcel G. *O processo de financeirização do segmento da previdência complementar privada*. In: MARQUES, Rosa M. e FERREIRA, Mariana R. J. O Brasil sob a nova ordem: a economia brasileira contemporânea: uma análise dos governos Collor a Lula, pp. 201-216. São Paulo: Saraiva, 2010.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na Sociologia do Conhecimento*. São Paulo: Busca Vida, 1990.

LÖWY, Michael e BENSÄID, Daniel. *Marxismo, modernidade, utopia*. São Paulo: Xamã, 2000.

LÖWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: Marxismo e Positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Busca Vida, 1990.

LÖWY, Michael; BENSÄID, Daniel. *Marxismo, modernidade, utopia*. São Paulo: Xamã, 2000.

LUKÁCS, Gyorgy. *El asalto a la razón: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1959.

LUKÁCS, Gyorgy. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Col. Pensamento Crítico, vol. 9. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

LUKÁCS, Gyorgy. O processo de democratização. In: *Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971*. Col. Pensamento Crítico, vol. 11. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

LUTZ, Donald S (ed.). *Colonial Origins of the American Constitution: a documentary history*. Indianapolis: Liberty Fund, 1998.

MAESTRI, Mário e JAKOBSKIND, Mário A. *A historiografia envergonhada*. In: Revista Espaço Acadêmico, Ano 3, nº 24, de maio de 2003. Acessado em jun/2010. Disponível em <[http://www.espacoacademico.com.br/024/24res\\_gaspari.htm](http://www.espacoacademico.com.br/024/24res_gaspari.htm)>. Maio de 2003.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANDEL, Ernest. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Unicamp, 1990.

MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização*. São Paulo: Zahar, 1978.

MARCUSE, Herbert. *Cultura e psicanálise*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MARINGONI, Gilberto. *Instituto Millenium: a Conferência de Comunicação particular da*

direita. In: Colunistas, Agência Carta Maior, 17 de fevereiro de 2010. Disponível em <<http://www.cartamaior.com.br>>. [s.l.]: Agência Carta Maior, 2010.

MARQUES, Elídio A. B. *Imperialismo e Direitos Humanos no século XXI: restrições legais e violações diretas às liberdades individuais na atual fase de acumulação capitalista*. Tese de doutorado defendida na Escola de Serviço Social - UFRJ. Rio de Janeiro: 2006.

MARQUES, Rosa M. *O Regime de Acumulação sob a Dominância Financeira e a Nova Ordem no Brasil*. In: MARQUES, Rosa M. e FERREIRA, Mariana R. J. *O Brasil sob a nova ordem: a economia brasileira contemporânea: uma análise dos governos Collor a Lula*, pp. 1-20. São Paulo: Saraiva, 2010.

MARSHALL, Thomas H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*, vols. 1-3. São Paulo: Alfa-Ômega, s.d.

MARX, Karl. *Elementos fundamentais para la crítica de la economía política (borrador), 1857-1858*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1971.

MARX, K. *Trabalho Assalariado e Capital – Salário, preço e lucro*. Porto: Publicações Escorpião, 1975.

MARX, Karl. *Teorias da Mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Vols. 1 a 5 (Livros I a III). São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. *A questão judaica*. São Paulo: Centauro Editora, 2000.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MELO, Demian. *Mais miséria: “ditabranda” e outras pérolas do revisionismo*. In: PSTU – Teoria. Disponível em <<http://www.pstu.org.br>>. Consultado em julho de 2010.

MinC. Ministério da Cultura. Informações sobre o programa Agente Cultura Viva. Disponíveis em

<[http://www.cultura.gov.br/programas\\_e\\_acoes/cultura\\_viva/programa\\_cultura\\_viva/agente\\_cultura\\_viva/](http://www.cultura.gov.br/programas_e_acoes/cultura_viva/programa_cultura_viva/agente_cultura_viva/)>

MONTAÑO, C. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.

MOUNT, Steve. *Ratification of Constitutional Amendments*. 24 de janeiro de 2010. USConstitution.net. <http://www.usconstitution.net/constamrat.html>. Acessado em junho de 2010.

NETTO, José Paulo. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1993.

NETTO, José Paulo. *Elementos para uma leitura crítica do Manifesto Comunista*. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, José Paulo. *Repensando o balanço do neoliberalismo*. In: Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. Biblioteca básica de serviço social, vol. 1. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. *Desigualdade, pobreza e Serviço Social*. Revista Em Pauta, nº 19. Rio de Janeiro: Faculdade de Serviço Social-UERJ, 2007.

O GLOBO. *Atenção com a dívida bruta interna*. Editorial. Rio de Janeiro, 18 de maio de 2010 (2010a).

O GLOBO. *Dívida bruta volta a preocupar*. Rio de Janeiro, 22 de junho de 2010 (2010b).

O GLOBO. *Brasil tem o 3º pior índice de desigualdade do mundo*. Página 1. Rio de Janeiro, 23 de julho de 2010 (2010c).

O GLOBO. *Lucros dos 3 maiores bancos do país somam R\$ 167 bi na era Lula, alta de 420% sobre gestão FH*. Rio de Janeiro, 22 de agosto de 2010 (2010d).

O GLOBO ONLINE. *Setor bancário brasileiro é o mais lucrativo no 2º tri, mostra estudo da Econômica*. Disponível em <<http://oglobo.globo.com>>. Rio de Janeiro, 23 de agosto de 2010.

OEA. *Documento conceitual sobre o tema ministerial cultura e a criação de trabalho digno e superação da pobreza (apresentado pela delegação do Brasil)*. Disponível em <[www.oas.org/](http://www.oas.org/)>. Washington: Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral, Organização dos Estados Americanos, 26 de outubro de 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. *Neoliberalismo à brasileira*. In: Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. In: Crítica à razão dualista e O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003a.

OLIVEIRA, Francisco de. *O ornitorrinco*. In: Crítica à razão dualista e O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003b.

OLIVEIRA, Francisco de. *O Brasil depois de Lula*. In: Revista Versus, nº 4, pp. 41-46. Rio de Janeiro: Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da UFRJ, 2010.

OLIVIERI, Cristiane G. *Cultura neoliberal: leis de incentivo como política pública de cultura*. São Paulo: Escrituras, 2004.

PATTERSON, Thomas C. *Resenha de Peasant-citizen and slaves: The foundations of Athenian democracy*. Monthly Review, outubro de 1989. New York: Monthly Review Press, 1989.

PLATÃO. *A república*. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

PNUD. *Definição e metodologia de cálculo dos indicadores e índices de desenvolvimento humano e condições de vida*. Disponível em <<http://www.undp.org.br/hdr/HDR2000/Metodologias%20-%20IDH-M%20e%20ICV.pdf>>. S. l.: PNUD, 2000.

POCHMANN, Márcio e DIAS, Guilherme. *A sociedade pela qual se luta*. In: SADER, Emir e GARCIA, Marco Aurélio (orgs.): Brasil, entre o passado e o futuro, pp. 111-132. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Boitempo, 2010.



PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

RAO, Vijayendra e WALTON, Michael (orgs.). *Culture and public action*. Palo Alto: Stanford University Press, 2004.

RODRIGUES, Jorge N. *Passam 10 anos sobre o crash do Nasdaq*. In: Administradores.com.br, 05 de março de 2010. Disponível em [www.administradores.com.br](http://www.administradores.com.br).

ROSDOLSKI, Roman. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro, EdUERJ: Contraponto, 2001.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. In: Rousseau, vol. 2. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. In: Rousseau, vol. 1. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

ROUSSEFF, Dilma. *Um país para 190 milhões de brasileiros: entrevista*. In: SADER, Emir e GARCIA, Marco Aurélio (orgs.): *Brasil, entre o passado e o futuro*, pp. 177-197. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Boitempo, 2010.

SADER, Emir. *Brasil, de Getúlio a Lula*. In: SADER, Emir e GARCIA, Marco Aurélio (orgs.): *Brasil, entre o passado e o futuro*, pp. 11-30. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Boitempo, 2010.

SADER, Emir, e GARCIA, Marco Aurélio. *Apresentação*. In: SADER, Emir e GARCIA, Marco Aurélio (orgs.): *Brasil, entre o passado e o futuro*, pp. 9-10. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Boitempo, 2010.

SAMPAIO JR., Plínio de A. *Imperialismo, reversão neocolonial e revolução na América Latina*. In: CASTELO, Rodrigo (org.): *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*, pp. 35-56. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

SÃO PAULO. Secretaria de Saúde, *Manual da criança e do adolescente*. São Paulo: SMS, 2006.

SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?: Ensaios*. São Paulo, Companhia das letras, 1987.

SCHWARZ, Roberto. *Seqüências brasileiras: Ensaios*. São Paulo, Companhia das letras, 1999.

SCOLESE, Eduardo. *Governo não cumpre meta de assentamentos em 2009*. In: Folha de São Paulo, 12 de fevereiro de 2010. Disponível em <[http://www.divida-auditoriacidada.org.br/config/artigo.2010-02-23.0899609784/document\\_view](http://www.divida-auditoriacidada.org.br/config/artigo.2010-02-23.0899609784/document_view)>. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.

SECONDAT, Charles Louis de. *Do Espírito das Leis*. In: Montesquieu, vols. 1 e 2. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

SHARMA, Bhavna. *Contemporary forms of slavery in Brazil*. London: Anti-Slavery International, 2006.

SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal) <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/atribuicoes\\_01.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/atribuicoes_01.asp)>. Consultado em maio de 2010.

SICHE, Raul et alii. *Índices versus indicadores: precisões conceituais na discussão da sustentabilidade de países*. In: Revista Ambiente e Sociedade, v. X, nº 2, jul-dez 2007. Campinas: Cubo, 2007.

SINGER, André. *Raízes sociais e ideológicas do lulismo*. In: Novos Estudos, nº 85, pp. 83-102. São Paulo: CEBRAP, novembro de 2009.

SIQUEIRA, Maurício. *Perfil do consumidor de cultura no Brasil (2007-2009)*. In: Anais do VI ENECULT. Salvador: [s.n.] 2010.

SOARES, Laura R. T. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2001.

SOARES, Laura R. T. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. Coleção Questões da Nossa Época, vol. 78. São Paulo: Cortez, 2009.

STEDILE, João P. *Entrevista concedida a Conceição Lemes*. Portal Viomundo, 08 de abril de 2010. Disponível em <http://www.viomundo.com.br/entrevistas>. (2010).

TEXIER, Jacques. *Revolução e democracia em Marx e Engels*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

UNESCO (Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura). *Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural*. Disponível em <<http://www.unesco.org/new/en/unesco/>>. [s.l.]: UNESCO, 2002.

VIANA, Gilney. *O PT e o lulismo*. Disponível em <[www.pt.org.br](http://www.pt.org.br)>. Publicado em 31 de outubro de 2007.

VIANNA, Jorge L. W. *O Estado Novo do PT*. In: Gramsci e o Brasil. Disponível em <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=755>>. Acessado em agosto de 2010. Escrito em julho de 2007.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Vol. 1. Brasília: Editora UnB, 1994.

WILLIAMSON, John. *Depois do Consenso de Washington: uma Agenda para Reforma Econômica na América Latina*. Palestra apresentada à FAAP. São Paulo: [s.n.], 2003.

WOOD, Ellen M. *Em defesa da História: o marxismo e a agenda pós-moderna*. In: *Crítica Marxista*, nº 3. São Paulo: Brasiliense, 1996.

WOOD, Ellen M. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)